

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NIVEL MESTRADO**

**WELINGTON AUGUSTO BLUME**

***MEMÓRIAS* IMIGRANTISTAS:**

**Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos – Brasil e Chile – Século XIX**

**SÃO LEOPOLDO**

**2020**

WELINGTON AUGUSTO BLUME

*MEMÓRIAS* IMIGRANTISTAS:

Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos – Brasil e Chile – Século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para a obtenção do Título de Mestre em História na Área de concentração dos Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcos Antônio Witt

SÃO LEOPOLDO

2020

B658m Blume, Welington Augusto.  
Memórias imigrantistas : Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos – Brasil e Chile – Século XIX / por Welington Augusto Blume. – 2020.  
191 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2020.  
“Orientador: Dr. Marcos Antônio Witt”.

1. Memórias. 2. Imigração. 3. Colonização. 4. Brasil. 5. Chile.  
6. Almeida, Miguel Calmon du Pin e (Marquês de Abrantes).  
7. Pérez Rosales, Vicente. 8. Século XIX. I. Título.

CDU: 325(81:83)

WELINGTON AUGUSTO BLUME

*MEMÓRIAS* IMIGRANTISTAS:

Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos – Brasil e Chile – Século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos para a obtenção do Título de Mestre em História na Área de concentração dos Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Witt (orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

---

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

---

Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

---

Prof. Dr. Eduardo Relly – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof. Dr. Eduardo Gallardo Martinez – Centro de Estudios de Historia Agraria de América  
Latina – CEHAL

À Alana, por tudo.  
À minha amada mãe Lucinha (*in memoriam*),  
cujo exemplo de bondade e perseverança levo no coração.  
À minha amada avó Darcilla (*in memoriam*),  
de quem herdei muitas características: ser inquieto,  
ler muito, fazer planos, gostar de cachorros e  
o principal, não desistir jamais.  
Levo vocês no coração!

## AGRADECIMENTOS

Sinto-me como os personagens que analiso nessa dissertação. Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales escreveram muitos livros no decorrer de suas vidas. Em cada um deles, havia um espaço reservado para dedicatórias, agradecimentos, recados, solicitações e etc. E cá estou eu, no final do longo processo de estudos e escrita que representa a dissertação, selecionando para quem dedicarei meu estudo e pensando em como iniciar os agradecimentos. Todavia, não tenho os interesses políticos de Abrantes e Pérez Rosales. Quero utilizar esse espaço para escrever o que carrego dentro do coração e tentar colocar em palavras a gratidão que tenho por algumas pessoas.

Mas antes de chegar nesse ponto, gostaria de falar sobre a relevância dos investimentos públicos na área da educação e da pesquisa. Sem a bolsa integral de estudos da CNPq, eu não teria condições de realizar a presente pesquisa. Por isso, menciono a importância da manutenção e ampliação dos investimentos nessas áreas tão fundamentais para o desenvolvimento de um país tão desigual como o Brasil.

Feita essa menção, inicio agradecendo meu orientador, o Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcos Antônio Witt. Sou grato pelos quase sete anos que trabalhamos juntos. Cresci muito com as conversas que tivemos. O mestrado só teve essa leveza porque eu sabia que contava com a orientação de um professor que sempre estava disposto a escutar, opinar e direcionar da melhor forma possível a pesquisa que estava sendo realizada. Além disso, quero agradecer o gesto amável de março de 2018. O incentivo recebido naquele momento triste da minha vida foi fundamental para que eu tentasse ingressar no mestrado naquele mesmo ano.

Também faço um agradecimento especial aos professores Jorge Luiz da Cunha, Eduardo Relly e Oswaldo Mário Serra Truzzi, pelas valiosas contribuições que foram feitas por ocasião da qualificação desta dissertação. Suas ponderações e sugestões auxiliaram para o aperfeiçoamento do trabalho.

Agradeço aos professores Paulo Roberto Staudt Moreira e Eliane Cristina Deckmann Fleck pelas importantes indicações de leitura feitas na etapa final da escrita.

Além deles, não posso deixar de mencionar os amigos feitos durante o mestrado. Cito, em especial, o pessoal do Forró do Gérson: Vitor, Deivid, Cibeli, Bruna, Vinícius, Matheus, Jéssica, Gabriel e Guilherme. A conversa descontraída nos intervalos das aulas e a cervejada nos finais de tarde sempre trouxeram leveza ao dia-a-dia. Sem contar que as leituras compartilhadas e a disposição de todos em trocar ideias sobre a pesquisa, enriqueceram muito os dias na Universidade.

Agradeço aos amigos de longa data: Ananda, Samanta, Bárbara, Maurício e Fabrício. Em todos os nossos encontros tive a certeza de que ter a amizade de vocês é motivo de muita alegria. Sou grato por compartilharmos nossos sonhos, medos, tropeços e conquistas. Com vocês por perto, tenho a certeza de que a felicidade estará presente. Além disso, menciono, em especial, a amizade que construí com o Fabrício. Já são alguns anos de convívio e muitas horas de conversa, café, cerveja, poesia e futebol. Esses momentos foram essenciais para trazer leveza à vida!

Também sou grato pela amizade que tenho com o Tiago e a Tairine. Eles são pessoas raras nesse mundo artificial. Nossos inúmeros encontros foram fundamentais para lembrar do que realmente importa nessa vida: compartilhar momentos bons com as pessoas que amamos.

Agradeço também aos meus familiares. Foram dois anos de muitas perdas e desafios. Tê-los ao meu lado foi fundamental para seguir em frente. Cito, assim, a Lurdes, o Lauri, o Rodrigo, a Éllen, o Diego, a Bruna, o Edegar, a Luana e meu irmão, Josiel. Quero que saibam que vocês são pessoas muito especiais!

Agradeço imensamente à Alana pelo convívio, parceria, amor, comidas, pedaladas, filmes, séries, Choque de Cultura, greNAIS, caminhadas com o Snoopy e o amor transmitido diariamente. Foram dois anos de muitos desafios e alegrias. Sou imensamente grato por ter encontrado uma pessoa tão especial para compartilhar a vida!

E por fim, faço uma singela homenagem póstuma à minha mãe, Lucinha, e à minha avó, Darcilla. Sou um xerox dessas duas mulheres maravilhosas. Tenho em mim toda a vontade de viver que ambas tinham. Quis o destino que ambas me acompanhassem mais de perto, transmitindo as boas energias que sempre tiveram em vida. Sei que estão ao meu lado nesse momento. Sinto a alegria de vocês. E por isso, sou eternamente grato por todos os ensinamentos que recebi.

Todos vocês, sintam-se abraçados.

Inverno gelado de 2020.

Soy  
Soy lo que dejaron  
Soy toda la sobra de lo que te robaron  
Un pueblo escondido en la cima  
Mi piel es de cuero por eso aguanta cualquier clima  
Soy una fábrica de humo  
Mano de obra campesina para tu consumo  
Frente de frío en el medio del verano  
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano  
El sol que nace y el día que muere  
Con los mejores atardeceres  
Soy el desarrollo en carne viva  
Un discurso político sin saliva  
Las caras más bonitas que he conocido  
Soy la fotografía de un desaparecido  
La sangre dentro de tus venas  
Soy un pedazo de tierra que vale la pena  
Soy una canasta con frijoles  
Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles  
Soy lo que sostiene mi bandera  
La espina dorsal del planeta es mi cordillera  
Soy lo que me enseñó mi padre  
El que no quiere a su patria no quiere a su madre  
**Soy América Latina**  
**Un pueblo sin piernas pero que camina**



## RESUMO

A presente dissertação analisa comparativamente as obras *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), produzidas respectivamente pelo político brasileiro Visconde de Abrantes e pelo político chileno Vicente Pérez Rosales. As obras foram escritas em um intervalo de tempo muito próximo: a primeira, no ano de 1846, a segunda, no ano de 1854. Ambas versam sobre imigração e colonização e fazem parte de um contexto no qual as portas para as grandes migrações estavam sendo abertas. Brasil e Chile, na metade do século XIX, voltavam suas políticas de desenvolvimento econômico e social para a colonização de terras devolutas com imigrantes estrangeiros. O período, todavia, é marcado por incertezas. As imagens de Brasil e Chile estavam depreciadas na Europa. Havia incertezas por parte dos europeus quanto ao clima, as leis, a garantia de empregos, a cidadania e a inserção social dos imigrantes. Com isso, analiso, inicialmente, o contexto do qual Abrantes e Pérez Rosales fizeram parte. Estabeleço diálogo com a historiografia para localizar temporalmente os personagens, com o intuito de entender as questões políticas, econômicas e sociais que estão no centro das discussões no período. Amparando as considerações em aportes teórico-metodológicos de diferentes campos de pesquisa, reflito sobre as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales, por compreender que a história das memórias também é a história de seus autores. A partir dessa etapa do trabalho localizo o contexto de produção das memórias. Por que eles escreveram suas memórias? E o que estes personagens podem revelar sobre os projetos de imigração e colonização que foram postos em prática no Brasil e no Chile na segunda metade do Oitocentos? Posteriormente, interpreto suas ideias desde os objetivos iniciais, demonstrando como escreveram e estruturaram seus argumentos sobre imigração e colonização. De tal modo, analiso como as obras estão em sintonia com os discursos imigrantistas do período e interpreto as noções racializadas que estão presentes no texto. Na continuidade, apresento as propostas dos autores e elucido como se apropriaram de ideias sobre imigração e colonização vigentes nos Estados Unidos. O estudo sobre as memórias de Abrantes e Pérez Rosales possibilitou a compreensão do universo cultural dos escritores, suas relações com a política, a circulação de ideias em escala global e suas percepções sobre imigração e colonização em Brasil e Chile.

**Palavras-chave:** Memórias. Imigração e colonização. Brasil. Chile. Visconde de Abrantes. Vicente Pérez Rosales. Século XIX.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes comparatively the works *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854) written respectively by the Brazilian politician Visconde de Abrantes and the Chilean politician Vicente Pérez Rosales. The works were written in a close period: the first one, in the year of 1846, and the second one, in the year of 1854. Both focus on immigration and colonization and they are inserted in a context where the great immigrations started to occur. In the middle of the XIX century, Brazil and Chile centered their economic and social policies on the colonization of vacant land for foreign immigrants. However, this period is marked by uncertainties. Brazil and Chile's images were depreciated in Europe. There were uncertainties by Europeans regarding the weather, laws, employment, citizenship, and the social insertion of immigrants. Based on that, I analyze, initially, the context in which Abrantes and Pérez Rosales were inserted. I establish a dialogue with historiography in order to localize temporally the characters, aiming to understand the political, social, and economic questions that were central to the period. Supporting the considerations on different theoretical and methodological research fields, I reflect about the trajectories of Abrantes and Pérez Rosales understanding that the history of *memórias* is also the history of their authors. From this working stage on, I localize the context in which *memórias* was produced. Why did they write their *memórias*? What can these characters reveal about the immigration and colonization projects occurred in Brazil and Chile in the second half of the eight hundreds? Afterwards, I interpret their ideas based on the initial objectives, demonstrating how they wrote and structured their arguments on immigration and colonization. Based on that, I analyze how the works are aligned to the immigrant discourses of that time and I interpret the radicalized notions that are part of the text. Furthermore, I present the proposals of the authors and I elucidate how they appropriate the ideas of immigration and colonization current in the United States at the time. The research on *memórias* of Abrantes and Pérez Rosales enabled the comprehension of the cultural background of the writers, their relation with politics, the circulation of ideas worldwide and their perceptions of immigration and colonization in Brazil and Chile.

**Keywords:** Memórias. Immigration and colonization. Brazil. Chile. Visconde de Abrantes. Vicente Pérez Rosales. XIX century.

## RESUMEN

Esta disertación analiza comparativamente las obras *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) y *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), producidas respectivamente por el político brasileño Visconde de Abrantes y por el político chileno Vicente Pérez Rosales. Las obras fueron escritas en un intervalo de tiempo muy cercano: la primera, en el año 1846, la segunda, en el año 1854. Ambas tratan sobre inmigración y colonización y son parte de un contexto en el que se abrían las puertas para las grandes migraciones. Brasil y Chile, en la mitad del siglo XIX, volcaron sus políticas de desarrollo económico y social a la colonización de tierras devueltas con inmigrantes extranjeros. El periodo, sin embargo, está marcado por incertidumbres. Las imágenes de Brasil y Chile estaban devaluadas en Europa. Había incertidumbres por parte de los europeos sobre el clima, las leyes, la garantía de empleo, la ciudadanía y la inserción social de los inmigrantes. Con eso, analizo, inicialmente, el contexto del que Abrantes y Pérez Rosales fueron parte. Establezco diálogo con la historiografía para ubicar temporalmente a los personajes, a fin de comprender las cuestiones políticas, económicas y sociales que están en el centro de las discusiones en el periodo. Respaldo las consideraciones en contribuciones teóricas y metodológicas de diferentes campos de investigación, reflexiono sobre las trayectorias de Abrantes y Pérez Rosales, por entender que la historia de las *memorias* es también la historia de sus autores. Desde esta etapa del trabajo, localizo el contexto de producción de las *memorias*. ¿Por qué ellos escribieron sus *memorias*? ¿Y qué pueden revelar estos personajes sobre los proyectos de inmigración y colonización que se implementaron en Brasil y Chile en la segunda mitad de los Ochocientos? Posteriormente, interpreto sus ideas a partir de los objetivos iniciales, demostrando cómo escribieron y estructuraron sus argumentos sobre inmigración y colonización. De esta manera, analizo cómo las obras están alineadas con los discursos de inmigrantes del periodo e interpreto las nociones racializadas que están presentes en el texto. A continuación, presento las propuestas de los autores y aclaro cómo se apropiaron de las ideas sobre inmigración y colonización vigentes en los Estados Unidos. El estudio sobre las *memorias* de Abrantes y Pérez Rosales permitió comprender el universo cultural de los escritores, sus relaciones con la política, la circulación de ideas a escala global y sus percepciones sobre inmigración y colonización en Brasil y Chile.

**Palabras clave:** Memorias. Inmigración y colonización. Brasil. Chile. Visconde de Abrantes. Vicente Pérez Rosales. Siglo XIX.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Dedicatória da obra <i>Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonisação nesta província</i> .....	65
<b>Figura 2:</b> Dedicatória da obra <i>Memória sobre a cultura do tabaco</i> .....	67
<b>Figura 3:</b> Antigo palacete da Carlota Joaquina. ....	70
<b>Figura 4:</b> Caricatura feita por Vicente Pérez Rosales .....	82
<b>Figura 5:</b> Sumário da obra <i>Memoria sobre os meios de promover a colonisação</i> .....	101
<b>Figura 6:</b> Sumário da obra <i>Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion</i> .....	104
<b>Figura 7:</b> Sumário da obra <i>Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion</i> .....	105

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Área estratégica de ocupação territorial no Brasil .....	48
<b>Mapa 2:</b> Área estratégica de ocupação territorial no Chile.....	49

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Comparações entre Brasil e Chile .....	43
<b>Tabela 2:</b> Recorrência das principais palavras utilizadas por Abrantes e Pérez Rosales .....	110
<b>Tabela 3:</b> Relação entre a migração de “indesejáveis” e a incidência de crimes .....	126

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 2 - O CENÁRIO, AS IDEIAS E OS ATORES SOCIAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>PARTE 1 – CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.....</b>	<b>36</b>
2.1 Um olhar geral: Brasil e Chile, Abrantes e Pérez Rosales .....	36
<b>PARTE 2 – ABRANTES E PÉREZ ROSALES: TRAJETÓRIAS, INSERSÃO POLÍTICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL.....</b>	<b>56</b>
2.2 Abrantes: de Coimbra a Berlim .....	56
2.2.1 <i>Uma ilha de letrados num mar de analfabetos</i> .....	56
2.2.2 O autor e o bibliômano .....	61
2.2.3 O salão, o conselho de estado e a missão diplomática .....	68
2.3 Pérez Rosales: un viajero del mundo.....	73
2.3.1 O personagem e sua historiografia: Pérez Rosales através de seus biógrafos..	74
2.3.2 <i>La pluma</i> de Pérez Rosales: da Califórnia para a Hamburgo .....	80
<b>CAPÍTULO 3 - IMIGRANTISMO E RACIALIZAÇÃO: DEBATE SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO A PARTIR DE ABRANTES E PÉREZ ROSALES .....</b>	<b>90</b>
3.1 Escrita e publicação: análise da publicação das memórias de Abrantes e Pérez Rosales .....	98
3.2 Imigrantismo e racialização: múltiplos olhares sobre a questão migratória.....	116
3.3 O modelo ideal: o sistema de colonização dos Estados Unidos e as propostas de imigração e colonização de Abrantes e Pérez Rosales .....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>181</b>
<b>FONTES DE PESQUISA.....</b>	<b>190</b>





## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

La historia de América también es la historia de sus migraciones (GALEANA, 2014, p.13).

Durante todo el siglo XIX en América Latina se previeron y desarrollaron proyectos de colonización con extranjeros. Países como Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Uruguay percibieron el ingreso de inmigrantes de manera significativa, cuantitativa y cualitativamente hablando. La similitud entre los proyectos de colonización de estos países no es fortuita pues las autoridades decimonónicas intentaban reproducir el modelo norteamericano de colonización. La necesidad de alcanzar el progreso y de crear una nación homogénea eran las ideas que circulaban en aquél momento por todo el continente, además el contexto internacional influyó en la ideología de las elites políticas en los países de América del sur (RODRÍGUEZ, 2015, p.65).

A América foi palco dos movimentos migratórios que marcaram significativamente o século XIX. Segundo o levantamento de dados feito por Herbert Klein, durante o período que se iniciou em 1800 e se encerrou em 1880, 11.8 milhões de pessoas oriundas do continente europeu migraram para as Américas. Deste número, 9.5 milhões desembarcaram nos Estados Unidos. Os demais 2.3 milhões de imigrantes escolheram como destino países como Canadá, Brasil, Argentina e Chile (KLEIN, 1999). Este “fue un periodo en el que se abrieron las fronteras agrícolas: en Estados Unidos se inició la marcha al oeste, Australia se transformó y Argentina preparaba la campaña del desierto” (RODRÍGUEZ, 2015, p.65). De um modo geral, como salienta Marcos Antônio Witt, “a fundação de Colônias com estrangeiros, em toda a América, se deu por motivos estratégicos, os quais estavam vinculados ao setor político e à iniciativa privada. Muitas vezes, somavam-se esforços – públicos e privados – para que médios e grandes projetos fossem executados” (WITT, 2019, p.22). Fazendo um mapeamento dos apontamentos encontrados na historiografia, Witt destaca que os principais motivos que alavancaram o interesse dos órgãos públicos e privados em fomentar a vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, podem ser assim resumidos:

Agenciamento de imigrantes para o serviço militar (o Contrato de Colonização, no seu artigo XVIII, previa que os homens capazes entre 18 e 40 anos deveriam se alistar); branqueamento da população; diminuição do poder da elite estancieira (proprietários de grandes extensões de terra); dinamização do mercado interno; estabelecimento de minifúndios voltados à agricultura e criação diversa de animais (vacum, suíno, aves); fabricação de utensílios, ferramentas e máquinas via artesanato; ocupação do território (ocupação de

áreas estratégicas); produção de alimentos; substituição da mão de obra escrava (WITT, 2019, p.22-23).

Para o caso do Chile, Marcela Martínez Rodríguez, em estudo recente no qual compara as políticas de imigração e colonização no Chile e no México, salienta:

En Chile, los discursos oficiales señalaron que la colonización era la mejor solución para resolver el problema relativo a la baja densidad demográfica del país, este argumento fue utilizado sobre todo para justificar la instalación de los alemanes y el poblamiento de Chiloé [...] el estado chileno promovió la instalación de extranjeros para lograr el “blanqueamiento” de la población en un sentido físico y cultural [...] [además], ambos países [**Chile y México**] también querían incentivar el crecimiento económico; fomentar la producción de grandes extensiones de terrenos e insertar la economía al mercado internacional (RODRÍGUEZ, 2015, p. 68) [Grifo meu].

Há muitas similitudes na forma como Brasil e Chile pensavam e planejavam a vinda de trabalhadores estrangeiros para seus países. Além disso, pensando de forma mais ampla, há um número significativo de investigações acerca desse objeto de pesquisa em outros países da América Latina que apontam em uma direção semelhante. Na Argentina, com os estudos de Fernando Devotto (1999); em Cuba e Peru, com os estudos de Marcos Aurélio dos Santos (2017); no México, com os estudos de Marcela Martínez Rodríguez (2015); em Chile, com os estudos de Carmen Norambuena Carrasco (1990); para o Brasil, com os estudos de Jorge Luiz da Cunha (2019). Há uma ideia compartilhada entre esses pesquisadores: os países latino americanos acreditaram que uma das chaves para o desenvolvimento econômico e social das suas nações estava na vinda de trabalhadores europeus para seus países. Essa foi uma das tônicas do século XIX: solidificou-se uma narrativa que significou o trabalhador europeu como sinônimo do progresso e da civilização (MENEZES, 2014).

A presente dissertação visa pensar as variáveis dessa discussão no Brasil e no Chile durante a primeira metade do século XIX, através de uma análise comparativa das obras *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854). A primeira, escrita pelo político brasileiro Visconde de Abrantes, a segunda, escrita pelo político chileno Vicente Pérez Rosales. Essas *memórias*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> No Dicionario da Lingua Portuguesa, com primeira edição no ano de 1789, o verbete de Memória traz importantes considerações para que se possa compreender as fontes de pesquisa ora analisadas. Em uma de suas definições, Memória seria uma “dissertação científica ou literária”, um escrito cujo caráter investigativo e elucidativo ganham notoriedade. A Memória, nessa conotação, torna-se referência para a discussão de um determinado tema; serve como ponto de partida para deliberações; um marco constitutivo sobre um assunto específico. No Dicionario Manual e Ilustrado de la Lengua Española, datado de 1950, o termo memória é atribuído à “obra pía que funda uno y en que se conserva su memoria [...] exposición de hechos o motivos referentes a determindo assunto [...] estudio o disertación escrita, sobre alguna materia [...] conservar la memoria de una

compõem os muitos estudos feitos pela elite letrada brasileira e chilena em torno de questões políticas, econômicas e sociais de seus respectivos países. Nelas, o tema da imigração é descrito como eixo central para o desenvolvimento da nação, tendo em vista que, na linguagem de meados do século XIX, apostar na vinda de imigrantes europeus significava dar um passo importante em direção ao progresso e a prosperidade.

O assunto é recorrente na historiografia. Lená Medeiros de Menezes afirma que “ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização” (MENEZES, 2014, p.651).

O Visconde de Abrantes, como destaca Giralda Seyferth (SEYFERTH, 2002), esteve inserido em um movimento de renovação das políticas migratórias do Brasil. Em 1846, ano da publicação do seu escrito, a questão da propriedade da terra e dos imigrantes mais desejáveis para colonizar as terras devolutas brasileiras ganhava cada vez mais notoriedade. Quem deveria substituir os africanos escravizados nas grandes propriedades? Quem deveria ocupar as regiões menos povoadas do território a fim de promover o desenvolvimento econômico nesses locais? E qual modelo de colonização deveria ser seguido? Tais questionamentos eram assunto de ampla discussão na vida política brasileira da metade do século XIX. Abrantes escreveu *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) para apresentar uma nova forma de organizar as políticas migratórias brasileiras. Isso porque naquele momento o Brasil possuía uma imagem negativa entre os europeus como país receptor de imigrantes. A opinião pública europeia destacava que o clima nos trópicos era desfavorável, os imigrantes encontrariam dificuldades para adquirir terras e dificilmente conseguiriam alcançar seus objetivos como imigrantes, pois seria penoso encontrar empregos no Brasil. Um artigo da Gazeta de Absburgo, publicado em 12 de outubro de 1845, reforça essa argumentação:

As Leis que regulão a aquisição de terras no Brazil serião sufficientes, porem são mal executadas, e algumas nem observadas são. Os livros dos Cartórios

---

cosa”. Ou seja, há um diálogo na concepção portuguesa e espanhola e o fio condutor está no caráter dissertativo da memória: um escrito com fins específicos, no qual se delibera sobre um determinado assunto. Além desses apontamentos, há o aspecto particular que tangencia seus contextos de produção: analiso aqui memórias escritas por membros da elite letrada brasileira e chilena. Celia Maria Marinho de Azevedo (1987) destaca em seu trabalho que essas memórias possuem um direcionamento específico: por um lado, são, no sentido literal da palavra, escritas para manter vivas algumas ideias sobre assuntos específicos. Por outro lado, são produzidas para um público leitor bastante restrito e prestigiado. Não possuem o objetivo último de ampla divulgação. Assim, é a partir dessa dupla conotação que compreendo minhas principais fontes de pesquisa: enquanto estudos sobre um assunto específico, que contribuem para discussões de interesse político, econômico e social e enquanto obras cujo público leitor é seletivo.

achão-se em tal confusão, que requer extremo cuidado da parte do Comprador. Finalmente cumpre considerar que a legislação em vigor no Brazil obsta á segurança da propriedade do emigrado, e sobre tudo que he ali quase impossivel fazer compra de terras que seja valida, ou disposiçoens testamentarias que sejam seguras: e do que fica exposto pode-se concluir o seguinte. 1º. Que as Provincias de S.Paulo, S. Catharina, e Rio Grande do Sul, tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima, são recomendaveis para colonias agricolas de Alemaens; mas que: — 2º. O presente estado da legislação e administração, e das relações sociaes no Brazil deve infalivelmente exercer uma influencia tão desastroza, que essas colônias não prehencherão os seus fins (ABRANTES, 1846, p.59).

De tal modo, compreendo que *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) traz duas dimensões importantes: discutir a temática das migrações e defender uma reforma legislativa nas políticas migratórias do Brasil. Na época de sua escrita, as cifras de navios que partiam da Alemanha com destino aos Estados Unidos impressionaram Abrantes. Em uma nota de rodapé na décima terceira página do seu livro, aponta que 2024 embarcações carregadas de imigrantes foram da Alemanha para New-York. No somatório das cifras, 82.126 imigrantes teriam zarpado com destino aos Estados Unidos. O alto número de indivíduos que escolheram os Estados Unidos como destino e não o Brasil chamou a atenção de Abrantes. Seu interesse era de que o Brasil se tornasse um espaço atrativo para os imigrantes. Como estratégia, fundamentou sua argumentação na legislação estadunidense, utilizando-a como referência para as futuras mudanças que seriam feitas nas leis que condicionavam as migrações para o Brasil.

Nesse contexto de mudanças, outro elemento central da obra é a questão racial. Giralda Seyferth explicou que “a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas<sup>2</sup> desde 1818, antes de a palavra raça fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional”, sendo que a imigração passou a ser “representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas” (SEYFERTH, 2002, p.118). Por isso, defendia-se a vinda do imigrante europeu para *civilizar o atrasado Império brasileiro*. Nesse ponto, a pesquisadora defende que, desde os primeiros projetos imigrantistas, o pressuposto da superioridade europeia já se fazia presente nos textos, seja de forma explícita ou implícita (SEYFERTH, 2002). Menezes corrobora essa interpretação e

---

<sup>2</sup> O termo “imigrantista”, ou ideias “imigrantistas” é utilizado por Giralda Seyferth (2002) para descrever uma série de concepções de políticos letrados que escreveram sobre imigração e colonização no Brasil do Oitocentos. Em suma, denomina a ideia de superioridade do imigrante europeu branco em comparação com a população livre e escravizada do Brasil. No seu bojo, significa a defesa da imigração estrangeira para ocupação das terras devolutas brasileiras, que implicaria no desenvolvimento econômico e social das regiões colonizadas. Essa discussão será retomada adiante, quando as memórias de Abrantes e Rosales forem analisadas. Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002.

defende que a elite letrada brasileira passou a se referir ao imigrante europeu como sinônimo de progresso e civilização. A historiadora salienta que essas palavras,

surgidas quando o mundo não era conhecido em sua totalidade, viajarão pelo globo e ganharão velocidade de circulação à medida que se expandem os meios de comunicação e fluxos de homens e mulheres saem da Europa em direção aos demais continentes (MENEZES, 2007, s/página).

Nesse sentido, a elite letrada brasileira, que estudou majoritariamente na Europa, voltava ao país imbuída do ideário ilustrado que marcou o início do século XIX. Os estudos de José Murilo de Carvalho já deram conta dessa faceta importante. Formados na Universidade de Coimbra, a “ilha de letrados num mar de analfabetos” trazia uma renovação no pensamento intelectual do continente europeu para o Brasil. A nova forma de pensar a política, a economia e conseqüentemente a sociedade passou a compor os escritos desse grupo (CARVALHO, 2008). É a partir dessa ligação que a elite imperial passa a atribuir novos significados à vinda de imigrantes para o Brasil. Os imigrantes não viriam apenas para ocupar territórios estratégicos, desenvolver o comércio interno e compor as linhas dos batalhões em tempos de guerra (WITT, 2019), mas também para desenvolver a cultura. Suas características positivas trariam o refinamento desejado para o desenvolvimento do progresso e da civilidade do Império. E é nesse contexto que Abrantes está inserido. Ele escreve em um momento de transição das políticas migratórias imperiais, cujo pressuposto teórico está sustentado pelas ideias racionais de colonização estadunidenses e imbuídas pelo ideário racial que marcou a primeira metade do século XIX.

No lado chileno, Baldomero Estrada destacou que havia duas ênfases nos debates em torno da imigração:

Num primeiro momento, isso foi formulado como uma forma de provocar mudanças culturais, tendo em vista o trabalho educacional e a influência dos imigrantes. Mais tarde, passou-se a ver na migração uma solução demográfica que fortaleceria a nação e permitiria uma melhor ocupação do território, tão escassamente povoado (ESTRADA, 1999, p.462).

Para Jorge Pinto Rodríguez (2008), a elite chilena conjecturava transformar o Chile em um país com moldes europeus, por isso a preocupação em povoar as terras devolutas com imigrantes do “velho mundo”. A partir da imigração, os chilenos teriam a possibilidade de conseguir avanços culturais e econômicos significativos, uma vez que “esa europa se convirtió en un modelo y los europeos de aquellas latitudes en el ejemplo a seguir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.168). Na metade do século XIX, a ideia de construção da nação era dividida em três pontos

fundamentais: “en primer lugar, establecer una estructura de poder que les permitiera reemplazar al viejo sistema colonial; en segundo lugar, insertar a la economía nacional en el concierto de la economía mundial; y, por último, identificar un modelo de país y nación al cual adherir” (RODRÍGUEZ, 2008, p.169). Nesse sentido, era do interesse dessa elite organizar o país a partir de moldes europeus que os distanciassem de suas origens coloniais. Uma das formas de fazer isso seria trazendo imigrantes europeus para áreas despovoadas e estratégicas do território. A partir da estruturação de uma proposta educacional abrangente, vinculada com o ingresso de imigrantes europeus, “alcanzaríamos las condiciones para que nuestra población, educada y cultivada, pudiera asumir la soberanía del poder y traspasarlo a sus representantes, convertidos en gobierno por la voluntad popular, principio que suscribió sin reservas la clase política en el siglo XIX” (RODRIGUEZ, 2008, p.173). De tal forma, os imigrantes, que na perspectiva da elite chilena já possuíam uma cultura para o trabalho e os saberes mínimos para uma vida em sociedade, trariam benefícios significativos para a nação a partir dessa ideia que associava o incentivo à educação com a vinda de imigrantes europeus.

Vicente Pérez Rosales fez parte desse grupo que pensou um projeto de nação para o Chile do século XIX. Através dos seus escritos, salientou a importância da imigração para o desenvolvimento do progresso em território chileno. Para Guillermo Latorre e Javier Pinedo (2010), Pérez Rosales foi um dos grandes defensores dos projetos de colonização no Chile, que visavam a ocupação do território e o desenvolvimento econômico.

En todo momento se muestra [Vicente Pérez Rosales] como gran partidario de la inmigración como productora de energía para provocar el progreso de Valdivia, donde “todo dormía, todo vegetaba”, pues en su opinión faltaba “el estímulo que sólo la inmigración extranjera sabe despertar en las aglomeraciones humanas amodorradas por la inercia” (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 324).

Durante os anos que escreveu *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), o Chile possuía uma imagem negativa entre os europeus como país de destino dos imigrantes. Rafael Sagredo Baeza demonstrou que há uma longa construção de representações negativas sobre o país que remontam ao período colonial. Desde o século XVI, viajantes e conquistadores escreveram narrativas sobre o território chileno, que, em sua maioria, trouxeram uma carga pejorativa ao território. As críticas recaíam para questões geográficas, como a distância para o Oceano Atlântico, o que dificultaria o comércio com a Europa e se questionou a fecundidade do solo. Para Baeza, apenas no século XIX que a elite chilena, durante e após o processo de independência, constrói uma narrativa que enaltece o território, combatendo as

representações negativas que foram construídas sobre o Chile durante os três séculos antecedentes (BAEZA, 2008).

Além disso, havia dúvida entre os europeus quanto à sobrevivência das Colônias e sobre o grau de conflitos com o povo Mapuche. Por isso, havia a necessidade da elite chilena em mudar esse panorama e criar uma imagem positiva do país como território receptor de imigrantes. A memória de Pérez Rosales vem ao encontro dessa ideia. O autor pretendia, por um lado, demonstrar as complexidades, necessidades e benefícios imbuídos na vinda de imigrantes estrangeiros para seu país e, por outro lado, descrever as potencialidades do território chileno, que por tanto tempo gerou dúvida entre os europeus. Para ele, conhecer o processo como um todo colocaria o Chile em pé de igualdade com os Estados Unidos, que já possuíam prestígio como receptores de imigrantes europeus. Na perspectiva dele,

en resolucion, no hai en el dia un solo estado del antiguo i del nuevo mundo, que no procure por todos los medios racionales, bien sea conservar el elemento poblador bajo el influjo de su bandera, bien sea atraerlo a fuerza de concesiones i sacrificios a las playas independientes de la América (PÉREZ ROSALES, 1854, p.2).

Ao lado dessa questão, e

basándose en su experiencia en California, propuso una inmigración que evitara el caos: no se debía aceptar colonos excesivamente pobres, ni excesivamente ricos y ociosos, “sino aquella (población) que el espíritu del lucro o el de las ideas liberales del siglo separa de los grandes centros civilizados, para venir a la Virgen América, ya a gozar de una libertad positiva, ya a recoger a manos llenas las riquezas que, sin conocer su valor, menospreciamos” (LATORRE; PINEDO, 2010, p. 325).

Nesse sentido, Pérez Rosales estava inserido em um contexto de intenso debate sobre a imigração, cujos resultados podem ser observados com maior profundidade a partir de 1857, quando se torna agente de colonização do Chile na Europa. A ideia, naquele momento, era de atrair imigrantes alemães para o território chileno, demonstrando que o Chile seria um país convidativo e promissor para os colonos descontentes em território europeu.

Com este panorama em vista, destaco que Abrantes e Pérez Rosales publicaram obras que tiveram influência na forma como a elite brasileira e chilena observou os movimentos migratórios. Inspirados pelas ideias racionais de colonização dos Estados Unidos e da Inglaterra, à época modelos de civilização e modernidade (HOBSBAWM, 2016), os autores defenderam a vinda de imigrantes europeus para seus respectivos países. Estes, portadores de

uma civilidade, resignação e aptidão para o trabalho, seriam uma das chaves para o desenvolvimento econômico e cultural de Brasil e Chile.

A partir dessas considerações, elaborei meu problema de pesquisa, que foi dividido em quatro perguntas: em qual contexto político, econômico e social Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas obras e de que forma suas trajetórias foram importantes para que conseguissem prestígio e visibilidade entre seus pares? A partir de quais moldes teóricos Abrantes e Pérez Rosales construíram a argumentação das suas *memórias*? De que modo essas obras dialogam com as demais ideias imigrantistas do século XIX e quais elementos de racialização podem ser percebidos nas narrativas? E, por fim, quais traços de pensamento de Abrantes e Pérez Rosales possuem similitudes e diferenças?

...

O interesse em analisar a construção das ideias imigrantistas no Brasil e no Chile na metade do século XIX está alicerçado sob três prismas distintos e complementares. Por um lado, a historiografia mais recente tem demonstrado a importância de comparar as mais diferentes realidades migratórias. Para Oswaldo Truzzi,

estudos comparativos no campo da história da imigração deveriam ser mais estimulados porque nos resguardam, ou pelo menos atenuam, os perigos do provincianismo, forçando-nos a constantemente rever o conjunto de suposições implícitas com as quais lidamos no dia a dia ao nos dedicarmos a uma única sociedade ou cultura (TRUZZI, 2005, p.143).

Truzzi reforça a ideia de que as análises comparativas no âmbito dos estudos migratórios demonstram a complexidade e a riqueza de relações que podem ser estabelecidas entre um país e outro. A interconectividade dos casos, em se tratando de América Latina, é bastante expressiva. Por mais que as análises comparativas já sejam uma realidade nas distintas linhas historiográficas, nos estudos migratórios elas ainda não são tão frequentes. Justamente por isso, Truzzi (2005) reforça a ideia de que a comparação distancia os historiadores do “provincianismo”, daqueles estudos que particularizam tanto um objeto que os resultados da pesquisa, por vezes, parecem inéditos. Todavia, quando contrapostos a outros estudos de caso, o que parece ser inédito possui outras formas de expressão em lugares diferentes no tempo e no espaço. Por isso, para Truzzi, os estudos comparados abrem mais um leque de possibilidades para o pesquisador, uma vez que os objetos de estudo, pelo menos, se duplicam, potencializando



um olhar sobre as semelhanças, diferenças e complexidades dos processos. Para o caso dessa dissertação, há uma quantidade significativa de memórias que foram escritas a partir da metade do século XIX que discutem de forma abrangente a imigração, tanto no Brasil como no Chile. Analisadas separadamente, essas memórias auxiliam o pesquisador a perceber as nuances presentes nos processos de colonização de cada país, suas influências externas e o extenso debate que se estabeleceu entre as elites em torno dos objetivos almejados com a vinda de imigrantes europeus. Demonstrem, particularmente, uma tendência discursiva.

Agora, quando analisadas de forma comparada, essas obras possibilitam um olhar mais aprofundado sobre a forma como dois países latino-americanos estavam pensando as migrações. Torna-se possível observar as complexidades presentes na escrita e divulgação das obras, tal como perceber as diferentes correntes teóricas que influenciaram a produção intelectual das elites brasileiras e chilenas. Abre-se um horizonte maior para questionamentos e se pode pensar as questões migratórias de forma mais abrangente e holística.

Além disso, a América Latina, como argumentou Maria Ligia Prado, é espaço privilegiado para o desenvolvimento de estudos comparados. Para esta dissertação, uma vez que a elite brasileira e a chilena produziram escritos que versam sobre imigração e colonização em períodos muito próximos, por que não os comparar? Para Prado,

comparar o Brasil com os demais países da América Latina sempre me pareceu um desafio estimulante. Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes, não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar para o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola (PRADO, 2005, p.12).

Justamente por Brasil e Chile se constituírem como países receptores de imigrantes, cujo extenso debate em torno das políticas de colonização, “imigrantes ideais” e objetivos finais almejados com esse processo resultaram na produção de uma documentação potencial para o desenvolvimento de estudos migratórios, elaborei essa proposta de trabalho. Pois, para Prado, há uma necessidade candente em contrapor os processos históricos brasileiros com os demais países da América Latina. Jürgen Kocka e Reinhard Bendix também salientam que “as comparações ajudam a criar um clima de história menos provinciana” (KOCKA, 2014, p.279) e “aumentam a visibilidade de uma estrutura em contraste com a outra” (BENDIX Apud TRUZZI, 2005, p.136).

Em sintonia com essa necessidade historiográfica de efetuar estudos comparados no âmbito da história da imigração<sup>3</sup>, há uma lacuna a ser preenchida com essa dissertação. As pesquisas relativas aos movimentos migratórios privilegiam, de forma correta, o deslocamento e inserção dos imigrantes desde sua saída até a chegada em um novo continente. São análises que contemplam questões políticas, econômicas e sociais do cotidiano dos imigrantes chegados a um novo país, ou um olhar mais aprofundado sobre os motivos que acarretam as mobilidades espaciais em uma escala global. Com isso, os estudos que analisam os debates em torno da vinda de imigrantes ainda são diminutos, levando-se em consideração a riqueza e potencialidade das fontes de pesquisa que proporcionam tais trabalhos. Por isso, a ideia dessa dissertação é de contribuir para o aprofundamento desse debate que ainda possui diversas lacunas.

Por fim, minha inserção como Bolsista de Iniciação Científica junto ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (agora, Centro de Estudos Internacionais de História das Mobilidades, Diásporas e Migrações – CEMIDI), vinculado ao PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, possibilitou uma aproximação com as fontes selecionadas para essa dissertação. Através do projeto de pesquisa “Imigrantes em ação: organização social e participação política. Estudo comparado sobre a imigração no Brasil, Argentina e Chile – Séculos XIX e XX”, desenvolvi uma série de trabalhos de natureza comparativa que trouxeram resultados valiosos os quais serviram de estímulo para o desenvolvimento dessa dissertação. Através de intensos diálogos e críticas construtivas, ficou cada vez mais evidente que vincular o exercício da comparação aos estudos migratórios é um importante caminho a ser seguido, uma vez que a ampliação das fontes e das perguntas no âmbito da história da imigração possibilita a construção de um olhar mais holístico para um campo de pesquisa que se habituou a observar o micro.

...

Apresento ao leitor os objetivos dessa dissertação. O objetivo principal, que estará presente ao longo de todo o texto, é o de analisar e comparar as obras *Memória sobre os meios*

---

<sup>3</sup> Recentemente, Marcos Antônio Witt, Claudio Pereira Elmir e Oswaldo Truzzi organizaram um livro com artigos de história comparada no âmbito das migrações, com o intuito de promover o debate sobre uma historiografia e uma metodologia específicas. Nesse sentido, há uma preocupação cada vez mais presente entre alguns historiadores de pensar as migrações de forma comparativa. Ver mais em: ELMIR, Claudio Pereira; WITT, Marcos Antônio Witt; TRUZZI, Oswaldo; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). Imigração nas Américas: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

*de promover a colonização* (1846), escrita pelo Visconde de Abrantes e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), escrita por Vicente Pérez Rosales. Essa ideia está associada às reflexões de Roger Chartier, para o qual os historiadores que elaboram seus estudos a partir de fontes impressas (como livros, textos, manuscritos, jornais e outros) necessitam estruturar as análises a partir de três frentes, sendo elas,

de um lado, a análise dos textos, sejam canônicos ou profanos, decifrados nas suas estruturas, nos seus objetivos, em suas pretensões; de outro lado, a história do livro, além de todos os objetos e de todas as formas que toma o escrito; finalmente, o estudo das práticas que se apossam de maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados (CHARTIER, 1994, p. 12).

Não deixando de levar em conta outra dimensão importante dessa equação, essa dissertação também discorre sobre os autores que produziram os livros que aqui utilizo como fontes de pesquisa. Para François Hartog,

se você começa recusando toda confrontação do texto com o que não é diretamente texto, corre o risco de desenvolver, mais ou menos habilmente, uma máquina de produção de perífrases e tautologias; no fim das contas, de instaurar um culto ao texto, que não ousa sequer confessar-se como tal. Em resumo: de valorizar o texto pelo texto e os citas pelas citas – ou de fazer, como se dizia antigamente, arte pela arte (HARTOG, 1999, p. 48).

De tal forma, não perdendo de vista a importância central que as obras de Abrantes e Pérez Rosales possuem para a elaboração dessa dissertação, também objetivo analisar as trajetórias de ambos os autores, pois considero que a partir delas poderei encontrar pistas importantes para compreender de forma mais ampla como se deu o processo de produção das memórias. Também demonstrarei as semelhanças, diferenças e particularidades discursivas presentes nos escritos de Abrantes e Pérez Rosales, com o intuito de elucidar como o debate em torno das questões migratórias se aproxima e se distancia entre Brasil e Chile na metade do século XIX. E dentro desse cenário, visio discutir como as ideias imigrantistas de Abrantes e Pérez Rosales possuem elementos implícitos de racialização, no sentido de que os autores projetam o modelo de imigrante ideal para um lugar social específico, que é o continente europeu.

Assim, este estudo foi pensado a partir das reflexões presentes no campo da História Cultural, mas não se limita a dialogar apenas com as premissas levantadas por seus teóricos. Essa forma de trabalhar esteve presente no meu Trabalho de Conclusão de Curso, cuja proposta

de estudo esteve voltada para a análise dos escritos do Visconde de Abrantes. Foi perceptível, desde o início daquele trabalho, que seria necessário dialogar com diversas perspectivas teóricas e metodológicas para que o principal objetivo da pesquisa fosse concluído: compreender como se deu a construção, recepção e circulação das ideias migratórias do Visconde de Abrantes a partir do seu principal livro, *Memórias sobre os meios de promover a colonização* (1846).

Como continuação daquele estudo, esta dissertação alarga suas fontes de pesquisa e bibliografia, constituindo-se como estudo comparado. Justamente por isso, tornou-se fundamental a utilização das considerações de Marc Bloch (1998). Para ele, “praticar o método comparativo é, pois, em ciências humanas [...], procurar, para explicar, as semelhanças e diferenças patenteadas por séries de natureza análoga, tiradas de meios sociais diferentes” (BLOCH, 1998, p.114). Ao propor a realização de um estudo comparado, estou interessado em perceber como se desenvolveram dois processos históricos semelhantes, mas cheios de particularidades, distantes no espaço e próximos no tempo. A temporalidade do estudo está centrada na metade do século XIX e evidencia a construção dos livros selecionados como fontes de pesquisa: Abrantes escreveu em 1846, enquanto Pérez Rosales, em 1854. Um no Brasil, o outro no Chile. As realidades são distintas: de um lado, uma monarquia, do outro, uma república. As trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales são distintas e cheias de particularidades. Os personagens percorreram caminhos diferentes, mas trabalharam de forma semelhante. Graduaram-se; construíram trajetórias políticas e sociais notáveis, conquistaram prestígio entre seus pares e dedicaram uma parte do seu tempo para a escrita de memórias que versam sobre imigração e colonização. A proximidade dos autores, nesse sentido, está circunscrita à forma como conduziram sua vida política e à temática dos seus escritos. Em um olhar microscópico, são dois políticos letrados que escreveram livros sobre o mesmo tema. Sob uma perspectiva macroscópica, constituem-se como políticos letrados que, conduzidos pelos interesses nacionais de Brasil e Chile, estudam as migrações para que fossem cada vez mais incentivadas em seus países. Por isso, constituem-se como objetos cheios de particularidades e similaridades que, para Bloch, compõem o eixo central das comparações.

De tal modo, o interesse em comparar a narrativa de Abrantes e Pérez Rosales está associado com a necessidade de se observar o Brasil ao lado do restante da América Latina, não apenas para demonstrar as semelhanças presentes em um processo, mas também para apresentar suas diferenças e particularidades. A obra clássica de Angel Rama, *La ciudad letrada* (1998), demonstra a articulação que as elites letradas possuíam: tanto no campo da política, atuando como influenciadores, como no âmbito das ideias. Eram elas que formaram parte do sistema de poder; idealizavam as cidades, os espaços urbanos e rurais; a indústria e o desenvolvimento

econômico, político e social antes mesmo do seu processo ter início. Ou, como concebe Rama, “todos esos que manejaban la pluma, estaban estrechamente asociados a las funciones del poder y componían lo que Georg Friederici ha visto como un país modelo de funcionariado y de burocracia” (RAMA, 1998, p. 32). Abrantes e Pérez Rosales faziam parte desses seletos grupos sociais e, ao longo da dissertação, poderemos acompanhar como suas trajetórias e produções intelectuais possuem pontos em comum, mesmo tendo desenvolvido suas atividades políticas e intelectuais em países distintos.

Há aqui uma discussão importante que dialoga com a dimensão da trajetória de Abrantes e Pérez Rosales: em sua atuação política, qual definição os descreve melhor? Seriam eles políticos letrados ou políticos intelectuais? Ou os dois conceitos serviriam para descrever os lugares sociais que ocuparam? Pensando nisso, trago à tona alguns autores que discutiram o tema. Para Gerard Leclerc, apropriando-se dos estudos de Coser,

os intelectuais, são os descendentes, ou os herdeiros, dos sacerdotes e dos profetas, dos clérigos e dos letrados. Têm relação, em primeiro lugar, com a busca e a conservação da verdade, dos valores coletivos e sagrados, aqueles que governam um grupo, uma sociedade, uma civilização. Esses valores centrais formam um campo sensivelmente diferente daquele das especialidades profissionais, fruto da divisão do trabalho intelectual e do que se pode chamar de expertise, entendida como emprego pontual de saberes e práticos aplicados. O intelectual é um ser híbrido que, profissionalmente, produz uma obra artística ou científica e que, enquanto ator engajado nos assuntos da vida pública, é dotado, queira ou não, de uma visibilidade que os aproxima dos stars, dos homens políticos, dos homens da mídia (LECLERC, 2005, p.17).

Por outro lado, Norberto Bobbio (1997) argumenta

embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997, p.11).

Essas duas definições criam um primeiro ponto de discussão: todo intelectual é necessariamente letrado, mas nem todo letrado é um intelectual. Isso porque a conceituação de intelectual, ganhou, no século XX, uma roupagem muito específica, que liga os escritores, cientistas e outros a uma esfera de influência. Ou seja, os intelectuais são pensados e descritos

sob o ponto de vista da influência que exercem sobre grupos sociais. Por outro lado, os letrados têm uma definição divergente. Peter Burke faz uma discussão da qual me aproprio para pensar em Abrantes e Pérez Rosales. Tal como ocorreu no continente europeu, “alguns homens de letras formados pela universidade acharam emprego como secretários de governantes, aristocratas ou eruditos”, ou seja, conseguiam um lugar social na vida política através da formação superior, tornando-se *homens de letras*, e, por conseguinte, “o termo “letrado” (derivado de *litteratus*) entrou em uso para designar os advogados a serviço do rei, homens de letras por oposição aos homens de armas que tradicionalmente cercavam o rei. Seu papel era dar bons conselhos, função política principal dos letrados em muitas culturas” (BURKE, 2003, p.29-30). Nesse sentido, não quer dizer que um letrado não seja um intelectual, por produzir obras que a rigor são chamadas de produções intelectuais, mas sua função política enquanto produtor desse conhecimento diz muito sobre como esses personagens podem ser pensados. Por isso chamo Abrantes e Pérez Rosales de políticos letrados, pois ambos escreveram seus livros enquanto ocupavam cargos políticos. E suas produções, por conseguinte, auxiliaram para a discussão de assuntos que eram debatidos para pensar a formação dos estados nacionais de Brasil e Chile. São personagens que pertenceram à burocracia do Estado; trabalharam a partir dela e por isso sua produção intelectual, sob o meu ponto de vista, deve estar associada a este lugar social.

Ao lado desse ponto, esse trabalho, como já foi descrito, dialoga com Chartier, que sustenta a ideia de que as “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros” (CHARTIER, 1988, p.17). Abrantes e Pérez Rosales eram representantes de seus países; sua produção intelectual está vinculada à história de Brasil e Chile, todavia, ambos também possuíam seus próprios interesses nos processos que se desenrolaram. Na abertura das portas para as grandes migrações, esses políticos letrados participaram das conjecturas do poder e conquistaram seu espaço fazendo o uso do conhecimento que adquiriram com seus estudos na Europa e Estados Unidos.

Justamente em função disso, estou interessado em observar, lado a lado, os autores, seus textos e o contexto de produção das suas obras. Preocupo-me em não realizar uma análise exclusivamente textual e fazer “arte pela arte”. Tanto Abrantes quanto Pérez Rosales ocupavam um lugar privilegiado entre a elite de seus respectivos países. Suas famílias possuíam um *capital simbólico* (BOURDIEU, 1989, p. 145) que os auxiliou na sua ascensão política. No auge de sua carreira, Abrantes foi Ministro da Fazenda, ocupou uma cadeira no Terceiro Conselho Pleno de Estado (1842-1850) e recebeu o título de Marquês de Abrantes, enquanto que Pérez Rosales foi

Cônsul em Hamburgo, senador por Llanquihue (1876-1881) e é conhecido como um dos principais Agentes Colonizadores do Chile. Por isso, compreendo que as memórias sobre imigração e colonização produzidas pelos autores estão associadas com suas trajetórias. Não é possível desvincular o artista de seu espetáculo.

Michel Foucault, na obra *O que é um autor* (1992), analisa a complexidade que está presente no fazer intelectual. Publicar uma obra, falar sobre ela, defender um ponto de vista e elaborar pareceres técnicos e científicos sobre assuntos de interesse nacional não era feito por alguém escolhido aleatoriamente; não havia arbitrariedade no processo. Era necessário, antes, ganhar visibilidade entre seus pares; inserir-se em meios sociais distintos e compartilhar uma linguagem comum. Por esse motivo,

o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, 1992, p.45).

Assim, a partir da relação entre o aporte teórico e metodológico selecionado para este estudo, poderei compreender como se desenvolveu uma certa maneira de se falar sobre migrações no Brasil e no Chile do século XIX. Abrantes e Pérez Rosales foram nomes expressivos nesse quesito, pois ambos desenvolveram trabalhos sólidos que foram lidos e citados, direta ou indiretamente, pelos políticos que os sucederam. Através da comparação, será possível perceber como a imigração era compreendida entre a elite política brasileira e chilena no século XIX.

...

Descrevo, assim, a organização da dissertação. Ela foi dividida em dois capítulos. Em *O cenário, as ideias e os atores sociais*, a abordagem escolhida irá privilegiar o contexto mais amplo no qual estão inseridos Abrantes e Pérez Rosales. Na parte 1, apresentarei, de forma comparativa, o panorama político de Brasil e Chile no século XIX – centrado nas questões que tangenciam as migrações –, relacionando suas histórias nacionais às andanças políticas do continente latino-americano. Dialogarei com a historiografia para localizar temporalmente os personagens centrais da dissertação, com o intuito de entender as questões políticas, econômicas

e sociais que estão no centro das discussões no Brasil e no Chile, delimitando os atores sociais no tempo e no espaço. Posteriormente, na Parte 2, analisarei, de forma particularizada, as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales. A partir dessa etapa do trabalho, apresento os personagens e levantar questionamentos sobre algumas estratégias de inserção social que utilizaram para fazer parte da elite brasileira e chilena. É também nessa parte da dissertação que localizo o contexto de produção das memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Por que eles escreveram suas memórias? E o que estes personagens podem revelar sobre os projetos de imigração e colonização que foram postos em prática no Brasil e no Chile na segunda metade do Oitocentos?

Em *Imigrantismo e racialização: debate sobre imigração e colonização a partir de Abrantes e Pérez Rosales*, analisarei comparativamente as memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Para tanto, pretendo interpretar suas ideias desde os objetivos iniciais dos seus estudos, tentando compreender as motivações das publicações e a forma como escreveram e estruturaram seus argumentos. Ao lado disso, tenho em vista pensar nas memórias como parte substancial das produções sobre imigração e colonização que eram realizadas nas décadas de 40 e 50 do XIX, que foram produtoras de um padrão discursivo denominado pela historiografia como imigrantismo. Do mesmo modo, objetivo pensar como as memórias sustentaram noções implícitas de racialização, as quais defendiam um modelo ideal de imigrante, pensado a partir do continente europeu. Logo após tecerei considerações sobre a forma como Abrantes e Pérez Rosales se apropriam do ideário europeu e estadunidense para pensar as distintas formas de colonizar um território. Havia uma ideia compartilhada entre ambos de que caso Brasil e Chile seguissem o exemplo dos Estados Unidos conseguiriam atrair um número cada vez mais expressivo de imigrantes. É nessa parte da análise que descreverei as ideias de imigração e colonização idealizadas por Abrantes e Pérez Rosales. Sendo assim, o segundo capítulo terá uma análise mais vertical, focada nas principais fontes de pesquisa utilizadas para a realização desse trabalho.

Com esses detalhes em vista, reitero que a principal intenção dos direcionamentos dessa dissertação está localizada no objetivo principal dessa pesquisa: analisar as obras *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854).



## CAPÍTULO 2 - O CENÁRIO, AS IDEIAS E OS ATORES SOCIAIS

Foi uma era de superlativos. Os novos e numerosos compêndios de estatística, nos quais esta era de contagens e cálculos buscava registrar todos os aspectos do mundo conhecido, chegariam com justiça à conclusão de que realmente cada quantidade mensurável era maior (ou menor) do que em qualquer época anterior. A área do mundo conhecida, mapeada e em intercomunicação era maior do que em qualquer época anterior e suas comunicações eram incrivelmente mais rápidas. A população do mundo era também maior do que nunca; em vários casos, além de toda expectativa e probabilidade. As cidades de grande tamanho se multiplicavam mais depressa do que em qualquer época anterior. A produção industrial atingia cifras astronômicas: na década de 1840, cerca de 640 milhões de toneladas de carvão foram arrancadas do interior da terra. Estas cifras só foram suplantadas pelas ainda mais extraordinárias do comércio internacional, que se multiplicara quatro vezes desde 1780 até atingir cerca de 800 milhões de libras esterlinas, e muito mais em outras moedas menos sólidas e estáveis (HOBSBAWM, 2016, p.455-456).

Grande futuro? Talvez naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro, político, ou até bispo – bispo que fosse –, uma vez que fosse um cargo, uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior. A ambição, dado que fosse águia, quebrou nessa ocasião o ovo, e desvendou a pílula fulva e penetrante. Adeus, amores! Adeus, Marcela! Dias de delírio, joias sem preço, vida sem regime, adeus! Cá me vou às fadigas e à glória; deixo-vos com as calcinhas da primeira idade.

E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por isso perdi o grau de bacharel; deram-no com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma festa que me encheu de orgulho e de saudades – principalmente de saudades. Tinha eu conquistado em Coimbra uma grande nomeada de folião; era um acadêmico estroina, superficial, tumultuário e petulante, dado às aventuras, fazendo romantismo prático e liberalismo teórico, vivendo na pura fé dos olhos pretos e das constituições escritas. No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso. Explico-me: o diploma era uma carta de alforria; se me dava a liberdade, dava-me a responsabilidade. Guardei-o, deixei as margens do Mondego, e vim por ali fora assaz desconsolado, mas sentindo já uns ímpetos, uma curiosidade, um desejo de acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver – de prolongar a Universidade pela vida adiante... (ASSIS, 2012, p.97-98).

Ó pátria, desperta... Não curves a fronte  
Que enxuga-te os prantos o Sol do Equador.  
Não miras na fimbria do vasto horizonte  
A luz da alvorada de um dia melhor?  
Sê pobre, que importa? Sê livre... és gigante,  
Bem como os condores dos píncaros teus!  
Arranca este peso das costas do Atlante,  
Levanta o madeiro dos ombros de Deus (ALVES, 2010, p.53).

As epígrafes de uma dissertação podem falar muitos sobre onde se quer chegar com um trabalho, ou pode dar pistas preciosas sobre os caminhos que se quer percorrer, ou, ainda, pode dar um toque de sutileza para um texto que muitas vezes carrega uma carga teórica-metodológica e analítica grande. Acredito que a intenção aqui está espelhada em cada um dos três pontos. Deixei que Eric Hobsbawm, Machado de Assis e Castro Alves dialogassem com o leitor. É algo proposital. Os três, tomados de empréstimo nessas palavras iniciais, poderiam ter muito a dizer sobre o estudo que está sendo realizado.

Hobsbawm traz elementos muito importantes para que se possa pensar o que foi o século XIX, ou, para este estudo, como se pode pensar o mundo durante o período em que viveram Abrantes e Pérez Rosales. *A Era das revoluções* condiz com a primeira metade do século XIX. E sim, revoluções no plural. Ao mesmo tempo em que diversos países passaram por processos revolucionários na Europa e nas Américas, no qual monarquias deram lugar a repúblicas e sistemas coloniais foram gradativamente esfacelados, houve um *boom* no processo de industrialização; produtos eram exportados em larga escala e aos poucos se delineou um mercado de bens e serviços que conformaria o século XIX e daria um semblante para o início do século XX. Livros, revistas e jornais eram impressos com maior velocidade; o número de leitores aumentava, os círculos letrados dos quais fala Maurice Agulhon (2009) eram cada vez mais frequentes e as apropriações teóricas entre escritores, viajantes, políticos, naturalistas e outros, ganhavam maior dinamicidade, como delineou Mary Louise Pratt (1999). Além disso, foi um momento marcado por acentuado intercâmbio cultural, na medida em que o avanço tecnológico naval proporcionava maior interconectividade entre pessoas de diferentes lugares do mundo. Cada vez mais as elites latino-americanas visitavam outros países para estudar, firmar acordos comerciais, traçar estratégias políticas e construir laços diplomáticos (CERDA, 2006).

O XIX também figura na literatura de Machado de Assis. Os filhos da elite, a exemplo de Abrantes e Pérez Rosales, estudavam em consagradas universidades e escolas europeias. Brás Cubas, narrador defunto da obra citada, conta ao leitor as experiências que teve em Coimbra. Reitera que foi aluno médio, não muito dedicado, mas também nem tão pouco desleixado. Bacharelou-se em direito e voltou ao Brasil para tentar carreira em alguma área de prestígio. As possibilidades desse intercâmbio feitas pelo bacharel de Assis são amplas. É praticamente impossível não pensar nas inúmeras ocasiões de conversa que Brás Cubas teve com outros personagens; nos momentos de troca, de inserção social e estabelecimento de laços que poderiam perdurar para além da vida acadêmica. A narrativa de Assis suscita essas provocações, pois apresenta facetas do universo de políticos e intelectuais do XIX. Abrantes e

Pérez Rosales fizeram, tal qual Brás Cubas, suas viagens. Foram atores sociais em trânsito. Trocaram ideias com pessoas diversas e deixaram vestígios valiosos, como algumas cartas e as memórias que foram escolhidas para a realização deste estudo. Estudaram no exterior e voltaram para seus países, onde tiveram atuação política destacada. Na linguagem de Assis, transformaram-se em *verdadeiros medalhões*<sup>4</sup>. Foram políticos letrados com os pés mergulhados nas ideias do seu tempo, no qual apareciam, cada vez em maior número, estudos sobre as diferenças humanas nos distintos espaços geográficos do mundo. A fauna e a flora eram cada vez mais conhecidas. Viajantes europeus entravam em grande número na América Latina para estudar o continente, fazer negócios, trocar ideias e levar novos saberes de volta para a Europa. A industrialização se tornava sinônimo de modernização e a imigração, cada vez mais presente no vocabulário das elites, era vista como processo decisivo para os avanços econômicos e culturais das nações.

Por fim, Castro Alves, que sempre instiga os leitores à reflexão, descreve, através da pena da qual deriva sua poesia, um cenário social cambiante, marcado pela violência da escravidão ao lado do sonho das elites americanas em construir um continente no qual reine a liberdade. Escravidão e liberdade são algumas das marcas do século XIX. Abrantes e Pérez Rosales fizeram parte das elites que dialogaram com esses dois conceitos durante muitos anos. Todavia, em contextos diferentes. Abrantes não era abolicionista<sup>5</sup>. Para ele, escravidão e liberdade, na obra que aqui analiso, poderiam conviver por mais alguns anos, desde que se incentivasse, gradualmente, a introdução do trabalho livre através da vinda de imigrantes europeus. Pérez Rosales não convivia com esse dilema<sup>6</sup>, mas nem por isso deixa de mencionar os conceitos na obra que seleccionei. Porém, tal como Abrantes, sua concepção de liberdade

---

<sup>4</sup> Inspirado no conto machadino *Teoria do medalhão*. Cilene Margarete Pereira ressalta que o conto, “escrito com ares de doutrina filosófica a ser posta em prática por muitas personagens machadianas, serve como orientação dos meios mais eficazes para se tornar um emérito “medalhão”; isto é, um sujeito sem efetivo valor, mas que através do dinheiro, das amizades ou influências ajeitadas pode alcançar altas posições na esfera social e pública [...] a “teoria do medalhão”, propõe basicamente, a perfeita convivência humana a partir da aceitação dos papéis socialmente marcados (e das ideologias e ideias neles inseridas). Ser original é, portanto, contrário ao socialmente conveniente, desrespeitando a encenação desses papéis. Isso sugere que o homem (visto pela crave crítica de Machado de Assis) é previsível, dotado de ações que podem ser adivinhadas de acordo com as circunstâncias em que se insere” (PEREIRA, 2018, p.150-151). Esse conto compõe uma série de escritos machadinos que fazem uma caricatura da elite brasileira do Oitocentos, trazendo algumas anedotas sobre o cotidiano dessas famílias.

<sup>5</sup> Apesar de defender as ideias abolicionistas através das *Cartas políticas de Américus*, em nenhum momento posterior defende a abolição da escravidão. A própria obra *Memória sobre os meios de promover a colonização*, é muito antes um ensaio sobre a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre do que uma obra abolicionista. Há mais informações sobre o assunto no artigo a seguir: JUNQUEIRA, Lucas de Faria. Uma esquecida obra abolicionista: as Cartas Políticas de Américus. Anais do XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Rio Grande do Norte: 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372276079\\_ARQUIVO\\_UMAESQUECIDAOBRAABOLICIONISTA\\_ASCARTASPOLITICASDEAMERICUS\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372276079_ARQUIVO_UMAESQUECIDAOBRAABOLICIONISTA_ASCARTASPOLITICASDEAMERICUS_.pdf)

<sup>6</sup> Para Robin Blackburn, “o decreto de 1823 e suas confirmações posteriores fizeram do Chile a primeira República hispano-americana adequadamente constituída a abolir de todo a escravidão” (BRACKBURN, 2002, p.383).

ainda é restrita. São autores que estão em sintonia com o contexto mais amplo do pensamento Europeu<sup>7</sup> e dos Estados Unidos<sup>8</sup>, que à época, eram modelos de civilização<sup>9</sup>. Em certa medida, seu pensamento é representativo dos grupos dos quais faziam parte. As questões nacionais sobre as quais deliberaram durante muitos anos, dizia respeito, de forma muito próxima, às suas próprias trajetórias. Como já defenderam José Murilo de Carvalho (2008) e Jorge Pinto Rodriguez (2008), as elites brasileira e chilena desenvolveram projetos de nação de forma muito restritiva e com um horizonte que era delimitado pelos anseios de quem pertencesse à elite. Por isso a menção à Castro Alves, e sua célebre frase “não miras na fimbria do vasto horizonte a luz da alvorada de um dia melhor?”, que pode ser atribuída aos diversos grupos sociais que de uma forma ou de outra estavam a se debruçar sobre os conceitos de escravidão e liberdade, olhando para os tempos futuros com um certo desejo das pompas do XIX.

Assim, Eric Hobsbawm, Machado de Assis e Castro Alves auxiliam a problematizar pontos importantes do século XIX e, sobretudo, alguns aspectos que tangenciam as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales. Ambos dialogam com uma das ideias de narrativa escolhidas para o desenvolvimento dessa dissertação: utilizar, ao lado das fontes de pesquisa, passagens da literatura e textos consagrados da historiografia para preencher algumas lacunas ou para auxiliar na proposição de hipóteses e perguntas para o desenvolvimento da pesquisa.

---

<sup>7</sup> Carlos Sanhueza Cerda (2006) analisou as viagens de chilenos para a Alemanha e de alemães para o Chile e de como isso impactou o imaginário das elites políticas sobre as nações que estavam sendo construídas. Dentro desse cenário, a Europa se converteu em um espaço atrativo. Viajar para o continente era considerado um batismo para a elite política. Nas palavras do autor: “no bastaba con poseer símbolos patrios y emblemas, había que ir a buscar afuera otros elementos que definieran lo propio: su carácter, su posición, sus orígenes. Es a partir de aquí que el viaje a Europa se modifica: es interpretado ahora como un acto bautismal de las nuevas naciones. No se viajaba a cualquier lugar: era justamente en Europa-el faro cultural, la guía por excelencia-, donde podía encontrarse el hombre o la mujer hispanoamericana desde la raíces de su cultura y desde allí atisbar lo propio. Tal y como lo afirma Viñas: Europa se vio como el metro universal y punto de partida. Las nuevas repúblicas son pensadas para Europa y desde Europa” (CERDA, 2006, p.86).

<sup>8</sup> Carlos Sanhueza Cerda, em artigo publicado em 2009, faz uma reflexão sobre a representação dos Estados Unidos para os intelectuais latino-americanos. Para o autor, houve um número considerável de políticos, viajantes, empresários e aventureiros que viajou para os Estados Unidos com o intuito de compreender o funcionamento daquela república, tentar a sorte nos negócios e até mesmo escrever sobre as semelhanças e diferenças entre os países da América Latina e os Estados Unidos. Sanhueza salienta: “de manera creciente, en particular desde mediados de la centuria decimonónica, un conjunto de intelectuales, políticos, comerciantes, escritores, aventureros y mujeres venidos de América Latina alcanzaron tierras norteamericanas. Este interés no sólo respondió a un afán literario, mercantil, de exilio político o de turismo: los viajeros buscaron entender y a su vez explicarse las diferencias entre dos espacios de colonización europea disímiles. ¿Dónde radicaba la distancia que separaba y a la vez conformaba una frontera entre ambas Américas? ¿Cómo poder explicarla? ¿Era posible tomar a los Estados Unidos como un punto de referencia para la construcción de las nuevas repúblicas hispanoamericanas?” (CERDA, 2009, p.77).

<sup>9</sup> Para a reflexão que faço durante a dissertação, utilizo o conceito de civilização de Norbert Elias, que salienta: “o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou o modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização” (ELIAS, 1990, p. 23).

Dito isso, neste primeiro capítulo, a abordagem escolhida irá privilegiar o contexto mais geral no qual estão inseridos Abrantes e Pérez Rosales. Apresentarei, de forma comparativa, um panorama político de Brasil e Chile no século XIX – centrado nas questões que tangenciam as migrações –, relacionando suas histórias nacionais às andanças políticas do continente latino-americano. Farei um diálogo com a historiografia para localizar temporalmente os personagens centrais da dissertação, com o intuito de entender as questões políticas, econômicas e sociais que estão no centro das discussões no Brasil e no Chile.

Posteriormente, analisarei, de forma particularizada, as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales. A partir dessa etapa do trabalho, tento apresentar os personagens e levantar questionamentos sobre algumas estratégias<sup>10</sup> de inserção social que utilizaram para fazer parte da elite brasileira e chilena. Ao mesmo tempo, é nessa parte da dissertação que apresento o contexto de produção das memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Por que eles escreveram suas memórias? Qual interesse possuíam sobre imigração e colonização? O que estes personagens podem revelar sobre os projetos de imigração e colonização que foram postos em prática no Brasil e no Chile na segunda metade do Oitocentos? Mais do que trazer respostas definitivas a essas perguntas e levantar novos questionamentos sobre essas questões, proponho, a partir da historiografia, uma forma de se pensar a elite letrada brasileira e chilena. Por isso recordo Marc Bloch: “mas a história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para o conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento” (BLOCH, 2001, p.46).

---

<sup>10</sup> Utilizo o conceito de estratégia de Jacques Revel, para o qual “o termo “estratégia” não deve, porém, enganarnos. A ideia não significa aqui entender os atores sociais do passado como capazes de comandar de forma soberana seu destino, o que equivaleria a aplicar ao passado concepções de uma ideologia contemporânea que acredito ser, entretanto, profundamente falaciosa. O problema tampouco é aquele, metafísico, da liberdade humana para o qual os historiadores não têm, receio eu, nenhuma resposta substancial a fornecer. Ele é, mais simples e concretamente, o seguinte: como nós mesmos hoje, os atores do passado dispunham de certo número de recursos, cuja natureza e volume variavam e eram submetidos a pressões igualmente desiguais no seio de uma configuração social dada. A partir destes, eles deviam orientar-se no mundo social, em primeiro lugar para sobreviver, eventualmente para reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças etc. Eles eram levados a efetuar escolhas entre um número limitado de possibilidades, em função da posição que ocupavam no mundo social e também a partir da representação do mundo social que lhes era acessível lá onde estavam. Eles não eram, então, “livres” para fazer o que quisessem, mas certamente tinham o sentimento de se verem constantemente confrontados com alternativas: na escolha de uma aliança matrimonial ou na afirmação de uma solidariedade religiosa, num comportamento econômico, nas suas relações com as instituições” (REVEL, 2010, p.440).

## PARTE 1 – CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

### 2.1 Um olhar geral: Brasil e Chile, Abrantes e Pérez Rosales

O Conselheiro Visconde de Abrantes votou a favor da proposta não só pelas razões ponderadas pelo Ministro da Guerra, como por que vê nessa medida um meio pronto, e eficaz de se estabelecerem colônias nas fronteiras do Sul; sendo de opinião que o Governo deve quanto antes tratar, ainda com sacrifícios pecuniários de povoar aquelas fronteiras, seguindo no que for aplicável ao Brasil, o exemplo do Governo Britânico no Canadá<sup>11</sup>.

Asociándonos al pensamiento iniciado por la Sociedad Nacional de Agricultura para formar una gran compañía anónima que bajo el título de Sociedad Nacional de Colonización emprenderá el importante trabajo de contratar e traer inmigrantes de Europa i de los Estados Unidos de América para colonizar los terrenos baldíos de la provincia de Arauco i departamentos de Lebu e Imperial que aquella Sociedad ha solicitado del supremo gobierno bajo las condiciones determinadas por la lei que reglamenta la transmisión de la propiedad en territorio indígena, sometemos a la consideración de Ud. las bases acordadas para el establecimiento de esta empresa, invitándole a tomar parte de ella<sup>12</sup>.

Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales ocupavam posições de destaque na segunda metade do século XIX. O brasileiro possuía uma cadeira no Conselho de Estado do Império. O chileno, depois de ser nomeado agente de colonização de Valdivia e Llanquihue<sup>13</sup>, participou da fundação da *Sociedad Nacional de Colonización*. No Brasil, discutia-se sobre a necessidade de recrutar soldados para compor as linhas de frente do Exército, em decorrência de um eminente conflito na turbulenta fronteira cisplatina<sup>14</sup>. Como se percebe na primeira

<sup>11</sup> Este trecho foi retirado das Atas do Conselho de Estado Pleno do Império, que contempla o período que se inicia em 1842 e se encerra em 1850. A documentação foi organizada pelo historiador José Honório Rodrigues e pode ser consultada através do link a seguir: [https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT\\_AtadoConselhoDeEstado.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp). Acesso em 26/04/2019.

<sup>12</sup> Catálogo del Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores, 1810-1900.

<sup>13</sup> Valdivia e Llanquihue são cidades que receberam contingentes de imigrantes alemães no século XIX. Ficam localizadas ao sul do território chileno, distantes 850 km e 1000 km, aproximadamente, da capital Santiago. Sobre seu contexto histórico que tangencia as migrações, a pesquisadora Carmen Norambuena apresentou dados importantes acerca das políticas migratórias chilenas do período entre 1830 e 1930. Destaca que em 1845 foi aprovada uma lei que garantia a cidadania aos imigrantes que decidissem se estabelecer no Chile. Em 1850, ano da nomeação de Rosales, iniciou-se um movimento para atrair colonos europeus para o país. Segundo Norambuena, a atuação de Rosales teve impactos positivos: ainda no mesmo ano, 212 imigrantes – entre mulheres, homens e crianças – estabeleceram-se em Valdivia (NORAMBUENA, 1990, p.34).

<sup>14</sup> Na sessão do Conselho de Estado do Império, realizada no dia 1ª de Agosto de 1850, os conselheiros de Estado manifestaram-se a favor ou contra as seguintes medidas: “1º O Governo é autorizado: 1º a contratar até dez mil praças estrangeiras para defesa, e guarnição da Fronteira da Província do Rio Grande do Sul, onde ficarão estacionadas, não podendo, quaisquer que sejam as circunstâncias, ser empregadas em outra Província do Império. 2º A distribuir terras no fim do engajamento, ou durante o licenciamento, às praças, que se quiserem estabelecer como colonos, auxiliando-os no primeiro ano com a prestação de soma igual ao valor da etapa; e fazer as despesas precisas para execução desta Lei”. Depois de ouvir cada um dos conselheiros, decidiu-se em estabelecer novo diálogo com o governo de Rosas para evitar o conflito. A decisão, todavia, contrariou o voto favorável de Abrantes pela vinda de estrangeiros para a Província de São Pedro. Link de acesso:

epígrafe, Abrantes posicionou-se favoravelmente às medidas expostas, mantendo sua perspectiva com relação à vinda de estrangeiros para o Império. No Chile, fundava-se a *Sociedad Nacional de Colonizacion*, com o intuito de atrair imigrantes europeus e norte-americanos para povoar os “terrenos baldios” da província de Arauco. Pérez Rosales fazia parte da comissão e ao que indica a documentação, foi o responsável por fazer a mediação com o governo para a criação da sociedade.

Essas discussões foram realizadas com certa proximidade em relação à publicação das memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Em 1846, Abrantes publicou *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*, e em 1854, Pérez Rosales publicou *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. A votação da qual Abrantes participou, que é citada na epígrafe que abre este texto, foi realizada em 1850. Portanto, quatro anos após a publicação das memórias. Quanto ao caso de Pérez Rosales, a deliberação sobre a criação da *Sociedad Nacional de Colonizacion*, ocorreu em 1874, vinte anos após a publicação das memórias. Essas informações dizem muito sobre o mapeamento documental que foi realizado. Desde 1822, a trajetória de Abrantes se vincula com a vida política do Império. Atuou em diversas frentes e ocupou vários cargos de destaque, tendo parte de sua atuação bem documentada através das memórias que escreveu, das Atas do Conselho de Estado Pleno do Império e do relatório sobre sua atuação diplomática na Europa. Por outro lado, Pérez Rosales se insere na vida política chilena de forma mais tardia se comparado com Abrantes. Seus indícios aparecem nas memórias que publicou, na documentação da *Sociedad Nacional de Colonizacion* e há alguns traços em outros documentos como diários de viagem, publicação de textos em periódicos e cartas. O que essas colocações contribuem para a discussão que pretendo realizar na dissertação? Ambos os autores estavam intrinsecamente associados aos seus estados e por isso, compreendo que as memórias que publicaram estão relacionadas com as discussões mais gerais que eram realizadas em torno da organização política, econômica e social de Brasil e Chile. Imigração e colonização, portanto, compunham um lugar central na narrativa de Abrantes e Pérez Rosales e eram defendidas pelos autores como forma de desenvolvimento econômico e social.

Como se percebe na historiografia, através dos trabalhos de Lená Medeiros de Menezes (2014) e Carmen Norambuena Carrasco (1990), o contexto em que Abrantes e Pérez Rosales estavam inseridos era de efervescência das ideias imigrantistas. Além disso, Débora Bendocchi Alves, João Klug e Marcos Antônio Witt (2017), salientam que

---

[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT\\_AtadoConselhoDeEstado.asp](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp) (A discussão completa sobre esse ponto se encontra entre as páginas 120 e 125). Acesso em 26/04/2019.

nesse período, ou seja, na metade do século XIX, vários outros pensadores escreveram sobre e/imigração e colonização para/na América. Políticos, intelectuais e letrados dos mais variados níveis e grupos publicaram obras nas quais a temática da imigração é o foco central da narrativa. O grande número de livros impressos por volta de 1850 talvez seja explicado por alguns fatores, como o início de movimentos migratórios de maior vulto em direção à América; a veiculação de material publicitário, na Europa, com o objetivo de conquistar adeptos para a emigração; as revoluções liberais de 1848, as quais produziram indivíduos que viram na emigração uma possibilidade de fuga e/ou refúgio; a consolidação de governos sul-americanos materializados sob os modelos de repúblicas e império, os quais, após as guerras de independência, estavam prontos para investir em crescimento econômico-social; a discussão e pressão para o fim do tráfico em países como o Brasil; a ascensão do café, a partir da província do Rio de Janeiro, se expandindo para a província de São Paulo, e a urgência de mão de obra para as lavouras e o beneficiamento do produto; entre outros motivos (ALVES; KLUG; WITT, 2017, p.13).

Além desse aspecto destacado pelos autores, as

repúblicas e império recém-fundados foram percebidos como espaços potenciais para a criação e o desenvolvimento de uma nova sociedade via imigração. Na lógica dos que escreveram sobre a mobilidade humana no Oitocentos, indígenas e escravos africanos estavam excluídos desse projeto, pois suas características étnico-raciais estavam aquém do imigrante desejado, personificado na figura do homem branco europeu (ALVES, KLUG, WITT, 2017, p.14).

Abrantes e Pérez Rosales publicaram obras que intensificaram o debate em torno das migrações no Brasil e no Chile. Influenciados pelas ideias racionais de colonização dos Estados Unidos e da Inglaterra, à época modelos de civilização e modernidade (HOBSBAWN, 2016), os autores defenderam a vinda de imigrantes europeus para modernizar as nações recém-independentes (STUVEN; PAMPLONA, 2010). Estes imigrantes, portadores de uma civilidade, resignação e aptidão ao trabalho, seriam parte essencial para o desenvolvimento econômico e social de Brasil e Chile.

Essas aproximações mencionadas acima são um dos pontos observados nessa dissertação: Brasil e Chile, neste cenário das migrações, possuíam muitas similitudes naquilo que toca seus projetos migratórios. As ideias defendidas acerca do processo migratório, dos imigrantes desejáveis<sup>15</sup> e dos objetivos almejados com este empreendimento se assemelham.

---

<sup>15</sup> Aproprio-me aqui, de uma expressão muito utilizada pela pesquisadora Lená Medeiros de Menezes, que tem alguns estudos direcionados para refletir sobre a construção de narrativas em torno do que seriam imigrantes desejáveis e imigrantes indesejáveis. Ver mais em: MENEZES, Lená Medeiros de. Entre o ideal e o real: Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização*. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.



Pensando nesses pontos e para aprofundar a discussão e mostrar um dos recursos metodológicos utilizados, aproximo-me de Marc Bloch (1998) para pensar em alguns aspectos da comparação. Em um estudo clássico e bastante utilizado pelos historiadores, Bloch explica:

antes do mais, no nosso domínio, o que é comparar? Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São, portanto, necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre dois factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar (BLOCH, 1998, p.120-121).

Para esse estudo em específico, Brasil e Chile receberam um contingente de imigrantes europeus no século XIX e as elites políticas e letradas construíram um determinado padrão discursivo<sup>16</sup> em torno dessas migrações. Principalmente a partir da década de 1870, a ideia de que o trabalhador europeu era indispensável para o desenvolvimento econômico e social das nações estava sedimentada e era quase unanimidade entre as elites (MENEZES, 2014; ENRIQUEZ, 2010). Essa é uma primeira similitude em um processo que marcou o século XIX na América Latina, principalmente em países como Brasil, Argentina e Chile, como demonstram os estudos demográficos de Helbert Klein (1999).

Avançando na discussão, Jürgen Kocka, estudioso dos textos de Bloch, salienta: “deve-se acrescentar que a comparação não somente ajuda a sustentar noções de particularidade, mas é também indispensável para desafiar e modificar tais ações” (KOCKA, 2014, p.281). A historiografia que tangencia a questão das ideias sobre imigração e colonização, como, por exemplo, os estudos de Célia Martinho de Azevedo (1987), Giralda Seyferth (2002), Angela Bernadete Lima (2014) e Menezes (2014), evidenciam a tônica dos discursos imigrantistas no Brasil do século XIX, pautados pela racialização, modernização e vinculados com a ideia de progresso. Analisando apenas a historiografia brasileira, como os estudos indicados, pode-se criar uma certa noção de particularidade na forma como a elite imperial pensava na discussão que abarca imigração e colonização, uma vez que o Brasil foi um dos países que tentou, sob formas diferentes, atrair colonos estrangeiros para colonizar suas terras devolutas. Todavia, quando se contrapõem estes estudos com aqueles realizados por Norambuena (1990), Baldomero Estrada (1999), Carlos Sunhuesa Cerda (2006) e Jorge Pinto Rodríguez (2008),

---

<sup>16</sup> Aqui, utilizo o conceito de discurso de Miguel Ángel Cabrera, para o qual “el discurso es un esquema epistemológico que hace posible que los individuos no sólo vean algunas cosas y no otras, sino, además, que vean esas cosas de una determinada manera” (CABRERA, 2004, p.80).

alguns aspectos que podem parecer particulares ao caso brasileiro, tem ressonâncias no Chile. Isso ganha ainda mais clareza quando se analisa as memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Observando de perto suas obras, percebe-se uma certa conexão entre algumas ideias: a defesa do incentivo à vinda de imigrantes europeus, a seleção dos melhores colonos – trabalhadores, empresários, agricultores, comerciantes, tecelões, ferreiros e outros – e a ocupação territorial com fins econômicos, políticos e sociais vista como peça importante para o desenvolvimento das nações.

Outro elemento importante da discussão contempla a atuação política de Abrantes e Pérez Rosales. Compartilho de algumas premissas levantadas por Angel Rama para pensar na importância dos letrados para o desenvolvimento de um certo modo de ser e existir dos estados nacionais<sup>17</sup>. O autor considera que a organização burocrática dos estados nacionais na América Latina do século XIX possuem marcas do período colonial, quando Espanha e Portugal mantinham seus domínios ultramarinos. Nesse sentido,

para llevar adelante el sistema ordenado de la monarquía absoluta, para facilitar la jerarquización y concentración del poder, para cumplir su misión civilizadora, resultó indispensable que las ciudades, que eran el asiento de la delegación de los poderes, dispusieran de un grupo social especializado, al cual encomendar esos cometidos. Fue también indispensable que ese grupo estuviera imbuido de la conciencia de ejercer un alto ministerio que lo equiparaba a una clase sacerdotal. Sino el absoluto metafísico, le competía el subsidiario absoluto que ordenaba el universo de los signos, al servicio de la monarquía absoluta de ultramar (RAMA, 1998, p.31).

As cidades possuem um papel central para Rama. Elas seriam os primeiros centros de poder, espaços de troca, sociabilidade, de ver e ser visto. É a partir desse pensamento que o autor define a *ciudad letrada*, que reunia religiosos, administradores, educadores, profissionais liberais, escritores e outros intelectuais, ou como concebe, “todos esos que manejaban la pluma,

---

<sup>17</sup> Claudia Wasserman, demonstra a complexidade de discutir as noções de estados nacionais para o caso latino americano. A autora compreende que os processos de independência no continente iniciaram suas formações, que estavam condicionadas pelas elites criollas que participaram das emancipações. Com exceção do Brasil, que se tornou Monarquia, “formaram-se dezessete repúblicas, cujo limite territorial era dado pela unidade administrativa ou comercial ou militar anteriores ao processo. Eram divisões arbitrárias decretadas pelo alto, desde o período colonial. Quando se tornam independentes, tendem a constituir-se como Estados ainda sem nações” (WASSERMAN, 2010, p.181). Essa discussão realizada pela autora auxilia na reflexão que realizo na dissertação: Brasil e Chile estavam passando por um processo de formação de seus estados nacionais e, por isso mesmo, as incertezas eram maiores do que as certezas quanto às questões territoriais, populacionais, políticas e econômicas. E nesse sentido, as discussões políticas realizadas na primeira metade do século XIX tem relação direta com esse processo de formação, no qual se localizam os debates sobre a vinda de imigrantes europeus para a delimitação e proteção de fronteiras, desenvolvimento econômico e social – condicionados pelas ideias de modernização e racialização que marcaram esse período. Ver mais em: WASSERMAN, Claudia. História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 177-214.

estaban estrechamente asociados a las funciones del poder y componían lo que Georg Friederici ha visto como un país modelo de funcionariado y de burocracia” (RAMA, 1998, p. 32). Ainda considera que “los siglos de Colonia muestran reiteradamente la sorprendente magnitud del grupo letrado que en su mayoría constituye la frondosa-burocracia instalada en las ciudades a cargo de las tareas de transmisión de la metrópoli y las sociedades coloniales” (RAMA, 1998, p.33). No século XIX, após as independências, a América Latina teria passado por outro processo que trazia similitudes com algumas práticas oriundas do período colonial. Ao invés dos componentes da *ciudad letrada* visitarem as antigas metrópoles, buscavam suas bases nos outros países do continente europeu<sup>18</sup>. Espanha e Portugal deram lugar à Inglaterra, França, Alemanha e fora do eixo europeu, os Estados Unidos. Os lugares de formação ou de *batismo*, como provoca Carlos Sanhueza Cerda (2006), mudaram, assim como a dinâmica política dos estados recém independentes. Alguns desses apontamentos são perceptíveis nos casos de Abrantes e Pérez Rosales.

O Visconde de Abrantes nasceu em Santo Amaro da Purificação, em 23 de outubro de 1796 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 13 de setembro de 1865. Oriundo de uma família com larga tradição na participação política local, graduou-se no curso de Direito na Universidade de Coimbra no ano de 1821. Ao longo da sua trajetória política, esteve à frente de diversos cargos públicos, dentro os quais se destacam o Ministério da Fazenda e o cargo de diplomata, exercido entre os anos de 1844 e 1846. Durante todo o período em que esteve inserido na vida política do Império, utilizou-se da escrita e da oralidade para defender suas ideias. Publicou diversos estudos, dentre os quais *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846). Por outro lado, Vicente Pérez Rosales nasceu em Santiago, no Chile, em 5 de abril de 1807 e veio a falecer na mesma cidade, em 6 de setembro de 1886. A maior parte da sua formação foi feita na Europa, no Liceo Hispanoamericano. Seus estudiosos destacam sua grande circularidade em países europeus, Estados Unidos e da América Latina (PINEDO,

---

<sup>18</sup> Carlos Sanhueza Cerda explica que havia uma certa tradição nas viagens à Europa desde o período colonial. Em suas palavras, “a pesar de las dificultades, no pocos criollos se vieron en la obligación de viajar, en un trayecto que, debido a las imposiciones que el sistema colonial dictaba a los miembros del Imperio Hispano, se reducía casi en su totalidad a España y, en especial, a la ciudad de Madrid. El propio sistema administrativo y judicial hizo necesario un viaje. Si de terminados pleitos se empantanaban años y hasta decenios sin una solución, la única salida consistía en arribar a la Corte y mover influencias o alegar ante instancias superiores. No pocas veces el deseo de una posición en la administración americana del Imperio Hispano llevó a algunos a cruzar el Atlántico” (CERDA, 2006, p.83). Além disso, “uno de los motivos más recurrentes del viaje a Europa, en especial duran te el siglo XVIII, lo constituyó el de los hijos de criollos: hijos de funcionarios importantes o acaudalados que eran enviados a la Corte en una suerte de *Bildungsreise* o viaje de formación” (CERDA, 2006, p.84). Nesse sentido, com as independências, as elites criollas passaram a viajar para outros países do continente europeu, não sendo mais uma necessidade visitar a Espanha na viagem de formação.

2010). Em 1850 foi nomeado agente de colonização de Valdivia e Llanquihue. Desse ano em diante, publicou diversas obras voltadas para a temática da imigração e se tornou, em 1857, cônsul do Chile em Hamburgo com o objetivo de atrair trabalhadores europeus. Escreveu diversos trabalhos, dentre os quais *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854).

Ambos atuaram como políticos letrados em seus países. Foram protagonistas nos bastidores da vida política de Brasil e Chile e forneceram subsídios para as discussões em torno da imigração e colonização. Escreveram obras que foram lidas e debatidas entre seus pares. Parafraçando Rama, sua habilidade de *manejar la pluma* possibilitou maior circulação dos personagens, que ocuparam cargos de destaque. Apesar das divergências na política entre Brasil e Chile, percebo com os casos de Abrantes e Pérez Rosales – cujos desdobramentos serão abordados em subcapítulos separados – que as formas de inserção na política se assemelham. A carreira, a formação no exterior, um certo modo de serem reconhecidos como homens das letras e os lugares de atuação, sempre nos centros de maior atividade política e econômica de Brasil e Chile. Como enfatiza Kocka, com a comparação,

descobre-se que o caso com o qual se é mais familiar, é somente uma possibilidade entre outras. Frequentemente os historiadores estão relativamente concentrados nas histórias de seus países ou regiões. Por causa disso a comparação pode ter um efeito de “desprovincialização”, uma liberação, um efeito de abrir os olhos, com consequências para a atmosfera e o estilo da profissão. Essa é uma contribuição da comparação que não deveria ser subestimada, mesmo hoje<sup>19</sup> (KOCKA, 2014, p.281).

Essas dinâmicas, nesse sentido, perpassam fronteiras nacionais. Rama observa a atividade política e social desses grupos letrados da América Latina. Por sua condição de homens de letras em uma sociedade majoritariamente analfabeta, essa elite letrada constituiu um modo de ser dentro da burocracia que estava sendo formada. Pois, como destacou Rama, “por su experiencia saben que puede modificarse el tipo de mensajes que emitan sin que se altere su condición de funcionarios, y ésta deriva de una intransferible capacidad que procede de un campo que le es propio y que dominan”, sendo que “no sólo sirven a un poder, sino que también son dueños de un poder” (RAMA, 1998, p.36). Abrantes e Pérez Rosales, como

---

<sup>19</sup> Maria Ligia Prado (2005) também chamou a atenção dos historiadores para esse mesmo ponto. Criou-se uma espécie de bolha que separa o Brasil da América Latina; uma fronteira invisível entre nós e os outros nessa história que é compartilhada por todo o continente. Por isso, durante muito tempo, acreditou-se na impossibilidade de observar fenômenos locais, ocorridos no Brasil, ao lado de outros nos demais países da América Latina. Por mais que exista a proximidade geográfica e dos próprios processos históricos, os trabalhos que enfatizam a comparação na América Latina e, sobretudo, que observam algum fenômeno do Brasil com os demais países, ainda são minoritários.

membros da elite letrada brasileira e chilena e num espectro mais amplo, de dois países recém independentes da América Latina, exerceram um papel importante nas discussões sobre imigração e colonização de seus países, sendo este um dos pontos de discussão sobre a formação dos estados nacionais no século XIX.

Para aprofundar a discussão e permitir a visualização de alguns pontos importantes para esse debate, elaborei um quadro comparativo entre Brasil e Chile. É uma tentativa de particularizar especificidades dos dois países para que seja possível perceber as possibilidades e os limites das comparações entre Brasil e Chile. O foco do quadro são as questões políticas e migratórias.

**Tabela 1:** Comparações entre Brasil e Chile.

<b>BRASIL</b>	<b>CHILE</b>
Monarquia	República
Migrações incentivadas desde 1818	Migrações incentivadas desde 1825
Censo populacional de 1872 com 9.930.478 habitantes <sup>20</sup>	Censo populacional de 1845 com 1.439.120 habitantes <sup>21</sup>
Representação na Europa	Representação na Europa
Dinâmica migratória perpassada pela escravidão, guarnição de fronteiras, obtenção de mão de obra e desenvolvimento econômico	Dinâmica migratória perpassada pela integração territorial, dinamização comercial, composição demográfica e assimilação étnica em regiões de fronteira indígena

Fonte: do autor.

Na Tabela 1, fiz um breve apanhado de alguns pontos importantes que levo em consideração para comparar Brasil e Chile<sup>22</sup>. Apesar de ambos terem recebido imigrantes europeus e os projetos de colonização possuírem pontos em comum, há algumas particularidades importantes que devem ser mencionadas. Desde 1818, antes da independência

<sup>20</sup> Censo disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/01/censo-de-1872-e-disponibilizado-ao-publico>.

<sup>21</sup> Informações disponíveis em: CARRASCO, Carmen Norambuena. Política y legislación inmigratoria en Chile, 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990 (p.36).

<sup>22</sup> Considero que essa escolha não esgota as possibilidades de comparação. Trata-se de uma entre outras possibilidades de se visualizar pontos importantes.

do Brasil, a coroa portuguesa havia implementado um projeto de colonização com suíços em Leopoldina e Nova Friburgo<sup>23</sup> e, posteriormente, em 1824, com alemães em São Leopoldo. Ou seja, desde o início do XIX, havia no Brasil um pensamento de trazer imigrantes europeus que foi colocado em prática via projetos de colonização. Por outro lado, no Chile, apesar da implementação de leis que incentivassem a vinda de imigrantes europeus em 1825 e 1845 (CARRASCO, 1990), não houve a concretização de um projeto de colonização mais amplo. Estrada (1999) avalia que na primeira metade do século XIX o Chile recebeu um contingente pouco expressivo via imigração espontânea.

Dentro dessa discussão, ainda há os debates sobre as temporalidades na primeira metade do XIX. Para Luiza Horn Iotti, durante a década de 30 nenhuma colônia com imigrantes europeus foi estabelecida no Brasil<sup>24</sup> (IOTTI, 2001). A partir da década de 40 o Império retomou sua política de colonização, que resultou na organização de vinte colônias, dentre as quais, 33% eram imperiais e 67% particulares (IOTTI, 2001, p.23). Para a pesquisadora,

a presença de um número significativo de colônias particulares, pode ser relacionado à Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848, através da qual o Império concedia terras provinciais para a colonização (art. 16)<sup>25</sup>. A falta de recursos dos governos provinciais fez com que eles se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e atuação de companhias de colonização. Importante salientar também que, com essa Lei, “abre-se terreno para que os interesses regionais sejam contemplados pelo processo civilizatório” (AXT, 1998, p.5). Na medida em que os governos provinciais assumiram a colonização, passaram a atender mais os interesses regionais do que até então (IOTTI, 2001, p.23).

Além disso, segundo Giralda Seyferth, é apenas na metade da década de 40 do século XIX que efetivamente o Império retoma sua política migratória, na qual “houve um

<sup>23</sup> Ver mais em: SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting-pot* nacional. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

<sup>24</sup> Como mencionou Iotti, “porém, foram promulgados três atos importantes, envolvendo aspectos relativos ao futuro da imigração no país: regulamentação dos contratos de trabalho e naturalização de estrangeiros. Em 13 de setembro de 1830 foi promulgada a primeira lei sobre o trabalho no Brasil, regulamentando “o contrato por escrito sobre a prestação de serviços feitos por brasileiros ou estrangeiros, dentro ou fora do Império”. Segundo Jean Roche (1969, p.99-100), “pretendia favorecer a agricultura, mas estabelecia grande desigualdade entre as obrigações dos trabalhadores e as dos proprietários (...) Somente em 1837 uma nova lei sobre o trabalho dos estrangeiros concedeu-lhes condições mais favoráveis”. A Lei n. 108 de 11 de outubro de 1837 dava várias providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos e visava especificamente o trabalhador estrangeiro. Finalmente, a lei de naturalização de 23 de outubro de 1832, estabelecendo que poderiam se tornar cidadãos brasileiros todos os estrangeiros, maiores de 21 anos, residentes no Brasil há, pelo menos, quatro anos” (IOTTI, 2001, p.23).

<sup>25</sup> Art. 16 – “A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição”.

investimento claro na imigração alemã expresso através da representação diplomática brasileira em Berlim, chefiada pelo Visconde de Abrantes, juntamente com o debate sobre a necessidade de regulamentar a posse e a propriedade da terra” (SEYFERTH, 2002, p.120), tendo como resultado imediato a Lei de Terras, de 1850 e a retomada da imigração alemã para o Rio Grande do Sul (a partir de São Leopoldo), Santa Catarina (no Vale do Rio Cubatão), nas terras altas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, no ano de 1845 (SEYFERTH, 2002). Para Seyferth, é nesse período que se consolida a imagem do imigrante alemão como o mais desejável para colonizar as terras devolutas imperiais.

Através da naturalização da “índole” ou “pendor” agrícola, os colonos alemães ficaram no topo da hierarquização por nacionalidade – mesmo quando criticados por sua irredutibilidade étnica. “A colonização alemã é a que mais convém ao Brasil”: variações dessa frase foram comuns nos textos sobre colonização após 1845, inclusive na “Memória” escrita pelo Visconde de Abrantes e publicada em 1846 quando procurava atrair imigrantes para o Brasil com o beneplácito do governo prussiano, expressando opiniões reformistas sobre a liberdade de culto, naturalização, escravidão e propriedade da terra (SEYFERTH, 2002, p.122).

No Chile, “a mediados del siglo XIX el gobierno chileno inició programas de migración selectiva que se mantuvieron por años como política migratoria, pero el grueso de los migrantes que llegaron al país lo hicieron de manera voluntaria, libre y espontánea” (CARRASCO; ACEVEDO, 2018, p.13). Isso porque, “Chile, en razón de su lejanía de Europa, nunca fue un centro predilecto para los inmigrantes” (CARRASCO; ACEVEDO, 2018, p.35). As tentativas de organizar e promover a imigração para o território chileno foram efetivamente implementadas a partir de 1845, quando se discutiu o projeto de lei sobre o estabelecimento de imigrantes em até “seis mil quadras de terrenos baldíos” (CARRASCO, 1998, p. 98). O artigo 1º reiterava:

Se autoriza al Presidente de la República para que en seis mil cuadras de los terrenos baldíos que hay en el Estado, pueda establecer colonias de naturales y extranjeros que vengan al país con ánimo de avecindarse en él y ejerzan alguna industria útil; les asigne el número de cuadras que requiera el establecimiento de cada uno y las circunstancias que lo acompañan; para que les auxilie con los útiles, semillas y demás efectos necesarios para cultivar la tierra y mantenerse el primer año, y últimamente para que dicte cuantas providencias le parezcan conducentes a la prosperidad de la colonia (CARRASCO, 1998, p.98-99).

Foi nesse contexto que Vicente Pérez Rosales foi designado para atrair colonos alemães para a província de Valdivia. Ao todo, 212 imigrantes trocaram a Alemanha pelo Chile até 1850

(CARRASCO, 1998, p.34). Em 1851, o congresso chileno votou pela ampliação do projeto de lei de 1845, que definia, em artigo único:

Se autoriza al Presidente de la República para que pueda disponer de los terrenos baldíos que fueren necesarios para el establecimiento de colonias bajo las bases que prescribe la ley de 18 de noviembre de 1845. Del uso que haga de esta autorización se dará anualmente cuenta al Congreso.  
Y por cuanto, oído el Consejo de Estado, he tenido a bien aprobarlo y sancionarlo; por tanto, dispongo se promulgue y lleve a efecto en todas sus partes como ley de la República (CARRASCO, 1998, p.100-101).

O assunto das migrações só seria retomado, nessa discussão que visa a criação de leis e a regulamentação da imigração, em 1874 com a criação da *Sociedad Nacional de Colonización*, cujo trecho da ata de fundação foi citado no início desse subcapítulo.

Assim como no Brasil, “la premisa central alrededor de la cual se desarrolla este apartado es que desde sus inicios como república el país ha tenido una política migratoria de carácter selectivo y, en varios momentos de su historia, restrictivo” (CARRASCO; ACEVEDO, 2018, p.29). A preferência recaía sobre a atração de imigrantes europeus, sobretudo franceses e alemães. Pérez Rosales, em seus escritos e na memória que aqui analiso, também dedica parte da sua argumentação para defender a vinda de imigrantes alemães para o Chile.

Ainda dentro desse primeiro aspecto de discussão, há outro ponto recorrentemente lembrado na historiografia: os imigrantes, na maioria das vezes, eram direcionados para regiões específicas do território<sup>26</sup>. Tanto para o Brasil quanto para o Chile, há muitas especificidades que precisam ser levadas em consideração, como os lugares de assentamento, motivações desses direcionamentos e o que se espera com o empreendimento. O primeiro ponto recai sobre as regiões fronteiriças. Nesse sentido, 1824 é um marco importante para o caso brasileiro, no qual “as famílias imigrantes e seus descendentes foram assentados em áreas estratégicas” com o intuito de “delimitar uma fronteira mais estável”, como é o caso da região Sul (ver Mapa 1) (WITT, 2019, p.29). Já no Chile, como salientou Lucrecia Enríquez, a territorialidade era um componente central na alocação de imigrantes europeus, uma vez que as áreas destinadas à

---

<sup>26</sup> Denilson da Silva Ferreira fez um levantamento das principais discussões teóricas e metodológicas nas quais estão inseridas as noções de território e territorialidade na Geografia. Em sua perspectiva, a interdisciplinaridade possibilitou uma melhor compreensão desses conceitos, na medida em que noções da história, sociologia e antropologia foram incorporadas às discussões. E justamente por isso argumenta que o leque de interpretações é amplo. Para os objetivos almejados com esta dissertação, aproprio-me do conceito de território de Rogerio Haesbaert e Ester Limonad, que argumentam: “o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (FERREIRA apud HAESBAERT & LIMONAD, 2007, p. 42). Ver mais em: FERREIRA, Denilson da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na Ciência geográfica. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abril, 2014.



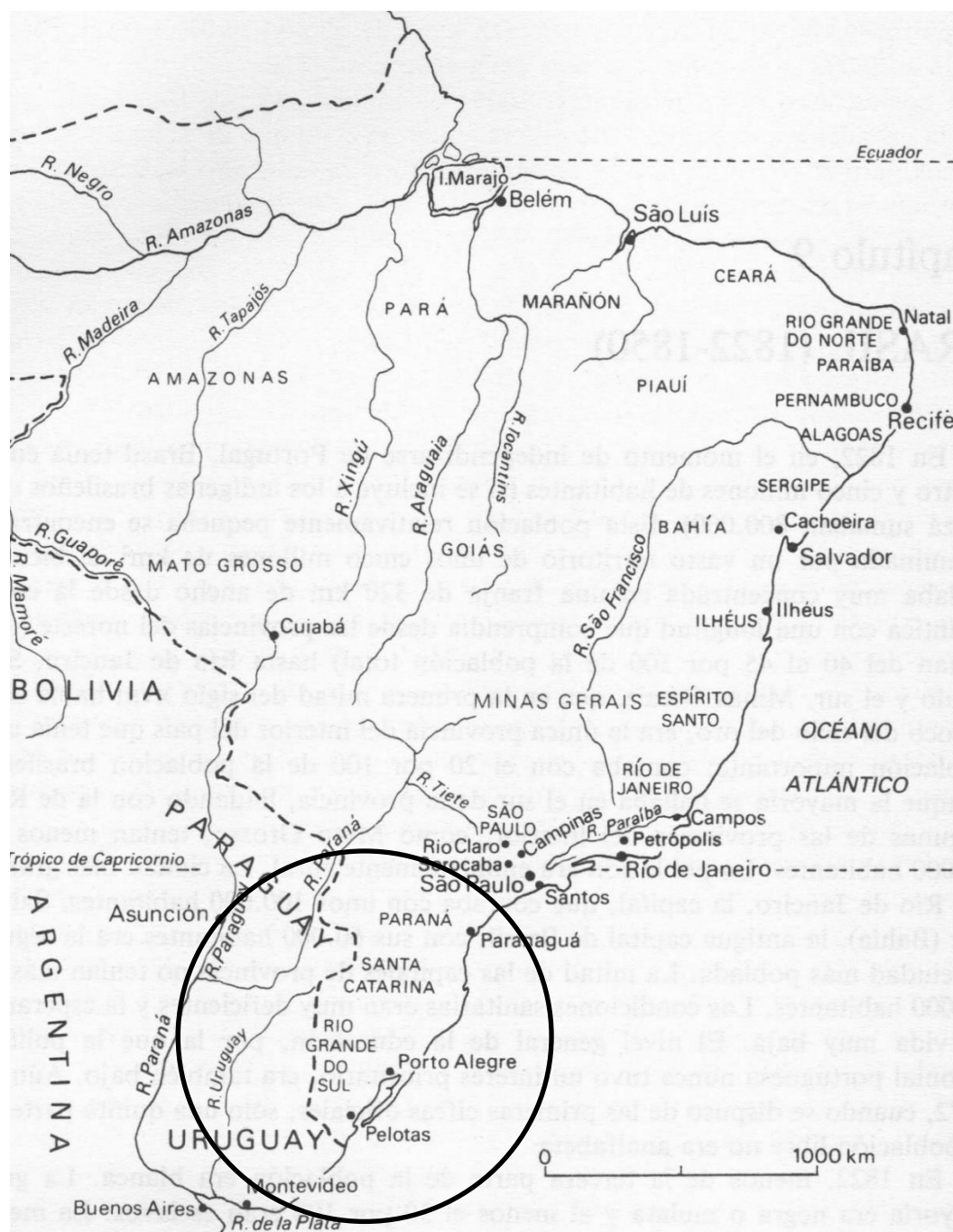
colonização estavam localizadas em espaços que faziam fronteira com terras indígenas ou nas próprias terras indígenas, como ocorre no processo de colonização da região da Araucanía. Para a autora, o indígena era excluído do processo de construção do Estado Nacional chileno<sup>27</sup>. “Em consonância com as demais nações hispano-americanas, o índio era considerado um fator de atraso, e estimulava-se a chegada de imigrantes europeus para civilizar e anexar os territórios onde os índios viviam” (ver Mapa 2) (ENRÍQUEZ, 2010, p.91). Além disso,

el marco jurídico diseñado y la política seguida por la autoridad gubernamental en la materia, se conectaron con el desarrollo general del país, siendo muchas veces la respuesta a coyunturas específicas: poblar extensas zonas deshabitadas del territorio para incorporarlas definitivamente a la soberanía nacional o incentivar el crecimiento económico de algunos sectores como el minero, agrícola o industrial. Esta multidimensionalidad de la problemática migratoria determinó que la política estatal fuera altamente selectiva y, también, a veces confusa y contradictoria. En definitiva, el impulso activador del Estado chileno se centró en la inmigración selectiva, cuando las condiciones lo requirieron, pero esa inmigración fue superada ampliamente por la libre y espontánea que, sin estar protegida por el gobierno, presentó las características de ser más numerosa y constante en el tiempo (CARRASCO; ACEVEDO, 2018, p.31).

---

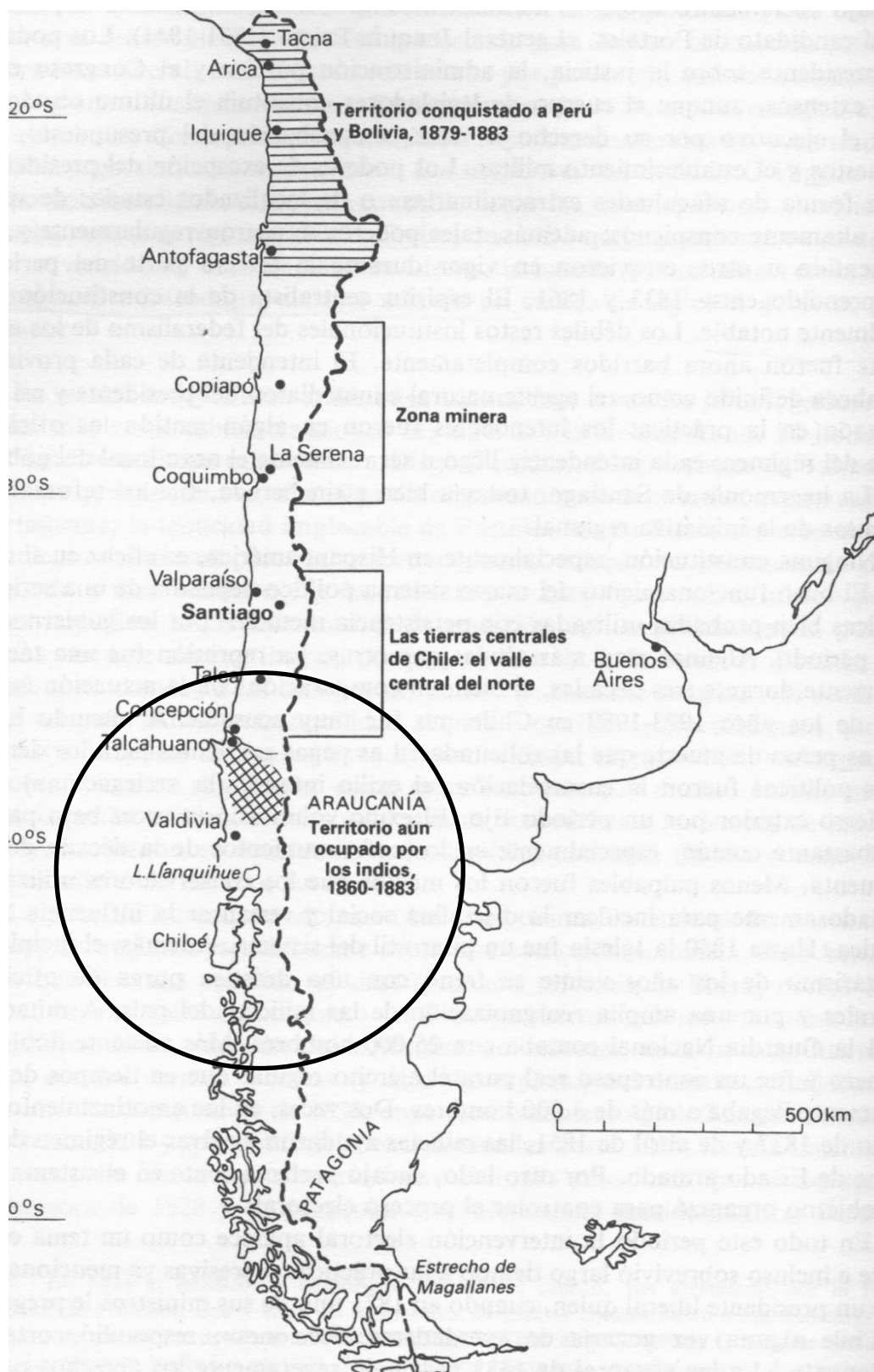
<sup>27</sup> Os povos indígenas só eram mencionados de forma positiva quando não havia resistência na consolidação dos processos que marcaram a construção do Estado Nacional. Elogiava-se os grupos que facilmente se assimilavam e se criticava aqueles que criavam mecanismos e estratégias para defender suas terras e características identitárias. Ver mais em: ENRÍQUEZ, Lucrecia. Da monarquia à República: o Chile na América (Primeira metade do século XIX). In: (Orgs.) STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

**Mapa 1:** Área estratégica de ocupação territorial no Brasil.



Fonte: *História da América Latina*. Leslie Bethell. [Alterações do autor].

**Mapa 2:** Área estratégica de ocupação territorial no Chile.



Fonte: *História da América Latina*. Leslie Bethell. [Alterações do autor].

Um segundo ponto recai sobre as questões econômicas que envolvem o incentivo à vinda de imigrantes estrangeiros. A imigração é vista, nesse sentido, como uma forma de fomentar o desenvolvimento econômico nas regiões de colonização e, em algumas circunstâncias, como ocorreu nas fazendas de café brasileiras, viria para inserir mais mão de obra nas lavouras. Em outras palavras, passou-se a relacionar a vinda de imigrantes com a ideia de dinamização do mercado interno e a ocupação de áreas estratégicas do território nacional (WITT, 2019; NORAMBUENA, 2018).

Assim, há uma primeira semelhança e diferença que se relaciona com o desenvolvimento dos movimentos migratórios para Brasil e Chile: no primeiro país, houve a implementação de políticas migratórias seguidas de financiamentos governamentais para a criação de núcleos de colonização, enquanto que no segundo, apesar de existir uma legislação que possibilitava a vinda de imigrantes estrangeiros, não houve investimento massivo na vinda de imigrantes. Por outro lado, há uma proximidade semântica muito perceptível nesse processo, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando estava em pauta a proteção das fronteiras nacionais, o incentivo para a vinda de imigrantes europeus e o desenvolvimento de um mercado interno que desse conta da dinâmica comercial da população.

Outro aspecto importante desse assunto recai sobre o contingente populacional. O Brasil foi o nome mais expressivo do tráfico transatlântico de escravos, tendo recebido entre 1808 e 1850, 1.400.000 africanos que foram escravizados<sup>28</sup>, sendo que no período representavam cerca de dois terços da população (BLACKBURN, 2002, p.408). Para Luiz Felipe de Alencastro,

o tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do Império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888 (ALENCASTRO, 2018, p.57).

Em contrapartida, a escravidão possui características próprias no Chile. Robin Blackburn salienta: “em 1812 no Chile dizia-se que havia entre 10.000 e 12.000 escravos,

---

<sup>28</sup> Ver mais em: MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

enquanto os negros livres, entre 25.000 e 32.000, representavam pouco mais de 3% da população” (BLACKBURN, 2002, p.357). Em um contexto mais amplo,

a escravidão, é verdade, era marginal no México e na América Central e presença ainda secundária na maior parte da América do Sul espanhola em 1810, mas em várias regiões havia quase tantas pessoas livres de ascendência africana quanto escravos; fora da montanhosa região andina, negros e mestiços livres e escravizados muitas vezes tinham importância estratégica na formação social. A escravidão de plantation em grande escala agora florescia em Cuba, onde o cultivo de açúcar e café ajudara a empregar cerca de 200.000 escravos na segunda década do século XIX; a ilha menor de Porto Rico tinha 17.500 escravos, dos quais cerca de metade trabalhava em plantations. A América espanhola continental tinha cerca de 225.000 escravos, mas a escravidão era uma forma secundária e difusa de propriedade de trabalho (BLACKBURN, 2002, p. 356).

A diferença é expressiva entre Brasil e Chile, ainda mais quando se leva em consideração que em 1872 a população brasileira girava em torno de 9.930.478, enquanto a população chilena em 1845 se aproximava de 1.439.120. Embora os dados estejam distantes no tempo, servem de base para a reflexão sobre a territorialidade de Brasil e Chile. A região central dos países teve um peso econômico preponderante no século XIX: Santiago, a capital chilena, favorecida estrategicamente pelo porto de Valparaíso, concentrava mais da metade da população em seu território. Enquanto no Brasil, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco eram as províncias com maior concentração populacional. A economia de ambos os países girava em torno desses centros.

Esses números estão refletidos no pensamento imigrantista de Abrantes e Pérez Rosales: na narrativa de Abrantes, a substituição do trabalho de africanos escravizados por colonos europeus está no centro da narrativa, constituindo-se como um dos eixos centrais da obra. Em sua argumentação, a região Sul seria a mais propícia para receber imigrantes europeus, por seu baixo contingente populacional, as incertezas existentes com relação às fronteiras nacionais e por acreditar que o clima seria mais favorável para os colonos. Em contrapartida, para Pérez Rosales, essa não vem a ser uma questão de discussão, estando o foco da sua narrativa centrado na contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento da sociedade chilena, uma vez que o decreto que abolia a escravidão no país foi assinado em 1823 (BLACKBURN, 2002, p.383). Todavia, a variável do local de assentamento dos imigrantes é similar, no centro-sul do Chile, com o mesmo argumento da baixa densidade demográfica e a ocupação de áreas cujas fronteiras regionais e nacionais ainda não estavam definidas.

Além disso, para Blackburn,

nem a escravidão, nem a estrutura imperial eram muito fortes no Chile. O fato de que só havia 10.000 escravos no Chile encorajara os autonomistas chilenos a adotar medidas antiescravistas, embora moderadas, ainda bem cedo. Uma junta encabeçada por funcionários crioulos pusera-se em 1810 a organizar o autogoverno. Sem nem mesmo declarar formalmente a independência, convocara em 1811 um Congresso dedicado a elaborar uma nova Constituição. Depois de uma luta divisionista, os deputados mais conservadores foram excluídos. Manuel de Salas, secretário do Congresso, apresentou então uma lei que proibia o comércio de escravos, libertava os filhos de mães escravas e os escravos trazidos para o Chile por mais de seis meses; a escravidão foi proclamada contrária ao espírito do cristianismo e da humanidade (BLACKBURN, 2002, p. 377).

Além desse ponto, o autor salienta que “faltava peso econômico à escravidão e a posse de escravos era fonte secundária de riqueza para a maioria dos proprietários (BLACKBURN, 2002, p.382). Aspecto esse que difere do Brasil. Utilizando um exemplo de Ricardo Salles, no Brasil a escravidão era o propulsor da economia colonial e continuou tendo importância econômica central durante o período imperial. Em seu estudo, Salles cita o caso do Vale do Paraíba. Na cidade,

a abolição da escravidão, em 1888, foi um golpe de morte para seus municípios mais antigos e pioneiros, como Bananal, Resende, Barra Mansa, São João do Príncipe, Pirai, Valença, Vassouras e Paraíba do Sul, que haviam sido os grandes produtores de café na época do Império. Nessas localidades, em que a cultura extensiva do café esgotara o solo desde fins da década de 1860, os plantéis de escravos, em sua maioria comprometidos como garantia de crescentes e impagáveis empréstimos junto a casas bancárias, eram o principal ativo de grandes fazendeiros. Poucos tinham conseguido converter parte da riqueza oriunda do café em outras formas não dependentes diretamente da propriedade escravista, sobretudo financeiras (SALLES, 2018, p.123-124).

Nesse sentido, enquanto a dinâmica da escravidão está no horizonte de Abrantes e é refletida em seu pensamento imigrantista, Pérez Rosales não aborda a questão, uma vez que Brasil e Chile passaram por processos completamente distintos da abolição da escravidão.

Tal debate também dialoga com a historiografia: no Brasil, um dos motivos para a vinda de imigrantes europeus dialoga com a perspectiva de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que também contém em seu bojo um componente racial (SEYFERTH, 2002). Enquanto isso, a dinâmica migratória chilena não está perpassada por essa premissa, mas nem por isso deixa de ter aspectos de racialização no seu desenvolvimento.

Um último ponto que merece atenção foi o debate iniciado por Rosângela Maria de Souza para pensar nos processos de centralização de Brasil e Chile no século XIX. Para criar

mecanismos de sustentação do poder, construir uma certa ideia de território nacional e dar andamento a uma agenda política e econômica, as elites brasileiras e chilenas precisaram se organizar em torno de uma ideia; ou a partir de uma ideia. A pesquisadora analisou comparativamente os casos de Brasil e Chile e compreende que apesar das divergências políticas entre os países, ambos adotaram um projeto centralizador como alternativa viável para o desenvolvimento de uma prática política.

No caso brasileiro, há a interpretação clássica de José Murilo de Carvalho que recai sobre a homogeneidade ideológica da elite política. Para Carvalho,

a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção de unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes (CARVALHO, 2008, p.21).

Abrantes fez parte dessa elite política do Império e em certa medida, pode ser pensado como representativo do modelo pensado por Carvalho. Dentro do Império, assentando-se no Conselho de Estado, Abrantes atuou no espaço de maior interlocução da elite política e econômica com D. Pedro II. Espaço que é considerado fundamental para pensar os direcionamentos que o Império deu para suas ações no século XIX (CARVALHO, 2008; MARTINS, 2006).

No Chile, há uma interpretação que é partilhada pela historiografia. O país é considerado “um caso peculiar na história das repúblicas que surgiram com a desintegração da monarquia espanhola pela rapidez com que se construiu de forma estável” (ENRÍQUEZ, 2010, p.61). Essa rápida articulação oriunda da centralização política, teria possibilitado, dentro dessa interpretação, que desde o início da República houvesse certa estabilidade e governabilidade.

Um dos principais pontos para a estabilidade desse primeiro momento pós independência, foi a constituição. Para Enríquez,

em 1833 foi decretada uma nova constituição, autoritária, que estabelecia o predomínio do Executivo sobre o legislativo. O presidente poderia ser reeleito. Os prefeitos representavam o presidente nas províncias. Essa carta magna vigorou durante todo o século XIX, com poucas emendas, caracterizando esse século (ENRÍQUEZ, 2010, p.91).

A base do século XIX estava sedimentada na constituição de 1833 e a sustentação do poder se dava através da capital Santiago. Segundo Rodrigues, “este sistema unitario y fuertemente centralizado estableció un primer límite a los proyectos de la elite: reservar buena parte de sus ventajas a Santiago, en evidente desmedro de las provincias” (RODRIGUES, 2008, p.172).

Nesse sentido,

embora os processos de independência do Brasil e do Chile tenham ocorrido em momentos diferentes, no primeiro mais tarde do que no segundo, ambas as experiências guardam similitudes e se constituem em exceções no amplo universo das colônias ibero-americanas. Além da manutenção da integridade territorial e da rápida superação do período de instabilidade política, se pode apontar outra questão, após intensos debates em torno do federalismo ou da centralização para a organização do Estado, os arranjos constitucionais duráveis dos quais falamos vieram a partir da predominância de projetos centralizadores. No Chile, tal período se inicia em 1831, com os debates para a revisão da Carta Magna de 1828 e se solidifica a partir da promulgação da Constituição de 1833 que durou até 1925 e no Brasil a partir da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e da Lei de Revisão do Código do Processo Criminal de 1834 (1841) (SOUZA, 2013, p.20).

Ao mesmo tempo, dentro do processo complexo que configura as independências na América Latina, Souza compreende que a construção das nações latino americanas foi completamente distinta dos Estados Modernos do “velho mundo”, uma vez que seu desenvolvimento se deu pela necessidade administrativa de manutenção do poder e da manutenção da integridade territorial. A construção desses estados nacionais se desenvolveu da matriz teórica para a vivência social, muito em função do peso preponderante do passado colonial latino americano (SOUZA, 2013). E nesse sentido, se por um lado as instituições político-administrativas foram gestadas à luz de experiências externas, “por outro o processo de aplicação e adaptação foi completamente original e desafiador para os intelectuais incumbidos de tal tarefa na época” (SOUZA, 2013, p.52). O debate e o desenvolvimento de políticas migratórias foi um dos pontos presentes nessa construção, sendo Abrantes e Pérez Rosales representantes das elites que foram porta-vozes para sua discussão.

...

Os apontamentos que foram levantados ao longo desse subcapítulo foram um esforço em construir um panorama de Brasil e Chile na primeira metade do século XIX, com ênfase



nas discussões políticas, econômicas e sociais que perpassam as políticas migratórias. A intenção não foi de esgotar os temas debatidos, mas sim de apresentar o cenário no qual Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas memórias. De fato, Brasil e Chile possuem histórias que em muitos momentos possuem similitudes, sobretudo quando são feitas delimitações temáticas para observar seus processos de formação. Nesse sentido, como demonstrei, Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas obras em momentos de certo modo distintos. O Brasil já havia passado por uma experiência migratória que de algum modo satisfizes os interesses do Império, em 1824, enquanto o Chile, até a década de 1845, não havia conseguido implementar um processo de colonização que tivesse obtido maiores êxitos. Esse é um primeiro ponto de distinção. Todavia, esse mesmo ponto nos leva a uma aproximação: nem Brasil, nem Chile, gozavam de boa reputação no exterior enquanto países receptores de imigrantes. O primeiro, denunciado por políticos alemães por descaso com os colonos radicados em São Leopoldo. O segundo, um país distante, longe do Atlântico e cujas passagens eram muito mais caras para arriscar uma nova vida no “novo mundo”. Além disso, o Brasil seria por mais meio século, um país escravocrata; enquanto o Chile figura na historiografia como o primeiro país na América Latina a abolir a escravidão.

Assim, para trazer mais aspectos particulares para a discussão, observarei, nos próximos subcapítulos, as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales para entender como ambos se inseriram na vida política brasileira e chilena, tornando-se os autores de *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) e *Memória sobre emigración, inmigración i colonización* (1854).

## PARTE 2 – ABRANTES E PÉREZ ROSALES: TRAJETÓRIAS, INSERSÃO POLÍTICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

### 2.2 Abrantes: de Coimbra a Berlim

Illm. e Exm. Snr. - Inclusa achará V. Ex. a Credencial que o acredita junto de S. M. El-Rei da Prussia, acompanhada de um Pleno-poder para tractar com a Associação das Alfandegas Allemãs.

Ninguem mais habilitado que V. Ex. para bem desempenhar a missão de que S. M. o Imperador, nosso Augusto Amo, houve por bem encarregal-o; mas como o Governo Imperial não resolveu ainda definitivamente sobre que bases convirá conduzir aquella negociação; cumpre que V. Ex. não conclua ajuste algum sem ultteriores instrucções.

Entretanto V. Ex. colligirá, não só para seu uso, como tambem para enviar ao Governo, todas as informações e dados indispensaveis e uteis sobre este importante assumpto, acompanhando estes esclarecimentos de sua opinião sobre cada objecto, e até formulando uma minuta de Tractado nos termos em que julgar que seria vantajoso para o Imperio concluil-o.

Espera tambem o Governo das luzes, zelo e experiencia de V. Ex. que lhe remetterá uteis informações a respeito do systema administrativo da Prussia, organização e disciplina do Exercito, e Instrucção Publica, **Colonisação por familias Allemãs**, e todas as mais noticias, cuja utilidade para o Imperio lhe fôr suggerida pelo conhecimento que V. Ex. tem adquirido das necessidades do paiz nos altos empregos que occupa e tem exercido<sup>29</sup>.

Objecto da Missão Especial, 23 de agosto de 1844 [Grifo meu].

#### 2.2.1 *Uma ilha de letrados num mar de analfabetos*

Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes, fez parte desse seletto grupo de indivíduos e famílias do qual fala José Murilo de Carvalho em sua tese de doutorado. Era esse seletto grupo de indivíduos que pensava e punha em prática projetos de nação para o Brasil do Oitocentos. Essa *ilha de letrados* dominou o cenário político do período, conseguindo prestígio social e estabilidade política através do nome da família e da sua formação acadêmica (CARVALHO, 2008). Em decorrência disso, considero importante contextualizar a família Calmon para que se possa compreender com maior clareza a posição que Abrantes ocupou ao longo de seu percurso na vida política imperial.

A família Calmon é oriunda do reino da França, tendo sua trajetória inicial marcada pela estada no castelo Du Pin, a poucos quilômetros da província de Cahors (BAUMANN, 2011).

<sup>29</sup> No livro *A missão especial do Visconde de Abrantes. De outubro de 1844 á outubro de 1846* (1853), organizado pelo próprio autor, encontram-se importantes informações sobre os acordos diplomáticos estabelecidos entre o Brasil e o Velho Mundo. Na abertura do livro, Abrantes informa o leitor que se trata da correspondência oficial que manteve com os políticos europeus durante sua *missão especial*. A transcrição feita na introdução desse subcapítulo corresponde às instruções recebidas por Abrantes para o desenvolvimento do seu trabalho no continente europeu.

A pesquisadora Eneida Santana Baumann, destaca que eles são “herdeiros da Casa de Monsieur Vilit, tornaram-se senhores e perpétuos da cidade de Santo Antônio”, na Bahia (BAUMANN, 2011, p.58). E prossegue:

dessa casa é oriundo Beltrão Calmon, o primeiro dos Calmons que passou da França para Portugal. Chegando a Lisboa, Beltrão realiza casamento com D. Maria de Tovar, nascendo-lhe vários filhos, entre os quais Sebastião Calmon Du Pin e João Calmon Du Pin. Este abraçando a carreira das Armas, integrou a expedição do conde da Torre, sendo o primeiro dos Calmons a chegar ao Brasil (BAUMANN, 2011, p.58).

Um dos biógrafos da família, José Calasans, destacou

a gente Calmon que chegou ao Brasil na segunda metade do século XVII, sempre desempenhou intensa atividade na vida brasileira. Muitos dos seus integrantes atuaram na vida política, na vida econômica, na vida literária brasileira. Vários os ministros de Estado, os líderes políticos, os administradores, os autores de obras literárias e científicas (CALASANS, 1991, p.2).

Os Calmons radicaram-se na Capitania da Baía de Todos os Santos e lá desenvolveram amplos trabalhos na vida política, econômica e social. Baumann (2011) deu ênfase para esse aspecto, percebendo que desde as primeiras gerações, os herdeiros de João Calmon e D. Juliana de Almeida se destacaram em sua atuação na Capitania. Miguel Calmon du Pin e Almeida<sup>30</sup>, filho do casal, graduou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1701 e após seus estudos foi feito coronel de um regimento de Ordenanças e Juiz de Órfãos. Casou-se com D. Margarida Pereira de Andrade, senhora do engenho Santo Antônio de Patativa, e filha do alferes Felipe Rabelo de Andrade e de D. Antonia Pereira dos Santos (BAUMANN, 2011). Observando a listagem feita por Baumann (2011), nota-se que de geração em geração, os Calmons obtiveram prestígio político e social através da formação superior e do estabelecimento de alianças matrimoniais com as demais famílias de reputação da região, como é o caso de Miguel. Essas relações político-sociais perduraram durante todas as gerações que foram consultadas<sup>31</sup>.

O Visconde de Abrantes, que pertence à oitava geração da família no Brasil, nasceu no ano de 1796 e teve seu óbito registrado em 1865. Segundo biógrafos da família<sup>32</sup>, recebeu seus

<sup>30</sup> Primeiro herdeiro dos Calmons a receber esse nome. Ele nasceu 21 de maio de 1672 e faleceu em 21 de março de 1735. Foi bisavô de Abrantes.

<sup>31</sup> Elas podem ser encontradas no trabalho de dissertação da pesquisadora Eneida Santana Baumann (2011): BAUMANN, Eneida Santana. O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea. [Dissertação de Mestrado]. Salvador, Bahia, 2011.

<sup>32</sup> Os trabalhos consultados foram: *O Marquês de Abrantes*, de Pedro Calmon (1933); *Família Calmon*, de Jayme de Sá Menezes (1967) e *Miguel Calmon Sobrinho e sua época*, de José Calasans (1991). O interesse na leitura

primeiros ensinamentos nas letras e nas artes através das aulas do seu tio materno, o padre Miguel de Almeida<sup>33</sup>. Completou sua formação no ano de 1821, graduando-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em Portugal.

Note-se que sua formação ocorreu num ano conturbado: em 1821, o processo de independência do Brasil já estava bastante avançado. Sua consolidação aconteceria no ano seguinte, mudando as relações de poder que até então se estabeleciam. Isso me interessa de perto porque a Universidade de Coimbra graduou praticamente todos os filhos da elite nos tempos de Colônia, dando direcionamentos específicos quanto ao pensamento jurídico de seus estudantes. Na virada do século XVIII para o XIX, vigorava o pensamento iluminista entre as universidades do Velho Mundo, sobressaindo-se, em Portugal, o iluminismo Italiano. “Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista” (CARVALHO, 2008, p.67). Era a partir dessa matriz do pensamento moderno que o Visconde de Abrantes construiu suas concepções políticas, marcando profundamente sua atuação nos anos que sucederam sua formação.

Depois de graduado, Abrantes inseriu-se no círculo político baiano, no qual presidiu o conselho interino do governo entre os anos de 1822 e 1823. Durante esse período, como notou Pedro Calmon (1965), Abrantes consolidou sua concepção política, adepta ao conservadorismo monárquico. Isso se torna perceptível quando se observa sua atuação durante a consolidação da Independência do Brasil: através da oratória, defendeu os interesses de D. Pedro I em sua representação no governo interino da Bahia.

Sua aceção ao pensamento conservador de José Bonifácio, pode estar relacionada a duas linhas de raciocínio: a primeira, ligada diretamente à sua formação acadêmica, sustentada pelo iluminismo italiano que, como destaquei acima, era fundamentada pelo pensamento reformador, progressista, nacionalista e humanista. A segunda, dialoga com o cotidiano de Abrantes: suas relações sociais com a sociedade da corte de D. Pedro I e com o próprio imperador, tornaram-se muito próximas a partir de 1823. Nesse ano, Abrantes viajou para o Rio de Janeiro e foi apresentado a D. Pedro I por sua prima, D. Ana Romana<sup>34</sup>. A partir de então,

---

dessa bibliografia esteve voltado para a coleta de informações sobre a trajetória de Abrantes. Compreendo os desafios circunscritos na análise de informações biográficas de indivíduos ou famílias; por isso tomei o cuidado de contrapor os dados aqui utilizados com trabalhos que compõe a historiografia mais atual.

<sup>33</sup> Mais informações sobre Miguel de Almeida podem ser encontradas nas biografias do Visconde de Abrantes escritas por Pedro Calmon, tanto na de 1933 e quanto de 1965. Ambas estão devidamente citadas nas referências bibliográficas.

<sup>34</sup> Pedro Calmon descreve que Ana Romana virou cuidadora da filha de D. Leopoldina, e assim, estando em contato direto com a família de D. Pedro I, facilitou o contato entre D. Pedro I e Abrantes. “Em 1818 nasceu-lhe a última filha [de Ana Romana], ao mesmo tempo em que nascia a primeira filha do Príncipe Regente D. Pedro e da

passou a dialogar regularmente com o círculo letrado do Rio de Janeiro e D. Pedro I (CALMON, 1965).

Em 1825<sup>35</sup>, esteve em Londres, na Inglaterra, onde aprofundou seu conhecimento sobre os mais variados temas políticos (CALMON, 1965), com ênfase para imigração e colonização. Destaco essa viagem por um motivo especial: em *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846), Abrantes cita diversas fontes inglesas para apresentar suas ideias sobre imigração e colonização.

Quando voltou de Londres, em 1827, foi convidado a ocupar o posto de Ministro da Fazenda. Dois anos depois, em 1829, atuou como Ministro do Exterior, cargo que lhe foi oferecido por sua fluência nas línguas estrangeiras (CALMON, 1965). De acordo com Carvalho (2008), a turbulência do Primeiro Reinado acabava por reforçar esse aspecto através da constante mudança de seus ministros. Isso é perceptível através dos primeiros anos de atuação de Abrantes, que trabalhou em diferentes funções importantes num curto espaço de tempo. Isso se repetiria dois anos depois, quando D. Pedro I abdica do trono e se inicia o período Regencial.

Com a mudança contundente no panorama político, Abrantes se distancia do círculo do poder no Rio de Janeiro para iniciar um movimento de oposição às regências na Bahia. Segundo Calmon (1965)

conservador, mantêm-se na oposição, respondendo aquela onda de jacobinismo feroz<sup>36</sup> que se seguiu à abdicação de D. Pedro I, com a organização hábil da lavoura, em forma de sindicato de proprietários, nome moderno que deu à Sociedade de Agricultura da Bahia, por ele criada, juntamente com alguns lavradores prósperos do Recôncavo, em 1832 (CALMON, 1965, p.139).

Calmon (1965) não oferece uma leitura aprofundada sobre as maneiras que Abrantes encontrou para fazer oposição às regências através da Sociedade de Agricultura, Comércio e

---

Arquiduquesa D. Leopoldina, D. Maria da Glória, D. Ana Romana passou a dama da pequena princesa, e quando, para encurtar a história, em 1823 o futuro Marquês de Abrantes chega ao Rio de Janeiro, é aquela sua prima que o acolhe, que o apresenta, que o ambienta e lhe dá as facilidades, as instruções, os contactos de que necessitava o parlamentar da província que nada conhecia da côrte, e que então pela primeira vez contemplou aquêle fenômeno da natureza que era, com o seu estovamento e sua juventude, D. Pedro I (CALMON, 1965, p.136-137) [Grifo meu].

<sup>35</sup> A data correta da viagem é imprecisa, pois as informações do biógrafo Pedro Calmon estão confusas. De tal modo, optei em selecionar o ano de publicação da obra *As Cartas de Américus* (1825), veiculadas no jornal Padre Amaro, de autoria do Visconde de Abrantes. O jornal Padre Amaro era editado em Londres por Joaquim Ferreira Freitas.

<sup>36</sup> Não compactuo com a ideia de “jacobinismo feroz” ressaltada por Pedro Calmon. A frase do biógrafo de Abrantes fala muito mais sobre sua perspectiva com relação ao acontecimento do que sobre o processo regencial em si. Este é um dos dilemas das biografias realizadas por familiares.

Indústria da Bahia<sup>37</sup>. Por isso, recorri a obra *Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonisação nesta província*, que foi publicada por Abrantes em outubro de 1835. A publicação dessa memória coincide com a Regência do padre Diogo Antônio Feijó, que foi amplamente criticada por Abrantes. Selecionei dois trechos que denotam a discordância de Abrantes ao regime político vigente. No primeiro, encontrado na epígrafe do livro, faz menção a obra *Bandana on Colonial Undertakings*, escrita por John Galt<sup>38</sup> e publicada em Londres no ano de 1826<sup>39</sup>. Na livre tradução de Abrantes, a citação diz o seguinte: “A tarefa de povoar uma nova Região será dirigida com **mais vantagem por Companhias**, do que pelos Governos”. A segunda passagem, mais extensa e de autoria de Abrantes, reafirma esse ponto de vista e justifica essa crítica.

A introdução de Colonos úteis em qualquer Paiz (não fallando da que resulta da emigração espontanea) pode ser verificada por 3 modos ou meios – pelo Governo – por indivíduos isolados – e por Companhias. O 1º **seria o mais efficaz se outras fossem nossas circunstancias**; por quanto o Governo, podendo inspirar maior gráo de confiança, empregar mais valiosa influencia, e dispor de amplos recursos, conseguiria aquelle fim com promptidão e facilidade. **Mas occupado, como se acha o nosso, com a Administração Publica, ainda mal consolidada ou entorpecida pelo inevitável conflicto entre as novas Instituições**, e os costumes e preconceitos da Geração presente; não lhe será possível attender á Colonisação Estrangeira (DU PIN E ALMEIDA, 1835, p.11). [Grifo meu].

Como salientei acima, a atuação política de Abrantes durante o período das Regências reforça o caráter conservador do seu posicionamento político. *Em Memória sobre os meios de promover a colinização* (1846) seu argumento muda e sua crítica é direcionada para o setor privado. À época da publicação da obra, Abrantes estava inserido no governo de D. Pedro II e como tal, defendeu também os seus interesses ao aguçar o respaldo do governo em subsidiar a imigração. Nesse sentido, retomo o argumento de François Hartog (1999) para refletir sobre essa questão: os historiadores não podem negligenciar as informações que extrapolam os livros sobre os quais realizam suas análises. A amplitude da interpretação é alargada toda vez que se

---

<sup>37</sup> O nome da sociedade aparece de formas diferentes nas fontes consultadas. Optei em utilizar Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, porque é desse modo que Abrantes se refere a essa sociedade.

<sup>38</sup> Não foi possível fazer um profundo mapeamento sobre o político inglês John Galt, pois as fontes consultadas não deram direcionamentos confiáveis para escrever algumas linhas que apresentassem bem esse personagem. O que posso salientar, em linhas bastante gerais, é a grande produção intelectual desse político. Através da web (no Google, inserir “Bandana. On Colonial Undertakings de John Galt” e abrir o primeiro link do Google Books), descobri que John Galt escreveu diversos artigos de opinião para a *Blackwood's Magazine* que versam sobre assuntos correlatos à imigração, colonização, comércio transatlântico e venda de terras. Durante o período em que esteve na Inglaterra, Abrantes tomou conhecimento dos trabalhos desse autor e possivelmente levou algum livro de John Galt para casa.

<sup>39</sup> Suponho que Abrantes leu esse livro na Inglaterra, durante sua viagem ao país entre os anos de 1825 e 1827.

observa o texto além do texto. Para o caso em questão, o direcionamento dos argumentos de Abrantes sempre está em sintonia com o contexto político mais amplo. Em 1835, critica a conduta liberal dos regentes e atribui às companhias privadas a tarefa de colonização; em 1846, reforça a importância do governo para conduzir os projetos de imigração e colonização e desaprova a interferência das companhias privadas nesse assunto.

Em sua vida privada, os anos de 1837 a 1841 dão direcionamentos específicos para sua atuação: durante esse período, fez parte do grupo de políticos letrados que respaldaram a maioria de D. Pedro II e se casou com Maria Carolina de Piedade Pereira Bahia<sup>40</sup>, filha do Barão do Meriti. O primeiro evento lhe garante o posto de Ministro da Fazenda em 1841, enquanto o segundo lhe assegurou prestígio social entre a elite política, econômica e social do Império. Exemplo disso pode ser percebido através do seu título de nobreza: no mesmo ano de 1841, foi condecorado como Visconde de Abrantes e, em 1854, Marquês de Abrantes<sup>41</sup>.

Antes de adentrar ao ano de 1844, que me interessa de perto em decorrência da *missão diplomática do Visconde de Abrantes* e da escrita de *Memoria sobre os meios de promover a colonização (1846)*, dedicarei uma reflexão à produção textual de Abrantes. No levantamento que foi feito, consegui mapear cinco obras de sua autoria. São elas: *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, Salvador (1834); *Memoria sobre a cultura do tabaco*, Salvador (1835); *Memória sobre o estabelecimento de uma companhia de colonização na Bahia*, Salvador (1835); *Memoria sobre os meios de promover a colonização*, Berlim (1846); e *A missão especial do Visconde de Abrantes (1844-1846)*, Rio de Janeiro (1853). A partir do próximo subcapítulo, observarei de perto suas motivações intelectuais e políticas para a escrita das suas *memórias e ensaios*.

### 2.2.2 O autor e o bibliômano<sup>42</sup>

<sup>40</sup> Segundo Pedro Calmon (1965), Maria, “26 anos mais jovem do que ele, era filha de Manuel Lopes Pereira Bahia, negociante dos mais opulentos desta praça, depois barão e Visconde de Meriti, com casa imensa no largo da Glória, diante da Glória do Outeiro, de que foi protetor exímio, casa aberta todos os 15 de agosto, dia da padroeira, para o baile célebre em que o Imperador e a Imperatriz reuniram a sociedade fina da côrte” (CALMON, 1965, p.141).

<sup>41</sup> Para seu biógrafo Pedro Calmon (1965), “o título de Marquês de Abrantes tem um significado ambíguo, porque houve em Portugal os famosos marqueses de Abrantes. Além disto, por outros motivos, pelos seus quartéis de Abrantes, o Marechal Junot foi duque deste nome, título que teve grandeza militar com o marechal e as graças mundanas, até indiscretas, e famosas com a duquesa d’Abrantes, Laura Junot. O título de Abrantes pois é topográfico: refere-se à pequena vila que o elegeu, aquela aldeia do Espírito Santo, uma das primeiras missões jesuíticas do Brasil” (CALMON, 1965, p.135).

<sup>42</sup> Dupla referência à obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*, escrita por Machado de Assis. Na obra, o personagem e narrador Brás Cubas sente-se fadado da sua história. Acha sua narrativa enfadonha e cansativa.

Olhai: daqui a setenta anos, um sujeito magro, amarelo, grisalho, que não ama nenhuma coisa além dos livros, inclina-se sobre a página anterior, a ver se se lhe descobre o despropósito; lê, relê, treslê, desengonça as palavras, saca uma sílaba, depois outra, mais outra, e as restantes, examina-as por dentro e por fora, por todos os lados, contra a luz, espanja-as, esfrega-as no joelho, lava-as, e nada; não acha o despropósito (ASSIS, 2012, p.160).

O momento vivido pelo narrador/defunto Brás Cubas era complexo. O dilema, vasto. Continuar ou não sua narrativa? Quem haveria de se importar com as vagarosas linhas de um escritor com óbito registrado? Na mais conhecida obra do escritor brasileiro Machado de Assis, a paixão pelos livros e a estima por ser reconhecido pela singularidade, levam Brás Cubas a continuar suas memórias. A ironia do autor, em satirizar o comportamento de um bacharel do século XIX, serve-me aqui como chave de leitura para um tema importante nas reflexões realizadas nessa dissertação: qual a importância que um letrado dava às suas *memórias* no Brasil do Oitocentos? Sem dúvida, essa é uma questão de difícil resolução. Levantarei alguns questionamentos para refletir sobre a produção intelectual do Visconde de Abrantes e compreender de maneira mais ampla o sentido que atribuía à sua escrita.

O primeiro aspecto que interessa aqui são o sentido das memórias no século XIX. Como informei no subcapítulo anterior, o Visconde de Abrantes publicou cinco livros, dentre os quais, três memórias. Celia Maria Marinho de Azevedo (1987), destaca em seu trabalho que as memórias da elite letrada do Império possuem um direcionamento específico: por um lado, são, no sentido literal da palavra, escritas para manter vivas algumas ideias sobre assuntos específicos. Por outro lado, são produzidas para um público leitor bastante restrito e prestigiado. E, ainda, num patamar mais elevado, são direcionadas para o conhecimento do Imperador (AZEVEDO, 1987). De um modo ou de outro, o quadro cultural do Brasil no século XIX sugere que a quantidade de pessoas que lia as obras da elite letrada imperial era bastante reduzida, ficando muitas vezes circunscrita a um exíguo círculo de leitores (CARVALHO, 2008).

Isso fica mais evidente ao analisar alguns desses escritos. José Eloy Pessoa da Silva<sup>43</sup> (1826), na dedicatória de *Memória sobre a escravatura e projeto de colonização de europeus e de pretos da África no Império do Brasil*, mencionou

Dous fortes motivos me determinarão á offerecer a **Vossa Magestade Imperial** este meu pequeno trabalho sobre a escravatura no Brazil, posto que certo de sua insufficiencia. Primeiramente a grandeza do assumpto,

---

Não encontra mais motivos para continuar escrevendo. Todavia, seu gosto pela leitura, pelos livros e o prazer da escrita o fazem encontrar um novo sentido para continuar sua autobiografia.

<sup>43</sup> Foi político e militar. Nasceu em Salvador, no dia 27 de junho de 1792 e teve óbito registrado em 2 de março de 1841. De 1837 a 1838, ocupou o posto de Presidente da Província do Sergipe, mais alto cargo que ocupou ao longo da sua trajetória.



actualmente do maior interesse para o Brazil; e em segundo lugar o nexu que elle tem com as Preciosas e Immortaes Qualidades que adornão a Augusta Pessoa de **Vossa Magestade Imperial**: Como Joven Heroe Fundador de hum Imperio que assimilou de massas heterogêneas, cujos elementos como que sujeitos á variada força da electricidade tendião á polos opostos; de hum Império livre em hum paiz de escravos! (SILVA, 1826, p.3). [Grifo meu].

Além da dedicatória em si, é importante notar sua conotação. Silva não está apenas oferecendo sua obra à *Vossa Magestade Imperial*, mas, ao mesmo tempo em que o faz, enaltece sua imagem ao lado do assunto que é abordado. Nesse caso, pode-se notar a ênfase do escritor na importância do tema em questão, acrescida da ideia de contribuição e continuidade na discussão de um conteúdo de interesse nacional. Essa menção ao Imperador e do sentido atribuído às escritas dessa elite letrada, podem aparecer também de outras formas. No caso do Visconde de Abrantes, a dedicatória não é explícita. Em *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846), Abrantes escreveu:

Tendo fornecido alguns esclarecimentos, exigidos por ordem Circular do Ministério dos Negócios Extranjeiros, acerca do engajamento de colonos Alemaens, agricultores e Artífices, que quizessem estabelecer-se no Brazil, veio-me ao pensamento o publicar, um pouco mais desenvolvido, o trabalho que então fiz, e **concorrer com o meo contingente, embora fraco**, para o exame de uma questão, que ora nos preocupa, e he sem duvida da maior importancia. Não tenho a pretensão de dizer cousas novas: allego factos que julgo bem averiguados, e **sirvo-me de documentos que passão por seguros**. E se errônea for a opinião que interponho sobre o mais conveniente modo de colonisar, espero merecer a indulgencia, não recusada ate hoje, á quem dezeja unicamente auxiliar, como lhe he agora possível, a discussão d'um assumpto de interesse Nacional (ABRANTES, 1846, p.1). [Grifo meu].

O contexto de escrita dessa obra explícita o intuito dessas memórias: foram escritas, primeiramente, para o conhecimento de D. Pedro II, que incumbiu Abrantes de firmar acordos diplomáticos com países do Velho Mundo<sup>44</sup>. Dessa forma, é uma reflexão que serve como *feedback* a uma questão considerada de suma importância para o Império, evidenciada pela ordem Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Num segundo plano, é escrita aos interessados nos assuntos relativos à imigração e colonização.

Mas há ainda dois aspectos da dedicatória que precisam ser destacados. O autor reconhece que sua obra estava sendo escrita para poucos leitores e afirma que o grupo de políticos que debate a questão migratória é exíguo. Isso aparece de forma explícita no trecho que grifei na citação anterior. Ao lado disso, nota-se outra passagem importante nessa

---

<sup>44</sup> Esse assunto será retomado e aprofundado mais adiante.

dedicatória: o autor automaticamente solicita indulgência, caso suas ideias não contribuíssem na discussão relativa à imigração e colonização.

Essas estratégias discursivas podem representar o empoderamento social de Abrantes feito através da escolha das suas palavras e de sua posição política enquanto autor. Percebo que não há neutralidade nas dedicatórias, mas sim reafirmação de *status quo* e autoridade. Roger Chartier compreende que no âmbito da História Cultural, essas percepções do social estão “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p.17).

Para aprofundar a questão, trago à luz outra dedicatória de Abrantes presente numa obra publicada no ano de 1835, cujo título é *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta província*. Ela é “oferecida aos bahianos”, província de notória atuação da família Calmon. Há alguns detalhes importantes que estão presentes na capa do livro. Além das informações convencionais como o título, ano e autor, Abrantes optou por informar o posto político que ocupava à época, seguida de uma menção à *Sua Magestade o Imperador* (Figura 1). Como argumentei no subcapítulo anterior, o contexto de produção dessa obra possibilita intuir que Abrantes escolheu esses aspectos visuais como forma de reafirmar sua oposição à regência de Feijó. Além disso, entendo que essa escolha do autor pode denotar, também, reafirmação de sua posição política e de sua importância social para a província baiana e o Império brasileiro.

**Figura 1:** Dedicatória da obra *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta província.*

OFFERECIDA

AOS BAHIANOS.

POR

Miguel Salmon du Pin e Almeida,

DO

CONSELHO

D'E

S. M. O IMPERADOR &c. &c. &c.

---

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta província.* 1835. [Alterações do autor].

Na apresentação do livro, Abrantes expõe suas motivações para o desenvolvimento do trabalho.

Dous interesses igualmente poderosos, devem hoje excitar em todos os Bahianos, o dezejo de concorrer para o immediato estabelecimento da Companhia de que vou tratar; — 1.º o de promover, mediante a introdução de braços livres e prestadios, o augmento da Agricultura e Industria, e o melhoramento da servidão domestica; — 2.º o de prevenir, com efficacia e evidente utilidade, a funesta necessidade de Africanos, ou os effeitos ainda mais funestos da existencia de tantos barbaros neste abençoado Paiz. E se estes dous interesses, à saber (pois folgo de repeti-los) o da riqueza, e o da segurança, não tem provocado ainda aquelle dezejo, cumpre attribuir isso antes à falta de resolução para executar, do que á falta de convicção para adoptar um plano de colonização. Seja porém qual fôr a causa da tibieza ou indifferença havida da nossa parte, em negocio, que reputo vital para o Brasil, **julgo do meo dever, como do de todos os amigos da Pátria, fallar nesta matéria e escrever, insistir, teimar, e bradar, até que a razão desperte os espíritos adormecidos pelo longo habito,** e cale nos corações daquelles, que, à imitação das creanças, folgam e repousam tranquillos à borda de medonhos precipícios. Firme neste propósito examinarei, com a brevidade que exige a estreiteza do tempo, algumas das questões mais frequentes sobre a colonização em geral, e offerecerei em particular as bases para a formação da Companhia (DU PIN E ALMEIDA, 1835, p.3-4). [Grifo meu].

Há dois detalhes importantes que precisam ser discutidos sobre esse trecho. O primeiro dialoga com a motivação da escrita dessa obra, enquanto o segundo se relaciona com a posição de escrita ocupada por Abrantes na narrativa. Como sublinhei no subcapítulo anterior, o interesse de Abrantes em fundar a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia estava relacionado com sua oposição às regências. Seu posicionamento conservador é reafirmado nas críticas que apresentou a condução governamental das questões relativas à imigração e colonização das terras devolutas no Brasil. De tal modo, retomo o argumento apresentado anteriormente: um dos meios encontrados por Abrantes para demonstrar sua postura contrária às regências foi a escrita. Através dela o autor ganhou visibilidade entre seus pares para asseverar seu alinhamento com a monarquia. E isso me leva ao segundo ponto: enquanto autor, qual posição de escrita Abrantes ocupava? Michel Foucault traz subsídios para uma reflexão sobre esse ponto.

O nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, 1992, p.45).

Enquanto autor, Abrantes ocupava essa posição privilegiada dos letrados do Império: divulgava, através dos seus trabalhos, suas percepções sobre a conjuntura política, econômica e social através de um *corpus discursivo* bastante específico. A estrutura textual foi construída de tal modo que além de o autor apresentar as demandas políticas do Império, reafirmava seu posto de autor e autoridade sobre o assunto. Por isso, compreendo que antes de falar sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais do Império brasileiro, Abrantes falava sobre si; era a escrita de si (FOUCAULT, 1992) que estava em questão a cada memória que escrevia. Entendo, a partir de Foucault, que “a função do autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 1992, p.46).

Compreendo as possibilidades da vida política do século XIX brasileiro, estruturadas numa sociedade concebida através das redes clientelares<sup>45</sup>, entendo que enquanto autor,

---

<sup>45</sup> Compreendo a noção de redes clientelares através da discussão elaborada por Ivan de Andrade Vallasco, para o qual “as redes clientelares, nucleadas na família e ampliadas pelas alianças, garantiriam coesão política e econômica dos grupos que, perseguindo seus interesses, estabeleciam alianças e se submetiam a novos compromissos estratégicos, funções que ultrapassam a mera dependência reproduzida como dominação, definindo uma complexa articulação de estratégias de diversos grupos sociais, cujo nexos residia na estabilização de padrões

Abrantes poderia estar representando seu grupo<sup>46</sup> através da publicação dos seus escritos. Pensando especificamente na *Memória sobre a cultura do tabaco* (1835), que foi oferecida a *Sociedade d'Agricultura, Comercio e Industria* da Bahia (Figura 2), percebe-se que sua publicação foi feita para dar visibilidade às ideias debatidas na sociedade e, ao mesmo tempo, para reforçar sua ligação com a mesma.

**Figura 2:** Dedicatória da obra *Memória sobre a cultura do tabaco*.

**MEMÓRIA**

**SOBRE**

**A CULTURA DO TABACO.**

**OFFERECIDA**

**A' SOCIEDADE D'AGRICULTURA, COM.  
MERCIO, E INDUSTRIA DA BAHIA.**

Fonte: ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre a cultura do tabaco*. 1835.

[Alterações do autor].

Em *Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate*, o historiador Ivan de Andrade Vallasco (2009), traz à tona o amplo debate existente entre os historiadores sobre as redes sociais e o poder no Brasil do século XIX. Tomando emprestadas as palavras da historiadora Maria Fernanda Martins, Vallasco assevera que o “entendimento das redes sociais permite articular as noções de Estado, elite e cultura política na compreensão

---

de interdependência e poderes que se alicerçavam numa permanente negociação e repactuação das hierarquias” (VALLASCO, 2009, p.87).

<sup>46</sup> Pois como mencionou Milena da Silveira Pereira, “a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, fundada na Bahia por iniciativa do marquês de Abrantes. Essa entidade, almejando promover e sustentar a agricultura, o comércio, a indústria e as artes, distribuía sementes de plantas, publicava o jornal *Auxiliador da Indústria, Comércio e Agricultura* e chegou a financiar os estudos de um jovem talento na França, oferecendo, como nos conta Azevedo (1885), uma pensão anual de 400 francos” (PEREIRA, 2015, p.40-41). De tal modo, a publicação desse livro carrega consigo o nome da própria sociedade e das pessoas que a frequentam, uma vez que o autor foi também o fundador dela.

de processos para além dos modelos bipolares que veem no Estado a realização dos ‘interesses de classe’” (VALLASCO, 2009, p.87). Percebendo a afinidade de Abrantes com os demais representantes da sociedade, nota-se a importância das redes para o desenvolvimento do seu trabalho intelectual, sobretudo quando observo de perto um certo modo de fazer política no Oitocentos. Nesse sentido, reafirmo que seu esforço de escrever obras cujos assuntos estão relacionados à política, economia e sociedade nunca são feitos sob a égide da neutralidade; pelo contrário, seu interesse na produção intelectual tangencia sua inserção nas redes clientelares, reafirmando seu *status quo* e garantindo a manutenção do seu prestígio social no meio letrado. Além disso, como bem destacaram Antonio Manoel Hespanha e Ângela Barreto Xavier (1998), “esse tipo de relação é tudo, menos arbitrária” (HESPANHA; XAVIER, 1998, p.339).

De tal modo, quando observadas lado a lado, as memórias de Abrantes apresentam pontos em comum: ambas oferecem um panorama geral sobre algum assunto considerado de importância para Abrantes e o Império. Sendo que, em alguns momentos, a complexidade da narrativa não permite distinguir o que era importante para o autor e o que era importante para o Império; as narrativas se diluem e o que sobra, na grande maioria das linhas, é uma profusão de construções frasais que detalham um objeto específico. Enquanto político letrado, Abrantes fazia das causas do Império as suas causas. Entretanto, ao mesmo tempo, é nesses detalhes que é possível perceber o sentido da escrita para Abrantes: é através dos textos que o autor se aproxima do círculo letrado imperial, dando notoriedade à sua erudição enquanto autor e conhecedor de temas políticos, econômicos e sociais. Em função disso, o ato da escrita e publicação de suas memórias é por mim analisada como forma de manutenção de *status quo*.

Mas, como é sabido, a tradição política imperial apresenta outras facetas importantes. Por isso, volto ao período que se estende de 1841 a 1844 para observar a inserção política de Abrantes no Rio de Janeiro. É a partir desse contexto que descreverei os motivos pelos quais Abrantes é enviado à Europa.

### **2.2.3 O salão, o conselho de estado e a missão diplomática**

O salão foi a moda, o bom gosto, a civilização. Onde a palestra se desenvolvia, fascinante, a música requintava a espiritualidade, os costumes elegantes dava à aristocracia um equilíbrio de velha raça prazenteira e dominante e as letras renasciam, como no seu milagroso ambiente. Abrantes fez o seu salão – na mais pomposa casa do Rio. Encheu-a de arte profusa e delicada – os seus quadros, as suas faianças, os seus marmores. Como devia ser um palácio francez ao tempo dos Orléans. Carregados os resposteiros verdes com o seu

remoto escudo da Rouergue – em campo de azul uma torre de prata suspendendo nas ameias altas a flôr de liz. A sua porcelana de Saxe, o seu mobiliário do Boulle, a sua tapeçaria d’Aubousson, a sua galeria flamenga, a sua livraria, as salas decoradas pelos melhores artistas da côrte, a sua mesa – superavam tudo o que se conheceu até então nesta cidade quasi colonial. Os bailes de Abrantes, o voltarete de Abrantes, os serões de Abrantes, foram os mais soberbos do reinado de D. Pedro II (CALMON, 1933, p.240).

Depois do casamento, houve uma considerável mudança de rumos na trajetória de Abrantes. Até então, não possuía moradia fixa. Sempre frequentou a casa de pessoas próximas desde sua graduação em Coimbra. Quando voltava ao Recôncavo Baiano, ficava na casa de seus pais. Mas em 28 de setembro de 1842, Joaquim Pereira Pederneiras, procurador de Abrantes, comprou-lhe a *chácara* da antiga Rainha, D. Carlota Joaquina<sup>47</sup>, por trinta contos e duzentos mil réis (CALMON, 1993). Seu biógrafo, Pedro Calmon (1933), descreve que desde seu estabelecimento na antiga moradia de D. Carlota Joaquina, Abrantes recebeu a elite imperial no salão de festas do palacete (Figura 3).

---

<sup>47</sup> O Palacete foi construído na Praia do Botafogo (atual Rua Marquês de Abrantes), em 1810. Foi vendido em 1842 para o Visconde de Abrantes e, logo após sua morte, passou por várias modificações. Em 1865, foi transformado em um prédio neoclássico. Em 1900, outro dono mudou suas características para um prédio eclético. E, no ano de 1918, o palacete foi demolido. Na breve pesquisa que realizei sobre o prédio, não encontrei os motivos para sua derrubada. Há mais informações no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=nfAayQbTviA>.

**Figura 3:** Antigo palacete da Carlota Joaquina.



Fonte: autoria de Augusto Malta<sup>48</sup>.

Em um artigo síntese de sua tese de doutorado, Maria Fernanda Vieira Martins (2006), destaca:

quem tivesse a oportunidade de frequentar a mansão do conselheiro Marquês de Abrantes [à época, ainda Visconde de Abrantes] no Flamengo, em uma das famosas ocasiões em que se abria seus elegantes salões à alta sociedade da Corte, teria certamente a chance de conhecer diversos personagens e de ali inteirar-se de suas histórias e relações pessoais (MARTINS, 2006, p.186).

O estudo de Martins (2006) demonstra que o salão de festas do Visconde de Abrantes foi um espaço de sociabilidade onde os indivíduos que o frequentavam construía ou solidificavam laços políticos. Das ilustres figuras que visitavam a mansão estavam o Visconde de Mauá, o Visconde do Rio Branco e José Maria da Silva Paranhos, amigos de Abrantes que de tempos em tempos atuavam lado a lado em algum cargo do governo.

<sup>48</sup> Mesmo pesquisando em acervos online que continham informações sobre a fotografia, em nenhum deles encontrei alusão a data do registro. Há um repositório digital de Augusto Malta (<http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br/>), todavia a fotografia consta no seguinte site: <http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-palacete-abrantes/>. Acesso em: 10/09/2017.



Além deles, Martins (2006) observa que capitalistas, fazendeiros e homens de negócios frequentavam periodicamente sua mansão. Pois além da presença de conhecidos e renomados nomes da elite imperial, quem frequentasse o local poderia ter a oportunidade de conhecer D. Pedro II (MARTINS, 2006; CALMON 1933). Segundo Calmon (1933),

pelo menos uma vez por ano D. Pedro II comparecia ao baile de Abrantes. Então, mil convidados volteavam pelas largas salas da mansão da rainha Carlota – constelados de comendas, resplandcentes de uniformes: era o baile imperial. Lá estava Olinda, com a banda do Cruzeiro, como a usava o imperador, a cabeça mais calva que um capulho de algodão; Itanhaen, arrastando a perna, valetudinário; Sapucahy, com sua physionomia de velho marujo; Acabaté, fartas suíças grisalhas, a alta estatura de português do norte; Caxias com o peito coalhado de condecorações, a barba sob o queixo, a sua altivez de deus Marte, bordado nos braços até o cotovello (CALMON, 1933, p.242).

Para Martins, observar a convivência social dessa elite imperial é o ponto de partida para compreender os laços que uniam esse grupo, pois

essa teia de relacionamentos variados – à qual deve-se acrescentar ainda o convívio, ao longo de suas trajetórias, nos quadros diretores de diversas instituições científicas, irmandades religiosas, sociedades literárias e órgãos de imprensa – era ainda alimentada pela convivência das diretorias e conselhos tanto dos órgãos da administração pública quanto dos bancos e empresas privadas (MARTINS, 2006, p.189).

De tal modo, foram nesses espaços de sociabilidade que Abrantes solidificou laços políticos com seus pares. Fora do palacete, a elite letrada atuava conjuntamente nos mais diversos escalões políticos do Império. Exemplo disso foi o Conselho de Estado. Abrantes fez parte do Conselho desde 1842, quando ocupava a pasta da Fazenda no Império brasileiro. Lá, atuou ao lado do Barão de Monte Alegre, amigo próximo e frequentador das suas festas; além disso, quando possível, ambos dividiam a mesa no Cassino Fluminense (MARTINS, 2006). Consultando as Atas do Conselho de Estado Pleno<sup>49</sup>, verifiquei que Abrantes e o Barão de Monte Alegre foram nomeados ao Conselho no mesmo ano.

Martins (2006) observou de perto a trajetória dos componentes do Conselho de Estado desde o ano de 1842. O que há de comum na trajetória da elite imperial foram os laços de amizade constituídos em momento oportunos. A partir disso, é possível perceber a amplitude que as relações sociais poderiam ter na vida política do Império brasileiro. Laços de amizade

---

<sup>49</sup> Essa informação pode ser encontrada nas Atas do Conselho de Estado Pleno, disponível através do link: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro\\_Conselho\\_de\\_Estado\\_1842-1850.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conselho_de_Estado_1842-1850.pdf). Acesso em: 11/09/2017.

poderiam se transformar em laços políticos; ou ambos; ou vice-versa. O caso de Abrantes e o Barão de Monte Alegre é significativa para essa reflexão.

Por outro lado, apenas os laços de amizade não eram garantia de prestígio social e espaço político no Império, sobretudo quando pensamos no Conselho de Estado. Para Martins,

a nomeação para o Conselho de Estado levava em conta o poder e a influência política, social e econômica desses atores, denunciada por suas próprias origens e trajetórias pessoais e por suas relações sociais e políticas. No que se refere às suas origens, nota-se a concentração nas regiões tradicionalmente reconhecidas como as mais dinâmicas do país — Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco —, em função do poderio econômico, social, demográfico e político, dada a importância das famílias oriundas dessas províncias (MARTINS, 2006, p.183).

Como foi possível notar desde a primeira parte desse subcapítulo, Abrantes pertenceu a uma família de grande preponderância social na Bahia. Os Calmons, desde suas primeiras gerações, conquistaram prestígio político e social na região do Recôncavo Baiano. Sua formação na Universidade de Coimbra, a rápida inserção no círculo letrado imperial, seu casamento, sua atuação social mais ampla na capital e no recôncavo baiano somados ao estabelecimento de laços de amizade através de espaços de sociabilidade como o salão de festas de sua mansão, contribuíram para que Abrantes conseguisse se firmar no meio político do Império. A nomeação para o Conselho de Estado pode ser percebida como exemplo disso.

O que me interessa de perto nessa nomeação de Abrantes ao Conselho de Estado é o contexto que marca os dois primeiros anos de sua atuação, de 1842 a 1844, que coincidirá com sua missão diplomática na Europa entre os anos de 1844 e 1846. Naquela altura, as relações externas do Império com a Argentina e Uruguai eram nebulosas. Na Argentina, Juan Manoel de Rosas adotou uma política nacionalista e centralizada na cidade-porto de Buenos Aires. No Uruguai, a disputa entre blancos e colorados já se estendia desde 1839. As incertezas nesses dois países prejudicavam os interesses geopolíticos e econômicos do Império com relação à região platina<sup>50</sup> (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015). Para tentar sanar alguns conflitos iminentes, os conselheiros de estado juntamente com D. Pedro II, imbuíram Abrantes de dialogar com ingleses e franceses para facilitar o encaminhamento de acordos diplomáticos entre o Império e os países da Região Platina. Por isso, em outubro de 1844, Abrantes viajou

---

<sup>50</sup> Essa questão é discutida com profundidade no seguinte artigo: PANIAGUA, Edson Romario Monteiro Paniagua; COLVERO, Ronaldo Bernadino; PINTO, Muriel. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). In: **Estudios Históricos**. CDHRPyB. Año VII, Nº 15. Uruguay, 2015. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>

para a Europa para debater essa e outras questões pontuais de interesse do Império. Para José Honório Rodrigues,

como se sabe, o Visconde de Abrantes levava instruções para negociar com as principais nações a necessidade de ser mantida a independência da Cisplatina e do Paraguai e mostrar a conveniência da França e da Grã-Bretanha autorizarem os seus representantes no Rio de Janeiro a negociar com o Império a solução de várias dificuldades atuais e futuras relativas àquelas repúblicas (ATAS DO CONSELHO DE ESTADO PLENO, 1842-1850, s/página).

Além de estar imbuído de discutir essas questões políticas com ingleses e franceses, Abrantes também foi instruído a discutir alianças comerciais com alemães e viabilizar novos projetos de colonização com famílias alemãs. Esse é o panorama mais amplo dos objetivos da missão diplomática. O que interessa de perto na missão de Abrantes foram os diálogos estabelecidos a respeito da vinda de imigrantes alemães para o Império brasileiro, que deram origem a obra *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846).

...

Através desse subcapítulo, mapeei alguns momentos da trajetória de Abrantes que dialogam diretamente com uma das questões que norteiam este trabalho: atrás de qualquer texto, existe um autor que se relaciona com o mundo social de formas diversas, e “quem quer que seja, não pode subtrair-se às determinações que regulam as maneiras de pensar e de agir dos seus contemporâneos” (CHARTIER, 1988, p.40). Para o caso em questão, Abrantes atuou ao lado da elite política imperial logo após concluir sua formação em Coimbra. Sua produção intelectual esteve diretamente relacionada com sua trajetória política. Isso é perceptível nas memórias que publicou em 1835 e em *Memória sobre os meios de promover a colonização* de 1846. Com isso, percebo que não há neutralidade na escrita de Abrantes; cada publicação sua coincidiu com sua atuação política, possuindo uma narrativa específica que dava notoriedade à sua erudição enquanto autor e político do Império. De tal modo, considero que analisar a obra *Memória sobre os meios de promover a colonização* (1846) sem levar em consideração o autor que a escreveu poderia comprometer a análise mais geral desse estudo. Alguns pontos da sua trajetória serão retomados no capítulo em que analisarei sua obra.

### **2.3 Pérez Rosales: un viajero del mundo**

La colonización era profundamente antipática al país, pues chocaba con todas sus tradiciones españolas y católicas; para ilustrarle, el agente de colonización publicó una memoria en que discutió los puntos principales de la crítica; pero la opinión pública suele ser sorda como el que no quiere oír, y la opinión siguió durante mucho tiempo todavía mirando con desconfianza la instalación de extranjeros y de disidentes en el extremo sur de la República. Fue preciso que transcurrieran treinta años, y que los frutos recogidos de aquel primer ensayo de inmigración hubieran excedido a las esperanzas concebidas por sus indicadores, para que una nueva administración reanudara el hilo roto de la inmigración extranjera, como medio de entregar al dominio de la industria los territorios desiertos del sur.

Luis Montt, Prólogo de Recuerdos del pasado.

Muy pocos periodistas sabían donde estaba la colonia, sin dejar por esto de ocuparse de ella y de criticar su situación, haciendo una lastimosa confusión entre Valdivia y Llanquihue y aún entre el significado de las palabras emigración, inmigración y colonización, que lastimosamente confundían, lo que me obligó a escribir la memoria que sobre estas tres voces dediqué a don Antonio Varas en diciembre de 1854 (PÉREZ ROSALES, 1969, p.535).

### 2.3.1 O personagem e sua historiografia: Pérez Rosales através de seus biógrafos

A edição do jornal *Las últimas noticias*, em 1973, deu destaque ao personagem Vicente Pérez Rosales, salientando que seu principal livro, *Recuerdos del pasado* (1882), “deberia ser de lectura obligada para los chilenos”<sup>51</sup>. Outra notícia, da *Literna de papel*, escrita por Andrés Sabella, nomina Pérez Rosales como “un chileno total”, e continua

lúcido y aventurero, representa, sin segundo, al chilenisimo. De los trabajos de la agricultura, a los quehaceres ilusionados de la minería, sin desdeñar las posibilidades del acaso en el contrabando, fueron afanes suyos. Más tarde, aquietado, por conciencia patria, colocó su genio al servicio de la colonización del país contribuyendo al progreso de Llanquihue. Desafiando embates de la naturaleza y de la burocracia, llevó adelante su tarea, de las más provechosas de la república<sup>52</sup>.

No centenário de sua morte, outro periódico de Puerto Varas enfatizava sua contribuição para a história nacional, sobretudo por sua atuação como agente de colonização no século XIX: “su obra más vasta y que más profundas proyecciones ha tenido en el progreso nacional ha sido

<sup>51</sup> Vicente Pérez Rosales (1807-1886). *Las Últimas Noticias*. (Diario: Santiago, Chile). Archivo de Referencias Críticas. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital de Chile, através do link: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-236030.html>. Acesso feito no dia 09/08/2019.

<sup>52</sup> Sabella, Andrés, 1912-1989. *Un chileno total: don Vicente Pérez Rosales*. Andrés Sabella. *El Mercurio* (Antofagasta, Chile). Archivo de Referencias Críticas. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital de Chile, através do link: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-236014.html>. Acesso feito no dia 09/08/2019.

sin duda la colonización del sur del país, esto es de las provincias de Valdivia, Osorno y Llanquihue”<sup>53</sup>. Anos depois, Oriel Alvarez Gómez publica uma mini biografia intitulada *Colonizador y escritor contumbrista*<sup>54</sup>, dedicada a alguns momentos da vida de Pérez Rosales, desde seu nascimento em 1807 e sua morte, em 1886.

As páginas dos jornais chilenos, desde 1925 – ano em que foram realizadas comemorações pelos 75 anos da vinda dos primeiros imigrantes alemães à cidade de Valdivia – rememoraram de tempos em tempos esse personagem, cuja trajetória ficou bastante conhecida através da sua autobiografia, *Recuerdos del pasado*<sup>55</sup> (1886). Vicente Pérez Rosales, que já foi descrito e estudado por diversos pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento no Chile, é um personagem

difícil de clasificar: no fue un intelectual al modo decimonónico tradicional. Tampoco un político, ni un empresario exitoso. El título de escritor podemos dárselo por dos de sus libros, uno de los cuales es su propia biografía: *Recuerdos del pasado* (1886), que constituye una de las obras más valiosas del siglo XIX, y un caso curioso en la literatura chilena al haber recibido el aplauso de los lectores de todas las tendencias políticas (PINEDO, 2010, p.10).

Javier Pinedo (2010), Rafael Sagredo Baeza (2013) e Jorge Pinto Rodríguez (2008), compreendem que a trajetória de Pérez Rosales muitas vezes se confunde com sua narrativa autobiográfica. Muitos dos autores que estudaram sua trajetória ou como ocorre com certa frequência nas matérias de jornais e revistas, associam o autor com os *Recuerdos del pasado* (1886). Nesse sentido,

a la luz de los juicios que la obra de Pérez Pérez Rosales ha merecido, éste sin duda alcanzó el objetivo, inconsciente, de ilustrar su nombre, el de su familia y el del país. Más dudas nos merecen las opiniones sobre sus memorias como la máxima expresión del Chile decimonónico. Si la inconstancia, el vagabundeo, el entregarse a la suerte, la angustia por el futuro, la falta de dominio sobre el propio destino, entre otras características, es lo que define al chileno, sin duda entonces su vida, y las memorias que parcialmente la

<sup>53</sup> Roalva. El 6 se cumplen 100 años de la muerte Vicente Pérez Rosales. Roalva. El Heraldo Austral. Archivo de Referencias Críticas. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital de Chile, através do link: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-343763.html>. Acessado no dia 09/08/2019.

<sup>54</sup> Alvarez G, Oriel, 1923. Vicente Pérez Rosales, colonizador y escritor costumbrista. Oriel Alvarez Gómez. Atacama. Archivo de Referencias Críticas. Disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital de Chile, através do link: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-200737.html>. Acesso feito no dia 09/08/2019.

<sup>55</sup> Em uma cronologia bio-bibliográfica de Vicente Pérez Rosales, publicada nos *Anales de Literatura Chilena*, foram nominadas 25 edições de *Recuerdos del Pasado*, publicadas nos séculos XIX, XX e XXI, no Chile, com a última edição do ano de 2006. Nota-se que a obra continua presente entre os pesquisadores contemporâneos e a sociedade chilena, dada sua ampla tiragem e prefácios de diferentes autores.

reflejan, merecen todo lo que se ha dicho y escrito sobre ella. Pues Vicente Pérez Rosales, no por nada llamado el “hombre de los mil oficios” (BAEZA, 2013, p.43).

Esse *hombre de los mil oficios*, dialoga com a ideia que propus no título deste subcapítulo. Pérez Rosales foi um *viajero del mundo*. Desde sua infância até praticamente os últimos anos de sua vida, esteve em movimento. Percorreu o Chile algumas vezes; tentou fazer negócios nas áreas mais diversas e desde a década de 40 do século XIX, escreveu memórias, diários, matérias em jornais e revistas e conseguiu seu espaço entre a elite chilena. Para Pinedo (2010), Pérez Rosales observou

aspectos de su época en el plano mundial: la salida de intelectuales españoles a Francia exiliados por Fernando VII, la independencia de Brasil, la revolución de 1830 en París, la dictadura y caída de Rosas en Argentina, la anexión de California a Estados Unidos, la fiebre del oro, la Europa de mediados de siglo. A lo largo de su vida conoció políticos, artistas, académicos, hombres de negocios, científicos; así como campesinos, baqueanos, pescadores, navegantes. Ejerció una multiplicidad de ocupaciones como pocos otros chilenos lo han hecho: fue agricultor, contrabandista de ganado, industrial, minero, comerciante, subdelegado de provincia, agente de colonización, periodista, cónsul de Chile en Hamburgo, diputado, senador. Recorrió Chile por el Norte, el Valle Central y el Sur, cruzó la cordillera una docena de veces; quemó bosques, abrió caminos, fundó ciudades, bautizó lugares con nombres nuevos, escribió libros, cruzó varias veces el estrecho de Magallanes, sufrió el cólera y se casó anciano. Intentó la fortuna económica en la agricultura y la minería, fracasando en ambas (PINEDO, 2010, p.9).

A multiplicidade de funções que exerceu ao longo da vida e a quantidade de lugares que visitou como representante do Chile ou como aventureiro, abriram caminhos para que Pérez Rosales conseguisse um lugar na vida política chilena. Nesse sentido, como muitas vezes indagou Giovanni Levi em *A herança imaterial*, observo a trajetória de Pérez Rosales suspeitando dos modelos “normais” ou mais “lineares” de ascensão social. Tal como o autor indagou sobre a sociedade do Piemonte, “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais” (LEVI, 2000, p.45).

Pérez Rosales nasceu em Santiago, no dia 5 de abril de 1807 e faleceu em 6 de setembro de 1886 na mesma cidade. Foi filho de José Joaquín Pérez y Salas e de Mercedes Pérez Rosales Larraín, membros da elite *criolla* chilena. Neto paterno de José Antonio Pérez García<sup>56</sup> e

---

<sup>56</sup> É conhecido como um dos primeiros historiadores do Chile, autor da obra *Historia natural, militar, civil y sagrada del Reino de Chile en su descubrimiento, conquista, gobierno, población, predicación evangélica, erección de catedrales y pacificación*, que é um estudo bastante reconhecido entre os chilenos como um dos marcos

materno de Juan Enrique Pérez Rosales Fuentes<sup>57</sup>. Viveu de forma intensa o processo de independência no Chile e desde cedo passou a conhecer diferentes países da América Latina e da Europa<sup>58</sup>. Em 1825, viaja para a França para completar seus estudos no *Liceo Hispanoamericano*. Fica seis anos no país e durante esse período conheceu o pai de Alexandre Dumas, assistiu à estreia da peça *Hernani*, de Victor Hugo e reencontrou o general San Martín, no colégio *Silvela* de Paris. Carlos Sanhueza Cerda destaca:

em 1825 llega a París a fin de ingresar al colegio del proscrito español Manuel Silvela, como parte de dicha delegación de jóvenes de familias adineradas chilenas que enviaron a sus hijos a completar su "ilustración". Allí finaliza sus estudios secundarios con maestros vinculados al exilio español y portugués, tales como Maury, Pinheiro Ferreira, Moratín y el propio Manuel Silvela (CERDA, 2006, p.98).

Esses contatos estabelecidos por Pérez Rosales com tantas personalidades só foram possíveis em decorrência da sua posição social privilegiada. Rodriguez já chamou a atenção para esse ponto em sua reflexão sobre os projetos da elite chilena para a nação. Muitos desses atores sociais, com parte de sua formação feita em Santiago e a outra parte em colégios

---

iniciais da sua historiografia. O site Memória Chilena ainda destaca: “Pérez García nació en el pueblo de Colindres, provincia española de Santander, en 1726. Viajó a Sudamérica en 1740, desembarcando en Brasil, desde donde pasó a servir en las milicias de Buenos Aires entre 1745 y 1754. En ese último año, se incorporó al cuerpo de milicias de la frontera de Arauco, en las que permaneció por espacio de 25 años. En su calidad de soldado asistió a varios Parlamentos, entre ellos el celebrado en Santiago en 1762, y adquirió mucha experiencia en lo que concierne a las relaciones fronterizas en la actual región de la Araucanía. En 1779 consiguió que lo trasladaran a la guarnición de Santiago, cargo en el que sirvió hasta 1792, cuando se retiró definitivamente del ejército para dedicarse de lleno al comercio. En esta nueva actividad adquirió fortuna, llegando a ser uno de los hombres más ricos de la capital”. Para mais informações acessar: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3455.html>.

<sup>57</sup> Foi destacado político chileno, Presidente do primeiro Conselho de Governo no processo de Independência do Chile, entre 4 de setembro de 1811 e 16 de novembro do mesmo ano. Além disso, “Fue Alcalde de Santiago en 1801. El 12 de julio de 1808 fue elegido Regidor del Cabildo de Santiago de Chile. Fue Vocal de la primera Junta de Gobierno el 18 de septiembre de 1810. Formó parte de la Junta Gubernativa el 2 de mayo de 1811. Formó parte del Tribunal Superior de Gobierno el 10 de mayo de 1811. Vocal de la Junta Superior de Gobierno el 17 de mayo de 1811. Presidente del Tribunal Ejecutivo el 4 de septiembre de 1811. Se casó con María del Rosario Larraín Salas, por lo cual era considerado como uno más dentro del clan de Los Ochocientos, o sea, era considerado un Larraín, (sus hijos Rosario, Mercedes, Joaquín y Francisco Javier). Su nieto es el conocido escritor, funcionario público y viajero Vicente Pérez Rosales, hijo de Mercedes Rosales”. Para mais informações acessar: [https://es.wikipedia.org/wiki/Juan\\_Enrique\\_Rosales](https://es.wikipedia.org/wiki/Juan_Enrique_Rosales).

<sup>58</sup> Os Anales de Literatura Chilena, publicaram uma bio-bibliografia de Vicente Pérez Rosales, nas quais constam aspectos cronológicos de sua trajetória, suas publicações e estudos feitos por outros pesquisadores sobre o autor. Nela, pode-se encontrar referência às viagens que Rosales fez desde seus primeiros anos de vida. Ao que indica a documentação, por ser de uma família diretamente ligada com o processo da Independência chilena, Rosales também sofreu suas consequências. Mudou-se com a família para Valparaíso em 1814; refugiou-se em Mendonza em 1817; em 1821 é enviado para o Rio de Janeiro e volta para o Chile em 1822 e três anos depois, em 1825, é enviado para a França, para completar sua formação. Ou seja, as informações contidas nessa documentação que foi organizada para contemplar aspectos da trajetória de Rosales, indicam que desde seus primeiros anos de vida esteve em movimento. Ao que se pode constatar, na maioria das vezes de forma involuntária, como em Valparaíso e Mendonza. Para mais informações acessar o link a seguir: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-article-226612.html>.

européus, voltavam para o Chile imbuídos das ideias positivistas que marcaram o XIX. Rodriguez destaca que a elite chilena defendeu que “el siglo XIX era el siglo del progreso y que correspondía a los gobiernos facilitar su llegada. El progreso, pensaban los grupos más conservadores, requería de libertad; pero, por sobre todas las cosas, de orden. Sin orden no hay progreso” (RODRIGUEZ, 2008, p.171). Pérez Rosales pertenceu a essa geração da elite chilena, que nasceu durante ou depois do processo de independência, os

herederos naturales del poder que conquistaron sus padres, [que] crecieron en un ambiente que atribuyó a España y a la herencia colonial el atraso de nuestros países, atraso que ellos consideraban podía superarse si se imitaba a los países europeos ubicados al norte de la península ibérica. Esa Europa se convirtió en un modelo y los europeos de aquellas latitudes en el ejemplo a seguir (RODRÍGUEZ, 2008, p.168) [Grifo meu].

Outro elemento que precisa ser pensado nessa dinâmica de formação, associa-se com uma espécie de rito de batismo dos filhos da elite chilena: viajar para a Europa. Esse ato

se convirtió en una obsesión para los jóvenes de nuestra elite. El primer viaje al Viejo Continente era un ritual de iniciación al que ningún joven de familia pudiente, de Santiago o de provincia, estaba dispuesto a renunciar. De acuerdo a una reciente investigación, ese viaje se hacía con la esperanza de encontrar allá las herramientas para avanzar hacia una “emancipación mental” del colonialismo peninsular. El interés de comparar lo que se observaba en Europa con lo que ocurría en América tenía un solo fin: dar cuenta del progreso de los territorios visitados para proyectarlo a sus respectivos países. Todos quedaron sobrecogidos por lo que vieron allá. Los que volvían sólo querían irse de nuevo o “vivir a la francesa” a orillas del Mapocho o de las polvorientas calles de las ciudades provincianas (RODRÍGUEZ, 2008, p.187).

Cerda estabeleceu tipologias para pensar na viagem de chilenos para a Europa e nesse sentido, para além da viagem de formação – percebida como elemento central para a construção de uma forma de pensar da elite chilena – havia a viagem de aventuras, as viagens de representação diplomática ou política e as viagens ao interior do país ou a outros países da América Latina. Todas elas passaram a compor a experiência dos jovens desse grupo, que escreveram a partir dessas viagens e compartilharam seus saberes a partir da publicação dos seus escritos em alguns periódicos, como *El Ferrocarril*, ou em formato de livro – muitas vezes dando origem a memórias (CERDA, 2006, p.102).

Depois que volta da Europa, Pérez Rosales se dedicou à agricultura, à mineralogia, fundou uma fábrica de aguardente em San Fernando (cidade próxima à Santiago) e ao que



indica a documentação consultada<sup>59</sup>, esteve em trânsito no território chileno entre 1831 e 1845, tentando empreendimentos variados. Vale sublinhar esse aspecto: consultando a bibliografia sobre Pérez Rosales e verificando alguns dados cronológicos elaborados por seus biógrafos, noto que sua inserção política se dá de forma tardia. Mesmo depois de completar seus estudos, Pérez Rosales esteve distante dos espaços de maior visibilidade política. Apesar da importância política da sua família, o ator social tentou outras iniciativas para conseguir prestígio social. Ao que apontam seus estudiosos, não obteve sucesso nos negócios e tentou uma primeira aproximação com a política na década de 40.

Cabe aqui a retomada de um assunto deixado em aberto no início deste subcapítulo. A trajetória de Pérez Rosales possui muitas incertezas. Como *viajero del mundo*, esteve tanto tempo fora do seu país quanto morando nele. Por isso a maioria das abordagens sobre Pérez Rosales tratam das suas viagens e produções intelectuais, sendo os estudos sobre sua atuação política – como agente de colonização e cônsul do Chile na Europa – menos numerosos. Justamente em função disso, parafraseando Levi (2000), não existem casos típicos na história, cujo começo, meio e fim são previsíveis e facilmente compreensíveis. A trajetória de Pérez Rosales, nesse sentido, insere-se nessa reflexão. Não é possível traçar uma linha ascendente de sua atuação no campo político, pois como veremos no próximo subcapítulo, depois da década de 50 a vida de Pérez Rosales se confunde com sua produção intelectual e fica marcada, à *posteriori*, por sua autobiografia<sup>60</sup>. Percebo que ainda há uma nebulosidade nos dados sobre o autor, notadamente por encontrar nos escritos dos seus estudiosos traços de um personagem que é visto como figura representativa da identidade chilena.

Em 1845, com a promulgação da lei que autorizava a criação de colônias com estrangeiros, Pérez Rosales fundou a colônia de Valdivia que contava, em 1850, com 212 imigrantes alemães. E posteriormente, em 1847, Pérez Rosales fundou a colônia de Llanquihue. Ambas ficavam localizadas dentro do território estipulado pela lei: entre a região de Bío-Bío, no centro Sul e o Cabo de Hornos no extremo sul. Como discuti no subcapítulo 2.1, essa região foi escolhida por motivos estratégicos: assentar imigrantes em espaços desocupados do

---

<sup>59</sup> Ver mais em: Vicente Pérez Rosales, *Cronología Bio-Bibliográfica*. Anales de literatura chilena. Archivo de Referencias Críticas. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/628/w3-articulo-226612.html>. Acesso em 13/09/2019.

<sup>60</sup> Baeza argumenta: “el contexto, la realidad existente hasta entonces es lo que lleva a Vicuña Mackenna a considerar los Recuerdos el “inicio de una nueva era para las letras nacionales”. Inauguración además “gallarda, amena, festiva y eternamente risueña”, obra de “un atrevido innovador que, como Horacio, corrige y enseña”. Un “escritor verdadero, elegante, fluido, ameno, fácil, de buena escuela, libre, sin pretensiones de vanidad ni de sabiduría, y que por lo mismo se hace leer, sostiene el historiador, con el encanto peculiar de los ingenios naturales”. Palabras que hacían prácticamente obligatoria su lectura.” (BAEZA, 2013, p.45).

território chileno e estabelecer colônias que ficassem próximas a região da Araucanía, para aumentar o contato dos Mapuche com os europeus – gerando, assim, no discurso do estado chileno, sua assimilação.

O período posterior a 1847 coincide com o início da produção intelectual de Pérez Rosales. Em 1848, viaja para a Califórnia, cujas experiências resultam na obra *Algo sobre California*, em 1850. Em 1854, publica *Memoria sobre emigración, inmigración i colonización*, para defender as ideias sobre imigração e colonização e dar visibilidade aos empreendimentos de Valdivia e Llanquihue. Como Cônsul do Chile em Hamburgo no ano de 1855 e da Dinamarca, Prússia e Hanover em 1858, publica *Ensayo sobre Chile*, cujo objetivo era propagandístico: construir uma imagem positiva do Chile na Europa e tentar convencer os europeus descontentes com sua realidade socioeconômica de que o país era uma boa escolha para a imigração. Doze anos depois, escreveu *La colonia de Llanquihue: su origen, estado actual i medios de impulsar su progreso*, com o intuito de demonstrar detalhes sobre uma das colônias que fundou na década de 40. Por fim, o autor escreveu *Recuerdos del pasado*, em 1882, livro autobiográfico que reúne passagens da sua vida e compila escritos anteriormente publicados.

No próximo subcapítulo tecerei algumas considerações sobre essa produção intelectual de Pérez Rosales.

### 2.3.2 *La pluma de Pérez Rosales: da Califórnia para a Hamburgo*

O los “porteños” son todos marinos, o los marinos son todos “porteños”, o las marinerías dan la tónica a la fisonomía litoral, a las iglesias, a los prostíbulos, a las tabernas, a los patíbulos, al sol, a las cocinerías, a las pescaderías, a las borracherías, a las niñas bonitas que parecen damajuanas de porcelana azul o guitarras o botellas de oro o tinajas de los abuelos, los bisabuelos, los tatarabuelos de Pomaire, acumuladas en la tonada nacional, el mar, el mar, el mar de Valparaíso, camina por los barrios y las bodegas, tuteándose, de hombre a hombre, con los trabajadores portuarios o los nortinos licoreados que “andan en tomas”, y las ropas tendidas son banderas o “claveles del aire” en los cordeles del proletariado creador de hogares, los cachureos-comercios ardiendo y saliendo de lo oceánico tentacular de tu escultura, como de los zargazos y los naufragios, o de antiguas batallas perdidas (ROKHA, 1969, p.239-240).

Os marinheiros e Valparaíso. Pablo Rokha<sup>61</sup> eternizou o principal porto do Chile com o poema *Oceania de Valparaíso*. A narrativa reflete sobre a vida cultural da cidade portuária,

---

<sup>61</sup> Pablo Rokha é o pseudônimo de Carlos Díaz Loyola, que foi um destacado poeta chileno do século XX. O escritor publicou inúmeras obras durante sua vida, entre as quais destaque *Los gemidos* (1922), *Suramérica* (1927),

destacando os atores sociais que transitaram pelo espaço durante o passar dos anos. Pérez Rosales foi um desses indivíduos. Suas viagens do Chile para a Europa, os EUA e demais países da América Latina, muitas vezes passavam por Valparaíso. Como em muitas ocasiões na trajetória de Pérez Rosales, este subcapítulo trata dos seus deslocamentos e sua produção intelectual. Ambas dialogam entre si. Pérez Rosales tornou-se escritor e posteriormente político a partir das suas viagens: a escrita o colocou em evidência como intelectual e as viagens colocaram seu nome em evidência entre a elite chilena.

Em 1848, Pérez Rosales viaja para os Estados Unidos, impulsionado pela ideia de enriquecer com a febre do ouro na Califórnia. A experiência do autor nos Estados Unidos resulta na publicação de um diário, que foi originalmente publicado na *Revista de Santiago*, com o título *Algo sobre California*, em 1850. O texto seria novamente trabalhado pelo autor e incorporado aos *Recuerdos del pasado*, na primeira edição de 1882 e recebeu edições póstumas: a primeira, em 1949, sob o título *Diario de un viaje a California* e a segunda em 1971, com o mesmo título, mas por outra editora (PINEDO, 2007).

Pérez Rosales viajou para os Estados Unidos acompanhado de pessoas da família, como César Federico, Reperto del Solar Pérez Rosales e Felipe Ramírez Pérez Rosales, amigos, serventes e outros chilenos impulsionados pela *gold rush*.

Sus actividades en California fueran múltiples: comercio, minería, hotelería, navegación, etc. Con detalles nos cuenta del grupo de chilenos que viajó, su capital, proyectos, oficios, así como el conflicto entre chilenos y norteamericanos. En su relato observamos una actitud señorial, aventurera y sentimental que además de no permitirle olvidar a Chile, le impidió vencer los obstáculos y crearse una posición económica, como lo hizo el sajón: “En California el que pestaña pierde” (PINEDO, 2007, p.15).

Uma das observações mais correntes que Pérez Rosales fez sobre os Estados Unidos foi o desenvolvimento de um certo modo de fazer negócios. O autor demonstra admiração pelo capitalismo estadunidense e tece comparações das administrações ultramarinas hispânicas e britânicas, para elogiar a liberdade dada pela segunda em comparação com a primeira. Essa admiração pelos Estados Unidos será uma das marcas da escrita de Pérez Rosales. Todavia, o autor percebe alguns elementos da vida social estadunidense com certo tom de sarcasmo. Exemplo disso são as caricaturas que fez durante essa viagem.

---

Imprecación a la bestia fascista (1937), Canto al Ejército Rojo (1944) e Carta Magna del continente (1949). Teve atuação política a partir do *Partido Comunista de Chile* e recebeu o *Premio Nacional de Literatura de Chile* em 1965, tendo declarado ironicamente no ato: “me llegó tarde, casi por cumplido y porque creían que no iba a molestar más”. Rokha se suicidou em 1968, aos 73 anos de idade.

**Figura 4:** Caricatura feita por Vicente Pérez Rosales



Fonte: PÉREZ ROSALES, Vicente. *Diario de un viaje a California*. 1949, p.112.

A Figura 4 denota uma de suas observações sobre os estadunidenses. Na visão Pérez Rosales, a *gold rush* era movida pelo autoritarismo e pela bebedeira. De um lado, o poder dos capitalistas conquistado através do dinheiro e das armas. Do outro lado, a embriaguez, representando o que seriam para ele os “bárbaros del norte”. Pinedo salienta que Pérez Rosales pensou na *gold rush* com certo desprezo, uma vez que suas tentativas de enriquecimento não foram positivas. Em seu diário, denomina o empreendimento na California como “capitalismo aventureiro señorial”, ideia que denota as características da riqueza, da aventura e do mandonismo señorial. Nesse sentido,

Pérez Pérez Rosales puede ser testigo pero no protagonista de la modernidad que se iniciaba en California. Muchas de estas razones explican su rápida desilusión de la aventura del oro, comprendiendo que en la práctica (como la modernidad) brillaba más en la imaginación de los sujetos que en la realidad, burlándose de tener que estar dispuesto a descender en la escala social para ganar dinero (PINEDO, 2007, p.17).

Além dessas questões, Pinedo percebe que a experiência de Pérez Rosales na Califórnia pode ter aumentado sua visibilidade entre os políticos chilenos. Enquanto viajante, possuía experiência no contato com outras culturas. Enquanto escritor, possuía uma narrativa que era compatível com a forma de pensar da elite política chilena. No diário, Pérez Rosales descreve o funcionamento da democracia na vida cotidiana estadunidense, reconhece o esforço dos chilenos que tentaram a sorte na *gold rush* – com tom patriótico – e faz reflexões sobre a vitalidade que o espírito estadunidense fez surgir na Califórnia em comparação com o abandono no qual se encontrava o espaço nas mãos dos hispano mexicanos – ou seja, o elemento que distancia britânicos e hispânicos. Em 1849 retorna ao Chile e em 1850, concomitante a publicação do diário, recebe de Antonio Varas<sup>62</sup> o convite de ser agente de Colonização de Valdivia.

“A los catorce días de mi entrevista con el ministro [Varas], provisto del título de Agente de Colonización, navegaba yo en demanda de Valdivia, para dirigir, a nombre del Gobierno, los trabajos coloniales en aquella lejana provincia, donde por instantes se expediciones de emigrados alemanes”. Sin duda, el viaje a California junto a su trabajo como agente de colonización, son los dos aspectos más importantes de su vida y su actividad política y literaria y de onde surgirán sus libros más importantes (PINEDO, 2007, p.26).

Nesse sentido, na década de 50 se inicia um novo momento na vida de Pérez Rosales: depois de aceitar o convite de Antonio Varas, passa a trabalhar para o estado chileno e construir seu espaço na vida política do país. É dessa inserção – como Agente de Colonização de Llanquihue – que resulta a publicação de *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*, no ano de 1854. Pérez Rosales pretendia esclarecer o que compreendia sobre os conceitos expostos no título da obra e defender o processo de imigração e colonização como mecanismo de desenvolvimento econômico e social. Ao que indica em sua autobiografia, havia oposição entre políticos locais da região de Los Rios e Los Lagos no estabelecimento de colônias com imigrantes e em certa medida, a memória foi direcionada para eles e dedicada a Antonio Varas (PÉREZ ROSALES, 1969, p.534-535).

Ao lado dessa questão, a memória de Pérez Rosales dialoga com o pensamento sobre imigração e colonização do estado chileno. Pinedo salienta que Pérez Rosales em muitos

---

<sup>62</sup> Antonio Varas foi um político chileno de destaque no centro sul chileno. Durante sua trajetória política, foi “Ministro de Justicia, Ministro del Interior y Relaciones Exteriores entre otros cargos. También fue diputado por distintas ciudades en el sur de Chile, como Chillán, Cauquenes, Curicó y Talca. En cuanto a su participación en diarios y revistas de la época, colaboró en la Gaceta de los Tribunales y el periódico El Tiempo. Fue fundador de dos importantes revistas: la Revista de Ciencias i Letras en 1857 y la Revista Jurídica en 1884. Murió el 5 de junio de 1886”. Ver mais em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-95397.html>.

momentos demonstrou entusiasmo com as leis de 1845 e 1851, “por considerá-la “un elemento de vida y de progreso” y “una apremiante necesidad”, pues en su opinión, como en la de la mayoría de los sectores progresistas, si Chile tenía una naturaleza pródiga de recursos, faltaba la mano de obra europea que los transformara en bienes útiles” (PINEDO, 2007, p.27). Além disso, “la inmigración significaría para Chile una importante contribución al desarrollo económico y cultural, como lo había sido para los países que habían puesto en práctica planes similares, y era la manera más rápida de alcanzar la tan anhelada modernidad” (PINEDO, 2007, p.27). Assim, a memória de Pérez Rosales também impulsiona o pensamento imigrantista no Chile, uma vez que dá maior visibilidade para a questão e possibilita o debate e a interpretação a partir do seu escrito. Essa discussão será retomada no capítulo seguinte.

Em 1857, Pérez Rosales publica, na cidade de Paris, seu segundo livro mais conhecido, *Essai sur le Chili*.

La obra tiene un origen concreto: el nombramiento por el presidente Manuel Montt en marzo de 1855, de Vicente Pérez Rosales como agente de colonización y cónsul general de Chile en Hamburgo y, luego, en 1858, como cónsul en Dinamarca, Prusia y Hanover, con el propósito de difundir las bondades de Chile y traer colonos al sur de la república. El propósito del Ensayo sobre Chile es pues, la propaganda de Chile con el fin de atraer inmigrantes europeos. El agente colonizador permaneció cerca de cuatro años en Europa en los que dio a conocer su país entre personalidades de los gobiernos, empresarios, y científicos, incluido Alejandro Humboldt (PINEDO, 2010, p.10).

O livro foi publicado originalmente em francês e traduzido a pedido do presidente chileno Manuel Montt, que teria ficado entusiasmado com a qualidade da obra (PINEDO, 2010, p.11). Nesse sentido, retomo o argumento apresentado no subcapítulo 2.2.2, no qual refleti sobre as intencionalidades presentes na publicação de qualquer forma de texto. Foucault (1992) salienta que os autores sempre publicam a partir de um lugar social e o produto das suas reflexões, que podem ser livros, correspondências, artigos em revistas, jornais e outros, nunca são neutros e possuem seus códigos de leitura. Percebe-se a partir de Pinedo (2010) e Baeza (2013), que *Essai sur le Chili* é mais uma produção intelectual de Pérez Rosales cujas finalidades são políticas. Não pensando apenas na visibilidade política do Chile enquanto país que queria ser visto como potencial destino para imigrantes, mas também na imagem de Pérez Rosales enquanto ator social engajado e preocupado com as questões consideradas relevantes para o país naquele momento. Ou seja, escrever algo, dar evidência para determinado assunto e mostrar erudição sobre debates de interesse nacional, podem ser pensados como estratégias

para ganhar visibilidade. Pensando nas possibilidades apresentadas, trago à tona a reflexão de Carlo Ginzburg, que argumenta:

Tendo tomado conhecimento do aspecto textual do trabalho etnográfico, impõe-se a superação de uma epistemologia positivista ingênua, ainda partilhada por muitos historiadores. **Não há textos neutros**; até mesmo um inventário notarial implica um código, que tem de ser decifrado: “qualquer discurso indirecto”, como dizia Jakobson, “é uma apropriação e uma remodelação de quem cita” (GINZBURG, 1989, p.209). [Grifo meu].

Em termos narrativos, *Essai sur le Chili* dialoga diretamente com as motivações do governo chileno em enviar Pérez Rosales para a Europa: construir uma imagem positiva do país no continente Europeu. Nesse sentido,

la imagen de un país lejano, aislado y diferente, se presenta ahora como un elemento positivo, pues el aislamiento ha contribuido a marcar el carácter nacional como un país con conciencia de su orden político y social. Pero un “país aislado, lejano y diferente”, podía ser también el anzuelo perfecto para el europeo que busca un lugar con espacio y orden jurídico para su desarrollo personal (PINEDO, 2010, p.39).

Ao mesmo tempo,

Y con el mismo orgullo entrega un detallado informe de lo avanzado en obras sociales, educación pública, bibliotecas y premios anuales al trabajo, así como en relaciones exteriores, y muchos otros aspectos, que una vez más, le confirman la existencia de un Chile distinto y superior a los demás países de origen hispano americano. Para Vicente Pérez Rosales, había sido la propia naturaleza abundante, generosa y equilibrada, la que había conformado el carácter nacional (PINEDO, 2010, p.41).

Nesse sentido, a partir de *Essai sur le Chili*, Pérez Rosales utiliza os mesmos elementos que foram utilizados por viajantes do período colonial para depreciar o espaço geográfico que daria origem ao Chile para construir uma nova narrativa. O distanciamento, a natureza peculiar e as particularidades climáticas do país, são agora vistas como elementos positivos e constitutivos de uma identidade nacional única na América Latina. Assim,

la imagen que Vicente Pérez Rosales nos presenta de Chile se debe a su experiencia directa de muchos lugares que conoció como un “simple viajero”, y el ser testigo de lo que cuenta se constituye en uno de sus valores principales. Efectivamente, por su labor como empresario, agricultor, contrabandista de ganado, minero, hacendado, comerciante y como agente de colonización y funcionario de gobierno, pudo realizar un trabajo de campo anotando las alturas de montañas, las temperaturas medias y las lluvias de cada región, los

ríos y puertos, el estado de los caminos, las poblaciones humanas y sus grados de desarrollo, y sobre todo la agricultura del lugar y las características del quehacer económico de los habitantes. Esos apuntes le permitieron en Hamburgo constituir la base para la escritura del Ensayo sobre Chile (PINEDO, 2010, p.44).

Pérez Rosales volta da Europa em 1859, e a partir desse momento se inicia um novo momento da sua trajetória: para Pinedo (2010) e Latorre (2010), desde seu regresso ao Chile, teria sofrido de reumatismo, doença que impossibilitou continuar suas viagens. A ideia defendida pelos autores coincide com o espaço temporal da autobiografia de Pérez Rosales, que cobre os anos de 1814 a 1860. Depois desse período, é possível acompanhar a trajetória do autor a partir da sua atuação política partidária. Para Baeza,

como los recuerdos sólo cubren hasta 1860, tal vez no sobra señalar que Vicente Pérez Rosales, luego de su andariega vida, finalmente en 1859 regresó a Chile y se asentó como parte de la elite social, política y económica, asumiendo responsabilidades políticas como intendente de Concepción y después diputado y senador. Más tarde llegó también a ser Presidente de la Sociedad de Fomento Fabril, el gremio de los industriales, no sin antes, en 1861, a los 54 años, contraer matrimonio con Antonia Urrutia, una viuda y, vaya suerte para alguien que en más de una vez declaró no haber sido tomado en cuenta por la fortuna, rica. Con ella conviviría sin mayores contratiempos, como no fueran los de salud, hasta 1885 en que falleció su mujer (BAEZA, 2013, p.47).

No ano de 1861, Pérez Rosales, como componente do Partido Nacional<sup>63</sup>, é eleito deputado por Chillán, cargo que ocupou até 1864. E posteriormente é eleito senador de Llanquihue, em 1876, e reeleito em 1879, terminando seu mandato em 1882. Durante esse grande intervalo temporal, Pérez Rosales escreveu *La colonia de Llanquihue: su origen, estado actual i medios de impulsar su progreso* (1870) e sua autobiografia *Recuerdos del pasado*, cuja primeira edição foi publicada na *La Época* de Santiago, em 1882.

...

Durante esse capítulo, no qual levantei alguns pontos sobre a trajetória de Pérez Rosales, foi possível perceber as múltiplas interpretações que foram feitas sobre o autor. Na leitura de

---

<sup>63</sup> O Partido Nacional foi fundado em 1857 por Manuel Montt e Antonio Varas. Em 1933 o partido foi extinto e incorporado ao Partido Liberal. Seus fundadores atuavam ao lado de Vicente Pérez Rosales, que foi convidado na década de 60 a tentar sua eleição pela sigla. Ver mais em: [https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos\\_politicos/wiki/Partido\\_Nacional\\_o\\_Monttvarista](https://www.bcn.cl/historiapolitica/partidos_politicos/wiki/Partido_Nacional_o_Monttvarista). Acesso em: 10/09/2019.



alguns pesquisadores que teceram considerações sobre Pérez Rosales, como Cerda (2006), Pinedo (2010), Latorre (2010), e Baeza (2013), é possível estabelecer alguns pontos de convergência analítica: Pérez Rosales foi um ator social que esteve em constante movimento. Fez parte da sua formação na Europa, viajou para diversos países do continente europeu e da América Latina. Depois da década de 40, quando funda as colônias de Valdivia e Llanquihue, ganha visibilidade política local, que será ampliada com o passar do tempo através de dois componentes: a partir das viagens e da escrita de diários e memórias. Esse período específico da sua trajetória é o de maior atividade intelectual, cujos resultados foram a publicação de um diário de viagem, que retratou sua experiência na *gold rush*, a obra *Memória sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854) e *Essai sur le Chili* (1858) que coincidem com sua atuação política como Agente de Colonização de Valdivia e, posteriormente, como Cônsul do Chile em Hamburgo. Com isso, pode-se notar a importância que a escrita teve para a inserção política de Pérez Rosales. A partir dela e sua experiência no exterior, conseguiu visibilidade entre a elite política chilena, grupo do qual passou a fazer parte desde o início da década de 50.

Meu interesse em pensar essas variáveis está alicerçado nas indagações de Hartog, cuja preocupação de pensar os textos ao lado dos contextos de produção é parte imprescindível do trabalho de um historiador. Nesse sentido, esse amplo espaço de tempo que foi abordado a partir de alguns questionamentos me auxiliará na próxima parte desse trabalho, cujo objetivo será analisar detalhadamente a obra *Memória sobre inmigracion, emigracion i colonizacion* (1854).

...

Nos subcapítulos 2.2 e 2.3, analisei separadamente alguns aspectos das trajetórias do Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales. Os dois atores sociais ocuparam lugares de destaque nos seus países, todavia, há diferenças na forma como conseguiram esse espaço político. Interpreto que isso esteja relacionado a um ponto central: a forma como os estados nacionais de Brasil e Chile se organizaram depois de suas independências. No Brasil, havia uma centralidade na composição das elites políticas. Como percebeu José Murilo de Carvalho, além da formação superior, realizada na Universidade de Coimbra, havia o que distinguia as famílias em termos econômicos, como é o caso de Abrantes - que é oriundo de uma família de senhores de engenho do Recôncavo Baiano. Todavia, não é o que se pode observar no caso chileno. Os lugares de formação foram variados, desde a Real Universidad de San Felipe, em Santiago, ou em outros colégios europeus, como demonstrou Carlos Sanhueza Cerda (2006).

Nesse sentido, a formação superior não possuía essa característica centralizadora. Esse pode ser um ponto que deve ser levado em consideração para pensar na trajetória de Pérez Rosales. Assim, diferentemente de Abrantes, que passa a atuar na vida do Império desde 1823, Pérez Rosales se aproxima da elite política chilena a partir de 1850.

Além disso, Abrantes e Pérez Rosales podem ser percebidos como escritores/viajantes, por serem atores sociais em constante movimento e que produziram obras a partir desses deslocamentos. E nesse sentido os temas que os autores debateram em suas obras tem relação direta com o contexto no qual estavam inseridos. Abrantes e Pérez Rosales tiveram produção intelectual significativa. Ambos escreveram a partir de lugares sociais e situações semelhantes e diferentes. A produção de Abrantes está diretamente relacionada à sua atuação política. Tanto os ensaios como as memórias dialogam com essa ideia – sobretudo *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846), escrita no contexto da sua missão diplomática em Berlim. A produção de Pérez Rosales possui mais variações. Apesar de que *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854) e *Essai sur le Chili* (1858) também estejam relacionadas com sua atuação política, as viagens tiveram um papel importante para sua escrita, como é o caso de *Algo sobre California* (1850). Ao mesmo tempo, pensando nos *Recuerdos del pasado* (1882), Pérez Rosales pode ser pensado como ator social preocupado em deixar sua autoimagem para a posteridade (BAEZA, 2013), enquanto Abrantes não dedicou algum tempo da sua vida para escrever sobre si.

Além desses pontos, pensando especificamente nas fontes de pesquisa que serão analisadas no próximo capítulo – *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854) –, Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas memórias enquanto atuavam politicamente: o primeiro, no Conselho de Estado. O segundo, como Agente de Colonização. Isso configura uma forma de produção intelectual muito específica, porque o nome do autor (FOUCAULT, 1992), nesse contexto de produção, está relacionada diretamente ao lugar social de produção. Nesse sentido, Abrantes e Pérez Rosales escreveram as memórias enquanto representantes de seus estados nacionais e de uma certa maneira, compreendo essa produção como parte constitutiva de um discurso oficial do estado em torno das questões de imigração e colonização. Esse é um dos pontos que será aprofundado no próximo capítulo.

Por fim, Regina Weber e Glen Goodman, em estudo recente no qual refletem sobre as comparações, enfatizam que “no seu conjunto, essas intervenções metodológicas todas nascem da importância (e do desafio) permanente de escrever e pensar usando modelos relacionais, de desnaturalizar e contextualizar as categorias de análise histórica” (WEBER; GOODMAN,

2018, p.35). Nesse sentido, Brasil e Chile, figuram no século XIX entre os países que desenvolveram amplos projetos de imigração e colonização. Por mais que isso possa parecer um lugar comum na historiografia, uma vez que existe uma extensa bibliografia que analisa os movimentos migratórios para a América Latina, há similitudes e particularidades no desenvolvimento desses processos. No próximo capítulo, aprofundarei essa discussão a partir da análise nas obras *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854).

### CAPÍTULO 3 - IMIGRANTISMO E RACIALIZAÇÃO: DEBATE SOBRE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO A PARTIR DE ABRANTES E PÉREZ ROSALES

Para começar, gostando ou não de imigrantes, o tema chegou para ficar no Brasil. Governo e sociedade ainda estão “crus” em relação ao assunto, mas é melhor ambos se habituarem à nova situação. Além de ponto de origem, o país também é cada vez mais opção para cidadãos de países vizinhos e de outros continentes.<sup>64</sup>

“O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem porventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis regras e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura”, diz a mensagem publicada pelo presidente. “Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros.”<sup>65</sup>

Quando digo que não vinha ao Chile desde 2001, muitos chilenos me perguntaram o que mudou nesses 16 anos. Respondo que a mudança mais aparente é a presença maciça de imigrantes. Eles concordam. Esses imigrantes vieram de vários lugares. Mas, quando falamos de algo “aparente”, estamos falando principalmente das pessoas negras. Aqui, antes, não havia negros. “Junto com os negros veio o racismo”, me disse um dentista chileno de 31 anos. “Antes não havia contra o que ser racista.”<sup>66</sup>

La expresión *perro bomba* en Chile, según explica el realizador Juan Cáceres –oriundo de ese país–, es utilizada por los *choros* (ladrones) para designar a sus soldados, generalmente menores adictos a la *pasta base* (droga de bajo costo elaborada con residuos de cocaína), que van al choque por ellos. Son personas que son utilizadas como carne de cañón porque “no tienen ningún valor”. Metaforicamente, el realizador pensó que si Chile era un *choro*, estos niños, niñas y adolescentes eran sus perros bombas, ya que desde pequeños son forzados a vivir en la marginalidad y a encontrar maneras poco ortodoxas para vivir. Sin embargo, esto cambió cuando en 2016 comenzó una ola migratoria, que en cuatro años duplicó la población inmigrante. Desde ese momento se comenzaron a vivir “muchos estallidos de xenofobia y racismo” en las distintas ciudades de este territorio. “Ahí me di cuenta que Chile estaba consiguiendo nuevos perros bombas a los que culpar de todo mal, a los que sacrificar en caso de que las cosas salgan mal: los migrantes”, afirma Cáceres<sup>67</sup>.

<sup>64</sup> Trecho do artigo de Rodrigo Borges Delfim, do website Migra Mundo. Disponível em: <https://migramundo.com/imigrantes-no-acre-alarante-ou-alarismo/>. Acesso em 13/12/2019.

<sup>65</sup> Discurso de Jair Bolsonaro, logo após a retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-sobre-imigrantes-nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa/>. Acesso em 13/12/2019.

<sup>66</sup> Trecho de um artigo de Lourival Sant’Anna, do Estadão. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/lourival-santanna/chile-atrai-imigrantes-e-se-depara-com-preconceito/>. Acesso em 13/12/2019.

<sup>67</sup> Trecho do artigo de Andrés Rodrigues, do El País. Disponível em: [https://elpais.com/cultura/2019/05/04/actualidad/1556981028\\_548681.html](https://elpais.com/cultura/2019/05/04/actualidad/1556981028_548681.html). Acesso em 16/12/2019.

Desejáveis e indesejáveis. Essas duas categorias representam bem os discursos sobre os imigrantes no Brasil e no Chile, não existindo um período exato para que o tema esteja em pauta. Desde o século XIX, com as independências políticas dos países, as migrações são discutidas com mais afinco, possuindo matrizes interpretativas das mais variadas. O que ficou claro desde então, é a seletividade com que as autoridades tratam do tema: para alguns imigrantes, as fronteiras estão sempre abertas, para outros, fechadas.

Os trechos que selecionei para introduzir a segunda parte dessa dissertação foram retirados de sites variados e contém opiniões de jornalistas e falas de autoridades e artistas. Os dois primeiros exemplificam o caso brasileiro e trazem discursos que reiteram a permanência de uma narrativa pautada na exclusão, no racismo e no etnocentrismo. O colunista Rodrigo Borges Delfim, aborda o assunto das migrações como se ela fosse uma novidade, salientando que “gostando ou não de imigrantes, o tema chegou para ficar no Brasil. Governo e sociedade ainda estão “crus” em relação ao assunto”. A frase levanta, no mínimo, alguns questionamentos: as migrações são tratadas como algo banal, no qual as pessoas podem escolher se gostam ou não, e por outro lado, reitera que os brasileiros ainda estão “crus” para refletir sobre o assunto, negligenciando que o Brasil é país receptor de imigrantes desde sua independência – e alargando a escala temporal, recebeu imigrantes das mais diversas nacionalidades desde o período colonial.

Essa tendência de colocar o debate das migrações na ala do senso comum também foi empregada pelo presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro. Em uma de suas falas preconceituosas e carregadas de xenofobia, afirma que “não é qualquer um que entra em nossa casa”, transportando o assunto para o âmbito privado, no qual se coloca como o patriarca que protege a família das ameaças externas – reforçando a característica do mandonismo do qual fala Lilia Moritz Schwarcz (2019). Ou seja, trata de um assunto que toca o interesse coletivo e internacional como se estivesse lidando com decisões cotidianas, agindo como se a questão das migrações fosse tão simples quanto sancionar um decreto e depois voltar atrás. Nesse sentido, em ambos os casos, as migrações são vistas como um problema que deve ser resolvido, e não como um processo que perpassa a existência humana em nosso planeta.

Por outro lado, o Chile – país majoritariamente elogiado por seu desenvolvimento econômico e práticas neoliberais<sup>68</sup> - passa por dilemas pouco noticiados sobre casos de xenofobia e racismo contra imigrantes. Os dois trechos selecionados traduzem situações de conflito e casos explícitos de racismo. No primeiro, o colunista Lourival Sant’Anna narra que

---

<sup>68</sup> Como se pode perceber no artigo a seguir: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/chile-e-o-maior-sucesso-economico-da-america-latina/>. Acesso em 16/12/2019.

em uma de suas entrevistas, uma dentista salientou que o racismo chegou no Chile com a vinda de imigrantes negros. Antes, na perspectiva dela, não havia racismo no país. Ou seja, delega para o movimento migratório a culpa pelo racismo, não reconhecendo que o racismo é antes um traço estrutural da cultura do que o resultado de mobilidades humanas.

O segundo trecho dialoga diretamente com o primeiro. O cineasta Juan Cáceres demonstrou em *Perro Bomba*, que as populações imigrantes eram mais vulneráveis no Chile do que pessoas pobres e marginalizadas, em decorrência da origem étnica e da cor epidérmica. Nesse sentido, a película, que traz um retrato do racismo e da xenofobia contra imigrantes haitianos, é mais um produto que passa a compor o rol de produções culturais que contemplam o tema no Chile, atribuindo um sentido perspicaz à expressão de que o país seria uma “copia feliz del edén autoritario” (BAEZA, 2008).

A partir dessas passagens, coloquei em diálogo algumas vozes de Brasil e Chile, tomando como ponto central o racismo e a xenofobia contra imigrantes no século XXI. O que se pode perceber com a seleção delas é a continuidade de uma prática discursiva muito presente no século XIX: uma camada da população continua reproduzindo que alguns imigrantes são mais bem-vindos do que outros, em decorrência da origem étnica, religiosa, nacional e racial. Esse tema perpassa a segunda parte dessa dissertação: Abrantes e Pérez Rosales defenderam um processo de imigração e colonização pautado na seleção de colonos oriundos do continente europeu, possuindo um claro interesse por imigrantes alemães. Essa escolha, que nada tem de arbitrária, está circunscrita, como se verá, no pressuposto da superioridade europeia, que tem sua origem localizada na “ciência da classificação” iniciada por Carl Linnaeus<sup>69</sup>. Os europeus, “belos, amáveis, inteligentes e inventivos” (CABECINHAS, 2008, p.165), que figuram no topo da escala etnográfica de Linnaeus, passam a ser vistos como ideal de civilização e progresso. Os desejáveis, para quem as fronteiras estavam abertas na metade do século XIX.

No debate historiográfico recente o tema tem aparecido com frequência, e com isso, abriu-se um leque de possibilidades muito promissor para a pesquisa histórica. Pensando especificamente nos trabalhos que tangenciam os estudos migratórios, as discussões em torno das correntes imigrantistas e o processo de racialização do debate sobre imigração e colonização tem se destacado entre os temas emergentes do campo.

---

<sup>69</sup> Essa classificação se deu “com base numa multiplicidade de critérios, principalmente de natureza fenotípica, o autor dividiu os seres humanos em quatro raças – africanos, americanos, asiáticos e europeus. Cada uma dessas raças foi caracterizada com alguns atributos específicos: entre outros atributos, os africanos foram descritos como negros, lentos de raciocínio, descontraindo e negligentes; os americanos como vermelhos, ávidos e combativos; os asiáticos como amarelos, inflexíveis, severos e avarentos; os europeus como belos, amáveis, inteligentes e inventivos” (CABECINHAS, 2008, p.165).

O termo imigrantismo é empregado por vários pesquisadores<sup>70</sup> para descrever um certo modo de se falar sobre as migrações no século XIX, com alguma ressonância no século XX. Todavia, por mais que a palavra seja bastante empregada na historiografia, não há uma definição específica para o termo. De um modo geral, a palavra está associada à produção de discursos sobre imigração e colonização, que tem como base o incentivo à vinda de imigrantes europeus para o território brasileiro. Pesquisadores como Giralda Seyferth (2002; 2016), Célia Maria Marinho de Azevedo (1987; 2012), Angela Bernadete Lima (2014; 2017) e Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014), possuem um ponto em comum quando refletem sobre o tema: os discursos imigrantistas estão perpassados pela discussão em torno da transição do trabalho de escravizados para o trabalho livre, em meio aos debates sobre a abolição da escravidão – que esteve no centro das discussões políticas, econômicas e sociais durante o século XIX. Essa transição se daria com a inserção de trabalhadores europeus na lavoura e na criação de núcleos de colonização concentrados sobretudo na região Sul. Entretanto, em nenhum momento essas propostas levaram em consideração o que aconteceria com os africanos escravizados, isso porque “negros e mestiços podiam ser escravos, servos, coadjuvantes, mas não eram considerados adequados para o trabalho livre ou para agir por livre iniciativa<sup>71</sup>” (SEYFERTH, 2007, p.116). Nesse sentido, as propostas imigrantistas estão em diálogo com a premissa de que os trabalhadores livres serão os colonos de origem europeia, porque “a identidade branca constituía um modelo a ser seguido, mas também um lugar simbólico referencial, de onde se emitia sentidos para todos aqueles que não traziam no corpo os atributos visíveis necessários para figurarem como brancos” (ROSA, 2014, p.21).

Além desse aspecto,

também no Brasil a ideia de raça serviu para muitas interpretações da “formação nacional”, refletida nos interesses geopolíticos de consolidação do território pela colonização europeia. Os debates sobre a abolição da escravatura e a questão do povoamento vinculado à imigração europeia

---

<sup>70</sup> Como, por exemplo: AZEVEDO, Célia Martinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Terceira Margem, 2003, JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a imigração”: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014, LIMA, Angela Bernadete. “Nós declaramos guerra ao latifúndio!”: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2014, MENEZES, Lená Medeiros de. *Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930)*. In: *Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização*. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014, SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. In: *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, 2002.

<sup>71</sup> Na classificação de Linnaeus os africanos são descritos como negros, lentos de raciocínio, descontraídos e negligentes, em contraposição aos europeus, cujas qualidades os colocam no topo da hierarquia racial.

marcaram os primeiros enunciados de referência racial. No momento histórico em que se iniciava a diáspora europeia para as Américas, no início do século XIX, temia-se a ocorrência de rebeliões escravas, a exemplo do Haiti. Em 1818, a imigração suíça para Nova Friburgo (RJ) foi considerada parte de um processo civilizatório e início de um possível reforço aos batalhões de “brancos” (SEYFERTH, 2007, p.115).

Dentro desse tema, há a relação direta que os discursos imigrantistas têm com a formação de um país moderno, industrializado e civilizado. A transformação do Brasil – e de forma similar, mas não idêntica, do Chile – em nação, só se concretizaria após o estabelecimento de um fluxo de imigração de alguns milhares de trabalhadores de raça superior. Conforme acreditavam pia e firmemente, a ideia de pátria e a própria formação da nacionalidade só poderiam surgir do âmago de populações racialmente privilegiadas em termos de inteligência, energia, responsabilidade, sociabilidade e iniciativa (AZEVEDO, 2012). E é desse conjunto de elementos que deriva a ideia geral sobre o imigrantismo. Abrantes e Pérez Rosales, como se verá, são representantes desse pensamento.

Ao mesmo tempo, há um elemento que tensiona esse debate. Abrantes e Pérez Rosales pertencem a uma geração de letrados que escreveu e publicou antes das teorias de Arthur de Gobineau e Charles Darwin serem amplamente utilizadas entre os mais diversos políticos, economistas, cientistas, naturalistas e viajantes para pensar a sociedade. Seus estudos estão em maior diálogo<sup>72</sup> com o já citado Carl Linnaeus, Georges-Louis Leclerc<sup>73</sup> – o Conde de Buffon

---

<sup>72</sup> Lilia Moritz Schwarcz, na obra *O espetáculo das raças*, traça um esboço das modificações que ocorreram nas concepções sobre o homem e a natureza ao longo dos séculos XVIII e XIX. A retomada que a autora faz tem como objetivo apresentar a base dos postulados raciais que marcaram a década de 70 no Império brasileiro. Dentro dessa discussão, desenvolve-se, no século XIX, a ideia de que não bastava mais para os viajantes e cronistas descrever as variações das distintas sociedades. Cabia a eles, desde Georges Cuvier, classificar, ordenar e organizar as diferenças entre os homens. Abrantes e Rosales, como vou demonstrar, também se apropriam dessa característica epistemológica do século XIX, ao organizar seu pensamento com relação aos imigrantes europeus dentro dessa lógica pertencente ao Oitocentos.

<sup>73</sup> O Conde de Buffon ficou amplamente conhecido através do seu estudo *Historie Naturelle*, publicado pela primeira vez em 1749 – e tal como a primeira edição, sua segunda edição, lançada em 1850 e traduzida para o inglês, holandês e alemão, foi vendida rapidamente. O autor normalmente é lembrado por sua tese da inferioridade da América Latina. Os nativos americanos, por exemplo, eram acusados de selvagens débeis por não domesticarem a natureza hostil em seu benefício, sendo comparados constantemente com os animais naturais do continente. Na construção da teoria, tão difundida, a comparação do Novo Mundo com o antigo, descortina uma imaturidade; um impedimento do desenvolvimento que fazia com que a vida animal sofresse um processo de degeneração. Roberto Ventura argumenta que “a oposição entre a Europa e a América é decisiva para a formação da consciência moderna, tornando manifesta a “superioridade” do “homem civilizado” e a possibilidade do “progresso”, que tem como evidência histórica a figura do “homem selvagem” do ultramar. Ao mesmo tempo, o homem americano adquire uma significação histórico-filosófica pela imagem do reino da natureza, em que a liberdade e a moral universal se realizariam através da igualdade entre os indivíduos. A interferência de dois discursos na representação do “mundo selvagem”, um de apologia da felicidade natural, outro de afirmação das vantagens da civilização, “indica uma visão ambígua, em que aflora a percepção de uma realidade contraditória” (VENTURA, 1988, p.45). Ainda para o autor, “a tese sobre a inferioridade do homem e da natureza na América tem como principal antecedente a análise de Montesquieu das relações entre os climas, as instituições e os costumes, sendo a escravidão, a poligamia e o despotismo considerados formas características dos países quentes” (VENTURA, 1988, p.46). Buffon ficou conhecido como grande divulgador e defensor dessas ideias, que perduraram por todo o



–, e Alexander von Humboldt<sup>74</sup>, que tem o continente europeu como principal referente para a observação das sociedades não europeias. Não são apenas os grupos humanos que estão hierarquizados em seus escritos, mas a própria natureza possui características explícitas de racialização. A partir dessa base, Abrantes e Pérez Rosales defendem, não arbitrariamente, que as correntes migratórias deveriam ser dirigidas para as regiões sulinas, distantes da linha do equador, onde o clima e a vegetação seriam favoráveis aos europeus, pouco habituados aos trópicos.

Esses apontamentos abrem outro tópico que será importante na segunda parte da dissertação. As memórias de Abrantes e Pérez Rosales estão repletas de passagens que possuem referências explícitas e implícitas à ideia de raça, seja quando tratam de descrever os europeus, seus ofícios, ou quando abordam as questões relativas ao clima, à indústria e à legislação. Pois para eles, toda a organização das políticas de imigração e colonização giram em torno de como garantir que os europeus – dotados das características taxonômicas de Linnaeus – possam ingressar no Brasil e no Chile para garantir seu desenvolvimento econômico e social – que em outras palavras seria de garantir o ingresso do progresso e da civilização nas nações (MENEZES, 1985). Partindo desse princípio, autores como Azevedo (2012), Rosa (2014) e Seyferth (2016) já salientaram em seus estudos que as referências explícitas ou implícitas que esses autores fazem sobre a ideia de raça desnudam a forma como estão utilizando esse conceito

---

século XIX e receberam novas roupagens a partir das leituras que Charles Darwin fez sobre seus estudos. Ver mais em: VENTURA, Rovertó. Leituras de Raynal e a ilustração na América Latina. Estudos avançados. vol.2 nº.3. São Paulo Sept./Dec. 1988.

<sup>74</sup> Em seu clássico estudo *Os olhos do Império*, Mary Louise Pratt traz importantes reflexões sobre os intercâmbios estabelecidos entre o pensamento europeu com o pensamento latino americano, sobretudo refletindo como a América Latina influenciou escritores europeus a deliberar sobre o Novo Mundo em todas as suas dimensões. Um dos principais autores que influenciou de maneira significativa para a construção de representações sobre a América Latina foi Alexander von Humboldt. Na contramão dos escritores do século XVIII e XIX, Humboldt edificou uma imagem muito positiva do continente, sobretudo acerca da sua natureza. Pratt destaca que “Humboldt procurou reinventar o imaginário popular da América e, através da América, do próprio planeta” (PRATT, 1999, p.211). A autora ainda destaca: “como sugerem os títulos de seus trabalhos, Alexander von Humboldt reinventou a América do Sul antes de tudo enquanto natureza. No entanto, não como a natureza acessível, coletável, reconhecível, categorizável dos lineanos, mas como uma natureza dramática, extraordinária, um espetáculo capaz de ultrapassar o conhecimento e inteligência humanos” (PRATT, 1999, p.212). Seu pensamento tornou-se conhecido através da venda de seus livros e da própria atuação de Humboldt como divulgador do seu conhecimento. E o que interessa de perto nessa relação que estabeleço entre o pensamento de Humboldt com as produções de Abrantes e Rosales reside no seguinte ponto: a natureza americana de Humboldt é majestosa, propícia para o desenvolvimento pleno da humanidade, todavia, carece de civilização. Ou seja, a América do Sul teria todas as condições para se desenvolver e se tornar grandiosa, menos a população. Pratt argumentou que o autor considerava o México muito mais civilizado que a América do Sul, tendo afirmado: ““nada me impressiona mais profundamente”, escreve ele no prefácio a seu ensaio sobre o México, “do que o contraste entre a civilização da Nova Espanha e a pobreza física e moral da cultura daquelas áreas pelas quais acabo de passar”. Seu projeto no México passa a ser o de explicar seu notável progresso em comparação com a América equatorial” (PRATT, 1999, p.228). [Grifo meu]. Como grande divulgador da natureza americana, Humboldt foi uma das maiores influências entre as elites latino americanas do século XIX, como ficará perceptível no decorrer da dissertação. Para mais informações ver: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

no dia-a-dia, enquanto estadistas com voz ativa para deliberar sobre decisões que serão tomadas em seus países. Aprofundando essa discussão, Rosa aferiu:

Ao longo de todo o século XIX, foi conferida absoluta centralidade à identidade europeia como referencial seletivo (logo, excludente) das nacionalidades que deveriam ou não ser aproveitadas na composição da mão-de-obra livre. Os processos de colonização, imigração e substituição jamais foram neutros; as referências diretas à cor e à raça poderiam estar presentes, mas também poderiam ser dispensadas nos casos em que a nacionalidade, o continente de proveniência e certas peculiaridades distintivas, abonadoras ou depreciativas cumpriam a função de **identificador racial** (ROSA, 2014, p.31). [Grifo meu].

Essa característica está presente, como se verá, nas memórias de Abrantes e Pérez Rosales, que construíram suas narrativas a partir de identificadores raciais que qualificam os imigrantes europeus. Nem sempre os autores utilizam a ideia de raça para se referir aos imigrantes, e quando ela está ausente da narrativa, aparecem as qualidades que estão refletidas na positividade dos comportamentos, a capacidade produtiva, a inclinação para serem industriais e o cuidado que tinham com a família. Esses elementos passam a adjetivar o imigrante europeu, funcionando como um fator hierarquizante entre os diferentes seres humanos.

Assim, para pensar o processo de racialização dos discursos migratórios da primeira metade do século XIX, tanto para o caso brasileiro quanto para o caso chileno, aproximo-me dos estudos de Azevedo, Rosa, Silva, Seyferth, María Emilia Tijoux e María Gabriela Córdova Rivera (2014) para os quais a raça é percebida como uma construção social, um conceito flexível que sofreu alterações juntamente com as mudanças nos campos políticos, econômicos e sociais. De tal modo,

negar à raça a sua função naturalizante e determinista equivale a compreendê-la como uma construção cultural, e não como fato biológico atemporal e cientificamente comprovável, já que ela não pertence ao reino da natureza, e sim ao mundo social; para desconstruir sua ilusória fixidez, convém mergulhá-la na história. A inserção da raça nesse mundo formado por grupos sociais, cujas identidades em constante transformação demandam sempre novos e renovados critérios norteadores de suas relações, hierarquias e diferenças, implica que seu conteúdo está sujeito a apropriações, usos com diferentes fins e disputas pela fixação do seu sentido, que podia vir a ser bastante subversivo em relação aos propósitos iniciais. Como todo o processo de formação de identidades, a raça foi construída a partir do estabelecimento de diferenças e oposições multilaterais, motivo pelo qual tomá-la como uma construção cultural constantemente sujeita à mudança, enquanto critério organizador das interações e identidades sociais, equivale a compreendê-la como processo e como relação (ROSA, 2014, p.22)

E dessa forma a racialização será analisada “num contexto em que a raça era já um antigo componente das formas de convívio” nas quais se “demanda a percepção de que o período escolhido para análise é apenas um momento inserido em uma temporalidade muito mais longa” (ROSA, 2014, p.22-23). Em outras palavras, Fernanda Oliveira da Silva reitera que o conceito de racialização deve ser compreendido como processo pelo qual a ideia de raça é vivida pelos mais diversos grupos sociais. Ela traz em seu bojo o entendimento de que essa vivência se dá a partir de um pressuposto de hierarquizações, no qual “a raça negra ocupa o patamar inferior da hierarquia, estando a branca no superior”<sup>75</sup> (SILVA, 2017, p.27).

Nesse sentido, mesmo que o recorte temporal dessa dissertação contemple a metade do século XIX, compreendo que as discussões em torno do conceito de raça transcendam essa escolha, tendo sofrido mutações constantes a partir da apropriação que diversos autores fizeram dele. Abrantes e Pérez Rosales, dentro desse contexto, figuram entre os tantos intelectuais que se apropriaram das noções de raça para construir seus estudos, que nesse caso, estão voltados para uma reflexão sobre as melhores maneiras de construir uma política de imigração e colonização no Brasil e no Chile.

...

A partir desses apontamentos, apresento a estrutura do presente capítulo, que contará com três subcapítulos. O objetivo central será o de analisar comparativamente as memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Para tanto, pretendo interpretar suas ideias desde os objetivos iniciais das memórias, compreendendo as motivações das publicações e a forma como escreveram e estruturaram seus argumentos. Posteriormente, tenho em vista pensar nas memórias como parte substancial das produções sobre imigração e colonização que eram realizadas nas décadas de 40 e 50 do século XIX, que foram produtoras de um padrão discursivo denominado pela historiografia como imigrantismo. Do mesmo modo, objetivo pensar como as memórias

---

<sup>75</sup> Rosa e Silva são historiadores que trabalham com as experiências negras no pós-abolição e utilizam o conceito de racialização para compreender como as noções de raça foram manipuladas pelos mais diversos grupos étnicos, seja para conquistar espaços, seja para negá-los, ou ainda para construir novas barreiras de inserção social em um período marcado por novos arranjos políticos, econômicos e sociais. Ver mais em: ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Campinas, SP: 2014. SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre, 2017.

sustentaram noções de racialização, as quais defendiam um modelo ideal de imigrante – pensado a partir do continente europeu.

Posteriormente tecerei considerações sobre a forma como Abrantes e Pérez Rosales se apropriaram do ideário estadunidense para pensar as distintas formas de colonizar um território. Havia uma ideia compartilhada entre ambos de que caso Brasil e Chile seguissem o exemplo dos Estados Unidos, conseguiriam atrair um número cada vez mais expressivo de imigrantes, o que culminaria, no final do processo, com o desenvolvimento da imigração espontânea para os países. A partir desse ponto, analisarei as propostas de imigração de Abrantes e Pérez Rosales, comparando suas narrativas e refletindo sobre as complexidades presentes em Brasil e Chile. Assim, o segundo capítulo terá uma análise mais vertical, focada nas principais fontes de pesquisa utilizadas para a realização desse trabalho.

### 3.1 Escrita e publicação: análise da publicação das memórias de Abrantes e Pérez Rosales

Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma ideia no trapézio que eu tinha no cérebro. Uma vez pendurada, entrou a bracejar, a pernear, a fazer as mais arrojadas cabriolas de volatim que é possível crer. Eu deixei-me estar a contemplá-la. Súbito, deu um grande salto, estendeu os braços e as pernas, até tomar a forma de um X: decifra-me ou devoro-te. Essa ideia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, **chamei a atenção do governo para esse resultado**, verdadeiramente cristão. Todavia, **não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos**. Agora, porém, que estou cá do outro lado da vida, posso confessar tudo: **o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressa nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas de remédio, estas três palavras: “Emplasto Brás Cubas”**. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do arruído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me arguam desse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer hábeis. Assim, a minha ideia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. **De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: - amor da glória**. Um tio meu, cônego de prebenda inteira, costumava dizer que o amor da gloria temporal era a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna. Ao que retorquia outro tio, oficial de um dos antigos terços de infantaria, que o amor da glória era a coisa mais verdadeiramente humana que há no homem, e, conseqüentemente, a sua mais genuína feição. Decida o leitor entre o militar e o cônego; eu volto ao emplasto. (ASSIS, 2012, p. 57-58). [Grifo meu].

A alusão à confissão de Brás Cubas é completamente intencional. O narrador defunto revela que seu maior trunfo com o lançamento do “Emplasto Brás Cubas” seria seu próprio reconhecimento enquanto grande inventor. As benesses do emplasto para a sociedade, proporcionando alívio para a “melancólica humanidade”, são relegadas para segundo plano. O emplasto, como lembra o narrador, trazia o brilho das medalhas: um lado virado para o público, o outro para o próprio inventor. O que vale, para Cubas, é ver seu nome impresso nos jornais, para que seus pares e superiores enxerguem em sua figura um avanço para a ciência e o bem-estar das pessoas do século XIX.

Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales trazem nas primeiras páginas de suas memórias dedicatórias destinadas a pessoas importantes. O primeiro, dedica a memória para seus pares, os frequentadores do seu salão de festas, seus companheiros de Conselho de Estado, enfim, pessoas pelas quais recebeu a incumbência de viajar para a Europa com vistas de desenvolver sua “missão diplomática”. O segundo, faz menção à Antônio Varas, que à época ocupava o cargo de Ministro de Interior e Relações Exteriores, seu amigo e personagem importante para sua visibilidade política e ascensão social. Essas dedicatórias não podem ser negligenciadas. Não aparecem por acaso nas páginas iniciais de um livro. São, como o texto em si, escolhas feitas pelo autor. E por isso, a memória, dentre outras atribuições, é um livro que tem duas faces. É, por um lado, o que lhe confere sentido: um estudo destinado para desenvolver uma reflexão sobre um objeto específico. E por outro lado é a produção intelectual de autores que possuem seus próprios interesses, carreiras políticas, ambições, enfim, de seres humanos complexos<sup>76</sup>. Por isso, tal como a moeda de Brás Cubas, possuem uma face virada para o público e a outra para o autor. Ambas interessam para o desenvolvimento dessa dissertação.

Essa breve consideração serve de base para um ponto importante sobre a utilização de fontes literárias<sup>77</sup> para o desenvolvimento de estudos históricos. Tal como as fontes judiciais,

---

<sup>76</sup> Penso aqui na complexidade de escolhas e possibilidades apresentadas por Giovanni Levi em *Herança imaterial*. Os seres humanos são constantemente colocados em situações nas quais precisam fazer escolhas. E eles as fazem. Nós, enquanto historiadores, perseguimos os rastros e sugerimos, interpretamos, argumentamos e suspeitamos. O próprio Levi salienta: “está tudo nos documentos, ou seja, os nascimentos, as mortes, os casamentos, as compras, as falências, os sucessos, as relações com os senhores feudais, as tempestades, as colheitas, os homicídios, os ferimentos e as passagens dos soldados. A conexão entre tais elementos sugere escolhas, estratégias, paixões e incertezas [...] por esta razão, a reconstrução dos acontecimentos e das biografias será, frequentemente, impressionista, alusiva e até, talvez, imaginária” (LEVI, 2000, p.90). Por isso faço essa ponte entre Brás Cubas e os personagens dessa dissertação. Abrantes e Rosales, tal como Brás Cubas, o padre Chiesa e tantos outros personagens literários ou históricos, tiveram que fazer suas escolhas e pensar em estratégias para ascender socialmente, obter prestígio e ter voz ativa nos espaços onde atuaram em suas vidas sociais.

<sup>77</sup> Tal como Antônio Ferreira salientou, “os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do

paroquiais, pictóricas, orais e outras, as fontes literárias possuem um contexto de produção, um público leitor, ideias, tensões e interesses. Com isso, esse subcapítulo tem o propósito de refletir sobre as motivações de Abrantes e Pérez Rosales para a escrita e publicação de suas memórias, tensionar suas escolhas na elaboração do texto propriamente dito e pensar nas situações conjunturais que permeiam esse processo.

Abrantes e Pérez Rosales ocupavam posições distintas durante o período que publicaram suas memórias. O primeiro, era enviado no ano de 1844 para a Europa, a fim de discutir questões diplomáticas com franceses e ingleses e dialogar com o governo prussiano com o intuito de trazer imigrantes alemães para o Brasil. O segundo voltava de Hamburgo depois de atuar como cônsul do Chile na cidade e fazer propaganda do território chileno para políticos e cientistas europeus. O espaço temporal das viagens abrange uma década, período que contempla também a publicação das memórias: em 1846, Abrantes publicou *Memoria sobre os meios de promover a colonização* pela Typographia de Under Irmãos, na cidade de Berlim, na Alemanha e em 1854, Pérez Rosales publicou *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* pela Imprenta de Julio Belin, na cidade de Santiago, no Chile. As motivações dessas publicações são amplas e divergentes e deterei os próximos parágrafos para refletir sobre elas.

A obra de Abrantes tem origem na ordem circular número 8, datada de 31 de julho de 1845, na qual ficou imbuído de fornecer informações gerais que tocavam os interesses do Império na imigração e colonização das terras devolutas do território brasileiro. Na documentação reunida no livro que descreve a missão especial, publicado em 1853, Abrantes assim descreve os pontos da ordem circular:

- 1.º Quaes os districtos e portos da Prussia (ou antes da Allemanha) donde possam ir colonos morigerados e laboriosos, aptos principalmente para agricultura, comprehendendo-se no numero delles alguns artifices?
- 2.º Quaes os meios praticos de engajamentos, e de fretamentos com todas as circunstancias, por minuciosas que pareçam, que possam esclarecer o objecto? (ABRANTES, 1853, p.139).

Essas duas perguntas orientaram a escrita da memória de Abrantes. Ela foi dividida em doze capítulos, que contemplam de forma ampliada as duas questões contidas na ordem circular, como se pode perceber na Figura 5. Ao final da obra, Abrantes acrescenta oito notas que contém trechos de jornais, personalidades e instituições alemãs ligadas à questão migratória.

---

universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (FERREIRA, 2009, p.61).

**Figura 5:** Sumário da obra *Memoria sobre os meios de promover a colonização*.

## INDEX.

- § 1º Prestímo dos colonos Alemaens.
- § 2º Districtos da Alemanha que podem fornecer colonos uteis.
- § 3º. Portos d'embarque dos colonos destinados para o Brazil.
- § 4º. Modo de verificar a morigeração e proffissão dos colonos.
- § 5º Meios de transporte e custo das passagens dos colonos.
- § 6º. Ideas que vão prevalecendo na Alemanhã arespeito da emigração.
- § 7º. Opinião que se tem formado acerca da emigração para o Brazil.
- § 8º. Diversos meios de atrahir colonos e promover a colonisação.
- § 9º. Venda das terras publicas nos Estados-Unidos da America.
- § 10. Venda das terras da Corôa nas Colonias Inglezas.
- § 11. Motivos á que se attribue o progresso da colonisação nos Estados-Unidos.
- § 12. O que nos cumpre fazer para conseguirmos a colonisação que dezejamos.

## NOTAS.

- Nota I. A. Informação do Consul Suisso o Sr. Decosterd.
- ” I. B. Parecer do Directorio da Sociedade do Bem-Commum.
- ” II. Trecho da Memoria de Mr. de Gobinau sobre emigraçoens.
- ” III. Passagem da recente Obra do Dr. Büttner.
- ” IV. Opinião da Sociedade Geografica de Francfort s. M.
- ” V. Artigo da Gazetta de Augsburgo.
- ” VI. Dito da Gazetta de Colonia.
- ” VII. Outro artigo da Gazetta de Augsburgo.

Fonte: ABRANTES, Visconde de. *Memoria sobre os meios de promover a colonosação*.

1846.

A construção da obra foi direcionada através de questões pontuais que interessavam diretamente o Império, resultando nos doze capítulos que compõe a íntegra da memória. As fontes utilizadas pelo autor são bastante variadas. Nas notas de rodapé, localizei livros, jornais, revistas e documentos aos quais Abrantes faz referência. Elas possuem uma função de legitimar as ideias defendidas pelo autor durante a narrativa. De modo geral, apropria-se de trabalhos publicados nos Estados Unidos e na Inglaterra, além de jornais e revistas em Berlim, sendo que todas as fontes consultadas abordam o tema da imigração e colonização.

Os capítulos dez e onze, por exemplo, são escritos a partir dos livros *Lectures on Emigration and British Colonies*, de Colin T. Compbell, publicada em 1845 e *Progress of population and wealth of the United-States*, de G. Toker, publicada em 1844 – esses livros

contemplam a impressão que os mais expressivos Impérios do século XIX possuíam acerca de imigração e colonização. A forma como Abrantes se refere a eles é bastante diversificada, podendo resultar no reforço de um argumento ou para trazer dados estatísticos sobre a saída e entrada de imigrantes no Brasil, Estados Unidos e nas colônias britânicas.

Os jornais e revistas que o autor menciona ao longo do trabalho são utilizados de outra forma. Nos capítulos seis e sete, que versam sobre as ideias que prevalecem sobre a imigração na Alemanha e nas opiniões que se formaram a respeito da imigração de alemães para o Brasil, Abrantes faz uma leitura mais atenta da documentação para perceber como a imprensa e os políticos alemães enxergam o Brasil como país receptor de imigrantes. O autor salienta que a opinião que se formou em torno dessa questão é muito desfavorável, e acrescenta

por mais penoso que me fosse o exame dos motivos desta má opinião, por mais desagradavel que possa ser a leitura deste § e Notas citadas, entendi apesar de tudo, que devia patentear sem reserva o que se pensa nesta parte do Mundo a respeito da colonisação no Brazil, não só para que tractemos de remover alguns desses motivos quando em verdade existão, **como para que não nos maravilhemos do facto de afluír a emigração Europêa para outros Paizes, e naó para o nosso** (ABRANTES, 1846, p.13). [Grifo meu].

O trecho final dessa citação é muito significativo para pensar o contexto de produção dessa obra. Ao longo da memória, Abrantes destaca por diversas vezes que o Brasil não é visto como país atrativo para imigrantes europeus, sobretudo os alemães. Políticos, imprensa e *philantropos*<sup>78</sup> citados pelo autor possuem uma posição adversa à vinda de imigrantes para o Brasil. Para eles, o clima seria prejudicial, a legislação mal organizada e a existência da escravidão atrapalhariam os imigrantes na realização de seus sonhos. As cifras mostradas no

---

<sup>78</sup> Cito aqui uma passagem muito significativa para essa reflexão. Nas notas que fazem parte do apêndice da memória, Abrantes transcreve uma matéria publicada por Arthur de Gobineau na *Revue Nouvelle*, no ano de 1845, sob o título de *Emigrations actuelles des Allemands*. O descontentamento de Abrantes com a opinião de Gobineau é tamanha, que o autor não traduz o texto – enquanto os demais artigos foram devidamente traduzidos e referenciados. Gobineau salienta: “Assim, os Estados Unidos da América são o país de maior destino dos emigrantes; uma grande população de alemães é estabelecida lá e mora lá; o número é estimado em 6.000.000 de almas, a maior parte devido a chegadas nos últimos dez anos. Mas o olhar que lançamos sobre esse vasto assunto seria muito imperfeito se parássemos por aqui. **A emigração alemã deve limitar-se a invadir os Estados Unidos.** Brasil, Guatemala, Costa dos Mosquitos, Venezuela são os vários teatros de ensaios mais ou menos felizes no final; **mas quase todos relataram grandes desastres.** A vida do emigrante é ameaçada todos os dias e, principalmente, **se ele se dirige a um governo de forma mais ou menos semelhante à do Brasil, ele deve esperar os riscos mais fatais.** Vimos recentemente colonos infelizes que o Gabinete do Rio de Janeiro atraiu por força de promessas, a serem retirados de suas terras, incorporados à força no exército, arrastando para lá a miserável existência do soldado brasileiro, sem ter seu temperamento nem seus hábitos, e finalmente descartados, mas arruinaram o trabalho nas estradas para quebrar pedras. Eu teria medo de abusar da sensação do horrível se trouxesse de volta a imaginação do leitor em mesas semelhantes às que eu já tinha para mostrar a ele; mas podemos acreditar, haveria cenas muito tristes para refazer sem deixar as linhas da verdade mais exata” (ABRANTES, 1845, p.53-54) [Grifos meus] [Tradução do autor].



início da dissertação reafirmam essa visão: “por documentos estatísticos, que acabão de ser publicadas, sabe-se que desembarcarão em New-York, durante o anno de 1845, o avultado numero de 82.126 emigrados ou colonos, transportados por 2.024 navios!” (ABRANTES, 1846, p.13). Nota-se que os Estados Unidos se transformaram no país que mais atraiu imigrantes, enquanto os demais ficaram à sua sombra, tal como o Brasil.

Em função dessa visibilidade dos Estados Unidos como país receptor de imigrantes, Abrantes procura entender por que o país recebe os maiores contingentes. Nesse sentido, o autor dedicou os capítulos oito, nove, dez, onze e doze para discutir novos meios de promover a colonização para o Brasil, tendo como base a experiência migratória estadunidense e sua legislação. Dentre eles, o capítulo onze é o mais significativo. Intitulado *Motivos á que se attribue o progresso da colonisação nos Estados-Unidos*, Abrantes menciona os seis pontos que considera fundamentais para o sucesso do país como receptor de imigrantes. São eles:

1º emprego prompto dos braços que chegão – 2º facilidade de adquirir terras por commodo preço – 3º Segurança pessoal e de propriedade – 4º liberdade religioza – 5º liberdade civil – e 6ª facilidade de communicação entre os colonos e os parentes e amigos que deixarão na terra natal (ABRANTES, 1846, p.31).

Através desses pontos, o autor expõe quais mudanças na legislação precisariam acontecer para que o Brasil pudesse se tornar um país que recebesse de forma segura e eficiente seus imigrantes. Nessa comparação, os Estados Unidos servem como modelo positivo para as alterações burocrático/legislativas que deveriam acontecer no Império. E desse modo, pode-se compreender os motivos pelos quais Abrantes escolheu o título de *Memoria sobre os meios de promover a colonisação* para seu estudo, que é, em resumo, a reunião de diversas reflexões sobre as mudanças que deveriam acontecer no Brasil para que o país se tornasse receptor de migrações espontâneas e passasse a figurar como lugar seguro e prospero para atrair imigrantes de origem alemã.

A obra *Memoria sobre emigracion, inmigración i colonizacion*, de Vicente Pérez Rosales, tem sua origem em um descontentamento do próprio autor com a opinião pública de alguns periódicos chilenos com a questão da imigração. Pérez Rosales relata em sua autobiografia que havia muita desconfiança no Chile com o estabelecimento de estrangeiros no sul do território e, além disso, muitos desconheciam as colônias de Valdivia e Llanquihue – fundadas respectivamente em 1845 e 1847 – fazendo certa confusão com seu funcionamento e localização.

O título da memória também direciona as reflexões que são feitas durante a escrita. O objetivo de Pérez Rosales era de trazer à tona um debate sobre emigração, imigração e colonização. Para o autor, os chilenos faziam grande confusão sobre o assunto e isso seria um dos motivos pelos quais o país não estaria figurando entre os países de destino de imigrantes europeus. Por isso, sua argumentação ao longa da obra é construída para explicar os conceitos de emigração, imigração e colonização, defender a ideia de que a vinda de imigrantes europeus seria benéfica para a construção de uma República trabalhadora, industriosa e civilizada e demonstrar como os chilenos poderiam selecionar os melhores imigrantes para colonizar as terras devolutas no Chile. Para tanto, a memória foi dividida em nove capítulos, como se percebe nas Figuras 6 e 7.

**Figura 6:** Sumário da obra *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*.

Idea de este opusculo i su objeto.....	1
CAPITULO I.— <i>Emigracion</i> .—Idea equivocada de su origen.—Cual sea.—Causas que la promueven.—Causas que la paralizan.—Derecho de emigrar.—Inutilidad de las medidas dictadas para contenerla.—Equivocada idea de la despoblacion que se le atribuye.—Emigracion parcial.—Emigracion colectiva.—Fuentes de la emigracion moderna.—Sus distintas corrientes....	5
CAPITULO II.—Del emigrante.—Su espíritu i sus tendencias.—Su personal.—Razon porque se escluye de él al proletario.—Capitales que exporta el que emigra.—Medios de que se valen las naciones para deshacerse del pauperismo.—Pauperismo introducido en Norte-América por la inmigracion europea.—Medios de precaverlo entre nosotros.....	22
CAPITULO III.— <i>Inmigracion</i> .—Sus ventajas.—Especificacion de las causas que las promueven.—Influencia de cada una de ellas sobre todas i cada una de las especialidades conocidas de emigrados.—Causas secundarias.—Sus efectos.....	33
CAPITULO IV.—Deducciones de estos principios jenerales.—Imposibilidad fisica i moral de iniciar en la República, i en nuestro estado, la inmigracion espontánea en grande escala.—Inmigracion contratada.—Sus efectos.—Diversos sistemas propuestos para realizarla, i el análisis de ellos.....	61

Fonte: PÉREZ ROSALES, Vicente. *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*.

1854.

**Figura 7:** Sumário da obra *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*.

	paj.
CAPITULO V.—Colonizacion.—Su objeto.—Reflexiones sobre el orijen i desarrollo de las colonias.—Su especificacion.—Principios de conveniencia jeneral aplicables a toda clase de colonias.....	87
CAPITULO VI.—Colonias mercantiles.—Colonias mineras.....	109
CAPITULO VII.—Colonias pescadoras.....	123
CAPITULO VIII.—Colonias agrícolas nacionales.....	133
CAPITULO IX.—Colonias penales.....	151

Fonte: PÉREZ ROSALES, Vicente. *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonización*. 1854.

Já na dedicatória, Pérez Rosales faz menção a uma frase proferida por Antonio Varas na Câmara dos Deputados no ano de 1849: “La inmigracion extranjera es el único medio de dar impulso, de sacudir la indolencia de nuestro pueblo”. Esse pensamento é compartilhado por Pérez Rosales, que entende o processo de imigração com colonos estrangeiros como projeto civilizador – além de atribuir aos chilenos características depreciativas e racializadas, como se verá no próximo subcapítulo.

A documentação utilizada por Pérez Rosales é bastante variada. Boa parte dos argumentos de autoridade estão sustentados em dados das experiências de imigração e colonização dos Estados Unidos e em menor medida, das colônias britânicas no ultramar. Para ele, as duas nações teriam adotado os melhores modelos de colonização e caso o Chile quisesse se tornar um país atrativo para imigrantes europeus, deveria se inspirar na forma como os dois países desenvolveram seus projetos de imigração e colonização.

Como salientei acima, a memória de Pérez Rosales está dividida em três grupos de capítulos. O primeiro trata de desenvolver o conceito de emigração, dando conta das motivações que levam pessoas a abandonar/deixar seu país de origem para tentar mudar de vida em outros países. A atenção do autor está voltada para o continente europeu, local onde estariam os imigrantes ideais, que seriam capazes de gerar profundas transformações na sociedade chilena. Pérez Rosales compreende que os principais motivos que geram mobilidades entre os europeus

são a guerra, o desemprego, a fome e o sonho de muitos em ascender socialmente – que segundo Pérez Rosales é uma característica típica dos capitalistas – e a possibilidade existente entre os agricultores de serem proprietários no país de destino.

O tema debatido ganha maior profundidade quando Pérez Rosales diferencia o que considera de migrações forçadas, migrações dirigidas e migrações voluntárias. O centro da questão residiria no seguinte aspecto: cada categoria migratória traria consigo um determinado tipo de imigrante – e esse é um ponto fundamental da sua argumentação. Nas migrações forçadas, desencadeadas pelas guerras, epidemias e em menor medida pelo desemprego, os países receptores não teriam condições de saber quem seria o imigrante que está chegando – quais seus antecedentes, no que trabalhavam e como poderiam contribuir para o desenvolvimento da nação chilena. Com isso, os países receptores correriam o risco de receber um contingente de imigrantes desqualificados, que com o passar do tempo, poderiam mendigar pelas ruas. Por outro lado, as migrações dirigidas trariam os melhores imigrantes, porque com ela poderiam ser escolhidos agricultores, artesãos e capitalistas, que seriam, em suma, pessoas interessadas em melhorar de vida e fazer fortuna em outro país. E diferentemente do primeiro grupo de migrações, raramente as migrações dirigidas fracassariam, pois uma vez que se selecionassem os melhores imigrantes, oriundos do norte da Europa – sobretudo alemães e suíços – a probabilidade do desenvolvimento cultural e econômico era praticamente inevitável. E como consequência direta desse desenvolvimento, as migrações dirigidas teriam a potencialidade de atrair a imigração espontânea, que para Pérez Rosales, é representativa de “civilización i de riqueza” (PÉREZ ROSALES, 1954, p.18).

Na segunda parte da obra, Pérez Rosales descreve a situação migratória do território chileno, destacando o atraso do país em comparação com os Estados Unidos e apresentando alguns caminhos que poderiam ser seguidos para que o Chile se tornasse país atrativo para os imigrantes europeus. O mote para a construção dessa parte da memória é a comparação. A partir de exemplos de como Estados Unidos e Inglaterra organizaram sistemas de colonização, Pérez Rosales desenvolve suas ideias de imigração para o Chile.

Um dos primeiros pontos de destaque são os motivos pelos quais o Chile não era um país atrativo para imigrantes europeus na metade do século XIX. O primeiro e mais importante residiria no fato de que o país teria passado por momentos turbulentos desde sua independência, e como os imigrantes estariam procurando garantias, segurança e possibilidades de ascensão social, a probabilidade de novos conflitos bélicos teria afetado a visão dos europeus sobre o país. O segundo reside sobre a liberdade religiosa. Na constituição de 1833, o Capítulo III e Artigo 5º confere: “La religión de la República de Chile es la Católica, Apostólica, Romana;

con exclusión del ejercicio público de cualquiera otra” (CHILE, 1833). Com isso, imigrantes de outras religiões não veriam com bons olhos imigrar para o Chile, uma vez que para muitos a religiosidade era parte integral da vida (PÉREZ ROSALES, 1854, p.46). E por fim, os demais apontamentos contemplam a compra e venda das terras, a possibilidade de comunicação entre os imigrantes radicados no Chile e seus familiares residentes na Europa e as possibilidades existentes em torno da cidadania dos imigrantes – vistos, como os demais pontos, como empecilhos para uma vida tranquila e próspera.

O meio encontrado por Pérez Rosales para que essas questões fossem resolvidas é a criação de uma sociedade nacional de colonização, que seria gerida por políticos e empresários que compactuassem com a ideia de que a imigração seria uma chave para o desenvolvimento da indústria, do comércio e da civilização no Chile. A base para o trabalho que seria realizado nessa sociedade estaria no processo de colonização adotado pelos Estados Unidos, e a área destinada aos imigrantes estaria localizada no sul do território chileno, onde as colônias de Valdivia e Llanquihue, em pleno funcionamento, serviriam como base para a criação de futuras colônias – não apenas como um exemplo positivo, mas também como espaços de colonização consolidados que poderiam consumir produtos produzidos nas colônias vizinhas, comprar utensílios feitos por artesãos e para firmar parcerias entre colonos da mesma origem étnica e que falassem o mesmo idioma.

Na última parte da memória, Pérez Rosales descreve as principais diferenças entre os variados tipos de colônias, dentre as quais estão as colônias mercantis, de mineração, de pescadores, agrícolas nacionais e penais. O autor considera que todas elas são importantes para o desenvolvimento econômico e social do Chile, sobretudo aquelas destinadas à colonização com imigrantes europeus, como é o caso das colônias mercantis, de mineração e de pescadores. E nesse sentido, a grande diferença entre as colônias reside justamente na origem da população destinada para sua ocupação. As colônias nacionais e penais, por exemplo, têm como especificidade a colonização com a população chilena. Pérez Rosales compreende que as colônias agrícolas seriam propícias para desenvolver o interesse pelo trabalho para as pessoas em situação de pobreza e as colônias penais seriam uma alternativa para a pena de morte, que iria contra os princípios de uma sociedade civilizada. Com as colônias penais, criar-se-ia um espaço de reabilitação dos condenados para a vida em sociedade, através da educação e do trabalho – sendo que este sofreria alterações conforme o tipo de condenação.

Entre outras características, o ponto central defendido por Pérez Rosales é a ideia de que a criação de colônias de qualquer natureza seria benéfica para o desenvolvimento da indústria, do comércio e da civilização no Chile. Isso porque cada uma delas teria o potencial de despertar

o interesse pelo trabalho entre os colonos, que com o auxílio do Estado, teriam condições de desenvolver a região onde a colônia estaria localizada e, conseqüentemente, a nação como um todo.

Feitas essas descrições iniciais sobre as memórias de Abrantes e Pérez Rosales, passo a especificar alguns pontos de comparação. O primeiro aspecto que distancia as narrativas é o contexto das migrações em Brasil e Chile. Desde a independência do Brasil, há um claro interesse por parte dos governantes em trazer imigrantes europeus para o país, que é concretizado com a criação do núcleo de colonização da futura cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. No Chile, apesar de existir o interesse de trazer imigrantes europeus desde a consolidação da independência, ele apenas é posto em prática com a supervisão do Estado a partir de 1845, com a criação da colônia de Valdivia. E tal característica direciona a escrita de Abrantes e Pérez Rosales. A preocupação de Abrantes reside em oferecer informações para o Império sobre lugares onde se encontrariam “colonos morigerados” e apresentar quais seriam os melhores meios de promover a colonização. Ao mesmo tempo, como o autor escreve a memória em Berlim, suponho que o acréscimo de algumas informações que sugerem mudanças rápidas na legislação e do cumprimento das promessas feitas para os futuros colonos<sup>79</sup>, seja uma forma de convencer a opinião pública alemã em torno da imigração para o Brasil, que como apresentei, estava desacreditada em função das experiências migratórias da década de vinte do Oitocentos. Enquanto isso Pérez Rosales estava preocupado em oferecer informações primárias sobre os conceitos de emigração, imigração e colonização para os chilenos. E tal aspecto afeta diretamente as características da escrita de cada autor. Abrantes apresenta um grande relatório respondendo as questões centrais da ordem circular, na qual desenvolve quarenta e duas páginas de texto corrido e mais vinte e duas páginas com trechos de jornais e outros periódicos, totalizando sessenta e quatro páginas. Por outro lado, Pérez Rosales desenvolve um texto muito mais denso, trazendo uma discussão conceitual sobre emigração, imigração e colonização.

---

<sup>79</sup> Isso porque a memória foi publicada primeiramente em Berlim. Não obtive informações o suficiente para saber em qual idioma a memória foi originalmente publicada, ou se foram publicadas uma versão em português e a outra em francês ou alemão. Mas pressuponho que houve ligeira circulação das ideias de Abrantes em solo alemão, porque o autor recebeu uma série de correspondências que se referem ao seu escrito. Em uma delas, enviada no dia 6 de julho de 1846, Soetber escreveu: “tenho a satisfação de participar á V. Ex. que, **em consequencia da impulsão dada pela sua lucida e convincente memoria sobre os meios de promover a colonisação**, algumas das mais conhecidas e acreditadas casas de comercio desta Cidade, uniram-se para auxiliarem energicamente, e quando lhes seja possível, as disposições que o Brasil houver de tomar no interesse da colonisação, e fazerem as necessarias preparações para a direção sistematica da emigração para o Sul do Brasil [...] Em nome da comissão, tomo a liberdade de dirigir á V. Ex. a respeitosa petição, de apoiar com a sua influencia esta empresa projectada, **á qual a sua memoria deo o primeiro impulso**” (ABRANTES, 1853, p.182-184). [Grifo meu]. Ver mais em: BLUME, Wellington Augusto. As inúmeras faces de um escrito: análise da obra “Memoria sobre os meios de promover a colonisação”, do Visconde de Abrantes. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2017.

Diferentemente de Abrantes, que menciona todas as fontes utilizadas para a construção do seu relatório, o autor possui poucas notas de rodapé e raramente apresenta sua base de argumentação. E com isso, a íntegra da memória totaliza cento e setenta e duas páginas.

O segundo ponto de comparação reside nas preocupações de Abrantes e Pérez Rosales. Há uma ideia compartilhada por ambos: Brasil e Chile não eram países de imigração de massa e tinham péssima reputação na Europa como países receptores de imigrantes. Os motivos sinalizados são muito parecidos: a religião predominante funcionava como um fator de repulsão das migrações, a comunicação entre os familiares era dificultada pelas grandes distâncias percorridas pelos navios e em função da periodicidade com que aportavam em Brasil e Chile – ambos comparam esse aspecto com os EUA, que recebia mensalmente uma quantidade muito grande de embarcações, o que facilitava o vai e vem das correspondências –, a legislação não era favorável para a compra e venda de terras de maneira ágil, havia incertezas com a obtenção da cidadania e as notícias sobre a falta de oportunidades de emprego, para o caso brasileiro, e as recorrentes preocupações sobre uma vida estável, para o caso chileno, estariam barrando o desenvolvimento das migrações para os países. E nesse sentido, ambos apresentam soluções muito semelhantes para os problemas apresentados. O tema mais importante debatido por ambos está circunscrito na compra e venda de terras – que na perspectiva deles, era ineficiente, sobretudo no caso brasileiro, no qual ainda estava em vigência o sistema de sesmarias. Tanto Abrantes quanto Pérez Rosales acreditavam que o modelo estadunidense era o mais eficiente e deveria ser adotado por seus países. Para o caso brasileiro, Abrantes sugere que a discussão fosse efetuada pelas instituições já existentes e que ocorressem alterações pontuais na legislação para dar garantias para os futuros colonos. Ponto que difere do caso chileno. Pérez Rosales apresenta a proposta de criação de uma sociedade destinada para tratar dos assuntos relativos à imigração e colonização, descentralizando esse debate do Estado, mas contando com seus representantes e empresários para a constituição da sociedade.

O terceiro está circunscrito no debate em torno do imigrante ideal. Os autores relacionam a vinda de imigrantes europeus com a ideia do progresso, da indústria e da civilização. Como escreveram em um período muito próximo – além de terem obtido parte da sua formação no continente europeu – sua base argumentativa é muito semelhante, aspecto esse que pode ser observado a partir das associações que constroem ao longo das memórias. Esse assunto será retomado no próximo subcapítulo e terá seu devido aprofundamento.

Depois de discutir questões que envolvem o contexto e a estrutura das memórias de Abrantes e Pérez Rosales, dedicarei os próximos parágrafos para refletir sobre como os autores utilizaram algumas palavras em suas obras. Como critérios de seleção, optei em explorar as

palavras que estão associadas ao contexto político, econômico e social do século XIX que dialogam diretamente com a temática das migrações e fiz uma seleção das palavras mais recorrentes ao longo das memórias. Assim, destacam-se as palavras alemães, terra, colono, colônia, colonização, imigrante, trabalho, Estados Unidos e *Inglez* (ou colônias britânicas/inglesas). A quantidade de vezes que as palavras foram empregadas por Abrantes e Pérez Rosales foi ilustrada na Tabela 2.

**Tabela 2:** Recorrência das principais palavras utilizadas por Abrantes e Pérez Rosales.

Palavra	Quantidade	Contexto/Utilização
<b>Alemanha/Alemaens/Alemanes</b>	72	Argumentativo/Explicativo
<b>Colonia</b>	107	Explicativo/Identidade <sup>80</sup>
<b>Colonização/Colonización</b>	49	Explicativo/Identidade
<b>Colono</b>	148	Argumentativo/Associação
<b>Emigração/Imigração</b> <b>Emigración/Inmigración</b>	74	Explicativo/Identidade
<b>Estados Unidos/Norte-America/Inglez</b>	90	Argumentativo/Associação e Oposição
<b>Terra/Tierra</b>	117	Explicativo/Associação e Identidade
<b>Trabalho/Trabajo/Industria</b>	56	Argumentativo/Associação

Fonte<sup>81</sup>: do autor.

<sup>80</sup> Essa metodologia de interpretação das palavras utilizadas por Abrantes e Rosales é inspirada em uma reflexão sobre os estudos literários realizada por Vainfas e Cardoso (1997), que se apropriam das considerações de Dubois (1962) para relacionar texto e contexto. Para esse autor, os textos históricos podem conter diversos componentes narrativos, dentre os quais: “*Relações de oposições*: oposições formais marcadas pelos prefixos anti, in, não etc; pares antonímicos do tipo revolução/reação, liberdade/servidão etc; pares morfológicamente motivados do tipo ordem/desordem; constelações em torno de uma mesma palavra, a exemplo de povo/burguês, povo/nobres, povo/capitalistas; oposições paralelas tipo classes ricas/classes pobres, senhores cruéis/senhores bondosos. *Relações de associações*: são sempre contextuais. Por exemplo, textos em que trabalhador se associe a pobres ou escravidão a pecado, castigo etc. *Relações de identidade*: devem ser diferenciadas das denotações ou sinônimos dos dicionários. As identidades são sintagmas que podem ser sempre intercambiáveis em contextos específicos. Exemplo: escravo/ negro/ etíope/preto etc” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.381).

<sup>81</sup> Essa tabela contém as principais palavras utilizadas por Abrantes e Rosales em suas memórias. No item quantidade, acrescentei a soma das vezes que aparece cada uma das palavras inseridas na tabela. Para tanto, utilizei a ferramenta de busca do Microsoft Edge, que contabiliza a frequência das palavras quando se utiliza a ferramenta “localizar na página” (Ctrl + F). No item contexto/utilização, inseri a forma como as palavras são utilizadas no texto, de acordo com a premissa de Dubois (1962).



A tabela acima traz elementos importantes para a discussão em torno de algumas características das memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Apesar das similaridades das narrativas dos autores, há diversas particularidades que merecem ser observadas. O contexto de escrita tensionou a significação dos conceitos empregados por ambos, o que auxilia na compreensão mais detalhada de como cada país pensou seus projetos de imigração e colonização.

As palavras *colono* e *terra* são as mais utilizadas por Abrantes e Pérez Rosales, e ocupam, cada qual à sua maneira, um espaço importante nas narrativas. Todavia, o contexto de produção das obras marca algumas semelhanças e diferenças importantes que devem ser observadas<sup>82</sup>.

Para Abrantes, a utilização da palavra *colono* perpassa toda a argumentação e tem direcionamentos claros: o Império, em 1846, necessitava repensar suas políticas migratórias para se tornar um país atrativo para imigrantes. A memória, com característica de relatório/propaganda, tem como um dos seus motes caracterizar que as migrações almejadas pelo Império são aquelas destinadas para a criação de pequenos núcleos de colonização, com a inserção de agricultores, artesãos e comerciantes. Esse debate se desenvolve em uma conjuntura específica. Como destacou Jorge Luiz da Cunha, a década de 30 do século XIX representou para o Império a desaceleração nas discussões em torno da imigração e colonização para o Brasil<sup>83</sup>. Esse debate só seria retomado com maior afinco a partir da década de 40, quando a estabilidade política proporcionada pela maioria de D. Pedro II novamente possibilitou que se pensasse nas questões estratégicas do Império já levantadas por D. Pedro I (CUNHA, 1988). É nesse contexto que se reacende o debate em torno da colonização das terras devolutas com

---

<sup>82</sup> Defendo aqui que os conceitos utilizados pelos autores são os mesmos. Ou seja, no sentido epistemológico, a leitura que os autores fazem da sua realidade são feitas a partir de uma base científica comum. Todavia, a forma como atribuem significados a eles difere, em decorrência do seu contexto de produção (MAIA, 2015; CABRERA, 2004).

<sup>83</sup> Marcos Justo Tramontini também analisou o tema. Para o autor, esse contexto de modificação das políticas públicas de imigração e colonização estava associado ao conflito de interesses envolvendo grandes proprietários de terra e o Império. Sendo que nesse momento, a colonização “transformou-se em foco de críticas, não apenas pelos gastos com estes “estrangeiros privilegiados”, mas por contrapor-se aos interesses dos grandes proprietários e posseiros que pretendiam o monopólio da terra e do controle dos trabalhadores. Deste modo, as críticas ao projeto de colonização associavam-se à crise do Primeiro Reinado, o que se expressaria na lei de orçamento de 1830, proibindo quaisquer gastos com colonização. A partir desta primeira experiência, a discussão sobre a colonização estrangeira passa a estar, fundamentalmente, associada à ameaça de fim da escravidão e com a regulamentação do sistema de terras no Brasil, limitando e dificultando o acesso do colono estrangeiro e do agricultor nacional, homens livres e pobres, à terra” (TRAMONTINI, 2004, p.76). Ver mais em: TRAMONTINI, Marcos Justo. Os primórdios da imigração alemã para o Sul do Brasil: conflitos e organização. In: ARENDT, Isabel; WITT, Marcos Antônio. Anais do Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. São Leopoldo: Oikos, 2004.

colonos europeus e se acentua a discussão sobre a posse da terra, desenvolvido em grande medida por Abrantes<sup>84</sup>.

Nesse sentido, a palavra colono está diretamente relacionada ao contexto migratório: pensar no colono, para o autor, é refletir sobre a *agricultura, a aptidão para o trabalho, a resignação e a sobriedade*<sup>85</sup>. É, além disso, uma palavra que traz de forma implícita todas as qualidades que distinguem o europeu dos demais, possuindo um identificador racial claro que serve para delimitar os imigrantes desejáveis. Para o caso de Pérez Rosales, a palavra colono possui uma abrangência mais ampla e que pode ser dividida em duas ideias gerais: a primeira converge com o emprego feito por Abrantes, no qual versar sobre o tema da imigração, é, necessariamente, falar sobre a possibilidade de colonizar terras devolutas com imigrantes europeus. Ou seja, tal como Abrantes, Pérez Rosales constrói sua discussão a partir dos pressupostos raciais, definindo desde os primeiros capítulos que os imigrantes europeus garantiriam o desenvolvimento econômico e social do Chile. A segunda tem uma característica particular. Pérez Rosales compreende que para além do tema da imigração, seria interessante que o Chile pensasse nas possibilidades para criar colônias dos mais variados tipos – como mencionei anteriormente –, e com isso, aproveitar trabalhadores de diferentes ofícios para atuar nessas áreas de colonização – e nelas seriam utilizados não apenas imigrantes, mas também chilenos interessados em melhorar sua qualidade de vida e contribuir para o desenvolvimento do Chile. Assim, com esses mecanismos, poder-se-ia desenvolver um ascendente *espírito industrial* entre os chilenos.

A palavra terra é uma das chaves de leitura para a obra de Abrantes e possui um ponto de partida divergente na obra de Pérez Rosales. Meu argumento reside no seguinte ponto: no Brasil, as discussões em torno da propriedade da terra estavam *a todo vapor* na metade do século XIX, no qual se discutia a transição do sistema de sesmarias para a criação de propriedades privadas, enquanto no Chile, o artigo V da legislação de 1833 já estabelecia as

---

<sup>84</sup> Giralda Seyferth afirma que Abrantes foi o primeiro letrado a discutir uma reformulação da política de colonização do Império após o período mencionado. A pesquisadora salientou: “os alemães, de um modo geral, eram considerados bons colonos, elogiava-se a aptidão dos mesmos para o trabalho agrícola e para o artesanato. Essa concepção **está presente já no primeiro texto que discute uma reformulação da política de colonização – a Memória sobre os meios de promover a colonização, do visconde de Abrantes (1941), publicada originalmente em Berlim em 1846.** O visconde enumera as vantagens de se promover a colonização com imigrantes alemães, sugerindo os meios para concretizar este propósito, entre eles a venda de terras públicas e a liberdade de culto religioso, inspirado no modelo de ocupação de terras no Meio-Oeste dos Estados Unidos” (SEYFERTH, 2016, p.316). [Grifo meu].

<sup>85</sup> Giralda Seyferth ainda acrescenta: “indiscutivelmente o imigrante visado é o alemão. Ao mesmo tempo, a qualificação do colono ideal pretendido pelo País (e atribuída aos alemães) é um bom exemplo da ideologia colonizadora do governo imperial: os colonos devem ter “aptidão para o trabalho agrícola”, “amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação e respeito às autoridades”. Nesse sentido, o País só deveria aceitar imigrantes artífices e/ou agricultores” (SEYFERTH, 2016, p.27).

diretrizes em torno da propriedade da terra. Ou seja, a forma como os autores abordam o assunto tem um contexto específico, todavia, as respostas apontadas vão na mesma direção.

Para Abrantes, a legislação vigente impossibilitava a medição, divisão, demarcação e venda das terras públicas para os colonos que emigrassem para o Brasil. Para que o Império pudesse fazer propaganda massiva da imigração no exterior, seria conveniente que já houvesse um preço estabelecido por lote de terra. Abrantes reconhece:

o projecto de Lei, que está em discussão na Câmara vitalícia, retocado em algumas de suas disposições, parece-me que satisfará ao que se ha de mester para a criação desse meio efficaz. A venda de terras, acompanhada d'alguns premios e remunerações á favor da introdução de colonos, atrahirá de certo emigrados prestadios, que uma vez estabelecidos convidarão á outros; e assim encarreirada, a emigração se tornará espontânea, e marchará progressivamente por si mesma, e talvez sem ulteriores premios (ABRANTES, 1846, p.36-37).

Há dois aspectos importantes nesse trecho que sintetizam a preocupação de Abrantes com a questão da terra: a ampla discussão que estava sendo feita no Império em torno desse assunto e as vantagens que se poderia ter com sua devida regulamentação. O primeiro trecho é significativo para a primeira questão: Abrantes está se referindo à discussão em torno da Lei de Terras que viria a ser aprovada em 1850, mencionando que ela poderia satisfazer as necessidades por ele consideradas fundamentais, ou seja, medir, dividir e demarcar a terra seria essencial para um país que quisesse dinamizar a imigração. O segundo trecho está relacionado com as associações que Abrantes estabelece com a palavra terra ao longo de todo o texto: regulamentar a terra, significa, para Abrantes, progredir nos meios de promover a colonização. Para ele, o colono estaria interessado em saber exatamente quais as reais condições para emigrar. Uma vez que se estabelecesse um padrão de colonização, a imigração, com o passar do tempo, tornar-se-ia espontânea, tal como acontecia nos Estados Unidos (ABRANTES, 1846), e isso passaria necessariamente pela regulamentação da propriedade da terra.

Diferentemente, para Pérez Rosales, a discussão em torno da compra, venda e demarcação das propriedades está concentrada em outro foco: o autor compreende que o processo era lento e deveria ser dinamizado para que se pudesse competir com os Estados Unidos na atração de imigrantes. Uma vez que os chilenos compreendessem a importância desse dinamismo, o país conseguiria passar outra imagem para os europeus. Ao mesmo tempo, o emprego da palavra também está situado em outra área de discussão: havia um debate sobre onde os imigrantes deveriam se estabelecer. Nesse sentido, a palavra está relacionada às colônias de Valdivia e Llanquihue, localizadas no sul do território chileno e que poderiam ser percebidas como exemplos de empreendimentos concretos e bem sucedidos de colonização.

Além desse aspecto, há as menções implícitas que Pérez Rosales faz às terras chilenas. Como já salientei, o Chile possuía uma imagem negativa na Europa. Além de terra distante e inhóspita, como foi representada por parte dos cronistas no período colonial, havia dúvidas entre os europeus sobre a procedência do solo e da própria potencialidade geográfica. Por isso, “Pérez Rosales también ofreció una imagen geográfica del país muy positiva derivada, entre otros, de lo templado de su clima, la abundancia de sus cursos de agua y la variedad de sus recursos naturales” (BAEZA, 2008, p.50). Assim, mesmo que o ponto de partida para as discussões que os autores fazem são diferentes, os meios necessários para o desenvolvimento de um sistema de colonização são os mesmos: tanto Abrantes quanto Pérez Rosales concordam que a compra e venda de terras é uma peça chave para alavancar a imigração de massa.

A maior convergência entre as memórias está na apropriação que Abrantes e Pérez Rosales fazem da concepção de progresso relacionado com os Estados Unidos e o governo *Inglês*. Ambos utilizaram livros, cartas e leis produzidos nos Estados Unidos e Inglaterra para legitimar a argumentação. Sempre que constroem ideias sobre formas de colonizar, mencionam um exemplo de como esse processo deu certo nos Estados Unidos ou em colônias inglesas. Sendo assim, para os autores, o contingente de imigrantes que se dirigiu aos Estados Unidos e às colônias inglesas está associado à organização burocrático/legislativa promovida pelos intelectuais ligados a esses países. Por terem transitado pela Europa e, especificamente Pérez Rosales, que esteve nos Estados Unidos, os autores puderam fazer a leitura de diversas obras que versavam sobre imigração e colonização – o que pode ser percebido através das notas de rodapé presentes nas memórias

...

Retomo aqui a confissão do narrador defunto Brás Cubas. Para ele, a invenção do emplasto hipocondríaco seria de grande benefício para sociedade oitocentista e ao mesmo tempo, elevaria seu nome, colocando-o ao lado de grandes inventores do período e quiçá, abrindo portas que antes estariam fechadas. Como já afirmei, essa apropriação literária não é arbitrária. Acompanhando as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales em um marco temporal que extrapola meu interesse imediato nessa dissertação, é possível verificar algumas variáveis interessantes na vida dos bacharéis do Oitocentos.

Em 1854, o Visconde de Abrantes torna-se Marquês de Abrantes, mesmo ano em que é aprovada a *Repartição Geral das Terras Públicas*, com o decreto número nº 1.318, de 30 de

janeiro de 1854. Abrantes é indicado por seu biógrafo como um dos articuladores do projeto. Em 1860, torna-se o primeiro presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, instituição criada para salvaguardar a ordem e preservar a hierarquia existente no Império, ou seja, “a estrutura política, social e econômica fundada na monarquia e na grande propriedade agrícola” (LIMA, 2013, p.34). Anos antes o autor havia publicado outra memória com o tema da agricultura e como se verá, defendia que o processo de imigração e colonização deveria ser pensado a partir do pressuposto da substituição do trabalho de escravizados pelo trabalho livre. O que se pode aferir com tais informações? A trajetória política e intelectual de Abrantes sempre esteve vinculada com o conservadorismo do Oitocentos. As portas do seu palacete sempre estiveram abertas para os Conselheiros de Estado e sua produção intelectual teve ressonância entre seus pares, possibilitando sua entrada em espaços que não estavam abertos para todos os bacharéis.

Pérez Rosales, por seu turno, é enviado para Hamburgo no ano de 1855, onde passou a atuar como Cônsul – um ano após publicar sua memória. Um dos objetivos aos quais foi incumbido era o de tentar atrair imigrantes alemães para o país. Quando retorna, torna-se político influente, tendo ocupado nos anos seguintes cargos de deputado e senador. No ano de 1874 participa da fundação da *Sociedad Nacional de Colonización*, a qual foi idealizada na memória publicada em 1854. Enquanto membro da referida sociedade, continuou defendendo a vinda de imigrantes europeus para o Chile, sendo membro respeitado e sempre lembrado por suas ideias de modernização via imigração e colonização. O autor tornou-se uma das referências chilenas sobre o assunto, sendo sua obra relacionada à criação das colônias de Valdivia e Llanquihue e sua atuação internacional na Europa, ganhando destaque nos anos seguintes e tendo seu nome lembrado durante várias ocasiões durante o século XX.

A partir dessas colocações, quero destacar que a atuação intelectual de Abrantes e Pérez Rosales nunca foi um fim em si mesmo. Sempre havia variáveis e possibilidades que surgiam com ela. Os espaços que foram abertos na vida política podem ser uma delas. E assim, um lado da moeda da publicação das memórias fala muito acerca de quem escreve sobre imigração e colonização no Oitocentos. O outro lado da moeda merece mais algumas considerações.

As memórias de Abrantes e Pérez Rosales foram escritas a partir de contextos específicos e com finalidades diferentes. No Brasil, depois do debate sobre imigração e colonização ter tido pouca ressonância durante a década de 30 do Oitocentos, o interesse sobre o tema se renova na década de 40. Abrantes escreve nesse contexto de retomada das discussões sobre imigração e colonização, momento em que a imagem do Brasil enquanto país receptor de imigrantes estava fragilizada. No Chile, depois de iniciados os primeiros projetos de imigração

e colonização nas cidades de Valdivia e Llanquihue, havia certas dúvidas por parte da imprensa e alguns políticos sobre a real eficácia desse processo de ocupação territorial. Por isso, em 1854, Pérez Rosales publicou sua memória, discutindo os principais conceitos e ideias que prevaleciam sobre o assunto.

As palavras mais utilizadas nas memórias também estão em sintonia com o contexto de produção das memórias. Lançando um olhar mais amplo sobre o método de pesquisa adotado na realização do capítulo, nota-se o direcionamento da argumentação dos autores: o principal tema das memórias é a discussão sobre a ocupação territorial e sua eficácia econômica e civilizatória, sendo que o fio condutor de toda a discussão está circunscrita em como Brasil e Chile deveriam orientar suas políticas migratórias, tendo por base, sobretudo, a forma como os Estados Unidos conduziam esse processo. Ao lado desse aspecto, as palavras utilizadas pelos autores estão em sintonia com o aporte conceitual empregado para pensar as migrações: não arbitrariamente, a palavra colono/alemães possui um identificador racial implícito, que dá suporte para a defesa que ambos fazem sobre os imigrantes ideais. Esse será o tema do próximo subcapítulo.

### **3.2 Imigrantismo e racialização: múltiplos olhares sobre a questão migratória**

O século XIX seria pautado pela ideia do progresso. O desenvolvimento científico e tecnológico, como fruto da Revolução Industrial, transformou em realidade material as potencialidades do pensamento racional do homem. A procura de leis passaria a marcar as ciências da época, quer as chamadas ciências exatas, quer as sociais. O período 1840/90, crucial para o desenvolvimento do Capitalismo foi, simultaneamente o período do triunfo da ideologia do progresso (MENEZES, 1985, p.34).

Sem duvida alguma este vasto paiz, pela sua posição geographica e suas diferentes elevações, oferece hum recurso imenso á Europa e aos habitantes de todos os climas. Pelo que diz respeito á Suissa, he provavel que os territórios do Sul, i. é. As Provincias de S. Paulo, Rio-Grande e Minas, pela sua situação elevada, prometão os melhores resultados (ABRANTES, 1846, p.43).

El clima de nuestras costas, la excelencia comparativa de su suelo, la inmediación al centro de los recursos, harían a nuestras colonias del sur ménos onerosas, i mas envidiables para el poblador (PÉREZ ROSALES, 1854, p.130).

As epígrafes que iniciam esse subcapítulo relacionam-se com algumas discussões que serão feitas no decorrer das próximas páginas. O clássico estudo de Lená Medeiros de Menezes (1985) analisa um tema que perpassa as mudanças estruturais pelas quais passaram diversos países no século XIX. Cada vez mais discutia-se sobre a necessidade do progresso, da indústria e da civilização, que poderiam ser alcançadas através de vários meios, como a consolidação das relações do trabalho livre e a solidificação das relações comerciais em escala global. Na América Latina, somava-se mais um meio: os governos precisariam investir em imigração e colonização com imigrantes europeus, pois a população do continente não seria capaz de promover essas mudanças por si só. E é nesse cenário que entram em cena as memórias escritas por Abrantes e Pérez Rosales.

As passagens dos autores complementam a citação de Menezes e focam em algumas das preocupações do período: o clima na América Latina seria favorável para os europeus? Quais regiões dos territórios de Brasil e Chile seriam melhores para alocar os imigrantes? E quais os “melhores” imigrantes europeus, dos quais se poderia tirar maior proveito?

As respostas dos autores têm direcionamentos precisos e convergentes: Brasil e Chile teriam regiões do território com climas propícios para as migrações, localizadas no Sul. Esses espaços, por sua vez, eram enaltecidos por sua vegetação, temperatura e natureza, constituindo lugares favoráveis para os imigrantes – contrariando parte dos discursos do período que diziam o contrário. E, por fim, Abrantes e Pérez Rosales descrevem de forma aprofundada as características dos imigrantes ideais, destacando a nacionalidade, profissão, condição social, comportamento e suas habilidades. O que muitas vezes não aparece na argumentação são as ideias raciais que estão implícitas nessas construções do pensamento imigrantista dos autores. Afinal, por que o clima deveria ser propício? Por que apostar em imigrantes europeus? Que benefícios as nações poderiam ter com esse processo? E como a imigração poderia ser um meio para alcançar o progresso e a civilização? Essas são algumas das indagações que acompanham o desenvolvimento desse subcapítulo.

...

Nesse subcapítulo, pretendo analisar as memórias como parte substancial das produções sobre imigração e colonização que eram realizadas nas décadas de 40 e 50 do século XIX, para compreender de que modo elas figuram entre as narrativas imigrantistas do período. Dentro dessa discussão, estou interessado em analisar como Abrantes e Pérez Rosales construíram suas

narrativas de imigração e colonização a partir de pressupostos racializados. Ou seja, de que modo se apropriaram das ideias existentes sobre categorias raciais para legitimar e defender uma ideia sobre imigração e colonização. Farei isso partindo do pressuposto de que pensar na racialização é refletir sobre processos sócio-históricos, por meio dos quais as categorias raciais são criadas, habitadas, transformadas e destruídas, significam e simbolizam conflitos e interesses sociais em referência a diferentes tipos de corpos humanos (DIDIER, 2018, p.63). E para o meu caso em específico, de pensar como certas expressões linguísticas foram construídas para legitimar hierarquias baseadas em uma ideia de raça. Essas, estão presentes na forma como Abrantes e Pérez Rosales descrevem os “imigrantes ideais”, qualificam os europeus, refletem sobre a sociedade da América Latina e descrevem suas características biogeográficas. Nesse sentido, considero que ambas as análises desse subcapítulo estão imbricadas, pois pensar em correntes do imigrantismo significa refletir sobre seu processo de racialização.

...

A imigração estava em pauta na metade do século XIX. Não apenas no Brasil e no Chile, mas em vários países do continente latino americano. Cada vez mais a ideia de que os imigrantes europeus poderiam resolver questões de ordem econômica e social estava presente na retórica de políticos e intelectuais. Célia Maria Marinho de Azevedo salientou que a imigração europeia estava vinculada com pressupostos civilizatórios, e que o imigrante europeu, de forma majoritária, era percebido como disciplinado e responsável, suficientemente condicionado à ética do trabalho contratual e possuía capacidades de iniciativa que não eram percebidas nas populações nacionais (AZEVEDO, 1987). Essas bases narrativas que estão sedimentadas em noções racializadas dos seres humanos encontraram ressonância em diversos autores que escreveram obras sobre imigração e colonização durante a primeira metade do Oitocentos. Como demonstrarei, Abrantes e Pérez Rosales não foram os únicos que escreveram sobre o assunto. A partir de alguns exemplos, ver-se-á que diversos autores abordaram o tema.

Domingo Faustino Sarmiento foi diretor da revista *Sud-America* – publicada no Chile durante seu exílio político, em três tomos, no ano de 1851 – destinada para a elite intelectual latino-americana e que continha diversos artigos do próprio diretor, colaboradores, como Vicente Pérez Rosales e a tradução de artigos publicados em países europeus. No primeiro tomo, Sarmiento traduziu um texto intitulado *Emigracion Alemana a la América del Sud – Rio de la Plata* (originalmente publicado em 1846), escrita por Wappaüs, – professor de estatística



e geografia da Universidade de Göttingen, da Alemanha –, que descreve as vantagens que os imigrantes alemães poderiam encontrar ao escolherem a América do Sul como destino de suas migrações. Na aceção do autor, os Estados Unidos já estariam sobrecarregados de alemães, as terras estariam com uma variação de preços muito grande e era bem provável que a procura por empregos seria um empecilho, tornando a vida tão difícil quanto na Europa. Para justificar seu argumento, apresenta um espaço alternativo e propício para os alemães: a região do Rio da Prata, com clima agradável e abundância de terras e possibilidades de trabalho. A região é definida da seguinte forma:

La parte de la América del Sud llamada Provincias Unidas del Rio de la Plata en las cartas de jeografía, o la Republica o Confederacion Arjentina, se estiende de Sur a Norte desde el trópico de Capricornio, abrazando toda la zona templada del Sud, hasta la Patagonia i el estrecho de Magallanes, por una distancia de mas de ochocientas leguas, i desde la Cordillera de los Andes que la separa de Chile i el Océano Pacífico, hasta el Atlántico i el Brasil, sus límites al Naciente, una distancia de cuatrocientas leguas en su mayor anchura (WAPPAÜS, 1851, p.209).

O autor defende o argumento de que nessa região o clima era favorável para a vida dos europeus<sup>86</sup>, pois havia uma distância considerável da área em comparação com a “América Tropical”. Com isso, os imigrantes alemães não precisariam se preocupar com o clima, que era muito semelhante com o clima europeu e não deixava nada a desejar em comparação com os Estados Unidos. Além disso, afere: “el clima de Chile i de la República Argentina es análogo al de la Andalucía en España, i al del medio día de la Francia” (WAPPAÜS, 1851, p.211). Assim, os alemães, elogiados por sua “horradez proverbial, sus costumbres laboriosos i carácter pacífico e tranquilo”, poderiam encontrar na América do Sul alternativas para imigrar, tendo em vista que para o autor o contexto estadunidense estava se tornando desfavorável para os imigrantes.

Esse trabalho de tradução e publicação feito por Sarmiento, nada tem de arbitrário. Na metade do século XIX, políticos latino americanos buscavam viabilizar projetos de imigração e colonização com imigrantes europeus. À época, eles eram percebidos como populações

---

<sup>86</sup> Wappaüs apresenta uma série de dados para reforçar seu argumento, a partir de uma série de comparações: “la ciudad de Buenos-Aires tiene por ejemplo la misma temperatura de Barcelona, pero los inviernos mas templanos i los veranos mas frescos i por consequinte un clima mas igual, mas agradable que aquel de la mencionada ciudad en Cataluña [...] Mendoza provincia situada al pié de los Andes, a donde se cultiva la uva en abundancia tiene fama por la salubridad i hermosura de su clima, recomendado, como en Europa el Sud de la Francia a los que adoeecen del pulmón” (WAPPAÜS, 1851, p.2010). A discussão que o autor propõe se estende por mais alguns parágrafos e a lógica de argumentação segue a mesma: as cidades situadas na região platina teriam plenas condições de receber europeus, pois seu clima era deveras semelhante com o das cidades europeias.

“inteligentes” e “industriosas” (WAPPAÛS, 1851, p.209), e era do interesse das elites latino americanas contar com o maior contingente possível de europeus. Com isso, produziu-se uma literatura considerável sobre o tema.

Na Argentina, Sarmiento publicou a obra *Facundo: civilización y barbarie*, em 1845, e mesmo que o tema central da obra não seja imigração e colonização, tratou de defender a vinda de imigrantes europeus para o território argentino. Fez isso a partir de uma crítica a Juan Manuel Rosas, na qual atacou sua política centralizadora e sua hostilização à imigração estrangeira. Para Sarmiento, a chave para o desenvolvimento econômico e social estava sedimentada na vinda de imigrantes europeus para a Argentina. Em 1852, Juan Bautista Alberdi publicou *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, a partir do qual defende que “governar es poblar”, dedicando um capítulo inteiro da obra sobre o assunto. Dentro desse debate, insere-se a vinda de europeus para trazer o progresso e a cultura para a América do Sul, no qual defende que “la Europa nos traerá su espíritu nuevo, sus hábitos de indústria, sus prácticas de civilización, en las inmigraciones que nos envíe” (ALBERDI, 2017, 1852, p.97).

No Brasil, o tema foi amplamente debatido ao longo do Oitocentos, com a especificidade de que no Império a discussão sobre a vinda de imigrantes europeus era feita ao lado da substituição do trabalho com escravizados pelo trabalho livre. Em 1821, João Severino Maciel da Costa publicou *Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionalar*, no qual questiona o tráfico e o sistema escravista e apresenta o negro como inimigo, em função de sua natureza bárbara. Seu argumento seria de que a escravidão deveria ser gradualmente substituída pelo trabalho livre com a introdução de imigrantes europeus. Em 1826, José Eloy Pessoa da Silva publicou *Memoria sobre a Escravatura e Projecto de Colonização dos Europeus e Pretos da Africa no Imperio do Brazil*, propondo assim como Costa a gradual abolição da escravidão mediante a inserção de europeus e africanos – estes deveriam ser trazidos da Costa Ocidental do ocidente, onde a Inglaterra estava a civiliza-los<sup>87</sup>. O próprio Visconde de Abrantes, em 1835 publicou *Memoria sobre o estabelecimento d’uma companhia de Colonização nesta Província [Bahia]*, no qual questionava “a funesta necessidade de Africanos” (ALMEIDA, 1835, p.3) e propunha a

---

<sup>87</sup> Essas memorias são analisadas com profundidade por Celia Maria Marinho de Azevedo em: AZEVEDO, Célia Martinho de. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

introdução de imigrantes europeus oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Suíça e França.

No Chile, Ignacio Domeyko publicou *Memoria sobre la colonizacion en Chile*, no ano de 1850, na qual defende a vinda de agricultores europeus para ocupar as terras devolutas chilenas. Considerava que o sul do território deveria ser explorado para esse empreendimento, em decorrência de seu clima se adequar melhor com os europeus e reiterava que essa era uma aposta concreta para atrair o “progreso moral e intelectual” (DOMEYKO, 1850, p.4). Anos depois, Benjamin Vicuña Mackenna publicou *Bases del informe presentado al Supremo Gobierno sobre la inmigracion extranjera*, em 1854. O autor argumentou que a imigração deveria ser pensada como um grande processo civilizatório, que transformaria por completo os sistemas produtivos, a sociedade e a economia chilena, a alavancando como potência do continente. Ao lado disso, entendia que a imigração seria fundamental para criar zonas de contato entre europeus e indígenas, com o intuito de civilizar esses povos e afirmando que os melhores imigrantes seriam de origem alemã, por serem considerados por seu “carácter, como individuo de uma raza especial, como ciudadano de una comunidad política, como ser, enfin, sujeto a ciertos hábitos i a ciertas necesidades” (MACKENNA, 1854, p.40).

Nesse sentido, o interesse em atrair imigrantes europeus ultrapassava as fronteiras de Brasil e Chile, tendo ressonâncias também em países como a Argentina – e outros países do continente, como o Uruguai, a partir de 1890, no Paraguai, a partir de 1872 e no Peru, a partir de 1832<sup>88</sup>. O que há em comum nessas narrativas é a naturalização de que os europeus eram racialmente superiores e possuíam as características necessárias para civilizar as nações recém independentes da América Latina. As especificidades nacionais demonstram os diferentes interesses que estavam em jogo na metade do Oitocentos. Para um país como o Brasil, que ainda não tinha resolvido a questão da escravidão, a literatura sobre o tema perpassa a transição do trabalho com escravizados para o trabalho livre, a partir de uma apreciação racializada sobre o assunto. Enquanto isso, Argentina e Chile direcionavam suas narrativas para descrever os ganhos que a imigração traria para seus países em formação – com um cuidado especial para descrever a característica civilizatória que esse processo teria sobre os povos indígenas. Outra

---

<sup>88</sup> Utilizei como critério para essas datas a criação de leis de imigração e colonização que determinaram as diretrizes da entrada de imigrantes nos países, ou seja, momento no qual os Estados Nacionais passaram a pensar no tema com maior interesse e direcionamento. Ver mais em: SALINAS, Ernesto Maguiña. Un acercamiento al estudio de las inmigraciones extranjeras en el Perú durante el siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Revista Tierra Nuestra. Departamento de Ciencias Humanas. Universidad Nacional Agraria La Molina. Vol 8, n.1, 2010. ODDONE, Juan. Fuentes uruguayas para la historia de la inmigración italiana. Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe, 3(1),1992, 83-92. PALAU, Tomás; PÉREZ, Noemia; FISCHER, Sara. Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960. BASE Investigaciones Sociales IPGH, Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Asunción, 1997.

característica dessa literatura é dar direcionamentos específicos acerca das nacionalidades dos imigrantes. Analisando obra por obra, percebe-se a preponderância por países como a França, Suíça, Itália e de forma mais destacada a Alemanha.

Com isso, defendo que as obras de Abrantes e Pérez Rosales fazem parte de uma literatura sobre imigração e colonização, que era numerosa, complexa e condicionou o debate sobre o tema durante a segunda metade do século XIX. Em outras palavras, argumento que suas memórias não devem ser vistas como casos isolados, mas sim como narrativas que compõem um modo de se pensar nas múltiplas facetas que tangenciam a ocupação territorial, o desenvolvimento econômico e social e uma discussão em torno dos processos civilizatórios na metade do Oitocentos. Assim, tal como a literatura vigente do período, as memórias de Abrantes e Pérez Rosales estão sedimentadas nos mesmos pressupostos raciais e civilizatórios, que contém algumas variações em função do contexto de produção de cada uma das obras. E um dos primeiros elementos que passarei a analisar aborda a nacionalidade dos imigrantes.

A Alemanha figura como principal país fornecedor de imigrantes para Abrantes e Pérez Rosales. Ambos apresentam de forma enfática as estatísticas de saída dos alemães para o Novo Mundo e outros países europeus. No início de sua obra, Abrantes salienta:

A Alemanha com uma população de 40 milhoens he o paiz da Europa que tem fornecido e fornece o maior numero de colonos ao antigo e novo Mundo. Ha Colonias alemans no Russia meridional, da Bessarabia ate ao Caucazo; e entre os emigrados já estabelecidos no Argelia conta-se crescido numero de Alemaens. Perto de 6 milhoens de individuos de origem alemã figurão entre os 20 milhoens de habitantes dos Estados-Unidos da America (ABRANTES, 1846, p.1).

Por outro lado, Pérez Rosales destaca:

Las fuentes principales de la emigracion moderna son la Alemania, la Inglaterra, la Suiza i la Francia. De estos cuatro receptáculos de la especie humana, parten canales conocidos hacia las rejiones desiertas del antiguo i del viejo continente. Del fondo de la Alemania emigrante, parten dos en sentido opuesto; uno atraído por las regalías i ventajas que le ofrece la Rusia; otro por la libertad i los encantos de la América, que es el que a nosotros interesa (PÉREZ ROSALES, 1854, p.17).

O que precisa ser sublinhado nas passagens é a referência que ambos fazem a Alemanha e especificamente para o caso de Pérez Rosales, a países como Inglaterra, Suíça e França. No cenário desses países transpareciam “o industrialismo, o desenvolvimento tecnológico, o crescimento demográfico, a desarticulação da sociedade camponesa, as migrações em massa”

(MENEZES, 1985, p.10), impulsionadas pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, que ficou caracterizada na metade do século XIX como país industrializado. Na análise de Menezes, “no interior de cada país industrializado, grande ou pequeno, operou-se uma redistribuição regional da população, caracterizada estatisticamente pelo brusco crescimento das cidades” e, ao mesmo tempo “das populações urbanas das regiões industriais e pelo concomitante aligeiramento da população rural” (MENEZES, 1985, p.19). Além disso, a autora considera que as grandes cidades industriais europeias não tinham a capacidade de empregar todos os camponeses que se dirigiam até elas na procura de emprego, o que tensionou as relações sociais e criou necessidades imediatas a esses trabalhadores, que viram na imigração uma saída para os problemas econômicos e sociais. E, nesse sentido, parte dessa população embarcava para as Américas, “ou para fugir à pobreza, ou vislumbrando novas perspectivas de enriquecimento” (MENEZES, 1985, p.19).

Desses apontamentos derivam os números que impressionaram Abrantes e Pérez Rosales. Os imigrantes alemães, aos quais ambos fazem referência, teriam sido mais fortemente afetados pelo processo de industrialização na metade do século XIX, culminando no processo de repulsão das populações camponesas para outros países e outros continentes – como é o caso dos Estados Unidos, que se transformou no país que mais recebeu imigrantes no período.

O segundo ponto que precisa ser destacado aparece na sequência da argumentação dos autores. Abrantes reitera:

A aptidão destes colonos para o trabalho da Agricultura, e para os Officios e Artes, e o seu espírito pacífico e conservador achão-se provados por testemunhos os mais authenticos. Em Mensagens dos Presidentes da União Norte-Americana, principal teatro da colonisação moderna, tem-se feito o elogio da **moralidade dos Alemaens, e do seo préstimo para a colonisação**. Está mesmo demonstrado, que apesar da sua natural repugnancia à escravidão, os Colonos da raça alemã são ali **opostos á opinião abolicionista**, só por que aborrecem profundas e rapidas mudanças na ordem estabelecida. **Amor ao trabalho e a familia, sobriedade, resignação, respeito ás Authoridades**, são as qualidades que distinguem os colonos alemaens, em geral, dos colonos de outras origens (ABRANTES, 1846, p.2). [Grifo meu].

Pérez Rosales, por seu turno, argumenta:

Bremem, Hamburgo, el Havre, Hull i Liverpool son los puertos designados por la conveniencia, para el embarque del emigrado, i cada qual parece disputar a los demas el monopolio de hacer pasar por él la rica **corriente de civilización i de industria** que fluye sobre las playas americanas [...] De todos estos causes principales [Alemanha, Inglaterra, Suíça e França], así como de otros de menor valer, parten en distintas direcciones multitud de

pequeños regueros, uno de los cuales de origen alemán, hace ya tres años que fecundiza el sur de Chile. **Sus tempranos i benéficos frutos** deben estimular a todo buen chileno a proponer a su ensanche, a fin que fluya por él hacia nosotros un torrente de **brazos, de civilizacion i de riqueza** (PÉREZ ROSALES, 1854, p.17-18). [Grifo meu].

O que fica explícito na argumentação dos autores é a qualidade atribuída aos imigrantes alemães. Abrantes considera que eles possuem moralidade elevada, são mais aptos para a agricultura, o artesanato e têm amor pela família. Além de que seriam avessos à opinião abolicionista. Por outro lado, Pérez Rosales associa os imigrantes europeus à civilização e à indústria e, especificamente os alemães a pessoas trabalhadoras que podem trazer riquezas para o Chile – há apenas uma especificidade na argumentação de Abrantes com relação a Pérez Rosales: ao dizer que os alemães são avessos à ideia abolicionista, o autor dialoga diretamente com seus pares, pois não ser abolicionista em 1846 também pode ser percebido como qualidade em um país que tem por base o trabalho de escravizados. As demais qualidades que os autores atribuem aos europeus e especificamente aos alemães têm características semelhantes: no centro das ideias, os imigrantes estão associados às categorias taxonômicas de Linnaeus, no qual a inclinação para o trabalho, as artes, o artesanato, a família e a civilização são sublinhadas como qualidades que os distinguem dos demais.

Há também outro detalhe que merece atenção. O termo “raça” aparece apenas uma vez nos trabalhos de Abrantes e Pérez Rosales. Coincidência ou não, é necessário que se compreenda o contexto em que as obras foram escritas. Abrantes utiliza o termo “raça alemã” para falar dos colonos alemães. O mesmo ocorre com Pérez Rosales, que utiliza o termo para tratar de uma característica depreciativa dos chilenos – a intolerância religiosa –, no qual menciona que essa “afecta nuestra raza, i que el tempo i las luces aun no han podido destruir” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.46). Lembro, novamente, das categorias taxonômicas de Linnaeus, que atribui qualidades aos europeus e classifica, de forma decrescente, as populações originárias dos outros continentes. Rosa Cabecinhas salientou que a “raciologia clássica” sempre relacionou as “raças” a diferentes origens e lugares particulares na evolução humana, as ordenando em superiores e inferiores. Os americanos, juntamente com as mulheres e as crianças, são também descritos como grupos mais próximos “da natureza do que da cultura, tendo em comum a curiosidade infantil, a impulsividade, a irritabilidade e a fraca capacidade intelectual” (CABECINHAS, 2008, p.166). Por isso, não de forma arbitrária, mas intencional, de quem possui conhecimentos acerca do tema em questão, Abrantes e Pérez Rosales empregam o termo raça para referir-se aos alemães e aos americanos, utilizando qualidades e atributos que respondem à lógica taxonômica vigente. Aos primeiros, os atributos que os distinguem

enquanto superiores, e aos segundos, os estereótipos racializados que desqualificam seus comportamentos, capacidades e qualidades.

Por outro lado, a baixa incidência do termo raça nas memórias de Abrantes e Pérez Rosales está circunscrita em uma questão de contexto. Para Marcus Vinicius de Freitas Rosa, “não era preciso falar em raça, quando havia projetos de modernização – tais como a imigração, a colonização e a “substituição” – orientados por um entendimento racializado das nacionalidades” (ROSA, 2014, p.58). Nesse sentido, abordar a temática da imigração, colonização e para o caso específico brasileiro, da substituição dos escravizados pelos colonos europeus, significava abordar as diferentes dimensões existentes acerca da construção da ideia de raça. Além do mais,

a noção de raça identificável mais especificamente entre as décadas de 1820 e 1840 parecia herdeira dos critérios setecentistas de hierarquização social, voltados para as “origens” e “qualidades”, e que permitiam à raça abarcar a nacionalidade. É certo que no início da década de 1860 já era possível encontrar indícios de uma inovadora vinculação entre raça e ciência (ROSA, 2014, p.55).

Nesse sentido, o caráter científico atribuído a ideia de raça é característica dos herdeiros da teoria evolucionista de Charles Darwin, que sucede as ideias de Abrantes e Pérez Rosales. Para o caso dos autores, a noção racial pode ser percebida como resultado “da combinação de diferentes critérios herdados das sociedades de Antigo Regime e adaptados ao Brasil escravista” (ROSA, 2014, p.54) e ao Chile – que apesar de ter abolido a escravidão, construiu políticas de imigração e colonização pautadas na seleção de europeus, e não de asiáticos, africanos ou populações oriundas da Oceania.

Dentre os colonos europeus, há distinções importantes feitas pelos autores. Por mais que Abrantes e Pérez Rosales compreendam que os imigrantes europeus seriam os únicos capazes de “introducir capitales, introducir industrias, que a su vez i por su propia cuenta introducen brazos” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.27), haveria alguns cuidados que precisariam ser tomados nos processos de atração de imigrantes. Ambos entendem que não era qualquer europeu que poderia contribuir para o desenvolvimento de Brasil e Chile. “Vagabundos”, “proletários” e “marginales” poderiam trazer muitos problemas na área da segurança pública se imigrassem. Por isso, Pérez Rosales adverte nas primeiras páginas da sua memória: “si los gobiernos américo-hispanos no se apresuran a imitar su exemplo [Estados Unidos], cada dia se hará mas difícil i onerosa la adquisicion de buenos e intelijentes colonos” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.1). E, nesse sentido, Pérez Rosales continua sua crítica: “la idea tan jeneralmente gustada i

repetida de promover la emigración de proletarios europeos a nuestro suelo, si se ha de llevar a cabo a expensas de nuestras mezquinas rentas, es de tan insignificantes resultados que ni merece mencionarse” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.24). Aprofundando o tema, o autor critica as municipalidades alemãs por facilitar o envio de “proletários”, “comunistas”, “prisoneiros” e “vagabundos” “que perturban allí el órden” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.28) para o Novo Mundo. Como exemplo, o autor cita: “el bobierno de Meclemburgo<sup>89</sup> despachó por la via de Hamburgo a los reos de la penitenciaría, haciendo espantoso regalo, como si le mandase colonos próbidos e industriosos” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.29). Em decorrência desses acontecimentos, salienta que a elite chilena deveria estar atenta ao pauperismo vigente na Alemanha, pois compreende que era do interesse dos políticos se desfazer da população pobre, sem empregos e marginalizada. Para valorizar seu argumento, Pérez Rosales cria uma tabela que contém um comparativo entre o número de imigrantes que deram entrada em *Nueva-York* entre 1830 e 1836 e sua relação com a pobreza encontrada na cidade.

**Tabela 3:** Relação entre a migração de “indesejáveis” e a incidência de crimes

Años	Inmigrantes	Indijentes
<b>1830</b>	30.325	15.505
<b>1831</b>	31.739	15.164
<b>1832</b>	48.549	-
<b>1833</b>	41.702	35.777
<b>1834</b>	48.110	32.798
<b>1835</b>	35.303	-
<b>1836</b>	60.541	37.959

<sup>89</sup> Os imigrantes de Mecklenburg-Schwerin também ocupam espaço significativo na historiografia sobre imigração alemã para o Brasil. Caroline von Mühlen estudou o tema em sua dissertação de mestrado, realizada a partir de uma vasta gama de fontes brasileiras e alemãs. Para compreender o contexto de pauperismo, pobreza e criminalidade da população mecklenburguesa, analisou o contexto social alemão durante o Oitocentos, e partiu do pressuposto de que crise europeia do período contribuiu de forma significativa para a exclusão, criminalidade e prisão de milhares de indivíduos. Tanto no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, quanto no Brasil, os roubos, rebeliões e desentendimentos estariam relacionados com momentos em que não eram oferecidas condições adequadas de sobrevivência para essa população. Esta, por sua vez, foi estigmatizada pela historiografia clássica da imigração alemã e teve suas vozes silenciadas. Nesse sentido, o trabalho de Mühlen lançou novos olhares e fez novas perguntas para esses personagens tão incômodos dos estudiosos mais antigos da imigração alemã. Tal como fez Rosales, Carlos Oberacker Jr. e Carlos Henrique Hunsche adjetivaram os mecklenburgueses de “vagabundos”, “ociosos” e “preguiçosos”. Todavia, Mühlen demonstrou que sua condição de ex-prisoneiros não determinou sua conduta no Brasil, e o que se viu foi que grande parte desses imigrantes procurou se inserir socialmente na vida imperial e conseguiu se firmar economicamente, contrariando a ideia de que seriam predispostos para cometer novos crimes. Ver mais em: MÜHLEN, Caroline von. Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisoneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil meridional (século XIX). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.



Fonte: PÉREZ ROSALES, Vicente. Memoria sobre emigracion, inmigración i colonizacion. Imprenta de Julio Benin. Santiago, 1854, p.30.

Para finalizar, Pérez Rosales destaca:

Así como el mendigo viene a multiplicar sus miserias en América, el que no lo es, pero que no tiene mas oficio que la fuerza motriz de sus brazos, ni cuenta con mas recursos que los del jornal en su propio país; no está mas de un paso de la mendicidad en el ajeno (PÉREZ ROSALES, 1854, p.31)

Por outro lado, Abrantes destaca desde o início da sua argumentação que há uma alternativa para evitar a vinda de “vagabundos” para o Brasil. Para o autor,

os Reglamentos policiaes da mor parte dos Estados da Alemanha podem auxiliar na averiguação do caráter e ocupação do individuo que se quizer engajar. Cada trabalhador do campo ou das fabricas, cada creado de servir, cada proletário em fim he obrigado a ter um livreco, rubricado e fiscalizado pelos Commissarios de Policia, no qual se acha escripto o nome, naturalidade, e proffição da pessoa que o tem, e se assentão as declaraçoens, feitas por aqueles á quem vae succetivamente servindo, sobre o modo por que se comportarão, e motivo porque deixarão o serviço. Nenhum lavrador, fabricante ou amo admite trabalhador ou creado sem exigir o respectivo livreco, e examinar as declaraçoens nelle escriptas, que devem estar selladas e rubricadas pela Policia (ABRANTES, 1846, p.4).

Nesse sentido, seria papel dos engajadores de colonos fazer essa conferência entre a população desejosa de imigrar para o Brasil, pois aqueles que não estivessem portando o “livreco” poderiam ser vistos como “vagabundos” ou “imorigeros” (ABRANTES, 1846, p.4), os imigrantes indesejáveis. Em outras palavras, “essas poucas referências mostram que o imigrante desejado devia ser, principalmente, um sujeito bem comportado e profissionalmente qualificado; não bastava ser europeu e branco” (SEYFERTH, 2015, p.14).

Essa argumentação de Abrantes e Pérez Rosales desnuda outro assunto importante na reflexão que venho realizando. É perceptível que os autores possuíam conhecimento de uma série de documentos alemães e estadunidenses para construir sua argumentação e alertar as autoridades brasileiras e chilenas sobre a complexidade que envolvia o engajamento de colonos para Brasil e Chile. E nessa discussão, subdividem os alemães em dois grupos: os alemães desejáveis – agricultores, artesãos, comerciantes e capitalistas – e os alemães indesejáveis – proletários, desempregados e prisioneiros das casas de correção. O que se pode aferir com essa

descrição? Abrantes e Pérez Rosales estavam construindo suas ideias de imigração e colonização a partir de alguns princípios da “raciologia clássica” de Linnaeus, mas tal perspectiva não determinou seus escritos. Como se percebe nas passagens que selecionei, os autores constroem suas próprias concepções acerca dos alemães. Isso não significa afirmar que deixaram de construir seus escritos sob as perspectivas científicas da época ou que mudaram de ideia acerca da melhor nação que poderia oferecer colonos para seus países, mas sim que se apropriaram dos escritos do XVIII e do XIX para elaborar suas próprias concepções acerca das populações europeias, com a especificidade dos alemães.

Por mais que exista essa diferenciação entre os alemães desejáveis e os alemães indesejáveis, os autores consideram que eles são a melhor opção para mudança de mentalidade das nações e os mais propícios para a entrada do progresso nos territórios. E nesse sentido, há algumas passagens de Abrantes e Pérez Rosales que reiteram essa questão. O primeiro argumenta:

Ha mais de 60 annos que os Alemaens não cessão de emigrar, procurando cada individuo ou familia, separadamente, **achar fortuna em terra extranha:** em massa ou collectivamente so tem emigrado por descontentamento religioso algumas cimunidades, a saber, de Menonitas para a Russia no tempo de Paulo 1º, e de Separatistas para o Caucaso, para os Estados Unidos etc. Calcula-se que de 1824 á 44 tem anualmente emigrado da Alemanha 40.000 individuos, **levando consigo obra de 35 milhoens de florins em dinheiro e bagagens:** assim que tem perdido o Paiz, nos últimos 20 annos, 800.000 habitantes validos, **e perto de 700 milhoens de capitaes** (ABRANTES, 1846, p.8). [Grifo meu].

Esse argumento também está presente na memória de Pérez Rosales. O autor destaca: “Solo han bastado tres años al inmigrado alemán para sacar a Valdivia del estado de postración en que se hallaba, i para lanzarla en a via del progreso, de la cual le será mui difficil retrogradar” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.37). Os alemães carregariam consigo não apenas todas as qualidades que os destacavam, mas também dinheiro para investir e novas ideias para tirar os países da ociosidade. Isso porque ambos os autores tinham uma preocupação em comum: a população brasileira e a população chilena, por si só, não conseguiriam mudar a situação na qual se encontravam os países. Está implícito na sua argumentação que partiam do pressuposto da inferioridade da população da América Latina e da África – já reiteradas nesse período pelo Conde de Buffon –, propensas à corrupção e à ociosidade, distantes do ideal civilizatório que estava sendo projetado. Para tornarem-se civilizados, era necessário, de fato, investir em imigração e colonização, pois brasileiros e chilenos só poderiam mudar através do exemplo dos europeus. Pérez Rosales justifica essa assertiva da seguinte forma:

El hombre chileno **es sobrio por naturaleza**, i aunque dotado de una robusta complexión i de una fuerza confesada por cuantos extranjeros nos visitan, **es dechado i flojo**. Le basta asegurar el dia en que vive, i conociendo pocas necesidades, se contenta también con poco (PÉREZ ROSALES, 1854, p.53). [Grifo meu].

Esse argumento também tem espaço em uma nota que compõe o apêndice da memória de Abrantes. O autor traduziu uma carta escrita por Decosterd – Consul suíço na Bahia – para a *Sociedade Suissa para o Bem-Commum*, da qual compartilha da mesma ideia. Em um dos trechos, Decosterd afirma:

No meo parecer o que mais convem he obter huma população **branca, inteligente, activa e numerosa que faça nascer com o movimento interior hum comercio animado**; objeto muito mais importante e essencial: por que cada individuo, huma vez estabelecido, acharia logo huma occupação vantajosa, pela qual pudesse conseguir o mais necessario para tornar agradável a vida. Estabelecimentos fundados debaixo deste systema serão muito mais uteis, do que os que tivessem simplesmente por fim augmentar os productos do solo [...] outro embaraço para a formação de estabelecimentos no Brasil he tambem a escravatura. Deste flagello resulta que todo estrangeiro acostuma-se a crença de que o trabalho manual, sobretudo o do solo, he humilhante. Esta idéa não so faz com que o colono repugne ao trabalho ainda mais insignificante, mas tambem leva á considerar-se com huma especie de desprezo o branco que não se subjecta á esta opnião; e este desprezo he exprimido assim pelo branco ou liberto, como mesmo pelo escravo o qual pelo facto de vê-lo trabalhar considera-o logo inferior de condição (ABRANTES, 1846, p.46). [Grifo meu].

Ao mesmo tempo, Abrantes trata da questão sob outro ponto de vista. No Brasil não está em pauta debater se a população não escravizada poderia trabalhar na agricultura, no artesanato ou em outras atividades que envolvessem diretamente o serviço braçal. Todavia, discutiam-se os malefícios que os escravizados poderiam causar para as populações europeias. Além de considerar que os africanos não estariam prontos para o trabalho livre, ainda reitera que os escravizados, caso inseridos em locais de trabalho assalariado, não saberiam o que fazer com o dinheiro. E isso, por si só, era considerado problemático, pois Abrantes entendia que o contato dos europeus com os africanos poderia transportar os vícios dos segundos para os primeiros. E assim, o autor considera que seria mais vantajoso que se escolhesse

uma província onde a cultura seja exclusivamente feita por trabalhadores livres, mediante jornaes avantajados, e onde possam encontrar administradores, feitores, e mesmo colonos veteranos, que lhes entendão a lingua. A existência da escravatura parece em verdade que repele a

concurrência do trabalhador livre, não tanto pela impossibilidade de emparelhar o branco com o negro na cultura das terras, como pela exiguidade dos jornais estabelecidos, **que embora sobrem para o africano não bastão de certo para o europeu** (ABRANTES, 1846, p.33). [Grifo meu].

O que se percebe novamente é a manipulação que os autores fazem das características taxonômicas de Linnaeus. Pérez Rosales compreende que os chilenos são fortes e têm uma vontade visível de se tornarem civilizados, mas não alcançam essa condição porque são preguiçosos e por não terem características de uma população intelectualizada. Juntamente com essas hierarquias, percebe-se que o autor internaliza algumas concepções do Conde de Buffon, como a inferioridade da América Latina em comparação à Europa e a incapacidade da sua população de melhorar suas condições de vida sem a intervenção de terceiros. Abrantes também parte de uma perspectiva racializada para pensar nos africanos escravizados. O autor compreende que caso fossem trabalhadores livres não saberiam o que fazer com o dinheiro recebido pelo serviço que estivessem prestando, em contraposição aos alemães, para quem o dinheiro recebido não seria o suficiente para sanar os anseios materiais e sociais. Pérez Rosales também compreende o europeu como alguém que faz muitos planos e é exigente acerca das questões que envolvem sua vida econômica e social, argumentando: “las necesidades del hombre europeo son conocidas, las tendencias que da la civilizacion a la mejora de condicion son tambien” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.53). Ou seja, ambos os autores partem do princípio de que investir em projetos de imigração e colonização é imprescindível para que Brasil e Chile se transformassem em países civilizados, pois suas populações, por si só, seriam incapazes de promover essa transformação. Para reforçar seu argumento, Pérez Rosales salienta:

Ya la experiencia lo ha acreditado Valdivia. El valor de los jornales en aquella provincia jiraba ahora tres años entre dos i tres reales, i era tal la escasez de brazos que se sufría, que era preciso ocurrir a Chiloé, para reemplazar aquellos que el **ocio i la embriaguez** enervaban. La emigracion proporciono de un repente de brazos i capacidades a su agonizante industria; el jornal subió de dos i tres a cuatro i ocho: los hijos del país, despertados con la expectativa del lucro, han unido activos de sus esfuerzos a los del emigrado, i a pesar de esto el salario se sostiene, **la exportación se ha triplicado, los trabajos del campo i de la industria fabril se han impulsado como nunca, i el empresario gana** (PÉREZ ROSALES, 1854, p.54). [Grifo meu].

Essa perspectiva do autor em pensar na rentabilidade do solo, na impulsão comercial dada pelos imigrantes e as potencialidades que poderiam ser encontradas a partir da colonização

com alemães, tem relação direta com os escritos da vanguarda capitalista<sup>90</sup> que esteve no Chile no período posterior à sua independência – e permaneceu por lá até a metade do século XIX. Para esses viajantes ingleses – impulsionados pela Revolução Industrial e legitimados a partir das relações estabelecidas entre o governo chileno e o governo britânico<sup>91</sup> –, tudo no Chile está à espera de homens civilizados, com perspicácia de agricultores/capitalistas arrojados para alavancar o progresso nessa terra do Novo Mundo. “Que cenário para um agricultor arrojado! Atualmente, tudo está negligenciado” observou John Mawe (PRATT, 1999, p.258). Pratt reitera que esses viajantes enxergavam a natureza chilena como incômoda e inexplorada, salientando seu caráter primitivo, que estaria diretamente relacionado com o fracasso da audácia humana relacionada ao homem chileno – “a negligência passa a ser a pedra de toque de uma estética negativa que legitima o intervencionismo europeu” (PRATT, 1999, p.258).

Pratt continua sua reflexão, salientando,

a sociedade hispano-americana, em geral, é incessantemente criticada por seu caráter retrógrado, sua indolência e, acima de tudo, por seu fracasso em explorar os recursos que a rodeavam. A antiestética da negligência é aplicada tanto ao mundo social americano quanto ao panorama. “Enquanto a natureza foi profusa em suas bênçãos”, afirmou John Mawe, “os habitantes têm sido negligentes em desenvolvê-las”. Observa Mollien, “A maior parte das terras permanece ociosa; elas, contudo, produziriam colheitas consideráveis caso os habitantes fossem menos indiferentes. Nenhum encorajamento logra retirá-los de seus hábitos indolentes e de sua rotina usual”. De acordo com John Miers, “A população fora dos vilarejos, embora vivendo no mais fértil solo, e não tendo nada para fazer, nunca cultiva sequer a menor área”. O paradigma capitalista extrativista e maximizador é pressuposto, tornando misteriosas as formas de vida de subsistência, não acumuladoras (PRATT, 1999, p.261).

---

<sup>90</sup> Esse conceito foi elaborado por Mary Luis Pratt para descrever os viajantes ingleses que vieram para a América Latina no período posterior às suas independências. O que caracteriza os escritos é o olhar pragmático e calculista sobre a sociedade latino-americana, no qual se evidencia um olhar pejorativo sobre a América Latina: tudo estaria atrapalhando o desenvolvimento do capitalismo no Novo Mundo. Pratt continua e reitera: “durante os anos 1820, as revoluções sul-americanas, nas quais a Grã-Bretanha e a França foram os maiores participantes militares e financeiros, tornando-se, como disse Stevenson, “um serviço quase obrigatório” para os viajantes, “incumbir-se de escrever”. As revoluções foram também o que tornaram as viagens possíveis, e as oportunidades abertas por elas criaram um impulso que, sem dúvida, equiparava-se às paixões estéticas e científicas de Humboldt. Como outros comentaristas têm observado, a onda de viajantes na América do Sul nas décadas de 1810 e 1820 foi principalmente de britânicos que, em sua maioria, viajaram e escreveram como batedores avançados do capital europeu. **Engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, bem como militares – eram frequentemente enviados para o “novo continente”, por companhias de investidores europeus,** como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante” (PRATT, 1999, p.253) [Grifo meu]. Ver mais em: PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

<sup>91</sup> Ver mais em: PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p.253.

María Emilia Tijoux e María Gabriela Córdova Rivera corroboram com a perspectiva de Pratt, e compreendem que o Chile estava construindo sua nação a partir de um paradigma eurocêntrico e racializado, para o qual povos indígenas, africanos livres e a população *criolla* em geral não faziam parte dos planos para a construção de um país moderno e civilizado – justamente pelo fato de que as elites chilenas estavam internalizando a ideia de que as populações americanas não seriam capazes de produzir riquezas, construir nações poderosas e desenvolver mecanismos para melhorar a qualidade de vida, de ensino e de relações sociais. As autoras argumentam que “en Chile como en América Latina, la cultura ‘blanca’ arraigada en el interés desarrollista de lo europeo, se ha definido contra un ‘otro/a’ no blanco, que proyecta una alteridad que actúa sobre la base de un imaginario civilizatorio y racializado”, que determinou comportamentos práticos e discursivos que foram viabilizados através de propostas de assimilação que visavam integrar e transformar a sociedade por completo, segundo o qual se pode pensar em uma “inclusión que funciona en la exclusión” (TIJOUX; RIVERA, 2015, p.2). Para as autoras, os projetos de imigração e colonização são exemplos desse processo, pelo fato de que a premissa civilizatória está tensionando diretamente todos os outros pressupostos que fazem parte dessa política.

Além dessa discussão, Giralda Seyferth reitera a importância de se refletir como o conceito de raça está sendo utilizado por políticos e intelectuais, uma vez que é compreendido como construção social. Pois se as populações africanas e americanas carecem de qualidades para trabalhar o solo, cuidar das suas finanças e almejar uma vida próspera, é porque há uma antítese a esses comportamentos que foi construída e atribuída aos europeus. E por isso a autora considera fundamental observar como os sistemas classificatórios estão sendo utilizados e produzidos, pois

a ideia de “tipo” contornou as dificuldades classificatórias através de percentuais de características que permitiam lidar com a heterogeneidade própria dos fenótipos: além do uso do critério mais popular da cor da pele e da similitude anatômica fornecida pelas estatísticas antropológicas, os cientistas apelaram para pressupostos estéticos, comportamentais e morais e a consequente desqualificação da humanidade de pele mais escura (SEYFERTH, 2007, p.106-107).

Nesse sentido, tanto os africanos escravizados quanto a população menos favorecida do Chile são percebidas por Abrantes e Pérez Rosales a partir de uma perspectiva racializada. Os atributos que os autores utilizam para se referir a essas populações partem de um princípio de inferioridade, tendo como base para essa observação as sociedades europeias, dotadas de

características e qualidades que os distinguem positivamente dos demais. E dentro dessas qualidades, como pode ser percebido até aqui, a nacionalidade alemã é uma das características mais notáveis. Junto com ela, aparecem sua predisposição para o trabalho, resignação, amor pela família e grande capacidade para gerenciar capitais. Em contraposição, as sociedades americanas são descritas a partir de adjetivos que desqualificam sua capacidade econômica e cultural, como a falta de perspectiva dos trabalhadores chilenos – que se contentariam com pouco – e a passividade dos povos africanos. Portanto, as qualidades, as nacionalidades, as características profissionais, de condição social, econômica e cultural traduzem uma ideia de raça, que é enunciada explicitamente ou implicitamente através das hierarquias dos diferentes grupos humanos.

Os povos indígenas também estão inseridos nas discussões de Abrantes e Pérez Rosales. O primeiro, em duas passagens distintas da memória; o segundo, em uma explicação mais abrangente sobre a contribuição que os europeus poderiam dar para civilizar os *Mapuche*.

Abrantes utiliza duas atribuições para se referir aos povos indígenas: no único momento que aborda os brasileiros, denomina-os de “tribus selvagens” (ABRANTES, 1846, p.12). Em outra passagem do texto, menciona os povos indígenas estadunidenses, e nesse caso, os chama de “tribus de Indios” (ABRANTES, 1846, p.19, p.24, p.26). O contexto da atribuição que o autor faz é importante para compreender os motivos que o levaram a utilizar diferentes conceitos. Quando Abrantes menciona as “tribus selvagens” está se referindo aos povos indígenas que habitavam uma área do sul do Brasil, que segundo ele, era propícia para a colonização com imigrantes europeus. Essas “tribus” estariam atrapalhando os planos do Império para desenvolver seus projetos de colonização e ao mesmo tempo, já era do conhecimento dos alemães que havia conflitos envolvendo colonos e índios, o que era prejudicial para o Brasil enquanto país receptor de imigrantes. Ou seja, os povos indígenas brasileiros são vistos na memória de Abrantes como um problema que precisava ser resolvido. Por outro lado, a menção que o autor faz aos povos indígenas estadunidenses é adversa. O contexto do emprego da palavra muda. Nas frases, Abrantes menciona as negociações que as “tribus de Indios” estadunidenses fazem com o governo norte-americano para vender extensas áreas de terras que seriam destinadas à colonização com imigrantes. De tal modo os povos indígenas são representados como negociantes, que de algum modo internalizaram a ideia do capital e que estão aptos a negociar de forma civilizada. Assim, se percebe uma contraposição entre os povos indígenas brasileiros e os estadunidenses: os primeiros, vistos e representados como selvagens, enquanto os povos indígenas estadunidenses figuram num patamar mais

elevado por estarem negociando diretamente com o governo, auxiliando em um projeto maior que é a ocupação do território por imigrantes europeus.

Pérez Rosales, por seu turno, expõe a questão sob um outro ponto de vista. Os Mapuche, por estarem em um local estratégico do território, teriam contato com as populações europeias que seriam destinadas para a colonização. E esse contato poderia trazer problemas, por considerar o histórico de resistência/conflitos dos indígenas, e benefícios, uma vez que considerava que quanto mais perto estivessem dos europeus, mais estariam sujeitos a se tornarem também um povo civilizado. O autor aborda esse tema nos capítulos que descrevem os diferentes tipos de colônias que poderiam ser criadas no território chileno. No trecho que explica as especificidades das colônias mercantis, cita a relação que os colonos poderiam ter com os Mapuche.

El comerciante no espanta con el aparato que lo acompaña; por el contrario halaga. Los productos de la industria crean necesidades en el indígena; i como al mismo tiempo de crearlas presentan al comprador los medios de satisfacerlas con el cambio de los productos naturales, excítan al indígena al trabajo i lo ponen en mas íntima relación con la civilizacion. Hasta ahora no sé que ningun comerciante haya establecido en nuestras fronteras depósito alguno de mercaderias. **El indio no vende con agrado terreno ninguno, porque teme introducir en su seno al hombre civilizado, en quien ve una constante amenaza contra su libertad i sus costumbres.** Al comerciante vende el indio los terrenos que él quiera comprar, con ménos embarazo que al misionero, en el cual no se oculta a su perspicacia la accion del Gobierno. La posibilidad de adquirir terrenos en un pais donde se espera el principio de la propiedad es ya un paso de primera importancia para que, a la sombra de las crianzas de ganados, se practiquen algunos trabajos agriculas que abran la puerta a la colonizacion. (PÉREZ ROSALES, 1854, p.111). [Grifo meu].

Pérez Rosales não vê com bons olhos a criação de colônias mercantis, muito menos em áreas próximas às terras indígenas, pois compreende que a resistência seria grande e pouco proveito poderia se tirar da relação dos comerciantes com os indígenas. Além disso, salienta que o contato não seria benéfico, e ao invés de manter diálogo com os Mapuche, a probabilidade de entrar em conflito era maior. Logo após, o autor ainda destaca: “de esta clase de colonia nada tenemos que esperar para la civilizacion de la indiada, pero mucho para la industria fabril i agrícola, si sabemos no alucinarnos con la constancia de las minas i aprovechar su epoca florida” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.112). No decorrer da memória o autor aborda a importância das colônias agrícolas e a grande utilidade que essas poderiam ter para civilizar os povos indígenas – diferentemente das colônias mercantis. Se “colocada a una prudente distancia de la frontera de la indiada titulada independiente, no solamente llenaría el objeto que el



Supremo Gobierno se propone, sino tambien serviría de base a la civilizacion de los indígenas” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.147). Todavía, Pérez Rosales sugere cautela com esse contato:

Si la colonia se establece a inmediación de la indiada, es indispensable que en el primer periodo de su desarrollo esté bajo la proteccion inmediata de un destacamento en pié de guerra. El indio es suspicaz i no pocas veces traicionero, i como los enemigos de su civilizacion son generalmente los mismos chilenos rayanos, que especula sobre ellos, nunca dejan de excitarlos a rechazarla, por cuantos medios reprobados que sean, i ni la agricultura, ni las artes progresan, amagadas a mano armada por la barbarie (PÉREZ ROSALES, 1854, p.148).

Há uma longa discussão em torno do papel indígena para a construção da sociedade chilena<sup>92</sup>, que passou de elemento constitutivo da nacionalidade, como povo guerreiro que lutou contra o poder metropolitano no período da independência, para um problema que precisava ser transposto. Nas décadas de 50 e 60 do século XIX, da qual Pérez Rosales faz parte (CASANUEVA, 2002, p.296), estava em discussão o que fazer com os povos indígenas, afinal, ocupavam a região central do território, tornando-se um estorvo entre o norte e o sul do Chile. Nesse contexto, o Estado chileno não estava mais interessado em pensar nos povos indígenas como no período colonial, quando eram vistos como mão de obra e almas que deveriam ser evangelizadas, mas sim em pensar neles enquanto proprietários de terras que interessavam diretamente ao Estado. É nesse momento que se inicia um processo lento e gradual de “penetración de los territorios indígenas al sur del Bío-Bío, especialmente mediante el expediente de la compra, a menudo fraudulenta, de terrenos” (CASANUEVA, 2002, p.304).

E é nessa conjuntura que entra toda a discussão em torno da imigração e colonização para as terras chilenas, que como venho defendendo até aqui, é um processo complexo que, dentre outros objetivos, tem como foco ocupar regiões próximas ao território *Mapuche* com o intuito de adquirir suas terras e civilizar sua população. Casanueva ainda reitera:

---

<sup>92</sup> Em estudo intitulado *Indios malos en tierras buenas: visión y concepción del Mapuche según las elites chilenas (Siglo XIX)*, Fernando Casanueva procura compreender a representação dos Mapuche pelas elites chilenas durante o século XIX. Seu argumento reside no seguinte ponto: a visão da elite chilena acerca dos Mapuche sofreu diversas alterações na medida em que se distanciava a conjuntura da independência. E nesse sentido, os Mapuche passaram de símbolos do combate dos *criollos* contra a metrópole espanhola para bárbaros que estariam atrasando o desenvolvimento intelectual da nação chilena. Casanueva salienta que “durante el proceso de la Independencia los dirigentes criollos patriotas utilizaron simbólica o alegóricamente la imagen del guerrero araucano contra el poder español. Para Carrera, O’Higgins, Freire, el indio rebelde representaba el amor al suelo patrio y a la irrenunciable libertad, altos valores que los habían impulsado a luchar victoriosamente durante largos siglos contra los conquistadores hispánicos y contra el ejército real. Arauco constituía, entonces, un ejemplo a seguir, una meta a alcanzar” (CASANUEVA, 2002, p.292). Ver mais em: CASANUEVA, Fernando. *Indios malos en tierras buenas: visión y concepción del mapuche según las elites chilenas, siglo XIX*. In: *Colonización, resistencia y mestizaje en las américas (siglos XVI-XX)*. BOCARRA, Guillaume (orgs.). Ecuador: Quito, Ediciones Abya-Yala, 2002.

Esta política de invasión y expropiación de las tierras indígenas fue justificada por los sectores interesados mediante una ideología articulada, en general, por la elite gobernante, en torno de tres líneas, que de alguna manera traducían «modernamente» las antiguas voces coloniales: a) Los indios pertenecen a una raza inferior, salvaje, imposible o muy difícil de civilizar. b) Chile debía superar su «discontinuidad geográfica» (entre los ríos Bío Bío y Toltén) integrando a la República los ricos territorios indígenas, territorios «irredentos», consolidando de esta manera un Estado nacional homogéneo. c) La civilización chilena, blanca de origen europeo y, por ende, superior, junto al «orden republicano» debían imponerse en todo el territorio nacional. En resumen, los indígenas no merecían su hábitat y debían ser expropiados en beneficio de los chilenos o de los emigrantes (europeos siempre) que quisieran poner en valor dichas tierras. En cuanto a los indios debían someterse o desaparecer. De esta manera, durante los años 1850 y 1860 a través de la prensa y el Parlamento, no siempre sin contradicciones, comienza a gestarse y manipularse una imagen del indígena, totalmente diferente a la visión «romántica» o simbólica que de éste se tuvo durante la gestación y las guerras de la Independencia (CASANUEVA, 2002, p.305).

Com isso, é perceptível que tanto Abrantes como Pérez Rosales compreendem que os povos indígenas estão na base da hierarquização dos seres humanos, sendo representados como obstáculos para o desenvolvimento do progresso e da civilização em Brasil e Chile. Pérez Rosales, que aborda o tema com maiores descrições, oferece mais elementos para que se possa perceber os adjetivos relacionados aos *Mapuche*, no qual ganham destaque a irritabilidade e a impulsividade, que deveriam ser motivo de atenção dos colonos caso se concretizasse um projeto de colonização em áreas próximas às terras indígenas. Nota-se a proximidade que essas atribuições possuem com a classificação taxonômica de Linnaeus, que descreve os povos americanos como “vermelhos, ávidos e combativos” (CABECINHAS, 2008, p.166). Por outro lado, Abrantes não chega a citar atributos dos povos indígenas brasileiros, todavia, a forma como os diferencia dos indígenas estadunidenses deixa transparecer uma ideia da qual muito provavelmente compartilhava: quanto mais contato estabelecessem com os “brancos”, mais aptos estariam para se tornarem “civilizados”.

Marlon Salomon tensiona outra discussão importante que passou a estar presente nos escritos das elites brasileiras e aqui estendidas também para as elites chilenas, sobre a importância do clima e da geografia para a execução de projetos de imigração e colonização. Para o autor, havia alguns questionamentos em vigência: “até que ponto era viável o estabelecimento de emigrantes europeus nas partes tropicais do globo? Poderiam eles resistir à ação desse clima? A que tipo de mutações eles estariam passíveis, uma vez transferidos das partes amenas da Europa para essa região?” (SALOMON, 2005, p.98). Essas preocupações e apontamentos estão presentes nas memórias de Abrantes e Pérez Rosales, pois há uma série de posicionamentos de intelectuais acerca do tema. Para muitos, a América do Sul não era um

lugar propício para os europeus, em decorrência do clima, da vegetação e das especificidades regionais. Ao mesmo tempo, havia defensores de que sim, os europeus seriam capazes de se adaptar aos trópicos e viver sem maiores dificuldades. Abrantes e Pérez Rosales abordam essa discussão a partir de fontes diversas.

O primeiro, a partir de uma nota na qual cita o Barão de Reden – Chefe da Estatística do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Berlim (ABRANTES, 1846, p.13) – preocupa-se com a visão negativa que parte significativa dos alemães possuíam acerca dos trópicos. Na perspectiva desses intelectuais a única região propícia para receber europeus estava localizada no Sul do Brasil, sobretudo nas Províncias de “São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, “tanto á respeito das circunstancias geographicas como do clima” que “são recomendáveis para colonias agrícolas de Alemaens” (ABRANTES, 1846, p.60), enquanto o restante do território deveria ser observado com uma série de ressalvas, sendo mais recomendado que os imigrantes se dirigissem para os Estados Unidos. Além desse argumento, Abrantes afere que há outros pontos que são enfatizados por quem se detém ao assunto, e salienta:

A`esta des-favoravel opinião, dominante na classe que pensa e dirige a multidão, acresce que as Companhias que vivem da emigração quase exclusiva para a America do Norte, receozas de que se ella desvie para o Brazil, tem o cuidado de avivar de quando em quando nas gazetas, mais lidas pela gente commum, a lembrança da miseria, ja encontrada por muitos, e que aguarda a todos os colonos que para la se destinarem; assim como de exagerar **os ardores do nosso clima, contrario á saude dos Alemaens**, a dificuldade de adquirir terras e achar emprego entre nos, a existencia da escravatura que obsta ao desenvolvimento do trabalho livre (ABRANTES, 1846, p.13). [Grifo meu].

Ou seja, na interpretação de Abrantes, quem estaria interessado nessa representação do Brasil como espaço insalubre para os alemães eram os donos de companhias de colonização que levavam imigrantes para os Estados Unidos. O autor retoma o assunto no final da sua memória, quando apresenta seis pontos que seriam essenciais para alavancar um processo de colonização nas terras devolutas brasileiras. O quarto ponto volta a tratar do clima e da geografia. Para Abrantes, a demarcação e venda de terras deveria ser feita, o quanto antes,

em alguns pontos do litoral de S. Paulo, do Continente de S. Catharina, e do Rio Grande do Sul, e de paragens mais accessiveis das outras Provincias. Ouso asseverar, que a primeira porção de terras que for exposta á venda, mormente fora dos trópicos, achará compradores na Alemanha, e será logo occupada por bons colonos. Ao primeiro ensaio desta natureza, que não deixará de ser bem sucedido, seguir-se-hão outros e outros; e desde que for conhecido na Europa o bom exito dos colonos assim estabelecidos, poderemos contar com a perene

emigração de braços livres para as nossas Províncias (ABRANTES, 1846, p.40).

Para aprofundar o assunto, Abrantes ainda inseriu uma nota de rodapé para explicar o que entendia sobre a colonização em regiões tropicais. Para isso argumenta:

Bem que o Sabio R. de la Sagra (Histoire Phis. Et Polit. De l'Isle de Cuba 1844) acade de sustentar que os Europeos podem trabalhar entre os Tropicos sem perigo de vida; **he com tudo certo que a opinião contraria, e de longa data, prevalece na Europa.** O Governo Inglez, cujos actos tem a maior influencia, como que deo ganho de causa aos que entendem que a raça branca não serve para a cultura das Antilhas, pois não so conservou nelas os emancipados, mas proca introduzir novos Africanos á titulo de colonos. Outros sabios, que tem grande autoridade por viagens e observaçoens que fizeram, não aconselhão aos Europeos das regioens septemtrionaes que se vão estabelecer em paizes proximos do Equador; e entre os que assim pensão figura o celebre e veneravel Barão de Humboldt, residente aqui. Entretanto ninguem duvida do prospero futuro das regioens da America situadas na Zona torrida; admitindo todos, que os filhos dos Europeos, nascidos nas vizinhanças dos Tropicos podem trabalhar sem risco em qualquer paragem da mesma Zona. Isto posto seria prudente da nossa parte, **que favorecessemos desde ja a emigração para as Províncias meridionaes do Imperio, afim de que se va organizando nellas o trabalho livre,** eformando o viveiro de colonos aclimatados, que devão substituir, em tempo, aos braços escravos na cultura das Províncias do Norte (ABRANTES, 1846, p.40). [Grifo meu].

Há vários elementos dessas passagens que precisam ser analisados. O primeiro e mais perceptível trata do destaque dado por Abrantes às províncias localizadas no Sul do Império. Segundo Salomon (2005), durante a metade do século XIX, ocorre uma mudança conceitual importante acerca dessa região do território nacional. Na nomenclatura, as regiões antes denominadas de “meridionais” passam a ser designadas por outros conceitos e outras ideias, como é o caso de “Sul do Brasil”. A única referência que Abrantes faz à ideia de “Províncias meridionaes” está contida na citação acima; no restante do texto, a expressão é substituída por “Províncias do Sul do Império”. Essa ideia está em sintonia com outros trabalhos publicados no período, como é o caso de *Ideen zu einem Vereine zum Schutze und zu Uterstützung deutscher Einwanderer in Südbrasilien* (Ideias fundamentais para uma emigração sistemática para o sul do Brasil), escrito por Johann Jakob Sturz em 1845; *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutschen Auswanderung und Kolonisation* (O sul do Brasil em suas relações com a emigração e colonização alemã), escrito por Hermann Blumenau, em 1850 e *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung Jedermann, insbesondere für Auswanderer* (O sul do Brasil. Um livro de instrução para todos, em especial para os emigrantes), de Hörmeyer, escrito em 1857 (SALOMON, 2005, p.103). O que esses livros têm em comum é a percepção

do Sul do Brasil como um espaço propício para receber imigrantes alemães. A região, delimitada e circunscrita em um espaço preciso, teria as características ideais para a imigração com europeus. Para Salomon,

a condição para se pensar a especificidade de uma determinada região em relação ao clima que lhe é característico, torna-se possível com a constituição na Alemanha no início do século XIX, da geografia como ciência, através de Karl Ritter e Alexander von Humboldt. Sabe-se que com Humboldt constituiu-se a biogeografia, ou seja, uma geografia botânica e uma geografia zoológica, cujo objeto de estudos é justamente “a repartição das plantas segundo os climas”. O interesse de Humboldt, o que veremos publicado em *Kosmos* a partir de 1845, é precisamente o de estudar “a vida sobre a terra e as relações da vida com o meio físico”. Sem dúvida, a biogeografia torna possível que se fale na especificidade do clima no sul do Brasil em relação ao Império e das suas características, como meio físico, através das influências exercidas sobre os emigrantes que ali podem ser estabelecidos (SALOMON, 2005, p.106).

As províncias que passam a compor o sul do Brasil são as mesmas que faziam parte do Brasil meridional. Todavia, as diferenças estão circunscritas nas associações que passam a ser feitas sobre esse espaço biogeográfico, cujo clima saudável e propício para o desenvolvimento de uma vida em pleno equilíbrio era contraposto aos trópicos, no qual a insalubridade do seu clima seria prejudicial à saúde dos imigrantes (SALOMON, 2005). As afirmações de Abrantes também trazem em seu bojo questões implícitas de racialização. Na sua concepção, depois de um período de adaptação ao clima subtropical brasileiro, os colonos estariam aptos a trabalhar em regiões mais quentes, como São Paulo e Minas Gerais, substituindo, com o tempo, os africanos escravizados – transformando as relações de trabalho com vistas a introduzir o trabalho livre no Império.

O que não está dito nessa passagem é a ideia pré-concebida de Abrantes acerca dos malefícios que o clima tropical viria a causar nas populações originárias dessas regiões – caso de grande parte das populações latino americanas e africanas – e as possíveis consequências que este poderia ter sobre os europeus. O tema em questão possui discussão ampla. Francisco Bethencourt (2015) compreende que há um processo longo de representações sobre as diferentes populações humanas desde o início da Modernidade, período em que se percebe com maior clareza a caracterização dos seres humanos oriundos dos diferentes ambientes. É desse período que data também a construção da divisão geográfica do mundo em continentes, segunda a qual se desenvolveu, pela primeira vez, uma série de características que descreviam

americanos, europeus, asiáticos e africanos<sup>93</sup>. Essas descrições estereotipadas dos seres humanos serviram de base para o desenvolvimento de representações posteriores, que passaram a englobar, além de características como cor, vestimentas e organização social, as relações dos seres humanos com a natureza e com o clima.

As acepções mais depreciativas da relação entre o clima e as capacidades cognitivas dos seres humanos se desenvolveram sobre o continente africano a partir de uma série de oposições: o norte, no qual o clima era seco e frio e o sul no qual o clima era quente e úmido. Mais próximo da Europa, no norte do continente, os homens seriam sadios e belos, enquanto no sul os homens eram doentes, feios e frágeis. Essa relação se daria, entre outros motivos, pelo clima tórrido, que deixava os corpos negros e frágeis sujeitos a males como a gangrena, epilepsia e diarreias. Ao norte, os corpos, isentos de doenças, teriam uma coloração mais rosada (VENÂNCIO; PRIORE, 2004, p.58). Essa concepção, como demonstrou Bethencourt (2015), atravessou os

---

<sup>93</sup> Segundo Bethencourt, “em 1570, Abraão Ortélio publicou o primeiro atlas impresso relevante do mundo, *Theatrum Orbis Terrarum*, uma das obras mais vendidas da altura, apesar do custo, com quarenta e uma edições impressas até 1612” (BETHENCOURT, 2015, p.100). Esse atlas trazia uma representação dos continentes, segundo a qual, “a Europa está sentada à frente do frontão. Segura um cetro na mão direita e, na esquerda, qual leme, tem uma cruz assente no topo de um grande globo. Atrás dela crescem parras e uvas sobre uma treliça em arco, sublinhando-lhe a fertilidade e a riqueza. Esta figura da Europa é a única sentada, totalmente vestida e calçada. A posição de domínio é ainda definida pela representação de dois globos (celestial e terreno) em cada lado do frontão, com os símbolos da prodigalidade e do trabalho (o prato e a cabeça de boi) no entablamento imediatamente abaixo. A Ásia ocupa a segunda posição, bastante abaixo, mas à direita da Europa, de pé no pedestal de “mármore” do portal, à frente de uma coluna. Usa um toucado elegante, está adornada com pedras preciosas e enverga roupas belas, embora semitransparentes, que lhe revelam o corpo. Está descalça e tem um turbulo na mão esquerda. A terceira posição, à frente da coluna à esquerda da Europa, é destinada a África, com uma posição simétrica à da Ásia. A África é representada como uma mulher quase nua, com uma fia na cabeça e um pedaço de tecido largo transparente à volta das ancas que mal lhe cobre o sexo. Os raios do Sol rodeiam-lhe a cabeça, sublinhando a etimologia grega da palavra etíope como rosto queimado. Na mão direita segura um ramo de madeira perfumada – uma referência ao Egito retirada diretamente da *Cosmographia* de Sebastian Münster. O único fenótipo estereotipado é o nariz. A África está representada de perfil, numa referência à tradição romana de personificar o Egito como perfil de mulher em moedas e medalhas. Nas versões coloridas deste frontispício, a África está representada em castanho-escuro. A quarta posição é ocupada pela América, no fundo do portal, à frente do pedestal, deitada quase nua, com uma maçã estilizada na mão direita, enquanto com a esquerda exhibe a cabeça decepada de uma vítima de canibalismo. A única “roupa” da América é uma fiada de penas em torno da cabeça. Apresenta ainda outros dois ornamentos exóticos: pedras preciosas engastadas na testa e um anel de pequenos sinos à volta de uma perna. Por baixo do corpo estão um arco e duas flechas, que a mostram como guerreira amazona. Ao seu lado está o busto nu de uma mulher no topo de uma coluna que mostra uma chama. Isso representa a Terra do Fogo a mítica quinta parte australiana do mundo indicada nos mapas de Ortélio e inspirada pelo mapa-múndi revolucionário publicado em 1569 por Gerardo Mercator. A cena exótica fica completa com a rede pendurada na parede atrás das figuras da América e da Austrália” (BETHENCOURT, 2015, p.100-101). O programa iconográfico desse atlas revela a percepção estereotipada europeia acerca dos demais continentes, originados no contato colonialista inaugurado pelo que Bethencourt chama de “exploração oceânica”. O que é mais perceptível nesse primeiro atlas são as características atribuídas aos continentes africano, americano e asiático: ambos são representados por mulheres seminuas, distantes do centro da tela e que denotam algum tipo de submissão. Como Bethencourt demonstra no decorrer do seu trabalho, esse atlas serviu de base para a construção de diversos estereótipos sobre as civilizações não europeias. Com o decorrer do tempo, foram inseridas as hierarquias, por Linnaeus, a degeneração humana, por Buffon e a naturalização das desigualdades, por Gobineau. Todas essas concepções, com suas variações, foram construídas a partir de denominadores comuns, como o atlas de Abraão Ortélio. Ver mais em: BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das cruzadas ao século XX*. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2015. 584 p.

séculos e foi ressignificada constantemente. Seja por viajantes, naturalistas, botânicos ou intelectuais e políticos, tais ideias serviram de base para justificar o colonialismo em diferentes períodos. Na pena de Kant, as condições ambientais condicionavam as capacidades humanas. O frio húmido sempre estava associado à população da Europa Setentrional, o frio seco à pele acobreada americana, o calor húmido aos negros da Senegâmbia e o calor seco à pele de um tom azeitona-amarelado dos indianos (BETHENCOURT, 2015, p.347). De forma hierárquica, os europeus sempre são relacionados aos climas frios e húmidos, que seriam mais propícios ao desenvolvimento intelectual; característica raramente encontrada em outras regiões do globo, onde prevaleciam os climas quentes e úmidos ou quentes e secos.

Essas representações influenciaram de forma significativa as representações sobre o continente americano e por isso, como reclamou Abrantes, a ideia de que o Brasil seria um país com clima insalubre o incomodou. No bojo dessa discussão, está a ideia de racialização, porque o clima passou a estar relacionado com as capacidades cognitivas dos seres humanos. Desde Montesquieu, a inferioridade da América foi posta em relação com o clima, “as instituições e os costumes, sendo a escravidão, a poligamia e o despotismo considerados formas características dos países quentes” (VENTURA, 1988, p.46). Além disso, o clima do continente também estaria relacionado com a predisposição da população ao alcoolismo e à concubinação. Em contraposição, “na América do Norte o clima temperado atrairia povos laboriosos e livres, favorecendo a cultura pacífica e sedentária, na zona tórrida do continente, a escravidão e as monarquias absolutas seriam os efeitos diretos das condições naturais” (VENTURA, 1988, p.46). Por isso o esforço de Abrantes em construir a ideia de um lugar ideal para receber imigrantes europeus. O sul do Império passa a constituir esse espaço, onde o clima frio e húmido estaria em conformidade com o modo de vida europeu, dando melhores condições para sua adaptação e posterior desenvolvimento da agricultura, comércio e demais atividades de cunho social e econômico.

Pérez Rosales parte do mesmo princípio para abordar as potencialidades regionais chilenas para a imigração com europeus – sendo o autor um defensor da biogeografia chilena. Como salientei no início da dissertação, Pérez Rosales faz parte do grupo de intelectuais que visa construir uma imagem positiva do território chileno, contraposta à parte significativa dos cronistas que percorreram o território durante o período colonial (BAEZA, 2008). Para o autor, “Chile es uno de los países mas favorecidos en esto por la naturaleza. En su clima benigno i templado, no existen aquellas enfermedades endémicas que son el azote de la humanidad en otras partes” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.38). O autor se refere a gangrena, epilepsia, febres e diarreias, muito presentes em países tropicais. Além disso, Pérez Rosales salienta que “en su

suelo no se encuentran ni animales penzoñosos, ni plagas de zancudos, ni fiera alguna que pueda turbar la tranquilidad del solitario habitante de los bosques” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.38). Essas características positivas do território chileno seriam essenciais para um país que pretendia receber um contingente significativo de europeus oriundos do norte da Europa. E o exemplo prático dessa relação entre o clima e as migrações europeias poderia ser percebida em Valdivia, onde

existen varios emigrados que alhagados con ventajas conocidas, se habían trasladado a Coquimbo i a Santiago, i que no pudiendo sufrir el calor para ellos insoportables de nuestro norte, lo han abandonado todo por el cielo fresco i humedo de aquella Provincia. Esta indicacion pudiera aprovechar a los que pretenden hacer venir emigrados por su cuenta. El norte de la Europa solo puede proporcionar habitantes a nuestro sur (PÉREZ ROSALES, 1854, p.38-39).

De tal modo, Pérez Rosales também aposta no argumento de que o clima frio e húmido do sul do território chileno é propício para imigrantes europeus. Nesse sentido, tanto Abrantes como Pérez Rosales realizam essas discussões a partir de uma concepção racializada da geografia e dos climas, cujas diferenciações serviram para hierarquizar os diferentes seres humanos, desde o continente africano até o europeu. As aptidões, qualidades e características estão em diálogo com as variações climáticas. E de tal modo, é notável o esforço que os autores fazem para aproximar as condições climáticas sulinas de Brasil e Chile das estadunidenses – onde o clima e a geografia favoreceriam a vinda de imigrantes laboriosos e livres, compatíveis com a imagem do imigrante ideal que construíram –, criando assim uma região ideal para a imigração e colonização com europeus.

...

Neste subcapítulo discuti as ideias imigrantistas e racializadas de Abrantes e Pérez Rosales. Esse imigrantismo que venho debatendo até aqui, possui características particulares no Brasil e no Chile. A partir das obras de Abrantes e Pérez Rosales, percebe-se com clareza o ponto de partida para as discussões sobre imigração e colonização: o Brasil, país escravista que deliberou durante quase um século sobre a abolição da escravidão, mesclava o debate entre a introdução de imigrantes europeus com a premissa da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Mesmo que o argumento de Abrantes residisse no ponto de que a questão migratória deveria ser pensada com rapidez, em decorrência das diferenças regionais do



Império que culminavam com a utilização de mais ou menos escravizados nos mais variados trabalhos, o autor salientava que essa substituição aconteceria com o tempo, na medida em que os imigrantes fossem se adaptando ao país e a partir da entrada de sucessivas ondas migratórias. Ou seja, o autor considerava que esse processo de substituição aconteceria gradualmente com o passar do tempo. Já para o caso chileno, o debate está centrado na necessidade do país em pensar o quanto antes em definir suas diretrizes em torno da imigração e colonização. Como argumentei, a demanda inicial da memória de Pérez Rosales era de escrever uma obra que sanasse de uma vez as dúvidas dos opositores da imigração sobre sua eficácia e perspectivas de melhoras econômicas e sociais. Na medida em que o autor apresentou seu posicionamento, foi possível perceber a característica civilizatória que a introdução de europeus traria para o Chile – aspecto este que também se percebe com clareza em Abrantes –, sobretudo no que tangencia o assentamento desses imigrantes, que ocorreria, sobretudo, no centro sul do território, em regiões fronteiriças com os *Mapuche*. Percebe-se, assim, que havia interesse de colocar povos indígenas e europeus em contato, pois Pérez Rosales partilhava do pressuposto de que os segundos seriam capazes de civilizar os primeiros. E, nesse sentido, tanto em Abrantes quanto em Pérez Rosales, as discussões são desenvolvidas a partir de pressupostos racializados.

O processo de racialização das discussões sobre imigração e colonização esteve no centro de toda a argumentação que desenvolvi no subcapítulo. Abrantes e Pérez Rosales construíram sua argumentação a partir de pressupostos raciais, que serviram para legitimar sua defesa na imigração com imigrantes europeus. Essas concepções estavam sedimentadas nas ideias científicas que foram desenvolvidas desde o início da modernidade, com maior ênfase para autores como Linnaeus – o qual defendeu que os seres humanos possuíam qualidades e capacidades que diferiam conforme o continente de nascimento, dando preponderância ao continente europeu e desqualificando os demais seres humanos –, Buffon – cujo princípio da inferioridade do continente americano foi apresentado em *Historie Naturelle* – e Humboldt – que apesar de defender a exuberância da natureza americana desqualifica sua população. Isso foi perceptível em diversas passagens. Primeiro, através da descrição dos imigrantes ideais. Abrantes e Pérez Rosales apostaram na característica da nacionalidade para encontrar o grupo ideal para colonizar as terras brasileiras e chilenas, sendo a referência o imigrante alemão. A ele eram atribuídas qualidades como resignação, aptidão para o trabalho, bom colono, industrioso, tinha amor pela família e inteligência. Segundo, a partir da desqualificação das populações nacionais. Abrantes e Pérez Rosales percebiam as sociedades brasileiras e chilenas como inferiores. Sem a imigração europeia, dificilmente se poderia esperar que Brasil e Chile se transformassem em países civilizados e modernos. Isso porque ambos partiam do

pressuposto que as populações eram desqualificadas para tal. No Brasil, os africanos eram vistos como sinônimo de barbárie e incapazes de participar da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. No Chile, as populações nacionais e os povos indígenas também eram percebidas sob o mesmo prisma e tal como Pérez Rosales defendeu, sem a imigração europeia não se poderia esperar algum avanço na área econômica e nem na área social e cultural. Terceiro, através da construção de regiões adequadas para receber imigrantes europeus. Abrantes e Pérez Rosales defenderam que os imigrantes europeus deveriam ser alocados nas regiões localizadas no sul de Brasil e Chile, pois o clima frio e úmido era propício para a melhor aclimação dos imigrantes e ao mesmo tempo condizia com um espaço que proporcionava condições para o desenvolvimento intelectual. A construção desse espaço territorial ideal estava relacionada com as condições climáticas que os imigrantes encontrariam nos Estados Unidos; ou seja, apontar que havia lugares parecidos no Brasil e no Chile poderia despertar o interesse dos imigrantes.

Essas características que marcam a narrativa sobre os imigrantes, as populações nacionais e as condições climáticas possuem antecedentes hierárquicos racializados. A aptidão do colono europeu é contraposta à indolência e a preguiça dos povos americanos e africanos. O clima frio e úmido do sul dos países é contraposto ao clima quente dos trópicos, no qual os seres humanos estariam sujeitos a doenças, ao alcoolismo e à concubinação. Novamente, a característica climática europeia favorece as capacidades cognitivas dos seres humanos enquanto o clima quente dos trópicos os condiciona a diversos vícios. Com isso, é perceptível como Abrantes e Pérez Rosales manipularam diferentes proposições teóricas para defender um projeto de imigração e colonização com imigrantes europeus. Essas proposições partiam do pressuposto da hierarquização dos seres humanos, que estavam racializadas e foram utilizadas para viabilizar projetos políticos de ocupação territorial. E nesse sentido, tentei explicitar as manipulações implícitas que os autores fizeram das concepções raciais vigentes na metade do século XIX, que foram utilizadas para justificar a introdução de imigrantes europeus no Brasil e no Chile.

### **3.3 O modelo ideal: o sistema de colonização dos Estados Unidos e as propostas de imigração e colonização de Abrantes e Pérez Rosales**

A América é provinciana e egocêntrica  
A América é rica e empolgante  
A América é a terra da liberdade

A América é um império hipócrita e dominador  
 Os americanos são ingênuos em relação ao mundo  
 Os americanos são filisteus  
 A América é a terra da oportunidade  
 A América acha que sua democracia é a melhor que existe  
 A América é o futuro  
 A América só pensa em si mesma (KARNAL, 2014, p.12).

¿Qué hace Norte-América para que acuda a ella la asombrosa cópia de emigrados que inunda anualmente sus playas? ¿Por qué elijen éstos aquella rejion con preferencia a otra que se halla en la produccion i en el clima tan favorecida o mas que ella? ¿Les paga Nórtre-América su viaje? Nó. ¿Los auxilia a su llegada, les busca trabajo, les pone en el caso de no percer de miseria, como muchas veces acontece? Nó. ¿Ha dictado leyes ecepcionales para ellos, poniéndolos de mejor condición que sus mismos nacionales, como sucede en Chile? Nó. ¿Será tan grande el influjo de la libertad de cultos que obligue al emigrante a atropellarlo todo por ir a gozar de ella? Ménos. En muchos estados de Alemania no se movería hombre ninguno, si no tuviese para emigrar mas aliciente que ese. ¿Qué es pues lo que hace a Norte-América gozar de un bien que todos codiciamos? (PÉREZ ROSALES, 1854, p.44-45).

G. Toker, em sua excelente obra [Progress of population and wealth of the Unied-States – 1844] atribue principalmente aos dous primeiros [facilidade de achar empregos e facilidade em comprar terras] a grande affluencia de colonos para os Estados-Unidos. Qualquer trabalhador, diz elle, recebe um jornal duas vezes maior na America do N. do que na Europa; e as terras publicas são vendidas em qualquer dos Estados da União por um preço que jamais excede ao que podem ellas render em um anno só (ABRANTES, 1846, p.31).

As epígrafes que iniciam esse subcapítulo foram escolhidas para um diálogo que traz em seu bojo a justificativa das reflexões contidas nesta parte da dissertação: seja no século XIX ou atualmente, os Estados Unidos ocupam lugar de destaque no imaginário social, transcendendo classes sociais e diferentes lugares de fala.

Leandro Karnal, na introdução do livro *História dos Estados Unidos* (2014), analisa a pesquisa realizada pelo jornalista estadunidense Mark Hertsgaad, no ano de 2001, que percorreu o mundo para descobrir o que as pessoas pensavam sobre seu país. A lista citada acima contém as repostas mais recorrentes entre pessoas europeias, asiáticas e africanas quando questionadas sobre como percebem os Estados Unidos. Entre elogios e críticas, destaca-se a ideia dos Estados Unidos como país da liberdade e da prosperidade, juntamente com sua imagem relacionada ao egoísmo e a prepotência. Amado por alguns, odiado por outros, os Estados Unidos continuam sendo, em 2020, uma nação que divide opiniões entre diversas camadas sociais. Sua visibilidade ganhou novos ares desde a eleição do presidente Donald Trump e suas polêmicas diárias, aumentadas com o cenário da pandemia que afeta todas as nações. Dentre suas falas nesse

contexto adverso da saúde pública mundial<sup>94</sup>, Trump enalteceu a força do país e atacou com desdém seu maior oponente comercial, a China, país de origem da *Covid-19*. Como em outras ocasiões, seu discurso gerou manifestações favoráveis e adversas, sustentadas em ideias que fazem parte do imaginário contemporâneo: os Estados Unidos continuam sendo vistos a partir do seu destino manifesto<sup>95</sup> e o Oriente segue sendo alvo constante de ataques, seja porque seus costumes não condizem com os pressupostos ocidentais ou em função da ascensão econômica de países localizados nessa região imaginária do planeta<sup>96</sup>, “ameaçando” a soberania do Ocidente. Ao mesmo tempo, há vozes que questionam essas narrativas, como é o caso da ambientalista Greta Thunberg, que ficou mundialmente conhecida por suas críticas a Trump e por estar promovendo amplo debate que questiona o consumo de bens materiais a nível internacional e seu impacto no meio-ambiente.

Retrocedendo no tempo e voltando ao século XIX, os Estados Unidos ainda estavam consolidando sua imagem como potência. Um impulso nesse sentido foi dado pela obra de Alexis Tocqueville, que publicou, no ano de 1835, *Da democracia na América*, obra que teve influência sobre as elites latino americanas<sup>97</sup>, sobretudo no que tange à representação dos

---

<sup>94</sup> Como é o caso de dois artigos do Correio Braziliense e da Revista Veja, disponíveis em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/05/16/interna\\_mundo.855419/trump-critica-a-china-e-diz-que-covid-19-deveria-ter-sido-parada-na-fo.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/05/16/interna_mundo.855419/trump-critica-a-china-e-diz-que-covid-19-deveria-ter-sido-parada-na-fo.shtml) e <https://veja.abril.com.br/mundo/trump-diz-que-a-incompetencia-da-china-provocolu-um-massacre-mundial/>.

<sup>95</sup> A ideia do destino manifesto dos Estados Unidos se faz presente desde a Independência, em 1776. “De acordo com essa ideologia, os Estados Unidos eram um país escolhido por Deus: havia sido assim em 1776, quando a independência foi conquistada, continuou a ser assim por ocasião da conquista do Oeste e permanecia como um combustível para as conquistas imperiais que ocorreram desde o final do oitocentos” (SZMIDT, 2011, p.53). Ver mais em: SZMIDT, Daniel. A política externa brasileira ao longo do período Rio Branco (1902-1912): o olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina. [Dissertação de Mestrado]. UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

<sup>96</sup> Aproprio-me aqui das ideias defendidas por Edward Said em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1990). Além de defender a tese de que o Oriente é uma invenção do Ocidente, o autor demonstra que “nada desse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa. O Oriente expressa e representa esse papel cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo de discurso com o apoio das instituições, vocabulário, erudição, imagística, doutrina e até burocracias e estilos coloniais” (SAID, 1990, p.14). No contexto atual, o Oriente ocupa, novamente, um lugar negativo no discurso Ocidental, associado ao lugar originário da pandemia, dos costumes “inconvenientes”, da alimentação “exótica” e das formas de governo “incompatíveis” com as “exigências da nova década”. Ver mais em: SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>97</sup> José Luis Bendicho Beired estudou a apropriação que Sarmiento e Alberdi fizeram de Tocqueville no artigo *Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas*. Dentre os temas que contemplam esse recorte, o autor refletiu sobre o impacto que *Da democracia na América* (1835) teve sobre a intelectualidade da América Latina. Para Beired, a obra “foi uma das publicações que repercutiram em profundidade nos meios intelectuais da América Latina, tornando-se uma referência para o debate sobre os caminhos para as transformações da realidade” (BEIRED, 2003, p.59), em função da amplitude com que Tocqueville discutiu o assunto e em decorrência da fama que o autor e sua obra tiveram. Ainda segundo Beired, “naqueles anos o francês Alexis de Tocqueville era um intelectual consagrado internacionalmente pela publicação de *Da Democracia na América*. Publicado em duas partes, uma em 1835 e a outra em 1845, tratava-se de uma inovadora e audaciosa interpretação política sobre uma jovem nação americana, cujo experimento democrático assombrava e fascinava os que acreditavam no aperfeiçoamento da vida política” (BEIRED, 2003, p.61). A pesquisa de Beired demonstra que esse fascínio se reproduziu na forma de apropriações teóricas por parte de Sarmiento e Alberdi. Os autores inspiraram significativa parte das suas produções intelectuais nas concepções de Tocqueville, aprofundando alguns

Estados Unidos enquanto país organizado, com instituições sólidas e aberto para todos os tipos de empreendimentos. Abrantes e Pérez Rosales faziam parte desse grupo, e o que atraiu seus olhares foi o fato de que as correntes migratórias europeias se dirigiam quase que exclusivamente para o país, transformando os Estados Unidos em exemplo enquanto país de imigração e concorrente direto na atração de imigrantes. Recuperando os dados demográficos de Herbert Klein, das 11.8 milhões de pessoas que emigraram da Europa para as Américas entre 1800 e 1880, cerca de 9.5 milhões escolheram os Estados Unidos como país de destino – sendo os outros 2.3 milhões distribuídos entre outros países do continente, com preponderância para a Argentina, Brasil, Canadá e em menor número para o Chile (KLEIN, 1999). Delimitando mais o período temporal e observando de perto os dados entre 1846 e 1850, em média 250 mil pessoas deixaram a Europa por ano. Nos cinco anos seguintes, de 1850 a 1855, a média se elevou para 350 mil. Em 1854, não menos de 428 mil imigrantes teriam entrado nos Estados Unidos, que já estava consolidado como país de destino preferido entre a população europeia (HOBSBAWN, 1977, p.204). Esses números direcionaram o olhar de Abrantes e Pérez Rosales para o país e como as epígrafes citadas no início desse subcapítulo demonstram, os autores procuraram entender por que os Estados Unidos atraíram tantos imigrantes no período e o que os distinguia tanto dos demais países.

Seria a liberdade religiosa tão respeitada? A venda de terras públicas funcionava perfeitamente? Havia atenção especial para a recepção dos imigrantes? As instituições estadunidenses garantiam as liberdades civis dos estrangeiros? Essas são algumas das perguntas feitas por Abrantes e Pérez Rosales para compreender a quantidade de imigrantes que entravam nos Estados Unidos anualmente. Os autores, impressionados pelas estatísticas, teceram longas considerações comparativas sobre como os Estados Unidos lidavam com a questão migratória, postas lado a lado com os exemplos de Brasil e Chile. É consenso narrativo entre os autores que caso Brasil e Chile quisessem se transformar em países receptores de imigração de massa, teriam que rever suas políticas migratórias e adotar medidas semelhantes às estadunidenses. É a partir dessa premissa que Abrantes e Pérez Rosales apresentaram suas propostas de imigração e colonização.

Assim, nesse subcapítulo, analisarei como Abrantes e Pérez Rosales se apropriaram de algumas ideias sobre imigração e colonização vigentes nos Estados Unidos para apresentar suas propostas de imigração e colonização para Brasil e Chile.

---

assuntos e redirecionando outros, para construir uma visão original sobre o desenvolvimento da democracia na Argentina. Ver mais em: BEIRED, José Luis Bendicho. Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas. História, vol.22, n.2. São Paulo, 2003.

...

A representação dos Estados Unidos como país da prosperidade, da riqueza e das oportunidades estava sedimentada<sup>98</sup>. De um lado do Atlântico, Inglaterra, França e Alemanha ganhavam espaço como potências que substituíam o espaço deixado por Espanha e Portugal, e do outro lado, os Estados Unidos solidificava sua imagem como potência. Intelectuais da América Latina interpretaram a influência dos Estados Unidos de maneiras variadas, tentando compreender em que medida poderiam adotar algumas de suas ideias para a construção das nações recém-independentes (BEIRED, 2003). Uma das variáveis que estava em pauta era a imigração, percebida como elemento central para o desenvolvimento das nações.

Nesse quesito, Abrantes e Pérez Rosales são exemplos de letrados que inspiraram suas reflexões nas políticas migratórias estadunidenses. Ambos teceram considerações sobre o cenário das migrações em seus respectivos países a partir de comparações com os Estados Unidos. Os autores partiam do pressuposto de que o sucesso migratório do país não poderia ser subestimado, podendo servir de base para reflexões sobre a condução das migrações em Brasil e Chile. Os autores fazem parte de um grupo expressivo de políticos que utilizou os Estados Unidos como modelo para reflexões das mais diversas – tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo.

---

<sup>98</sup> Carlos Sanhueza Cerda reflete sobre o assunto no artigo *Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX* (2009). Para o autor, os Estados Unidos se tornaram referência entre intelectuais da América Latina, tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo. O país despertava interesse por seu processo de independência consolidado e em decorrência do papel atribuído ao país com a Doutrina Monroe, datada de 1823, que pressupunha claro interesse dos Estados Unidos sobre a soberania das Américas, através de uma proteção simbólica oferecida pelo então presidente James Monroe às independências que foram proclamadas no período. Ao mesmo tempo, intelectuais como Sarmiento, Alberdi e o próprio Rosales, questionaram, em algumas de suas obras, o modo de vida estadunidense, que estaria pautado no individualismo e na ganância. Esse interesse que dividia elogio e críticas, gerou uma série de viagens de intelectuais da América Latina para o país, o que proporcionou intercâmbios significativos para esses personagens que transitavam entre a *República das Letras* e a *República Política*. Como reitera o Sanhueza, “por otro lado el propio papel de los Estados Unidos como potencia continental, se percibía diferente a uno y otro lado del Río Grande. En otras palabras: a medida que los Estados Unidos fortalecía su presencia tendía a justificar su supremacía en tanto se percibía heredero de la civilización que España había perdido. Sin embargo, aquello que para el País del Norte significaba una expansión natural a partir de su entrada a la modernidad, comenzaba a presentarse para las élites latinoamericanas como una amenaza. E incluso, no pocos veían el poder hegemónico norteamericano definitivamente como un riesgo para las conquistas que se habían logrado con la Emancipación. Junto a esta desconfianza ante los Estados Unidos se advertía una actitud de interés de parte de los latinoamericanos respecto de un modelo republicano que, sin desarrollarse en suelo europeo, había incluso superado al Viejo Continente en participación y expresión de una soberanía popular” (CERDA, 2009, p.77). Ver mais em: SANHUEZA, Carlos. *Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-93, jan./jun. 2009.

Em texto intitulado *Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX* (2009), Carlos Sanhueza Cerda avalia que as elites latino-americanas possuíam uma percepção ambivalente do país. Ao mesmo tempo que percebiam qualidades que poderiam ser adotadas nas nações recém independentes, avaliavam que o modo de vida estadunidense por muitas vezes não era compatível com suas percepções civilizatórias. Cerda reitera que para o influente intelectual Domingo Faustino Sarmiento,

los Estados Unidos eran percibidos como un pueblo independiente y libre como el aire, sin tutores, sin ejército, i sin bastillas. Un lugar que no poseía reyes, ni nobles, ni clases privilegiadas, ni hombres nacidos para mandar, ni máquinas humanas nacidas para obedecer. Estas características del pueblo norte-americano no constituían, en ningún modo, abstracciones o juicios políticos: antes bien, el viajero las veía materializarse en el acontecer cotidiano de la aldea, una suerte de microcosmos del estilo de vida norteamericano (CERDA, 2009, p.77).

Essa percepção positiva do país é contraposta a outras, como a do chileno Benjamin Vicuña Mackenna. Para ele, os estadunidenses levavam a máxima *time is money* a sério, sendo “el engaño, la artimaña, la trampa” possibilidades muito reais para “alcanzar fines materiales” (CERDA, 2009, p.81). Ou seja, nos Estados Unidos tudo era válido quando o assunto era enriquecer. Cerda compreende que a prerrogativa da riqueza encantou muitas pessoas que para lá imigraram, dando contornos claros para quem desejava *fazer a América*.

O próprio Vicente Pérez Rosales teve uma experiência singular no país. Em 1848 viajou para os Estados Unidos, impulsionado pela ideia de enriquecer com a febre do ouro na Califórnia. A viagem, por seu turno, não atendeu às suas expectativas. No final das contas, Pérez Rosales perdeu dinheiro com sua tentativa de enriquecer na *terra dos sonhos e das oportunidades*. O autor deixou um registro sobre essa passagem no livro *Algo sobre California*, publicado em 1850, no qual prevalece uma perspectiva depreciativa do modo de vida estadunidense.

Outro caso pode ser percebido a partir de José Martí.

El escritor cubano, en rigor más que viajero un exiliado, al igual que Sarmiento escudriña respecto de aquellos argumentos que dan cuenta de la existencia de dos Américas. La misma libertad que destacaba Sarmiento, según Martí, era la que posibilitaba el avance en el País del Norte. Es justamente tal espacio de emancipación el que había empujado a millones hacia estas tierras del Nuevo Mundo. En palabras de Martí, “he aquí el secreto de la prosperidad de los Estados Unidos: han abierto los brazos (CERDA, 2009, p.79).

Com esses exemplos, nota-se que as percepções dúbias sobre os Estados Unidos – que carregam na narrativa de um mesmo autor admiração e frustração, oportunidades e limitações – demonstram o espaço que o país ocupava no imaginário desses intelectuais. Para Cerda (2009), essa foi uma marca da intelectualidade latino-americana do Oitocentos. Os Estados Unidos se transformaram em um referente para assuntos dos mais diversos, tanto do ponto de vista positivo, quanto negativo, com maior destaque para o primeiro. José Luis Bendicho Beired (2003) corrobora com esse ponto de vista e chama a atenção para as apropriações que diversos autores fizeram de escritos sobre os Estados Unidos e obras produzidas nos Estados Unidos. Citar o país era entendido como uma forma de mostrar conhecimento e erudição sobre os mais diversos assuntos de interesse nacional do período (BEIRED, 2003).

Com características particulares e a partir de uma discussão específica, Abrantes e Pérez Rosales compõem esse grupo político, tendo contemplado percepções sobre os Estados Unidos nas obras selecionadas para esta dissertação. Nas memórias, os Estados Unidos são o país mais citado para exemplificar políticas migratórias de sucesso. Para os autores, qualquer país que quisesse incentivar migrações de massa deveria no mínimo conhecer as políticas migratórias estadunidenses.

No que diz respeito a frequência com que Abrantes e Pérez Rosales inserem os Estados Unidos nas memórias, há especificidades que precisam ser mencionadas. Abrantes dedica os três capítulos mais longos da sua obra para tratar das particularidades das políticas migratórias estadunidenses, como é o caso em: *Diversos meios de atrair colonos e promover a colonização, Venda das terras publicas nos Estados-Unidos da América e Motivos á que se attribue o progresso da colonização nos Estados-Unidos*. A partir de exemplos variados, o autor avalia os caminhos escolhidos pelo país para se solidificar como maior expoente da imigração de massa do período. Diferentemente, Pérez Rosales tem apenas um subcapítulo específico sobre os Estados Unidos, que recebe o título de *Pauperismo introducido en Norte-América por la inmigracion europea*, que ocupa um espaço pequeno na obra quando comparado com a atenção dada por Abrantes. Todavia Pérez Rosales contempla reflexões sobre o país ao longo de toda a obra. O que há em comum entre as duas memórias é a aparição das políticas migratórias dos Estados Unidos como parte substancial da discussão sobre imigração e colonização, ocupando um lugar referencial acerca do assunto.

Analisando as passagens sobre os Estados Unidos na obra de Abrantes, pode-se afirmar que o país é percebido como espaço consolidado das migrações. Da legislação às estruturas de recepção aos imigrantes, os Estados Unidos são descritos como modelo: o país dos empregos, da segurança, liberdade religiosa, liberdade civil e espaço privilegiado para manter contato com



o Velho Mundo. Para o autor, tudo estava em sintonia para dar confiança aos europeus, desde os mecanismos de acolhimento aos imigrantes até o início de sua nova vida na América.

No capítulo *Motivos á que se attribue o progresso da colonisação nos Estados Unidos*, Abrantes menciona seis itens que estavam diferenciando os estadunidenses como receptores de imigrantes: garantia de emprego, facilidade de adquirir terras, segurança pessoal e de propriedade, liberdade religiosa, liberdade civil e facilidade de comunicação entre a América e o Velho Mundo. O autor utiliza como base o livro *Progress of population and wealth of the United-States*, de George Tucker<sup>99</sup>, publicado em 1844. Para Abrantes:

A’ proporção que se foi augmentando o trabalho, e havendo maior necessidade de braços livres, por causa da extincção do trafico da escravatura, abolido em 1808, e do estabelecimento de Fabricas, começado em 1815; e á proporção que se foi expondo á venda maior quantidade de terras publicas, por cauza do progressivo melhoramento do methodo empregado para a sua medição e divisão, levantamento de plantas e cartas etc., foi táobem crescendo o numero dos emigrados do velho para o novo Mundo (ABRANTES, 1846, p.31-32).

Logo após essa exposição, Abrantes compara os seis motivos do sucesso das migrações para os Estados Unidos com o Brasil, iniciando pela questão do emprego. O primeiro destaque dado pelo autor recai sobre a importância do trabalho livre, cujo princípio de reciprocidade entre o trabalhador e seu contratante garantiria estabilidade e bons salários para os imigrantes. Além disso, destaca que a grande leva de imigrantes que já tinha se dirigido para o país garantiria oportunidades de os imigrantes dialogarem com outros imigrantes estabelecidos a mais tempo, possibilitando troca de informações valiosas para os recém chegados. Por outro lado, no Brasil apenas alguns artífices poderiam encontrar emprego nas oficinas e estabelecimentos fabris, o que não ocorreria necessariamente com os agricultores. Para o caso deles, salienta: “falta-lhes uma Provincia, onde a cultura seja exclusivamente feita por trabalhadores livres, mediante jornaes avantajados, e onde possam encontrar administradores, feitores, e mesmo colonos veteranos, que lhes entendão a língua” (ABRANTES, 1846, p.32). Além disso, reitera que o trabalho braçal na lavoura era desvalorizado em função da escravidão, acrescentando mais uma dificuldade para convencer agricultores a emigrar para o Império.

---

<sup>99</sup> George Tucker foi um advogado, político, intelectual, historiador, autor e educador americano. Suas obras literárias incluem *The Valley of Shenandoah* (1824), a primeira ficção da vida colonial na Virgínia, e *Voyage to the Moon* (1827), que está entre os primeiros romances de ficção científica do país. Tucker também publicou uma biografia de Thomas Jefferson, bem como um livro sobre a História dos Estados Unidos em 1856. Como viajante, conheceu a Europa e fez sucesso com o trabalho *Progress of population and wealth of the United-States*, que lhe rendeu a honraria de se tornar membro da Sociedade Estatística de Paris. O autor escreveu sobre assuntos muito diversos, não focando apenas na área política.

A segunda comparação de Abrantes recai sobre a compra de terras<sup>100</sup>. Para o autor,

O Governo dos Estados-Unidos expõem constantemente a venda terras demarcadas, cuja propriedade garante, pelo preço modico de dólar 1.25 a geira. O colono pois que chega com algum cabedal próprio tem a facilidade de comprar imediatamente o terreno que lhe convem, certo de que ninguem lhe disputará a posse dele, e a oportunidade de começar, sem perda de tempo, á estabelecer-se e trabalhar (ABRANTES, 1846, p.33).

No Brasil, todavia, o imigrante não encontraria essas comodidades, impossibilitadas pelo regime de sesmarias que vigorava naquela conjuntura. Além do mais, “achando-se as terras situadas á beira mar, ao redor das Povoaçãoens, nas margens dos rios etc., ocupadas e possuidas, bem que desertas e desaproveitadas, por Sesmeiros e posseiros” (ABRANTES, 1846, p.33), o colono que chegasse com dinheiro perderia tempo e dinheiro até descobrir e adquirir qualquer terreno que fosse, gastando o pouco do seu capital com algo que poderia ser resolvido prontamente nos primeiros dias da sua chegada, e acrescenta: “começando o estabelecimento, não fica (o que he ainda peor) sem o receio de que visinhos ou terceiros lhe contestem o domínio e posse, por falta de demarcaçãoens, por causa de hypothecas etc.” (ABRANTES 1846, p.33).

A terceira comparação está circunscrita sobre a segurança pessoal e de propriedade. Abrantes argumenta que nos Estados Unidos as instituições eram livres e as leis eram executadas corretamente, dando segurança e clareza quanto à conduta dos cidadãos estadunidenses e estrangeiros. “São ali raros os motins populares, as assuadas e excessos cometidos em virtude da chamada *Linch-Law*<sup>101</sup>, ou por exaltação de sentimentos religiosos” (ABRANTES, 1846, p.33). No Brasil, destaca que as instituições também eram livres e as leis

---

<sup>100</sup> A pesquisadora Maíra Inês Vendrame trouxe contribuições muito valiosas para interpretar o peso que as sociedades camponesas davam para a propriedade da terra. A autora defende que os camponeses queriam ser “proprietários de terras, cultivar seus produtos, produzir riquezas e sonhavam com uma vida sem patrão que lhes desse ordens ou cobrasse pelo arrendamento das terras” (VENDRAME, 2007, p.29). Ou seja, a imigração era encarada como uma transformação completa na vida desses camponeses, que sonhavam com dias melhores nas Américas. Esse assunto tem sua devida importância nas discussões dessa dissertação, pois as reflexões de Abrantes e Rosales dão contornos específicos sobre a compra e venda de terras no Brasil e no Chile, sendo o tema um elemento de grande importância para países que queriam atrair imigrantes europeus na metade do século XIX. Caso conseguissem garantir um sistema de compra e vendas rápido, prático e seguro, poderiam concorrer com os Estados Unidos pelo contingente de camponeses europeus que deixava o Velho Mundo em número cada vez mais expressivo. Assim, compreendo que essa foi uma das preocupações dos autores ao abordar o assunto em suas memórias. Para mais informações sobre os anseios dos camponeses nas migrações transatlânticas, ver: VENDRAME, Maíra Inês. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

<sup>101</sup> Em dicionários de língua inglesa, como Cambridge e Collins, a expressão *Lynch-Law* está associada a linchamentos realizados por civis norte-americanos sem amparo legal do Estado. A origem do nome estaria relacionada a um indivíduo estadunidense de nome Lynch, residente na Carolina do Sul, onde atuava como chefe de justiça. Lynch teria utilizado poderes que extrapolavam sua condição de chefe de justiça e teria condenado dezenas de escravizados fugidos e criminosos à morte, sem que essas execuções tivessem amparo na lei.

protegiam a vida dos seus habitantes. Todavia, “por falta de geral illustração, e por força de antigos habitos mal extinctos ainda, ellas não tem sido, em alguns cazos, respeitadas e executadas como convinha” (ABRANTES, 1846, p.34). Como exemplo o autor fala sobre os excessos em algumas Províncias<sup>102</sup> – sem citar nomes –, que estariam gerando desconforto e medo entre os estrangeiros – além de repercussão negativa internacional.

A quarta comparação reside na liberdade religiosa. Abrantes aponta para a tolerância dos estadunidenses, associada diretamente com a liberdade de cultos. O país seria um exemplo no respeito à diversidade religiosa. Algo completamente diferente do Brasil, para o qual reitera: “entre nos, posto que seja conhecida e aplaudida a nossa tolerância religioza, todavia ella não parece bastante para remover todos os escrupulos de consciencia nos emigrados que não professão a nossa Religião do Estado”<sup>103</sup> (ABRANTES, 1846, p.34). A preocupação do autor está associada ao impacto que a religião oficial do Império poderia causar sobre imigrantes alemães não católicos que estariam interessados em imigrar para o Brasil. No seu entendimento, os imigrantes não se contentariam apenas ao culto doméstico de suas crenças, mas seria do interesse deles a construção de igrejas com “sinos, e practicar o seo culto com publicidade” (ABRANTES, 1846, p.34).

A quinta comparação está circunscrita nas discussões sobre cidadania.

Por virtude das Instituiçoens politicas e municipaes dos Estados Unidos, o emigrado ou colono que ali aporta não só entra desde logo no gozo passivo da liberdade civil, como tem direito de adquirir, ao cabo de 5 annos de residência (declarando no fim do segundo a intenção de naturarizar-se) o fôro de cidadão, e o gozo activo de sua liberdade, e de ficar habilitado para todos os cargos publicos, excepto de Presidente. E as provaçoens ou villas fundadas pelos emigrados são administradas por elles mesmos, encarregando-se os mais capazes do regimen e policia local na conformidade das Leis e Regulamentos em vigor do Estado onde se achão (ABRANTES, 1846, p.34-35).

---

<sup>102</sup> Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, em *Brasil: uma biografia* (2015), nos capítulos que tratam especificamente do Oitocentos, chamam a atenção para a instabilidade política que marcou o período. Constantes revoltas ameaçavam a monarquia, motins de norte a sul reivindicavam soberania, maiores benesses e em alguns casos, como na Província de São Pedro, a independência (além da Guerra dos Farrapos, outras revoltas como a Sabinada, Cabanagem, Revolta dos Malês e Balaiada agitavam as províncias do Império). A conjuntura também era marcada por instabilidades na própria monarquia: D. Pedro I, ao abdicar em 1831, abriu caminho para as regências, que foi caracterizado por incertezas e disputas políticas acirradas. No início da década de 40 D. Pedro II é nomeado Imperador, contrariando a constituição de 1824, ato que é retratado na historiografia como *golpe da maioria*. Dadas as proporções que imprensa ganhava no contexto internacional, as notícias sobre o momento conturbado no Império brasileiro eram divulgados a partir de jornais como a *Gazetta de Augsburgo* – para fazer referência a um dos periódicos lidos por Abrantes –, que sinalizavam para o contexto de incertezas que marcava o Brasil, colocando em dúvida o sucesso dos movimentos migratórios que poderiam se dirigir ao país. Sobre o contexto do Oitocentos, ver mais em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Brasil: uma biografia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>103</sup> O artigo quinto da constituição aferia: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permittidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior de Templo” (BRASIL, 1824).

Para o caso do Brasil, considera que havia avanços com relação aos Estados Unidos. Além de considerar que as instituições eram livres, o colono que ingressasse no território poderia garantir a cidadania em um prazo de tempo mais curto<sup>104</sup>, e a participação política era garantida aos imigrantes<sup>105</sup>, com apenas algumas exceções – não mencionadas por Abrantes. Ao final, tece críticas aos políticos europeus, pois eles estariam considerando o contexto migratório brasileiro a partir de “palavras” e não de fatos, pois “as Instituições livres de que falamos” e “as nossas Leis tem a precisa força para assegurar-lhes [os imigrantes] effectivamente a protecção que prometem” (ABRANTES, 1846, p.35).

Por fim, elogia a regularidade dos correios nos Estados Unidos, favorecida pelo movimento constante de navios entre o Velho e o Novo Mundo. Abrantes estima que anualmente chegariam mais de 100 mil cartas à Alemanha, todas elas escritas por imigrantes residentes nos Estados Unidos. Em contrapartida, no Império havia dificuldades com a

---

<sup>104</sup> A lei de 23 de Outubro de 1832 regulamenta a naturalização de estrangeiros no Império. Naquele ano, para pedir a naturalização, o imigrante precisaria estar residindo por pelo menos quatro anos no Brasil, conforme o parágrafo 4º do artigo 1º: “Que tem residido no Brasil por espaço de quatro anos consecutivos, depois de feita a declaração mencionada no parágrafo antecedente; exceto se, domiciliados por mais de quatro anos no Império ao tempo da promulgação desta Lei, requererem dentro de um ano carta de naturalização” (IOTTI, 2001, p.90). O decreto nº 291 de 30 de Agosto de 1843, reduziu para dois anos o tempo de residência exigido pela lei de 1832 para a naturalização de estrangeiros, estando vigente no período em que Abrantes escreveu sua memória. Todavia, há um detalhe que precisa ser mencionado. No mesmo ano em que Abrantes publicou sua memória, foi sancionado o decreto nº 397, em 3 e Setembro, que determinou o reconhecimento da cidadania dos estrangeiros estabelecidos no Rio Grande do Sul. Em termos práticos, esse decreto pode sinalizar uma resposta do Império para as representações negativas do país como receptor de imigrantes por parte da imprensa alemã.

<sup>105</sup> A discussão historiográfica sobre a participação política do século XIX traz elementos importantes sobre o tema em questão. O primeiro contempla as fontes de pesquisa. Segundo Helbert Klein, em artigo intitulado *A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880*. os dados mais significativos sobre as eleições que contemplam o período anterior à 1875 ainda merecem maior aprofundamento para verificar a regularidade com que os votantes compareciam às eleições, sua idade, ocupação profissional, etc. Todavia, alguns dados que foram levantados já teriam revelado características importantes, como a participação dos imigrantes nas eleições. Outro elemento importante é a participação de pessoas de baixa renda, representadas nas paróquias urbanas e rurais – com maior frequência –, além da incidência de analfabetos nas listas analisadas. Para Klein, estudos de caso como o que ele realizou contribuem para fortalecer a tese sobre a participação política no Oitocentos. Outros estudos fortalecem esse debate, como as teses de Marcos Justo Tramontini e Marcos Antônio Witt, que tensionaram as discussões sobre a participação política de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul do século XIX. Para os autores, os imigrantes foram atores sociais ativos que buscaram seus espaços na vida pública brasileira – contrariando os estudos “clássicos” da imigração alemã que ressaltavam o isolamento dos imigrantes e sua apatia quanto à política imperial. Essa discussão foi trazida ao texto não para reforçar o argumento de Abrantes – que elogiava a legislação “inclusiva” do Império –, mas para demonstrar que há complexidades e variáveis que precisam ser levadas em consideração para as discussões sobre o assunto. Uma legislação “inclusiva” não necessariamente garante que imigrantes participem da vida política de uma nação e vice-versa. As escolhas individuais e as estratégias políticas, como demonstraram Tramontini e Witt, muitas vezes abrem caminhos entre os imigrantes quando a legislação não sinalizava positivamente – como é o caso da compra de escravos entre os imigrantes alemães, proibida por lei. Ver mais em: KLEIN, Helbert. *A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880*. DADOS. Revista de Ciências Sociais. v. 38, 1995. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

circulação destas, além de que o “Correio, alem de pouco desenvolvido, não tem, que eu saiba, empregados que possam ler a escriptura alemã, mormente a de que uza o povo” (ABRANTES, 1846, p.35). Além disso, o trânsito de embarcações entre Brasil e Europa não era tão expressivo quanto dos Estados Unidos com a Europa. Isso estaria gerando problemas, pois o fato de familiares do imigrante não receberem cartas com certa periodicidade, era quase sempre atribuída “ou á sua morte, ou ao seo estado infeliz, e tão infeliz que, por vergonha, ou por medo de magoar aos seos, falta-lhe o animo para dar noticias suas” (ABRANTES, 1846, p.36).

Esses seis pontos apresentados por Abrantes traduzem sua percepção sobre o estado das políticas migratórias no Brasil, tomando como base o “modelo de sucesso” dos Estados Unidos. De uma maneira geral, o quadro de oposições construído pelo autor, apresentando os Estados Unidos com exemplos bons e o Brasil com exemplos ruins, está em sintonia com o debate político da década de 40 do Oitocentos. Por um lado, discutia-se sobre a necessidade de uma legislação sobre a propriedade da terra e a importância de trazer imigrantes para o Império. Por outro lado, ficava cada vez mais claro que as tratativas sobre a abolição da escravidão passariam a estar presentes constantemente nos mais diversos espaços de poder, como é o caso do Conselho de Estado. Para José Sacchetta Ramos Mendes, a crise gerada pelas discussões abolicionistas provocou reações imediatas, nas quais

as experiências “inovadoras” de contratos de trabalho (parceria, enganchamento) com agricultores europeus iluminaram uma perspectiva em que o acesso à propriedade da terra tornava-se algo distante, fator que contrapunha desfavoravelmente o Brasil aos Estados Unidos, como destino imigratório em larga escala” (MENDES, 2009, p.182).

É nesse cenário que Abrantes escreveu sua memória. Seus apontamentos comparativos contemplam os temas mencionados e a parte mais contundente da argumentação reforça para a necessidade de regulamentar a compra e venda de terras no Brasil. Na perspectiva do autor, a chave para a atração de um número expressivo de imigrantes residiria nesse ponto, pois os imigrantes queriam a garantia de que pudessem ser proprietários no Novo Mundo.

Sobre o tema das liberdades civis, liberdades religiosas e o funcionamento das instituições, Abrantes considera que o maior empecilho estaria na legislação mais restritiva sobre a liberdade de cultos no Império e a má reputação que o país possuía no exterior. Comparativamente, o autor chega a considerar que as garantias cidadãos seriam melhores no Brasil do que nos Estados Unidos, todavia, a falta de segurança estaria funcionando como um fator de repulsão das migrações para o país.

Pérez Rosales, por sua vez, apresenta uma argumentação muito semelhante com a de Abrantes, todavia, com diferenças em relação ao texto em si. Como salientei no subcapítulo 3.1, o autor explica suas percepções com maior profundidade e explana sobre os benefícios de inspirar as políticas migratórias chilenas nas estadunidenses de forma mais diluída, ao longo de todo o texto. Para iniciar sua discussão sobre as mudanças que deveriam ocorrer no Chile, apresenta alguns dos problemas que envolvem a atração de imigrantes. Primeiro, falando sobre a quantidade de imigrantes que entram anualmente no país.

De las dos especialidades en las que se considera dividida la emigracion voluntaria cuáles son la emigracion parcial i la colectiva; solo ha llegado a nosotros la primera. En cuanto a la segunda, aquella que por un principio relijioso o mercantil se organiza en colonia regramentada en su país natal i se transplanta en masa, con todos los recursos materiales e intelectuales, a alguna apartada rejión; solo tenemos ejemplos inmediatos en Norte-América. Su misma organizacion i sus recursos califican la emigracion colectiva de preferentes para poblar lejanos desiertos. A ella, a pesar de os contratiempos e de las repetidas desgracias que se han acumulado sobre su primer planteo, se deben los primeros cimientos de la poderosa República del norte (PÉREZ ROSALES, 1854, p.15).

O primeiro problema que Pérez Rosales constata é a baixa incidência da entrada de imigrantes no Chile. O autor considera que apenas alguns poucos imigrantes estariam entrando anualmente no país, estando as grandes levas de imigrantes aportando nos Estados Unidos – segundo dados coletados pelo autor, no ano de 1852, 75.325 europeus imigraram para o país. O conceito empregado para compreender esse movimento migratório é o das migrações espontâneas, que seria o mais eficaz e preferido por diversos países, pois “excluye de sus filas al hombre débil, al anciano, al tímido; solo admite al jóven audáz, al labriego sufrido, al artesano mas o ménos intelijente i al capitalista arrojado” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.23). No Chile não havia exemplos de sucesso com migrações espontâneas, por ser pouco expressiva em termos numéricos e sem regularidade, condicionadas pela imagem depreciada do país na Europa.

Dentre os motivos que levariam os imigrantes a decidir sobre seu país de destino, Pérez Rosales destaca:

Para el comerciante, para el capitalista i industrial, basta la Paz, el Comercio, la Industria i las instituciones liberales.

El labriego, el ecónomo rural, a mas de las causas anteriores exige: clima, idea de propiedad, bondad i abundancia de terrenos, caminos, segura venta de sus frutos, derecho de ciudadanía i fácil acceso a la educacion.

El gañan: trabajo asegurado i crecidos salarios.

El sacerdote de las bellas artes: cultura.

Estos motivos fundamentales de preferencias, i tantos otros de ménos consideración, se funden en un solo: en la seguridad de mejorar de condicion. Désele éste al que emigra, i la inmigración es indudable (PÉREZ ROSALES, 1854, p.34).

Para o autor, todas essas possibilidades poderiam ser encontradas pelo imigrante nos Estados Unidos, o que explicaria o número de europeus que desembarcavam por lá anualmente. Além disso, “pocos países hai en el mundo que hagan en el dia ménos que Norte-América para procurarse inmigrados; pero todo el que allí llega puede ser en el acto propietario” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.42). Ou seja, Pérez Rosales considera que a facilidade com que imigrantes adquiriam terras nos Estados Unidos reforçaria suas características para atrair europeus. Ao lado desse aspecto, reitera que os Estados Unidos facilitavam caminhos; asseguravam o direito de propriedade; mantinham o comércio em pleno funcionamento, respeitavam o pressuposto da liberdade religiosa e davam garantias salariais muito vantajosas aos imigrantes. Justamente por isso, afirma: “los Norte-Americanos deben ser en esto nuestro principal modelo” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.44).

Acerca da concessão de cidadania aos imigrantes, avalia que o Chile estaria na frente dos Estados Unidos, em função do Artigo 5 do projeto de lei sobre imigração e colonização publicado em 1845, que garantia: “Todos los colonos, por el hecho de avecindarse en las colonias, son chilenos, y lo declarán así ante la autoridad que señale el Gobierno al tiempo de tomar posesión de los terrenos que se le concedan”<sup>106</sup> (NORAMBUENA, 1993, p.100). Todavia, pondera que a execução dessas garantias ainda era feita de forma mais clara nos Estados Unidos.

Outro assunto que ganha espaço na argumentação é a educação.

La educacion es para el hombre europeo lo que para muchos de nosotros el dinero. El honrado padre de familia muere contento si, en aquel duro trance, le asiste la dulce conviccion que si no deja candaes a sus hijos, les deja una instruccion física i moral, capaz de proveer a sus necesidades. Las escuelas primarias, las científicas, del mismo modo que las artes i oficios, deben ponerse al alcance de su modesta condición; por eso cuantas naciones han tratado con éxito de introducir pobladores a su seno, han procurado dar a la educacion una estencion sin límites (PÉREZ ROSALES, 1854, p.51).

---

<sup>106</sup> Essa alteração foi importante, pois na Constituição em vigor desde 1833, os imigrantes só conseguiam requisitar cidadania chilena após dez anos de residência no país, conforme o Artigo 6 do Capítulo 4: “Los extranjeros que profesando alguna ciencia, arte o industria, o poseyendo alguna propiedad raíz, o capital en giro, declaren ante la Municipalidad del territorio en que residan, su intención de avecindarse en Chile, y hayan cumplido diez años de residencia en el territorio de la República. Bastarán seis años de residencia, si son casados y tienen familia en Chile; y tres años si son casados con chilena” (CHILE, 1833).

Nesse sentido, os imigrantes também estariam interessados em saber de que modo poderiam instruir seus filhos. Caso o Estado desse garantias para educar os filhos de imigrantes, maiores seriam as possibilidades de o país ser escolhido como destino. Porém, os empecilhos ainda eram muitos na perspectiva do autor, e nesse sentido, apresenta dois motivos que considerava fundamentais para que o Chile não fosse país de imigração: o alto custo das passagens e as incertezas relativas ao trabalho.

El gañan europeo, a mas de un trabajo asegurado, necesita mayor salario en nuestro país que en el suyo para solo vivir con las comodidades que gozaba en él sin hacer ahorros; i si el precio del jornal es tres veces mayor en Norte-América, que el aquí se paga, si el viaje a tan opulenta república, es tan corto i barato, si allí sobra trabajo, ¿qué esperanza podemos tener que obtenga Chile sobre ella la preferencia del brazo que emigra? (PÉREZ ROSALES, 1854, p.53).

As comparações de Pérez Rosales levantam questões de ordem social: teria o Chile garantias para oferecer aos imigrantes? Conseguiriam os estrangeiros comprar terras? Teriam os industriais, capitalistas, artesãos, agricultores e artistas espaços para trabalhar? E se esses espaços realmente existissem, conseguiriam salários compatíveis com seus anseios? Esses questionamentos são construídos *à sombra* dos Estados Unidos. O autor percebe o país como exemplar nas garantias aos estrangeiros e competir com eles para atrair europeus seria um verdadeiro desafio.

O contexto no qual Pérez Rosales estava inserido condiciona suas perspectivas sobre as questões migratórias. A partir de um olhar mais amplo, a metade do século XIX representa um marco de grandes transformações econômicas no Chile. Sofia Correa Sutil (2013) argumenta que é nesse momento que se percebe com maior clareza uma ruptura da configuração econômica herdada do período colonial, baseada sobretudo na exportação agropecuária para o Peru. Desde a independência, as elites políticas e econômicas tiveram interesse em internacionalizar a economia do país e para tanto, investiram na diversificação da produção, no “desarrollo de la infraestructura de transportes y comunicaciones, la creación del sistema bancario, el inicio de un proceso de industrialización<sup>107</sup>” (SUTIL, 2013, p.150). Os resultados

---

<sup>107</sup> É importante lembrar que as relações entre o Chile e a Europa estão em uma fase inicial após a independência. Para se desvencilhar do passado colonial espanhol, os chilenos passaram a dialogar com maior proximidade com os ingleses, que enviaram diversos viajantes para o país com o intuito de compreender com quem estavam fazendo negócios. Como apresentei no subcapítulo anterior, nos anos 20 do Oitocentos o grupo de viajantes que percorreu o Chile ficou denominado pela historiografia de Vanguarda Capitalista e suas percepções sobre o país não foram muito elogiosas. Como analisou Pratt, “ideologicamente, a tarefa da vanguarda é a de reinventar uma América



começaram a ser sentidos de forma mais clara a partir da década de 50, dando início ao primeiro ciclo de expansão da economia chilena, de 1848 a 1874 – interrompida pela crise de 1875 (SUTIL, 2013). Nesse sentido,

la expansión económica de la segunda mitad del siglo XIX produjo una creciente urbanización. Como consecuencia del auge de la exportación de trigo a los mercados de California y Australia en la década de 1850, Valparaíso tuvo un crecimiento notable, llegando a los 60.000 habitantes a mediados del siglo. Los ricos mineros del norte y los terratenientes de Valle Central residieron en la capital, la cual se transformó con nuevas edificaciones y servicios. La inversión pública urbana, junto a la inversión privada, le cambió la cara a las principales ciudades del país, especialmente a Santiago y Valparaíso. En 1857, el centro de Santiago se comenzaba a alumbrar con lámparas de gas en vez de los faroles de parafina y las velas. El alumbrado de gas se extendió también a otras ciudades como Concepción, Chillán, Talca, San Felipe y Los Andes. La red de agua potable de Santiago se comenzó a construir en 1865. El servicio de tranvías se inició en 1867, y en 1872 cubría casi toda la ciudad. En 1868 se comenzó a empedrar las calles de la capital con adoquines traídos especialmente desde Europa (SUTIL, 2013, p.151).

O notável processo de urbanização das grandes cidades chilenas era acompanhado vagarosamente pela ascensão das indústrias no país, juntamente com a introdução de novas tecnologias. Ao mesmo tempo, é nesse período que se inicia uma discussão profunda sobre o território nacional chileno, sendo de suma importância para as elites políticas e econômicas terem garantias sobre a posse da terra nas regiões de fronteira – tanto nacionais, quanto as áreas de fronteira indígena –, legitimando a soberania do Estado sobre elas. De tal modo, “por iniciativa privada, respaldada por el Estado, se inició paulatinamente la ocupación de los territorios de frontera – el desierto de Atacama y la Araucanía –, la que culminó en la década de 1880 con la conquista de todo el territorio del desierto”, incluindo as províncias bolivianas e peruanas, ricas em salitre, e “con el dominio sobre los mapuches, cuyas tierras fueron en su mayor parte vendidas a inversionistas privados” (SUTIL, 2013, p.152).

---

como atrasada e negligenciada, de forma a enquadrar seus cenários e sociedades não capitalistas como manifestamente carentes da exploração racionalizada trazida pelos europeus. Estudiosos do discurso colonial reconhecerão aqui a linguagem da missão civilizadora pela qual os europeus do norte produzem (para si mesmos) os outros povos como “nativos”, seres reduzidos e incompletos, que padecem da incapacidade de se tornar o que os europeus já são, ou de se transformar naquilo que os europeus já são, ou de se transformar naquilo que os europeus pretendem que eles sejam. Assim se vê a vanguarda capitalista nos futuros daqueles a quem procura explorar: como um tipo de inevitabilidade moral e histórica” (PRATT, 1999, p.262). Por isso a elite política e econômica chilena estava apostando em um processo de modernização da economia vinculado com a introdução da indústria e do comércio exportador para o país, e é nesse sentido que incentivar a vinda de imigrantes europeus passa a ser um importante componente nesse processo de transformação da sociedade chilena. Ver mais em: PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

E nesse sentido, era do interesse de alguns representantes da elite chilena, como é o caso de Pérez Rosales, introduzir mão de obra europeia nos mais diversos empreendimentos, da indústria à agricultura. Todavia, em 1854 as incertezas sobre como se deveria conduzir o processo de atração de europeus e o conflito de interesses entre os próprios membros da elite, geravam dúvidas sobre a real capacidade do país em receber imigrantes. Essas inquietações estão refletidas na memória de Pérez Rosales, que aponta para o despreparo dos chilenos em receber imigrantes, argumento que ganha maiores dimensões por estar comparando Chile e Estados Unidos.

O panorama comparativo elaborado por Abrantes e Pérez Rosales merece algumas considerações. Os autores partem do princípio de que Brasil e Chile não são países receptores de migrações em larga escala porque possuíam lacunas importantes na legislação e em sua infraestrutura. Os estrangeiros não teriam garantias importantes, como a possibilidade de comprar terras por preços acessíveis, ter suas liberdades civis e religiosas devidamente respeitadas, poder acessar diferentes espaços para trabalhar e garantir o sustento da família, além de que as distâncias ultramarinas impossibilitariam o trânsito de cartas – dificultando a comunicação com familiares que continuavam morando na Europa. Esses itens são considerados essenciais para qualquer país que quisesse receber imigrantes com regularidade. Em contrapartida, os Estados Unidos, país que serve de base para as comparações, estaria à frente em todos os quesitos, garantindo uma vida estável e próspera aos que escolhessem o país como morada.

Quando os autores abordam a questão da cidadania e as garantias civis em Brasil e Chile, percebem que há significativa vantagem frente aos Estados Unidos, onde o tempo mínimo para se tornar cidadão era de cinco anos. Todavia, aferem que os costumes de Brasil e Chile não dariam respaldo para que as leis fossem respeitadas. Com isso, sinalizam para uma inadequação dos países para a recepção de imigrantes, tanto do ponto de vista legislativo, quanto moral.

O contexto para a produção dessas interpretações aproxima-se em um ponto: tanto Brasil quanto Chile ainda estavam passando por um período de construção nacional e era do interesse das elites políticas e econômicas introduzir imigrantes europeus nos países. Com o exemplo dos Estados Unidos, Abrantes e Pérez Rosales construíram suas reflexões. E a partir desse ponto pode-se delinear diferenças significativas. O ponto de partida de Abrantes reside na longa discussão sobre a substituição da mão de obra escravizada pela mão de obra livre, que culmina nos debates sobre trazer agricultores e artesãos para o país. O tema da propriedade da terra estava na pauta das discussões do Conselho de Estado e o fio condutor da economia ainda está circunscrito sobre a manutenção da principal fonte da economia nacional daquele

momento, o café – caracterizando o modelo agroexportador<sup>108</sup>. Havia também um claro interesse da ocupação do território sulino, a dinamização da economia, ao mesmo tempo no qual a introdução de europeus trazia significados raciais bem delimitados. Todavia, o principal tema que condiciona a discussão de Abrantes é a propriedade da terra. Para ele, a chave para alavancar fluxos migratórios duradouros para o Império residiria em regulamentar a terra – dando assim garantias de compra e venda para os imigrantes europeus.

Em contrapartida, o ponto de partida de Pérez Rosales se encontra no bojo das transformações econômicas que vinham acontecendo no Chile desde o final da década de 40 do Oitocentos. A introdução de imigrantes passa a ser percebida pelo autor como sinônimo de modernização, com vistas a acompanhar a introdução da indústria e do comércio em larga escala no país. O autor baliza seus argumentos na necessidade da sociedade chilena acompanhar o processo pelo qual estavam passando, por isso seria imprescindível que se criasse um consenso sobre a introdução de imigrantes, pois seria bom para os negócios – tendo em vista as relações comerciais em escala internacional estabelecidas pelo Chile – e para o país, que poderia se desenvolver com populações civilizadas e garantir a ocupação de lugares estratégicos do território nacional – como as províncias sulinas, que faziam fronteira com a Argentina, as áreas que faziam divisa com o território dos Mapuche, e as regiões localizadas no extremo norte, fundamentais para a obtenção de minérios utilizados na indústria e para exportação.

Com isso, chega-se ao principal ponto de diferença que quero apresentar: na argumentação de Abrantes, o debate sobre imigração e colonização está condicionado pela escravidão, enquanto Pérez Rosales visa apresentar a imigração como uma alternativa para a inserção de trabalhadores nos mais diversos ramos comerciais, agrícolas e industriais. Ou seja, as relações econômicas são centrais para os argumentos dos autores. No Brasil, discute-se sobre a manutenção do sistema escravista e a transição para o trabalho livre, que ocorreria com a substituição dos escravizados na lavoura e a partir da criação de núcleos de colonização localizados no Sul do território e no Chile acerca da introdução do país nos moldes industriais e da ocupação de regiões estratégicas do território – que possuía fins civilizatórios, para o caso dos Mapuche, no sul, e político/econômicos no norte.

---

<sup>108</sup> Aproprio-me aqui das discussões realizadas por Celso Furtado na obra *Formação econômica do Brasil* (1977). O autor discute em um capítulo específico a ascensão do mercado cafeeiro, que teve seu primeiro momento de prosperidade perto da metade do século XIX, quando a renda das exportações do produto ultrapassou o açúcar e o algodão. A base dessa economia estava sedimentada na utilização da mão de obra escravizada, cuja permanência começou a ser questionada em meados da década de 40 do Oitocentos, período que data a retomada das discussões sobre imigração e colonização. Ver mais em: FURTADO, Celso M. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

O ponto de maior aproximação na argumentação dos autores é a ideia de que as políticas migratórias de Brasil e Chile precisavam ser revistas, pois se não oferecessem garantias e oportunidades semelhantes ou melhores aos Estados Unidos, dificilmente conseguiriam atrair um número significativo de imigrantes. E é a partir desse momento que os autores apresentam suas propostas de imigração e colonização para Brasil e Chile.

...

Enviado para a Europa no ano de 1844, Abrantes foi instruído para mapear as principais cidades alemãs que poderiam fornecer imigrantes para o Brasil e verificar em quais portos ocorriam as maiores saídas de imigrantes com destino às Américas. Para tanto, apresenta uma série de informações e alternativas para que o Brasil pudesse trazer levadas de imigrantes alemães para o Brasil.

Em um primeiro momento, o autor considera que o Império deveria centralizar as ações sobre imigração e colonização, por considerar que empresários e companhias de colonização teriam interesse exclusivo em lucrar com o processo, não se importando com a vida dos imigrantes e com os desdobramentos futuros dos empreendimentos. Na sua perspectiva, quanto mais o Império estivesse a par dos desdobramentos das migrações, melhor seria para gerenciar possíveis problemas, dada a visibilidade negativa do país possuía no exterior.

Abrantes menciona que a criação da Zollverein<sup>109</sup> teria aumentado a atenção dos alemães sobre a condição dos imigrantes, gerando circulação de informações sobre os países receptores, como é o caso do Brasil. “A Imprensa começou por invocar a humanidade dos Governos á favor de milhares de emigrados, que erão victimas de fraude e sordidez de engajadores quando partião” (ABRANTES, 1846, p.8).

Para isso, recomenda o envio de *Agentes* treinados para fazer o engajamento de imigrantes, os quais deveriam atuar nos portos de “Bremen na fôz do Weser – Hamburgo na do Elba – Rotterdam na do Meusa e Rheno – Antuerpia na do Escalda – Havre de Grace na França

---

<sup>109</sup> A Zollverein foi uma União Aduaneira que tinha por objetivo inicial a criação de um espaço econômico alemão unificado, um mercado comum com tarifas alfandegárias contra terceiros Estados, exteriores a ela, e a renúncia a tarifas internas entre os membros. Uma das reformas de maior importância adotadas pela União procurou uniformizar o sistema de cunhagem dos pesos e medidas, facilitando o sistema de trocas até então estigmatizado por cada pequeno Estado ter suas próprias leis. Ver mais em: WEBER, Friedrich Renê. A formação do Estado alemão e a construção do sistema bismarckiano de alianças: do Congresso de Viena ao surgimento de uma potência contestadora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Monografia de Graduação]. Porto Alegre, 2013.

sobre o canal da mancha” (ABRANTES, 1846, p.3). Isso porque desses portos teriam partido, no ano de 1845, mais de 50 mil imigrantes (ABRANTES, 1846, p.3).

No oitavo capítulo da memória, intitulado *Diversos meios de atrahir colonos e promover a colonisação*, são listadas cinco alternativas para alavancar processos de imigração e colonização, que estão relacionadas com a cobrança ou isenção das passagens transatlânticas e a doação ou venda de terras públicas aos imigrantes. Abrantes reitera que a venda de terras públicas seria a melhor alternativa, pois garantiria a seleção de melhores colonos, evitando a pauperização, e caso o processo fosse centralizado no Império, considera que no início dever-se-ia conceder passagem gratuita aos colonos como forma de iniciar novas ondas migratórias para o Brasil e, com o passar do tempo, a cobrança poderia ser imposta.

A principal ênfase recai sobre a venda de terras, compreendida como elemento central para fomentar as migrações. Abrantes argumenta:

este meio, como atesta a experiencia de 50 annos, quer nos Estados-Unidos da America, quer nas florecentes colonias Inglezas, he sem contradicção o mais seguro e efficaz para convidar colonos pretadios, atrahir a emigração espontanea, e alcançar a mais vantajosa colonisação que se possa dezejar (ABRANTES, 1846, p.18).

Avançando na discussão, o autor dá contornos mais claros para seu argumento e cita a discussão sobre a Lei de Terras<sup>110</sup> que estava em deliberação naquela conjuntura.

Em meo conceito o meio mais efficaz para atrahir colonos uteis he a publicação de uma Lei, que regule a medição, divisão, demarcação, e venda publica das terras nacionaes e devolutas, por um preço modico, que possa ser

---

<sup>110</sup> O debate historiográfico sobre a Lei de Terras e seus impactos é numeroso e não pretendo retomar a complexa discussão que envolve o tema. Cito aqui apenas dois trabalhos que avaliam o assunto de formas distintas. José Sacchetta Ramos Mendes (2009), parte do princípio de que imigração, escravidão e propriedade da terra são assuntos indissociáveis no Brasil, sobretudo na metade do Século XIX, às vésperas do fim do tráfico transatlântico de escravos e das incertezas que rondavam o regime escravista e a vinda de trabalhadores livres europeus. Por isso Mendes compreende que a Lei de Terras (Lei n. 601, de 18.09.1850) foi “geradora de efeitos de longa duração para a propriedade fundiária e o povoamento do país. A medida transformou as áreas devolutas em mercadoria comercializável pelo Estado. A obtenção de lotes agrícolas passava a se dar exclusivamente por meio de compra e venda, não mais por cessão gratuita em nome do sesmeiro ou do posseiro, como ocorria desde o tempo colonial” (MENDES, 2009, p.178). Por outro lado, Marcio Antônio Both da Silva, amparado em vasta bibliografia sobre o tema, questiona a eficácia da Lei de Terras e todas as polêmicas que envolveram sua legitimação, retomando a famosa expressão de José Murilo de Carvalho, o qual avalia que a Lei de Terras foi o primeiro grande exemplo da História Nacional de “lei que não pegou”. Nesse sentido, apesar dos anseios de letrados como Visconde de Abrantes – que na década de 40 do Oitocentos compreendia que a regulamentação da propriedade da terra poderia gerar um movimento positivo na atração de imigrantes europeus – os resultados da Lei de Terras, até pelo menos 1858, teriam sido desastrosos, como apontou Mendes (2009). Ver mais em: MENDES, José Sacchetta Ramos. *Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império*. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, Jan./Abr. 2009 e SILVA, Marcio Antônio Both da. *Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”*. Revista Brasileira de História. vol. 35 nº.70. São Paulo, Jul/Dez, 2015.

depois augmentado, e nunca diminuído: que ao mesmo tempo vede toda e qualquer doação das mesmas terras, salvo em casos extraordinarios; e imponha sobre as terras possuidas e não aproveitadas (condição requerida pelo estado em que nos achamos) um tributo moderado, mas sufficiente para dar-lhes algum valor, ou provocar a sua transferencia para quem possa aproveitá-las.

O projecto de Lei, que está em discussão na Camara vitalícia, retocado em algumas de suas disposições, parece-me que satisfará ao que se há de mester para a criação desse meio efficaz. A venda de terras, acompanhada d'alguns prêmios e renumerações á favor da introdução de colonos, atrahirá de certo emigrados prestadios, que uma vez estabelecidos convidarão á outros; e assim encarreada, a emigração se tornará espontanea, e marchará progressivamente por si mesma, e talvez sem ulteriores prêmios (ABRANTES, 1846, p.36-37).

Para chegar a essas conclusões, dedica um capítulo inteiro para apresentar uma perspectiva histórica sobre a venda de terras públicas nos Estados Unidos, com base em diferentes fontes: *Report of Hon. W.C. Johnson, on the public lands, to the House of EE* de 1844, *Hunt's Magazine* de 1844, *General Land Office and Tresury Report*, de 1842 e *Laws of the United States*, volumes 1,2,4 e 5<sup>111</sup>. Abrantes descreve como se desenvolveu historicamente a legislação sobre a propriedade da terra, dando detalhes que poderiam ser aproveitados no Brasil, como o que fazer com os antigos posseiros, a cargo de quem ficaria a tarefa de demarcar as terras e como fazer a venda das propriedades. O item que mais atrai seu interesse é o valor fixo atribuído à venda de terras. Para Abrantes, esse era um dos maiores diferenciais dos Estados Unidos, pois assim o imigrante já saberia com antecedência quanto custaria uma propriedade, podendo calcular suas despesas antes de imigrar – esse sistema seria vantajoso para atrair colonos uteis.

O capítulo *O que nos cumpre fazer para conseguirmos a colonisação que dezejamos*, apresenta as soluções de Abrantes para melhorar as políticas migratórias do Império. Está dividido em seis tópicos, que contemplam toda a discussão realizada no decorrer da memória.

O primeiro reforça a importância de uma lei que regulamente a compra e venda das terras devolutas do Império. Como já aponte, Abrantes relembra que havia uma discussão avançada sobre o assunto entre os políticos brasileiros, mas lamenta a demora de sua aprovação. Todavia, reforça que seria melhor desenvolver uma lei que contemplasse todas as demandas necessárias para tornar a venda das terras públicas eficiente do que aprovar uma lei cheia de problemas, “do que recorrer já e já á meios paliativos e incompletos”, que só serviriam para reforçar a imagem negativa do país no exterior.

---

<sup>111</sup> Encontrei algumas versões de acesso remoto aos livros citados por Abrantes. Todavia, o acesso era restrito a algumas páginas. Com isso, não consegui maiores informações sobre quem produziu os livros/relatórios.

O segundo enfatiza o debate existente sobre a passagem paga pelos imigrantes quando embarcam nos navios com destino ao Novo Mundo. Abrantes compreende que se o Império quisesse retomar imediatamente a atração de imigrantes para o Brasil, sem esperar a aprovação da regulamentação da propriedade da terra, seria conveniente repensar o custeio da passagem aos imigrantes. Abrantes argumenta:

Que, se entretanto por motivo dessa demora, e do natural desejo de satisfazer á sofreguidão com que se quer chamar agora braços livres para o país, se entender conveniente a applicão d'algum meio que possa desde logo, e em quanto não se dá execussão á Lei, favorecer a introdução de colonos; este meio, que chamarei de paliativo, deve ser quanto á mim o de offerecer passagem livre aos que forem engajados por Agentes do Governo, conforme as intrucçoens que receberem, e embarcados pelos Consules Brasileiros, que serão encarregados do afretamento dos Navios para transporta-los. E referindo-me ao que já disse sobre este meio, ousou de novo affirmar, que pouco fructo colheremos destes mesmos colonos, se o Governo naó cuidar do emprego immediato e prompto dos que forem agricultores, e não poderem como os artífices ganhar a vida nas cidades (ABRANTES, 1846, p.37).

Percebe-se que o autor já menciona a atuação dos “agentes do governo” no engajamento de colonos para o Brasil. Para assegurar que eles fossem fiéis às ordens recebidas do Império e para que tomassem os devidos cuidados para engajar “bons colonos”, Abrantes recomendou “uma gratificação annual de 160 a 200 libras esterlinas á cada Agente, e a promessa de que o Imperador honrará com alguma condecoração á aquelle que mais se distinguir no engajamento de bons colonos” (ABRANTES, 1846, p.6).

O terceiro retoma o assunto da passagem livre. Abrantes sugere que não seria conveniente realizar contratos<sup>112</sup> com imigrantes que quisessem vir para o Brasil. Isso porque considera que “miseráveis” e “vagabundos” mais facilmente se sujeitariam a essa condição prejudicial, e por isso, reitera que o Império oferecesse passagem livre aos imigrantes – pelo menos nesse momento de retomada das migrações.

Então melhor he que o Governo se resigne á carregar com toda a despeza, oferecendo livre passagem, passando por generoso, e atrahindo com esse

---

<sup>112</sup> Abrantes era contrário aos contratos de parceria amplamente realizados por políticos como o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. O contrato de parceria “firmado antes do embarque para o Brasil, estipulava que cada agricultor e sua família deveriam cultivar certa extensão de pés de café na fazenda que os acolhesse, recebendo em pagamento uma porcentagem do lucro líquido anual da venda do produto por eles gerado. A parceria empenhava daquele modo, por antecipação, o resultado do trabalho futuro do imigrante, com o qual ele deveria saldar os gastos feitos em seu beneficio, desde a viagem marítima até os adiantamentos para compra de alimentos e subsistência” (MENDES, 2009, p.174). Abrantes pressupunha que contratos de parceria poderiam trazer imigrantes indesejáveis para o Império, uma vez que considerava que apenas os mais desesperados aceitavam condições tão desfavoráveis para imigrar. Ao mesmo tempo, argumenta que esses contratos eram duramente criticados pelos alemães. Por isso sua proposta contrária a essa forma de atrair imigrantes.

franco proceder gente mais honesta e util, do que se exponha á perda da mor parte dela, offerecendo uma condicção odioza, passando por emprezario, e atrahindo com esse mesquinho proceder gente miseravel e perdida (ABRANTES, 1846, p.38).

O autor cita como exemplo o governo inglês, que estaria disponibilizando naquele momento 6 navios com destino à Austrália<sup>113</sup> a todos que estivessem interessados em imigrar sem gastar com o valor das passagens. Esse exemplo deveria ser seguido pelo governo brasileiro.

O quarto menciona a importância de se agilizar a demarcação das terras nas províncias localizadas no Sul logo após a aprovação da legislação que tratava sobre o assunto. Por estarem localizadas ao sul dos trópicos, as províncias seriam mais propícias para os europeus. Todavia, mais importante do que essa constatação seria a agilidade com que o governo deveria vender lotes de terras para os imigrantes, pois

agora mesmo dizem os Jornaes de Harz, circulo do Reino do Hanover, perto de 6.000 individuos adandonarão suas aldeas, e tractão de emigrar para o Texas, onde, apesar da febre amarela, esperão achar terras por commodo preço, e prompto estabelecimento (ABRANTES 1846, p.40).

Ou seja, em sua perspectiva os imigrantes consideravam mais vantajoso serem proprietários no Novo Mundo do que conseguirem estabelecimento em regiões onde o clima fosse mais parecido com o europeu. Nesse sentido, a lógica argumentativa do autor é estratégica: ao garantir a compra e venda de terras nas províncias sulinas do Brasil, o Império estaria possibilitando que os imigrantes possuíssem propriedades em locais que mais se assemelhavam com a Europa, unindo duas variáveis que eram postas em discussão no momento de escolher o país de destino.

O quinto retoma o debate sobre a substituição do trabalho com escravizados pelo trabalho livre.

Que somente por este modo ir-se-ha lentamente organizando em diversos pontos do Brazil, e estabelecendo com solidos o trabalho livre, que terá mais tarde de substituir ao trabalho escravo. Digo mais tarde, por que não me parece

---

<sup>113</sup> É importante salientar que em nenhum momento Abrantes questiona a condição social dos imigrantes que se dirigiam à Austrália. Por se tratar de um empreendimento da Inglaterra, o autor apenas insere as informações na memória e reitera que “colonos uteis” saíam do país com destino à Austrália. José Juan Pérez Meléndez relembra que muitas embarcações se especializaram em levar presidiários da Inglaterra para a Austrália (2014). Essas informações não aparecem no texto de Abrantes. Ver mais em: MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 35-60, 2014.



realizável o desejo, alias patriótico e louvável, de suprir neste momento com braços livres, e na escala que se deseja, a falta de braços escravos que se vae sentindo nas fazendas já estabelecidas e em grande cultura nas diferentes Provincias. São obvias as causas que por em quanto obstão ao emprego simultâneo de trabalhadores livres e escravos na mesma lavoura ou Fazenda. Tenho para mim, que só com o andar do tempo, quando se for aumentando o valor das terras, crescendo a população livre, melhorando os processos da industria agrícola, avantajando dos que vivem de seu suor, estendendo e propagando o trabalho livre, poderá ter logar o amplo suprimento que se quer desde ja (ABRANTES, 1846, p.41).

Como se percebe, Abrantes é entusiasta da lenta e gradual abolição da escravidão. Em texto intitulado *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão* (2009), Jaime Rodrigues contempla a memória de Abrantes e reitera para a característica corrente entre os muitos escritos sobre a temática na metade do XIX: desenvolveu-se uma longa argumentação sobre a importância de garantir a lenta e gradual abolição da escravidão, para garantir que os postos deixados em aberto pelos escravizados fossem ocupados gradativamente por trabalhadores europeus<sup>114</sup>.

Por fim, Abrantes acrescenta que na medida em que forem adotando as disposições

aconselhadas pela experiencia e practica dos dous Governos colonisadores á que hei alludido, medidas realmente conducentes ao fim de promover a colonisação, facilitando aos emigrados os meios precizos para ganharem a vida pelo seu trabalho e industria, em vez de permanecerem longo tempo nas cidades onde se desmoralizão, e vagarem pelos campos onde ninguem os entende; poderemos então, e só então combater victoriosamente com factos e não com palavras a má opinião que se tem formado na Europa contra nos, e haver della com facilidade os colonos de que carecemos, e ate com assentimento e concurso de vários Governos Alemaens, que em taes circumstancias não levarão a mal que se estabeleça uma regular e esperançosa emigração para o Brazil (ABRANTES, 1846, p.41).

---

<sup>114</sup> Na interpretação de Rodrigues, “a vinda em massa de imigrantes livres europeus como substitutos dos escravos africanos, ainda que fosse uma possibilidade bastante remota na primeira metade do século XIX, manteve-se presente nas argumentações de outros autores preocupados com a composição populacional e com o mercado de mão de obra no Brasil. Entre eles, o ministro, senador e membro do Conselho de Estado marquês de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida), autor de *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*, publicada em meados da década de 1840. Embora não comparasse o trabalho de africanos e imigrantes europeus (alemães, por exemplo) de forma desfavorável aos primeiros, pretendia ver implantada a paulatina substituição dos escravos [...] A existência da escravidão no país era entendida como causadora de um mal poucas vezes mencionados em outras obras do período: tratava-se da crença existente entre os estrangeiros de que o trabalho manual no Brasil era indigno. Nas palavras de Almeida, até o escravo que via o branco trabalhar a terra “considerava-o de inferior condição”. O fim do tráfico e o consequente aumento do preço dos escravos deveriam diminuir essa repugnância, subproduto da escravidão” (RODRIGUES, 2009, p.310). Ver mais em: RODRIGUES, Jaime. *O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão*. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial. Volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Desse modo, percebe-se que as propostas do autor giram em torno da regulamentação da propriedade da terra, do custeio das passagens transatlânticas e do imediato direcionamento dos imigrantes para as regiões onde passariam a residir – para que pudessem começar a trabalhar o mais breve possível.

Pérez Rosales, por sua vez, aponta algumas alternativas para concorrer com os Estados Unidos na atração de imigrantes, iniciando por reparar as despesas dos imigrantes com os custos da viagem e melhorar o estado das terras que seriam acessadas pelos imigrantes logo após sua chegada.

No los alucinemos: para que Chile pueda atraer a su seno la clase de brazos secundarios que el trabajo i el salario impelen hácia los Estados Unidos, es preciso no solamente competir com ellos, mejorando las granjerías que allí encuentra el emigrado i pagar la diferencia del valor del pasaje, sino tambien buscar alguna compensacion para resarcirles el tiempo que pierden en su penosa i larga navegacion hácia nosotros (PÉREZ ROSALES, 1854, p.55).

O autor mostra preocupação com o tempo que os imigrantes levariam para chegar ao Chile, sugerindo sua compensação com dinheiro – uma vez que considera a distância do país em relação ao continente europeu um fator de repulsão das migrações. No que tangencia outros quesitos, Pérez Rosales argumenta que os chilenos precisavam garantir paz, cultura e proteção aos imigrantes, por considerar que esses elementos condicionavam sua tomada de decisões. O Chile, nesse sentido, estaria no caminho certo, pois aos poucos os conflitos gerados pela independência eram menos numerosos e as instituições liberais “que tantos atractivos tienen para el hombre en jeneral, i mui particularmente para el europeo emigrante” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.55), estavam funcionando - em decorrência do entendimento interno sobre a constituição de 1833. Destarte, não havia como depender apenas dessas garantias.

Tendo em vista que a imagem do continente estava ligada aos conflitos que marcavam o Oitocentos, o autor elenca que os imigrantes deveriam estar isentos de pegar em armas pelas causas do país e garantir a proteção imediata aos que chegassem. E de tal modo reitera:

La exencion del servicio militar, requisito mui necesario en una república donde por desgracia figuran las armas en las cuestiones políticas que nunca dejan de agitarse en ellas. El nacional no sabe perdonar al extranjero que se injere armado en sus disturbios políticos i aunque sea nacionalizado, aunque por larga permanencia i sus servicios a su patria adoptiva, sea mas acreedor al título de paisano que el mismo nacional, como cuasi siempre acontece; en el momento de verlo enrolado en alguna fila, el apodo de extranjero es la primera arma con que se le ofende.

La proteccion inmediata que debe dispensarle al recién llegado, cuyos primeros pasos en el nuevo país deciden jeneralmente de su futura suerte, i los

socorros que es preciso prodigarle con mano jenerosa i humana, hasta ponerle en el caso de bastarse a sí mismo (PÉREZ ROSALES, 1854, p.56).

Pérez Rosales aponta que nas colônias de Valdivia e Llanquihue essas garantias estavam asseguradas e eram esses fatores que explicavam o sucesso desse empreendimento. Mas para pensar o processo em escala nacional, inserindo o Estado com principal condutor das migrações, detalhes deveriam ser repensados. A começar pelas discussões que eram feitas sobre o assunto. O autor considera que no Chile muito se escreveu sobre as vantagens de atrair bons imigrantes, mas pouco se fez em termos práticos – a não ser o seu próprio empreendimento nas colônias de Valdivia e Llanquihue, considerados, do seu ponto de vista, os únicos exemplos de sucesso na atração de imigrantes europeus.

Por mais que considere a imigração espontânea a mais vantajosa para o país, avalia que ela seria uma realidade impossível em um curto espaço de tempo.

Partiendo de este inexorable principio, se puede desde luego asentar: que en Chile la inmigracion espontánea i en masa, como se pretende que sea, no solamente es de todo punto irrealizable, sino tambien un delirio de imaginations entusiastas, mas dispuestas a emitir utopias que a calcular los medios de hacerlas efectivas (PÉREZ ROSALES, 1854, p.62).

Nesse cenário, interpreta que apenas as migrações contratadas seriam uma possibilidade naquele momento imediato, porque o país não estava preparado para migrações em massa. Diferentemente dos Estados Unidos, onde o comércio e a indústria eram uma realidade, as instituições liberais funcionavam sem instabilidades e os direitos dos estrangeiros eram assegurados, o Chile ainda não dispunha dessa estabilidade e além disso era um país distante para os imigrantes. Por isso, questiona: “¿Está Chile tan cerca de Europa como Norte-América? ¿Con qué derecho pretendemos entonces que el emigrado abandone sus conveniencias por las nuestras?” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.63). Esses questionamentos do autor são aprofundados na sequência da argumentação, a partir de uma reflexão sobre o funcionamento da própria República chilena.

¿Alguna vez se ha entronizado la paz interior entre nosotros? Las aspiraciones electorales han dejado alguna vez de conmover al país, hasta el extremo de no verse por varios puntos el brillo de los puñales i de las bayonetas? [...] ¿Cuenta Chile con industrias capaces de ofrecer ocupacion provechosa a la variedad de brazos especiales que la inmigracion en masa trae consigo? ¿Cuántas leguas de caminos carriles atraviesan en buen estado nuestros campos? ¿I cuánto se ha hecho mas en su obsequio que ahora? ¿Podemos ofrecer al inmigrado, en otra parte que en el sur de Chile, el halago de su sueño favorito, la idea de propiedad? (PÉREZ ROSALES, 1854, p.64-65).

Pérez Rosales compreende que seria simples financiar massivas propagandas para imigrantes na Europa falando sobre as belezas do país e suas potencialidades nas áreas da agricultura, comércio e indústria, todavia, na prática, a realidade era outra. E além das adversidades, ainda observa que seria difícil concorrer com os Estados Unidos, pois o país estava dando conta de oferecer o mais importante aos imigrantes: a terra/propriedade. No Chile, apenas os terrenos localizados na região Sul estariam assegurados para as migrações – aqueles localizados no Norte seriam quase todos de particulares que não abririam mão para vendê-los a imigrantes<sup>115</sup> –, todavia, a falta de centralização sobre os assuntos relativos à imigração e colonização seria um entrave para o bom direcionamento dos estrangeiros. Quem cuidaria da chegada dos imigrantes? Quem garantiria a venda de terras a cômodos preços? Os questionamentos de Pérez Rosales continuam:

¿Vendrá a nosotros el jornalero europeo, con mas costos, a ser mal pagado i peor alimentado, cuando con ménos afan encuentra, cuasi a las puertas de su patria, un país que, a las ventajas ya indicadas [aquí se refiere aos Estados Unidos], le asegura trabajo, le alimenta mejor, i le remunera con mas jenerosidad?

En resolucion, ¿qué granjerías podemos ofrecer al inmigrado, en nuestra pobreza, en nuestro embrion industrial, a nuestra distancia, en nuestra inseguridad política, en nuestra intolerancia escrita, i con nuestros ruines salarios, para determinarle a desviarse de la senda de conveniencia que ancha i espedita le presentan los estados de la Union? (PÉREZ ROSALES, 1854, p.67).

Para que o Chile pudesse se transformar em país de imigração, tal como os Estados Unidos, as deliberações relativas à questão migratória deveriam ser assunto exclusivo do Estado. E em um primeiro momento, para criar uma experiência migratória significativa, dever-se-ia investir na *inmigracion contratada*, pois “con ella la agricultura, la mineria i las artes, no solamente adquieren brazos especiales, sino tambien capacidades que los pongan en juego con acierto” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.68). Deveria ser responsabilidade do Governo, nesse primeiro momento: pagar as passagens dos imigrantes ou pagar a diferença do valor em relação aos Estados Unidos. Para tanto, sugere a criação da *Sociedad Chilena de Inmigracion*, cujos princípios são assim descritos pelo autor:

---

<sup>115</sup> Ao que indica a argumentação de Rosales, nem todos estavam compartilhando da ideia de que trazer imigrantes europeus para o país seria benéfico para o Chile. Muitos questionavam a capacidade dos imigrantes de produzir, aumentar os salários e garantir a modernização tão desejada do país. Por isso salienta: “he aquí algunos que es preciso no perder un momento de vista, si han de presidir la discusion, la buena fê i el deseo sincero del acierto. La inmigracion europea no disminuye salarios en Chile, antes bien los aumenta. El emigrante que todo lo aventura, calcula mejor que nosotros su conveniencia. Emigra por mejorar de condicion” (ROSALES, 1854, p.63).

1º A proporcionar en su propio país al particular que lo desee, un cuerpo respetable con quien entenderse directamente, sin ocurrir por sí a Europa ni valerse de personas interesadas de especular sobre él.

2º De anticipar por cuenta del solicitante los fondos necesarios para hacer venir el número de emigrados que pidiere, con cargo de reintegrar esta cantidad con sus respectivos intereses, dos años después del arribo del emigrado a Chile (ROSALE, 1854, p.77).

A sociedade deveria contar com um corpo numeroso de membros, estar localizada na capital e contar com o apoio de políticos e empresários interessados na questão migratória. Nas páginas que seguem, Pérez Rosales apresenta um esboço de estatuto, no qual descreve as atribuições de cada parte competente da sociedade. O elemento que norteia o estatuto está centrado no princípio de que a sociedade seria o principal órgão governamental para regulamentar as questões migratórias e cuidar de todos os trâmites legais que envolvem a atração de imigrantes. Dentre as atribuições dos cargos<sup>116</sup>, Pérez Rosales aponta para a necessidade de treinar intermediários para cuidar da recepção dos imigrantes desde sua chegada nos portos, descritos da seguinte forma:

Al arribo del buque, pasar a bordo; recibirse de los emigrados; trasladarlos con sus efectos a la casa que se les tiene destinada; proveer a su subsistencia, i si su estado de sanidad lo exige, solicitar médico i dispensarles todos los auxilios que la humanidad exige en estos casos. Dar inmediatamente cuenta al directorio de su arribo; señalar el número de pasajeros, su estado sanitario i el nombre de las personas a quienes vienen dirigidos; entregarlos a éstos el día que el directorio le designe; exigir del interesado la constancia de haberlo así hecho, i remitirla al directorio para calcular sobre ella el vencimiento del plazo en que debe hacerse (PÉREZ ROSALES, 1854, p.82).

Quanto à atuação do agente de colonização, Pérez Rosales delibera sobre a importância de “no perder de vista un solo momento que de la moralidad de los hombres que contrate, así como de sus aptitudes, pende el crédito de su misión i el éxito de la empresa” (PÉREZ ROSALES, 1854, p.83), para que se pudesse contar com os melhores imigrantes. Para finalizar, salienta:

---

<sup>116</sup> A Sociedade Chilena de Imigração teria diretrizes específicas para os componentes da instituição –trabalhar para garantir a vinda de europeus para o país –, da diretoria – como a publicação de um periódico mensal sobre imigração e colonização –, do secretário – garantir a organização de toda a documentação da sociedade, desde aquelas correspondentes ao funcionamento da mesma até os mais específicos relativos aos próprios imigrantes –, do tesoureiro – estar atento às despesas envolvendo a imigração e colonização no país e apresentar dados trimestrais sobre o processo como um todo –, e dos agentes que atuaria na sociedade, como os comissários que receberiam os imigrantes nos portos – os quais deveriam garantir a entrada e direcionamento dos imigrantes – e os agentes que atuaria na Europa – cuja maior incumbência seria de garantir a seleção dos melhores imigrantes (ROSALES, 1854, p.79-86).

Solo me resta decir, que los conocimientos que me han dado el estudio del carácter jeneral del hombre chileno, el de los actuales recursos del país, la experiencia propia, i las officiosas indicaciones de hombres competentes en la materia, me inducen a creer que el sistema de inmigracion contratada que propongo como obra del Gobierno, es el ménos malo de los mui imperfectos que puede ensayarse en Chile, visto el estado de atrazo físico i moral, en que nos encontramos, i lo reducido de nuestra renta nacional (PÉREZ ROSALES, 1854, p.86).

De tal forma, nota-se que os argumentos de Pérez Rosales giram em torno da criação de uma sociedade nacional de imigração, para dar direcionamentos precisos na atração de imigrantes para o Chile. Com isso, o país poderia potencializar as migrações contratadas – com vistas a oferecer uma vida estável aos imigrantes – e trabalhar de maneira correta para transformá-las em migrações espontâneas e de massa.

Cabe destacar as semelhanças e diferenças nas propostas de Abrantes e Pérez Rosales. Início pelas semelhanças. Os autores defendem que Brasil e Chile precisavam repensar suas políticas migratórias e isso perpassava alguns temas. A venda de terras públicas é um dos principais pontos de discussão nas obras. Abrantes e Pérez Rosales compreendem que a principal chave para o sucesso da imigração de massa para os Estados Unidos era a venda de terras a um preço acessível e regulamentado. Uma vez que os políticos chegassem a um consenso sobre o assunto, resultados positivos poderiam ser esperados. As passagens deveriam ser pagas pelo Estado. Para o caso de Abrantes, dever-se-ia fazer o pagamento do valor integral da passagem, enquanto Pérez Rosales ponderava que se pagasse a diferença do valor da passagem com relação aos Estados Unidos.

Ambos defendem que o processo de imigração e colonização deve ser centralizado no Estado, porém, de formas diferentes. Abrantes considera que as discussões sobre o tema deveriam passar pelo Conselho de Estado, que daria direcionamentos específicos. O mais importante naquele momento seria investir no treinamento de agentes de colonização que passariam a atuar de forma efetiva na Europa – cuja principal responsabilidade seria a de selecionar “colonos uteis” –, com maior efetividade nos estados alemães. O objetivo naquela conjuntura era retomar o fluxo migratório de agricultores para atuar no Sul do Brasil e substituir, gradualmente, os escravizados nas lavouras. Pérez Rosales sugere a criação de uma sociedade nacional de imigração, que representaria os interesses do Estado nos assuntos relativos à imigração e colonização. A partir desse órgão, dar-se-ia início a um processo de imigração contratada, para sanar necessidades imediatas na agricultura, na indústria e nas artes. Tais comparações revelam outra diferença: no Brasil, estava-se discutindo a retomada das migrações

dirigidas pelo Estado, paralisadas na década de 30 do Oitocentos. No Chile, em contrapartida, a argumentação de Pérez Rosales aponta para a criação de um consenso entre as elites políticas e econômicas sobre a importância da imigração para o país, com o intuito de dar início às imigrações dirigidas pelo estado – uma vez que as migrações para o país ou eram espontâneas ou direcionadas por particulares, como é o caso do próprio Pérez Rosales.

As principais diferenças estão associadas ao contexto migratório brasileiro e chileno. Por mais que os autores corroborem sobre a importância da venda de terras por um preço acessível, as discussões sobre o assunto eram divergentes. No Brasil, ainda havia a necessidade de se regulamentar a propriedade da terra para que então pudesse ser revendida. No Chile, nem todos acreditavam que apostar na vinda de imigrantes traria resultados positivos para o país, o que estaria gerando oposição na venda de terras para a criação de colônias no norte do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo atual terá sempre seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A ambos pede-se simplesmente para se lembrarem de que as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita através de ajuda mútua, é a história universal.

Marc Bloch, *Apologia da História*.

O clássico ensaio de Marc Bloch ainda ilumina questões importantes para refletir sobre a historiografia contemporânea. Bloch bem reiterou que isoladamente os estudos históricos perdem muito de sua inteligibilidade. A escrita da História, como ciência, só faz sentido no estabelecimento de diálogos mútuos entre historiadores dos mais diversos campos de pesquisa. Essa conversa silenciosa que acontece no desenvolvimento dos mais diversos trabalhos acadêmicos – como ensaios, artigos, monografias, dissertações e teses – passa a sedimentar, a dar forma, a conectar estudos correlatos de um determinado campo de estudos. Forma-se, gradativamente, uma *colcha de retalhos* que fica cada vez mais clara, expressiva e densa. Esta dissertação, nesse sentido, não teve por objetivo esgotar as discussões sobre as memórias escritas por Visconde de Abrantes e Vicente Pérez Rosales. Ela é antes um esforço de questionar, refletir e interpretar discussões pertinentes ao campo dos estudos migratórios. Pretende compor, portanto, a *colcha de retalhos* da historiografia sobre imigração e colonização.

De tal modo, retomo os elementos centrais do presente estudo. O objetivo principal da dissertação foi analisar e comparar as obras *Memoria sobre os meios de promover a colonização* (1846) e *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion* (1854), escritas respectivamente pelo político brasileiro Visconde de Abrantes e pelo político chileno Vicente Pérez Rosales. Para tanto, os problemas de pesquisa foram delimitados da seguinte forma: em qual contexto político, econômico e social Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas obras e de que forma suas trajetórias foram importantes para que conseguissem prestígio e visibilidade entre seus pares? A partir de quais moldes teóricos Abrantes e Pérez Rosales construíram a argumentação das suas memórias? De que modo essas obras dialogam com as demais ideias imigrantistas do século XIX e quais elementos de racialização podem ser percebidos nas narrativas? E, por fim, quais traços de pensamento de Abrantes e Pérez Rosales possuem similitudes e diferenças?



Para responder a essas questões, amparei as reflexões nos trabalhos de Roger Chartier (1994) e François Hartog (1999), os quais compreendem que estudos sobre diferentes tipos de literatura precisam de uma análise equilibrada entre texto e contexto. Ou seja, para os pesquisadores a história dos autores é tão importante quanto a história dos seus escritos e a análise dos seus significados. As considerações sobre esses três elementos têm a característica de complementar o que não pode ser respondido separadamente. Pensando nisso, a dissertação foi dividida em duas partes: na primeira, intitulada *O cenário, as ideias e os atores sociais*, realizei um mapeamento historiográfico para localizar temporalmente as obras e os autores, no qual apresentei o contexto de produção das memórias e, posteriormente, detive-me em analisar as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales. Na segunda, intitulada *Imigrantismo e racialização: debate sobre imigração e colonização a partir de Abrantes e Pérez Rosales*, interpretei a produção das obras desde os seus objetivos iniciais, no qual apresentei os interesses de Brasil e Chile em torno da imigração com europeus e demonstrei que as memórias continham noções implícitas de racialização e que os autores foram influenciados por literatura estadunidense.

No subcapítulo *Um olhar geral: Brasil e Chile, Abrantes e Pérez Rosales*, construí um panorama de Brasil e Chile com ênfase nas discussões políticas, econômicas e sociais que perpassaram as políticas migratórias. A intenção não foi esgotar os temas debatidos, mas sim apresentar o cenário no qual Abrantes e Pérez Rosales escreveram suas memórias. Nesse sentido, argumentei que os autores escreveram suas obras em momentos distintos. O Brasil já havia passado por uma experiência de migrações dirigidas em 1824, enquanto o Chile, até a década de 1845, não havia conseguido implementar um processo de colonização que tivesse obtido maiores êxitos. A reputação dos países no exterior não era das melhores: o Brasil era denunciado por políticos alemães pelo descaso com os colonos radicados em São Leopoldo. O Chile era apontado como país distante, para onde as passagens ultramarinas eram caras e as incertezas de prosperidade eram muito presentes. Além disso, na metade do XIX, o Brasil seguia sendo país escravocrata, enquanto Chile foi o primeiro país a abolir a escravidão na América Latina. Esse levantamento de dados tornou-se fundamental para a sequência dos capítulos, pois ficou perceptível que essas características particulares de Brasil e Chile estão presentes também nas memórias de Abrantes e Pérez Rosales.

Na sequência do trabalho, atentei-me em analisar as trajetórias de Abrantes e Pérez Rosales, por considerar que a história dos autores é tão importante quanto a história dos seus escritos. Os subcapítulos receberam respectivamente os seguintes títulos: *Abrantes: de Coimbra a Berlim* e *Pérez Rosales: un viajero del mundo*. Abrantes e Pérez Rosales foram, além de políticos letrados, viajantes. Os dois estudaram em colégios ou universidades europeias e

estiveram em diferentes países do continente, como França, Inglaterra e Alemanha. Suas formações, todavia, são distintas. Abrantes pertence ao grupo de letrados do Império que teve sua formação na Universidade de Coimbra – tal como sublinhou José Murilo de Carvalho (2008) –, enquanto Pérez Rosales foi educado no Liceo Hispanoamericano e teve sua formação na Real Universidad de San Felipe – como reitera Carlos Sanhueza Cerda (2006). Essas diferenças na formação também estão presentes em suas inserções políticas: Abrantes adentrou à vida política imperial logo depois de sua formação, no ano de 1822, enquanto Pérez Rosales tentou empreendimentos dos mais diversos até ganhar visibilidade política, sendo crucial, para o seu caso, a criação da colônia de Valdivia, em 1845.

Argumentei que um dos marcos da atuação de ambos foi a produção intelectual: Abrantes e Pérez Rosales escreveram diversos livros ao longo da vida. Essas produções sempre tiveram vinculação com sua atuação política ou associadas às viagens, como é o caso de Pérez Rosales. Na época em que escreveram as memórias utilizadas como principais fontes de pesquisa da dissertação, prestavam serviços para Brasil e Chile. Abrantes escreveu enquanto esteve em missão diplomática no continente europeu e Pérez Rosales durante o período que foi Agente de Colonização de Llanquihue. De tal modo, as memórias foram construídas a partir de um lugar social específico (FOUCAULT, 1992). Como defendi, isso significa que as memórias dos autores estão vinculadas com o discurso oficial dos estados nacionais sobre imigração e colonização.

No subcapítulo *Escrita e publicação: análise das memórias de Abrantes e Pérez Rosales*, analisei as memórias desde seus objetivos iniciais, observando as motivações, dedicatórias, elementos pré-textuais, temas mais relevantes e palavras-chave. Assim, demonstrei que as memórias de Abrantes e Pérez Rosales foram escritas a partir de contextos específicos. No Brasil, depois do debate sobre imigração e colonização ter tido pouca ressonância durante a década de 30 do Oitocentos, o interesse sobre o tema se renova na década de 40. Abrantes escreve nesse contexto de retomada das discussões sobre imigração e colonização, momento em que a imagem do Brasil enquanto país receptor de imigrantes estava fragilizada. A partir de uma ordem circular datada de 1845, o autor recebe as linhas norteadoras para realizar um estudo sobre os melhores distritos alemães com imigrantes “morigerados e laboriosos”, verificar quais portos atenderiam melhor as necessidades do Império e verificar os melhores meios de atrair agricultores alemães. No Chile, depois de iniciados os primeiros projetos de imigração e colonização nas cidades de Valdivia e Llanquihue, havia certas dúvidas por parte da imprensa e da elite política sobre a real eficácia desse processo de ocupação territorial. Nem todos concordavam que apostar na vinda de imigrantes europeus iria atender às

expectativas dos chilenos. Por isso, em 1854, Pérez Rosales publicou sua memória, discutindo os principais conceitos e ideias que prevaleciam sobre o assunto e defendendo que a vinda de imigrantes europeus deveria ser vista como oportunidade para “civilización e riqueza” (PÉREZ ROSALES, 1954, p.18).

Logo após, interpretei em qual contexto aparecem as palavras mais utilizadas pelos autores, pensando especificamente naquelas que dialogam com o contexto migratório. Com isso, alguns assuntos ficaram em evidência: o principal tema das memórias é a discussão sobre a ocupação territorial e sua eficácia econômica e civilizatória. Nesse sentido, o centro das discussões está circunscrito em como Brasil e Chile deveriam orientar suas políticas migratórias, tendo por base, sobretudo, o exemplo dos Estados Unidos. Por outro lado, a ocorrência das palavras colono e alemães dão contornos específicos sobre a profissão e nacionalidade dos imigrantes mais procurados naquele momento.

Além disso, como defendi no subcapítulo, algumas escolhas pré-textuais como as dedicatórias não podem passar despercebidas. As produções intelectuais de Abrantes e Pérez Rosales abriram portas em suas atuações políticas. Em 1854, o Visconde de Abrantes torna-se Marquês de Abrantes, mesmo ano em que é aprovada a *Repartição Geral das Terras Públicas*, com o decreto número nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Em 1860, torna-se o primeiro presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, instituição criada para salvaguardar a ordem e preservar a hierarquia existente no Império, ou seja, “a estrutura política, social e econômica fundada na monarquia e na grande propriedade agrícola” (LIMA, 2013, p.34). Pérez Rosales, por seu turno, é enviado para Hamburgo no ano de 1855, onde passou a atuar como Cônsul – um ano após publicar sua memória. Um dos objetivos aos quais foi incumbido era o de tentar atrair imigrantes alemães para o país. Quando retorna, torna-se político influente, tendo ocupado nos anos seguintes cargos de deputado e senador. No ano de 1874, participa da fundação da *Sociedad Nacional de Colonización*, a qual foi idealizada na memória publicada em 1854. A partir dessas colocações, quero destacar que a atuação intelectual de Abrantes e Pérez Rosales nunca foi um fim em si mesmo. Sempre havia variáveis e possibilidades que surgiam com ela. Os espaços abertos na vida política podem ser uma delas.

No subcapítulo *Imigrantismo e racialização: múltiplos olhares sobre a questão migratória*, discuti as ideias imigrantistas e racializadas de Abrantes e Pérez Rosales. As obras fazem parte dos muitos escritos sobre imigração e colonização do período. Por isso, a palavra imigrantismo, utilizada por pesquisadores brasileiros para se referir a propostas de imigração e colonização do século XIX, também teve ressonância no Chile. As memórias de Abrantes e Pérez Rosales são representativas desse discurso e como demonstrei, foram construídas a partir

de pressupostos racializados. E nesse sentido, percebe-se com clareza o ponto de partida para as discussões sobre imigração e colonização no Brasil e no Chile: o primeiro, país escravista que deliberou durante quase um século sobre a abolição da escravidão, mesclava o debate entre a introdução de imigrantes europeus com a premissa da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. No segundo, o debate está centrado na necessidade do país em pensar o quanto antes em definir suas diretrizes em torno da imigração e colonização, para pôr em prática seu processo de modernização. Tanto Abrantes quanto Pérez Rosales argumentavam que a introdução de imigrantes alemães seria benéfica para a sociedade, por estarem considerando a superioridade dos europeus em contraposição à inferioridade das populações americanas e africanas. Assim, Abrantes e Pérez Rosales construíram sua argumentação a partir de pressupostos raciais, que serviram para legitimar sua defesa na imigração com europeus. Essas concepções estavam sedimentadas nas ideias científicas que foram desenvolvidas desde o início da modernidade, com maior ênfase para autores como Linnaeus – o qual defendeu que os seres humanos possuíam qualidades e capacidades que diferiam conforme o continente de nascimento, dando preponderância ao continente europeu e desqualificando os demais seres humanos –, Buffon – cujo princípio da inferioridade do continente americano foi apresentado em *Historie Naturelle* – e Humboldt – que apesar de defender a exuberância da natureza americana desqualifica sua população. Isso foi perceptível em diversas passagens: através da descrição dos imigrantes ideais, a desqualificação das populações nacionais e através da construção de regiões adequadas para receber imigrantes europeus. Esses três fatores levavam em consideração a superioridade das populações europeias.

Essas características que marcam a narrativa sobre os imigrantes, as populações nacionais e as condições climáticas possuem antecedentes hierárquicos racializados. A aptidão do colono europeu é contraposta à indolência e a preguiça dos povos americanos e africanos. O clima frio e húmido do sul dos países é contraposto ao clima quente dos trópicos, no qual os seres humanos estariam sujeitos a doenças, ao alcoolismo e à concubinação. De tal modo, Abrantes e Pérez Rosales manipularam diferentes proposições teóricas para defender um projeto de imigração e colonização com imigrantes europeus.

No último subcapítulo, intitulado *O modelo ideal: o sistema de colonização dos Estados Unidos e as propostas de imigração de Abrantes e Pérez Rosales*, demonstrei a influência que o país teve sobre os escritos dos autores. Abrantes e Pérez Rosales construíram os principais argumentos das suas memórias a partir de exemplos dos Estados Unidos. Para eles, o país era visto como modelo enquanto país receptor de imigrantes. E nesse sentido, caso Brasil e Chile quisessem se transformar em países de imigração de massa, deveriam rever suas políticas

migratórias e inspirar as mudanças nos Estados Unidos. Para tanto, os autores levaram em consideração a liberdade religiosa, cidadania, compra e venda de terras, comunicação com o Velho Mundo e facilidade de adquirir empregos. Ambos aferiram que Brasil e Chile estavam atrasados nesses quesitos quando comparados aos Estados Unidos.

A partir desse mapeamento feito pelos autores, são apresentadas suas propostas de imigração e colonização. O primeiro ponto: a venda de terras públicas deveria ser revista para facilitar a vida dos imigrantes. No caso do Brasil, isso passaria necessariamente pela regulamentação da compra e venda de terras. No Chile, por definições mais claras acerca das diretrizes sobre imigração e colonização. Segundo: as passagens deveriam ser pagas pelo Estado. Para o caso de Abrantes, dever-se-ia fazer o pagamento do valor integral da passagem, enquanto Pérez Rosales ponderava que se pagasse a diferença do valor da passagem com relação aos Estados Unidos. Ambos consideram que essa medida deveria ser paliativa, não permanente. Terceiro: ambos defenderam que o processo de imigração e colonização deveria ser centralizado no Estado. Abrantes considera que as discussões sobre o tema deveriam passar pelo Conselho de Estado, que daria direcionamentos específicos. O mais importante naquele momento seria investir no treinamento de agentes de colonização que passariam a atuar de forma efetiva na Europa – cuja principal responsabilidade seria a de selecionar “colonos uteis” –, com maior efetividade nos estados alemães. O objetivo naquela conjuntura era retomar o fluxo migratório de agricultores para atuar no Sul do Brasil e substituir, gradualmente, os escravizados nas lavouras. Pérez Rosales sugere a criação de uma sociedade nacional de imigração, que representaria os interesses do Estado nos assuntos relativos à imigração e colonização. A partir desse órgão, dar-se-ia início a um processo de imigração contratada, para sanar necessidades imediatas na agricultura, na indústria e nas artes. As principais diferenças estão associadas ao contexto migratório brasileiro e chileno. Por mais que os autores corroborem sobre a importância da venda de terras por um preço acessível, as discussões sobre o assunto eram divergentes. No Brasil, ainda havia a necessidade de se regulamentar a propriedade da terra para que então pudesse ser revendida. No Chile, nem todos acreditavam que apostar na vinda de imigrantes traria resultados positivos para o país, o que estaria gerando oposição na venda de terras para a criação de colônias no norte do país.

Ainda cabe salientar a importância da metodologia da História Comparada que foi utilizada para a realização desse estudo. Como salientei, a História Comparada abre diversas possibilidades de pesquisa no âmbito dos estudos migratórios. Durante a dissertação, ficou claro o interesse que Brasil e Chile possuíam em atrair imigrantes europeus, tendo suas narrativas contempladas pelas memórias de Abrantes e Pérez Rosales. Todavia, os contextos nacionais de

Brasil e Chile tensionaram de maneiras distintas as produções dos autores. No Brasil, discutia-se sobre a manutenção do sistema escravista e a transição para o trabalho livre, que ocorreria com a substituição dos escravizados na lavoura e a partir da criação de núcleos de colonização localizados no Sul do território. No Chile, deliberava-se acerca da introdução do país nos moldes industriais e da ocupação de regiões estratégicas do território – que possuía fins civilizatórios, para o caso dos Mapuche, no sul, e político/econômicos no norte. Com essas considerações, fortalecem-se as ponderações de Marc Bloch (1998), para o qual as semelhanças e diferenças nas histórias de cada país estão condicionadas pelas particularidades internas de cada um deles. Por mais que os projetos de imigração e colonização sejam um ponto de aproximação entre Brasil e Chile, os debates sobre o assunto e as articulações que foram feitas para pôr o processo em prática são distintas. Com isso, como muito bem salientou Jürgen Kocka (2014), essa é uma das maiores contribuições dos recursos metodológicos da História Comparada. Selecionar mais fontes de pesquisa, ampliar o leque de possibilidades e questionar situações sincrônicas de países cujo processo histórico possui similitudes tem muita relevância para os estudos históricos, sobretudo no campo dos estudos migratórios – cuja relevância na América Latina não pode ser negligenciada.

Por fim, cabe destacar que as discussões sobre imigração e colonização no Brasil e no Chile a partir das memórias de Abrantes e Pérez Rosales não se esgotam na presente dissertação. A partir dos recortes feitos no decorrer do trabalho, alguns temas foram explorados e aprofundados e outros ainda merecem futuros desenvolvimentos, como estudos que contemplem a recepção e circularidade das ideias de Abrantes e Pérez Rosales, a identificação e análise do funcionamento de grupos de intelectuais no Brasil e no Chile e o alargamento das fontes de pesquisas para países como Argentina e Uruguai – cujos processos migratórios e discursos imigrantistas possuem conexões com Brasil e Chile. Essas são algumas possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULHON, Maurice. **El círculo burgués**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina**. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1916.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: (Orgs.) SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALVES, Débora Bendocchi; KLUG, João; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). **Friederich von Weech: a agricultura, o comércio e o sistema de colonização no Brasil**. 2 ed. rev. ampl. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2017.
- ARENDETT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile)**. MÉTIS: história & cultura – v. 17, n. 34, p. 271-294, jan./jun. 2018.
- ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Dois estudos sobre imigração e racismo**. São Paulo: Annablume, 2012.
- AZEVEDO, Célia Martinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAEZA, Rafael Sagredo. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: **Nomear la nación**. Los nombres de los países de América Latina. CHIARAMONTE, Jose Carlos; MARISCHAL, Jose Carlos; GRANADOS, Aimer Granados (Orgs.). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2008.
- BAEZA, Rafael Sagredo. **La invención de un clásico: los recuerdos del pasado de Pérez Rosales**. In: Anales de literatura chilena. Año 14, Número 19, 2013.
- BAUMANN, Eneida Santana. **O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea**. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2011.
- BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- BEIRED, José Luis Bendicho. **Tocqueville, Sarmiento e Alberdi: três visões sobre a democracia nas Américas**. História, vol.22, n.2. São Paulo, 2003. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742003000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)
- BETHELL, Leslie. **História de América Latina**. América Latina independente, 1820-1870. Editorial Crítica, Barcelona, 1991.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. Lisboa: Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2015.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial: 1776 – 1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BLANCPAIN, Jean-Pierre. **Los alemanes en Chile (1816-1945)**. 4.ed. Santiago: HACHETTE, 1987.

BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOSENBECKER, Patrícia. **Racialização no processo imigratório brasileiro**: as transformações na legislação e o papel do Estado. *Askesis*. V.6, n.2, Julho/Dezembro. 2017, p. 97-113.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CABECINHAS, Rosa. **Racismo e xenofobia**: a actualidade de uma velha questão. *Comunicación e Cidadania*. nº 2, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3791685>

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, lenguaje y teoría de la sociedad**. Madrid: Frónesis-Cátedra, 2004.

CALASANS, José. **Miguel Calmon Sobrinho e sua época (1912-1967)**. Salvador: Record, 1991.

CALMON, Pedro. **O Marquês de Abrantes**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Weissman Koogan LTDA, 1933.

CALMON, Pedro. Marquês de Abrantes – Vida e obra de um estadista do Império. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 269. Outubro – Dezembro. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita: práticas culturais, linguagem e tessitura da amizade**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASANUEVA, Fernando. Indios malos en tierras buenas: visión y concepción del mapuche según las elites chilenas, siglo XIX. In: **Colonización, resistencia y mestizaje en las américas (siglos XVI-XX)**. BOCARRA, Guillaume (orgs.). Ecuador: Quito, Ediciones Abya-Yala, 2002.

CERDA, Carlos Sunhuesa. **Chilenos en Alemania y alemanes en Chile**: viaje y nación en el siglo XIX. LOM Ediciones: Santiago, 2006.

CERDA, Carlos Sanhuesa. Un mismo continente, dos Américas: viajeros latinoamericanos en los Estados Unidos, siglo XIX. In: **Estudios Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-93, jan./jun. 2009.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.



DA CUNHA, Jorge Luiz. As fases da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry; VON MÜHLEN, Caroline; GEVEHR, Daniel Luciano; SANTOS, Rodrigo Luís dos (Orgs.). **Migrações, educação e desenvolvimento**. Volume I: Convergências e Reflexões. 1ed. Porto Alegre. RS: Editora Fi, 2019, v. 1, p. 476-494.

DA CUNHA, Jorge L. **Os Colonos Alemães e a fomicultura**: Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul 1848-1881. Dissertação de Mestrado. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20-%20CUNHA%2C%20JORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: USP, 1999, p. 33-60.

DOMEYKO, Ignacio. **Memoria sobre colonización en Chile**. Santiago: Imprenta Julio Belén y Ca., 1850.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENRÍQUEZ, Lucrecia. Da monarquia à República: o Chile na América (Primeira metade do século XIX). In: (Orgs.) STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESTRADA, Baldomero. Imigração europeia no Chile (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: USP, 1999, p.461-503.

FALCON, Francisco. História das idéias. In: **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo. Ed.34, 2004.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: USP, 1999.

FASSIN, Didier. Nem Raça, nem Racismo: o que Racializar significa. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Emancipação, Inclusão e Exclusão**: desafios do passado e do presente. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

FERNÁNDEZ, Alejandro. El arado y la tierra. Ideologías pro-inmigratorias y expansión agraria en la Argentina (1850 – 1930). MARTÍNEZ, Elda Gonzáles; LEANDRI, Ricardo Gonzáles; FERNÁNDEZ, Alejandro. **Políticas migratorias y cohesión social en Argentina, Uruguay y Brasil**. Siglos XIX y XX. Sílex Universidad, Cimapress: Espanha, 2019.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura A fonte fecunda. In: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRA, Denilson da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na Ciência geográfica**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abril, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: **Cadernos de Debate**, nº 1, 1976.

FURTADO, Celso M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

GALEANA, Patricia. Las migraciones en las Américas: un estudio comparado. In: GALEANA, Patricia (orgs.). **Historia comparada de las migraciones en las américas**. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2014.

GARCÍA, Juan Antonio. **La Rioja y los riojanos en Chile**. 1818-1970. Santiago: Soc. Impresora La Unión, 1995.

GOTT, Richard. **América Latina como una sociedad de colonización blanca**. Estudios Avanzados vol. 5, nº. 8. Santiago: IDEA-USACH, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Chile/idea-usach/20100713102728/gott.pdf>

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Memória e Sociedade. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1989.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HESPANHA, Antonio Manoel; XAVIER, Angela Barreto. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. 1789-1848. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWN, Eric J. **A era do capital**. 1848-1875. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Luiza Horn Iotti (org.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JARAMILLO, Loreto Vanessa Hermosilla. **La inmigración alemana a Valdivia: educación y cultura en la primeira fase de su instalación (1850-1870)**. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidad Austral de Chile. Valdivia, Chile, 2011.

JONES, Cleiton Melo. **“Vem aí a imigração”**: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **Uma esquecida obra abolicionista: as Cartas Políticas de Américus**. Anais do XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Rio Grande do Norte: 2013.

KAULEN, Andrea Krebs, GUERRERO, Sor Úrsula Tapia e ANWANDTER, Peter Schmid. **Los alemanes y la comunidad chileno-alemana en la historia de Chile**. Santiago: Liga chileno-alemana, 2001.

KLEIN, Helbert. **A participação política no Brasil do século XIX: os votantes de São Paulo em 1880**. DADOS. Revista de Ciências Sociais. v. 38, 1995.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (Orgs.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

KLUG, João. Imigração, colônias e colonos no Brasil imperial: uma análise das propostas de Abrantes, Decosterd e Tavares Bastos. In: **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. TEDESCO, João Carlos & NEUMANN, Rosane Marcia (org.). Vol III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

KOCKA, Jürgen. **Para além da comparação**. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

LATORRE, Guillermo; PINEDO, Javier. **Diccionario de El Entrometido**. Vicente Pérez Rosales. 1ª ed. Chile: Santiago, LOM Ediciones, 2010.

LECLERC, Gérard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

LIMA, Angela Bernadete. **A imigração para o Império do Brasil**: um olhar sobre os discursos acerca dos imigrantes estrangeiros no século XIX. Revista Acadêmica Licencia&acturas, Ivoti. V.5, n.2, julho/dezembro, 2017, p.26-36.

LIMA, Angela Bernadete. **“Nós declaramos guerra ao latifúndio!”**: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891). Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2014.

MAIA, Carlos Alvarez. **História, ciência e linguagem**: o dilema relativismo-realismo. Rio de Janeiro: Mauad X. 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil**: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos Estudos. São Paulo, Março de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: **Topoi (Rio J.)** [online]. vol.7, n.12, 2006. pp.178-221. ISSN 1518-3319. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n12/2237-101X-topoi-7-12-00178.pdf>

MELÉNDEZ, José Juan Pérez. **Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial**: os anos da Regência e o mundo externo. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 35-60, 2014.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Desígnios da Lei de Terras**: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, nº 55, p. 173-184, Jan./Abr. 2009.

MENEZES, Jayme de Sá. Família Calmon. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**. v. 15, n.15, p-126-167, Salvador, 1967

MENEZES, Lená Medeiros de. A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX. In CANCINO, Hugo; MORA, Rogelio de la (coords.) – **Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)**. VleraCruz/México: Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de. Entre o ideal e o real : Os discursos sobre a imigração no Brasil e o enfrentamento da desordem (1870-1930). In: **Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições**. Dos processos de independência à globalização. Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). Rio de Janeiro: UERJ/LABIME, 2014.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Modernização e imigração no Brasil imperial**: progresso e imobilismo (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MÜHLEN, Caroline von. **Degredados e imigrantes**: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil meridional (século XIX). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-

1932). [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3867/1/000410618-Texto%2bCompleto-0.pdf>

NORAMBUENA, Carmen. **Política y legislación inmigratoria en Chile**. 1830 – 1930. Universidad de Santiago de Chile: Santiago, 1990.

NORAMBUENA, Carmen; ACEVEDO, Guillermo Bravo. **Procesos migratorios en Chile: una mirada histórica-normativa**. Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos. Santiago, Chile: 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. In: **Tempos Históricos**. vol16, n.2. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2012.

ODDONE, Juan. **Fuentes uruguayas para la historia de la inmigración italiana**. Estudios Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe, 3(1),1992, 83-92. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1273>

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro Paniagua; COLVERO, Ronaldo Bernadino; PINTO, Muriel. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). In: **Estudios Históricos**. CDHRPyB. Año VII, N° 15. Uruguay, 2015. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>

PALAU, Tomás; PÉREZ, Noemia; FISCHER, Sara. **Inmigración y emigración en el Paraguay 1870 – 1960**. BASE Investigaciones Sociales IPGH, Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Asunción, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Paraguay/base-is/20120911120450/Doc90.pdf>

PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w2qbk/pdf/pereira-9788568334508.pdf>

PINEDO, Javier. Un hombre de este mundo: Vicente Pérez Rosales y el Ensayo sobre Chile. In: BAEZA, Rafael Sagredo (org.). **Ensayo sobre Chile**. Vicente Pérez Rosales. 1ª ed. Santiago, Chile: Cámara chilena de la construcción: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2010.

PINEDO, Javier. “Vicente Pérez Rosales: Admiración y desencanto de un chileno en California”. In: PÉREZ ROSALES, Vicente. **Diario de un viaje a California**. 1848-1849. Santiago: Tajamar Editores, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **Repensando a História Comparada na América Latina**. Revista de História, São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada**. Arca: Montevideo, 1998.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario Manual e Ilustrado de la Lengua Española**. Madrid, Espasa-Calpe S. A., 1950.

REICHEL, Heloísa. Para além das barreiras das fronteiras geopolíticas na construção historiográfica: a região platina no sul da América do Sul. In: BEIRED, José Luis Bendicho; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia Coelho (Orgs.). **Intercâmbios Políticos e**

**Mediações Culturais nas Américas.** 1. ed. Assis; São Paulo: FCL- Assis-UNESP Publicações: Laboratório de História das Américas da USP, 2010.

RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. **O Brasil imperial.** Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. **Proyectos de la elite chilena del siglo XIX.** Chile: ALPHA N° 26, Julio 2008.

RODRÍGUEZ, Marcela Martínez. **De progreso y población.** Breve análisis comparativo sobre la colonización en México y Chile en el siglo XIX. Estudios Avanzados, N° 23, julio 2015. IDEA – USACH, Santiago de Chile, pp, 64-79.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade:** História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Campinas, SP: 2014.

SABOYA, Vilma Elisa Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALINAS, Ernesto Maguiña. **Un acercamiento al estudio de las inmigraciones extranjeras en el Perú durante el siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX.** Revista Tierra Nuestra. Departamento de Ciencias Humana. Universidad Nacional Agraria La Molina. Vol 8, n.1, 2010.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: (Orgs.) SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SALOMON, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar (Orgs.). **Natureza, fronteiras e territórios:** imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil:** uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 26 n° 77, São Paulo, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>

SEYFERTH, Giralda. A noção de raça no Brasil. In: ZANINI, Maria Catarina Chitolina (orgs.). **Por que “raça”?:** Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.** Revista USP, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Colonos morigerados e estrangeiros irreduzíveis. Representações contraditórias sobre os imigrantes no Brasil. In: BAHIA, Joana; SANTOS, Mirian (Orgs.). **Migrações, redes e trajetórias entre a Alemanha e o Brasil.** Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Estudos sobre a imigração alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SEYFERTH, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração. In: NETO, Helion Póvoa [et.al.]. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. 2ªed. E-book, São Leopoldo: OIKOS, 2015.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História: Porto Alegre, 2017.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”**. Revista Brasileira de História. vol. 35 nº.70. São Paulo, Jul/Dez, 2015.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOUND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOUZA, Rosângela Maria de. **Brasil e Chile: uma análise comparada dos processos de centralização (1830-1840)**. Dissertação [Mestrado em História Comparada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. Trajetórias e construções: estado-nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. In: (Orgs.) STUVEN, Ana Maria; PAMPLONA, Marco. **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SUTIL, Sofia Correa. El proceso económico. In: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). **Chile: La construcción nacional**. Taurus, Espanha: 2013.

SZMIDT, Daniel. **A política externa brasileira ao longo do período Rio Branco (1902-1912): o olhar da imprensa e da diplomacia estadunidense e argentina**. [Dissertação de Mestrado]. UNISINOS, São Leopoldo, 2011.

TIJOUX, Seyferth, María Emilia; RIVERA, María Gabriela Córdova. **Racismo en Chile: colonialismo, nacionalismo, capitalismo**. Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, Nº 42, 2015, p. 7-13. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/pdf/polis/v14n42/art\\_01.pdf](https://scielo.conicyt.cl/pdf/polis/v14n42/art_01.pdf)

TOSO, Sergio Grez. Población y sociedade. In: FERMANDOIS, Joaquín (Org.). **Chile: La construcción nacional**. Taurus, Espanha: 2013.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Os primórdios da imigração alemã para o Sul do Brasil: conflitos e organização. In: ARENDT, Isabel; WITT, Marcos Antônio. **Anais do Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2004.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org.). **Estudos migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2005. p. 131-157.

VALLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o**

**Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VENDRAME, Maíra Inês. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

VENTURA, Rovertó. **Leituras de raynal e a ilustração na América Latina.** Estudos avançados. vol.2 nº.3. São Paulo Sept./Dec. 1988. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300003)

WASSERMAN, Cláudia. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas).** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WEBER, Friedrich René. **A formação do Estado alemão e a construção do sistema bismarckiano de alianças:** do Congresso de Viena ao surgimento de uma potência contestadora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Monografia de Graduação]. Porto Alegre, 2013.

WEBER, Regina; GOODMAN, Glen. Comparada, conectada, mundial/global ou transnacional: a história da imigração entre tantos rótulos. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio Witt; TRUZZI, Oswaldo; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). **Imigração nas Américas:** estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

WITT, Marcos Antônio. Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa. In: (Orgs.) NEUMANN, Rosane Marcia; TEDESCO, João Carlos. **Colonos, colônias e colonizadores:** aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil. UPF Editora: Passo Fundo, 2019. p.11-45.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol:** estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Marcos Antônio. Políticas públicas, inmigración y colonización. Proyectos de desarrollo para el Brasil. In: MARTÍNEZ, Elda Gonzáles; LEANDRI, Ricardo Gonzáles; FERNÁNDEZ, Alejandro. **Políticas migratorias y cohesión social en Argentina, Uruguay y Brasil.** Siglos XIX y XX. Sílex Universidad, Cimapress: Espanha, 2019.

## FONTES DE PESQUISA

### A) Fontes primárias

#### 1) Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin – USP

ABRANTES, Visconde de. *Memoria sobre os meios de promover a colonisação*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

Livro escrito pelo político brasileiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes. Disponível no acervo digital da Universidade de São Paulo.

#### 2) Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile

PÉREZ ROSALES, Vicente. *Memoria sobre emigracion, inmigracion i colonizacion*. Santiago: Imprenta de Julio Belin, 1854.

Livro escrito pelo político chileno Vicente Pérez Rosales. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional de Chile.

### B) Fontes secundárias

#### 1) Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin – USP

Atas do Conselho de Estado Pleno, 1842-1850.

ABRANTES, Visconde de. **A missão especial do Visconde de Abrantes**. De outubro de 1844 á outubro de 1846. Rio de Janeiro: Imprensa da casa Imperial, 1853.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Memoria sobre a cultura do tabaco**. Bahia: Typographia do diario, 1835.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. **Memoria sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonisação nesta província**. Bahia: Typographia do diario, 1835.

#### 2) Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile

Revistas políticas chilenas (1842-1900).

Documentos e memórias da Sociedade Nacional de Agricultura.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Diario de un viaje a California: 1848-1849**. Sociedad de bibliófilos chilenos. Santiago, 1949.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Ensayo sobre Chile**. Introducción y notas de Rolando Mellafe, Santiago, Ediciones de la Universidad de Chile, 1986.

PÉREZ ROSALES, Vicente. **Recuerdos del passado (1814-1860)**. Tomo I e II. Santiago: Editorial Andrés Bello; Sociedad Editora Revista ERCILLA Ltda, 1983.

#### 3) Biblioteca del Congreso Nacional de Chile

Leis e decretos relativos à imigração e colonização – Século XIX.

#### 4) Archivo Nacional de Chile



Catálogo del Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores, 1810-1900

**5) Fontes oficiais impressas**

Constituição chilena de 1833.

Constituição brasileira de 1824.

Leis relativas à imigração e colonização no Brasil.

Leis relativas à imigração e colonização no Chile.